

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

ROBERTA DE CARVALHO CARDOSO

**DIMENSÕES SOCIAIS DO TURISMO SUSTENTÁVEL:**  
Estudo sobre a contribuição dos resorts de praia para o desenvolvimento das comunidades locais

São Paulo  
2005

ROBERTA DE CARVALHO CARDOSO

**DIMENSÕES SOCIAIS DO TURISMO SUSTENTÁVEL:**

Estudo sobre a contribuição dos resorts de praia para o desenvolvimento de comunidades locais

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutora em Administração de Empresas

Campo do conhecimento  
Gestão do Lazer e do Turismo

Orientadora: Profa. Gisela Black Taschner

São Paulo  
2005

Cardoso, Roberta de Carvalho.

Dimensões Sociais do Turismo Sustentável: estudo sobre a contribuição dos resorts de praia para o desenvolvimento das comunidades locais / Roberta de Carvalho Cardoso. – 2005.  
264 f.

Orientador: Gisela Taschner.

Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Turismo. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Responsabilidade social da empresa. 4. Administração de hotéis. 5. Indústria hoteleira. 6. Comunidade – Desenvolvimento. I. Taschner, Gisela. II. Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 379.85

ROBERTA DE CARVALHO CARDOSO

**DIMENSÕES SOCIAIS DO TURISMO SUSTENTÁVEL:**

Estudo sobre a contribuição dos resorts de praia para o desenvolvimento de comunidades locais

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutora em Administração de Empresas

Campo do conhecimento  
Gestão do Lazer e do Turismo

Data de aprovação:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca examinadora:

---

Profª. Gisela Black Taschner (Orientadora)  
FGV-EAESP

---

Prof. Marcos Henrique Nogueira Cobra  
FGV-EAESP

---

Profª. Regina Silvia Viotto Monteiro Pacheco  
FGV-EAESP

---

Profª. Dulce Maria Tourinho Baptista  
PUC - SP

---

Prof. Mário Carlos Beni  
USP – ECA

A minha saudosa Margareth,  
exemplo de força, vida e luta.

Aos meus três amores  
Rachel, Marina e David,  
companheiros pacientes e  
carinhosos nesta tortuosa jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

A Profa. Gisela Black Taschner, pela valiosa orientação.

Ao meu pai pela ajuda e incentivo de todas as horas.

Aos meus queridos irmãos, Fernando e Guilherme, e cunhadas, Simone e Alessandra, sem o apoio deles este trabalho não teria sido possível.

Aos amigos do CEV, Vandreza, Luiz e Edson, por todo apoio, incentivo e companherismo.

A Geni Goldschmidt pela revisão e leitura dedicada deste trabalho.

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram na execução deste trabalho.

A Deus, por tudo.

## RESUMO

O conceito de turismo sustentável passou por uma série de transformações até chegar à proposta atual em que se crê que todo tipo de empreendimento pode ter como objetivo a sustentabilidade.

Os empreendimentos hoteleiros conhecidos como resorts – vistos, tradicionalmente, como uma forma de hospedagem insustentável do ponto de vista social - foram escolhidos como objeto desta pesquisa que tem como objetivo explorar como este segmento da indústria hoteleira vêm respondendo à nova proposta inclusiva do conceito de turismo sustentável.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa em duas dimensões. A primeira buscou fornecer um panorama geral sobre o entendimento do conceito de turismo sustentável e a forma como este conceito vêm sendo operacionalizado pelos resorts de praia do Brasil. Explorou, ainda, as formas como este conceito vêm sendo operacionalizado pelos resorts. A segunda dimensão da pesquisa buscou aprofundar essas questões num grupo de resorts localizados no litoral norte da Bahia – Praia do Forte Ecoresort e Complexo Costa do Sauípe – bem como verificar os impactos percebidos pelas comunidades locais.

Os resultados demonstram que os resorts têm uma boa noção do conceito de turismo sustentável, mas apresentam dificuldades na operacionalização do mesmo. Além da falta de informação e apoio, os resorts não possuem instrumentos gerenciais que incentivem a busca da sustentabilidade, apesar desta questão estar presente nas diretrizes estratégicas de todos eles.

Sendo assim, a pesquisa demonstrou uma grande distância entre o discurso e a prática na busca pelo turismo sustentável. Percebe-se que os resorts, apesar de interessados em incluir as comunidades no empreendimento, praticam de maneira mais freqüente ações pontuais e assistencialistas que resultam em pouca – ou nenhuma – mudança positiva nas condições de bem-estar das comunidades. Assim, como é comum acontecer em outros setores, o envolvimento dos resorts com a sustentabilidade se dá de forma separada dos negócios o que faz com que as iniciativas - a despeito da preocupação de muitos empreendimentos– apresentem resultados marginais na dimensão social da sustentabilidade.

Nos estudos de caso, identificou-se que o Praia do Forte Ecoresort apresenta resultados mais próximos daqueles desejados pelas comunidades que contam com o

turismo para alcançar o desenvolvimento. Apesar de algumas iniciativas significativas do Complexo Costa do Sauípe este, até o momento, não apresenta uma atuação que possa ser caracterizada como bem sucedida no que se refere à dimensão social da sustentabilidade.

Palavras-chave: turismo sustentável, resorts, dimensão social, responsabilidade social corporativa, sustentabilidade.



## **ABSTRACT**

The concept of sustainable tourism underwent a series of transformations until it came to the present proposal that all kinds of tourism may have sustainability as an objective. The subject of the present survey is the kind of hotel business known as resorts, which has been traditionally viewed as socially unsustainable. And its objective is to explore the ways in which this segment of the hotel industry has been responding to the new, wider concept of sustainable tourism.

To achieve this objective, a two-dimensional survey was carried out. The first one provided a framework to assess the understanding of the concept of sustainable tourism by the beach resorts in Brasil. It also explored the ways in which this concept has been operationalized by those resorts management. The second dimension of the survey further explored these issues in a group of resorts located in the northern coast of Bahia (Praia do Forte Ecoresort and Costa do Sauípe Complex) as well the perception of their impact by the local communities.

The results show that the resorts have a good understanding of the concept of sustainable tourism but they have difficulties operationalizing it. In addition to a lack of information and support, the resorts do not have management tools to promote sustainability, although it is a part of the strategic policies of all of them.

Therefore, the survey evidenced a wide gap between speech and practice concerning tourism sustainability. Although the resorts are interested in integrating the local communities into their businesses, their actions are typically punctual and assistencialist resulting in small – if any – positive changes in the living conditions of the local communities. As is common in other industries, the resorts' involvement with sustainability is separated from the business operations and, in spite of their concern, the results for the social aspect of sustainability are insignificant.

The case studies showed that the results achieved by the Praia do Forte Ecoresort are the closest to the aspirations of the communities that search their development through tourism. In spite of some significant initiatives by the Costa do Sauípe Complex, up to these days, its performance can not be considered successful in terms of the social dimension of sustainability.

The survey identified some variables that seem to affect the results of the resorts' incentives to promote the social dimension of sustainability in the communities where they are located.

Keywords: sustainable tourism, resorts, social dimension, corporate social responsibility, sustainability.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Oferta de Resorts (Uh's) .....	89
Gráfico 2 - Crescimento em Uh's – Interior X Praia.....	90
Gráfico 3 – Formas de Operação (Uh's) .....	91
Gráfico 4 – Tipos de Contrato de Gestão Utilizados pelas Redes Hoteleiras .....	93
Gráfico 5 – Tipos de Contrato de Gestão e Forma de Operação .....	93
Gráfico 6 - Cargos dos Respondentes .....	110
Gráfico 7 - Percentual de Respondentes e Não-Respondentes por Época de Inauguração ....	118
Gráfico 8 - Percentual de Resposta por Forma de Operação (Uh's).....	119
Gráfico 9 - Inclusão de Refeições na Diária.....	122
Gráfico 10 - Tempo Médio de Permanência dos Hóspedes (em dias) .....	123
Gráfico 11 - Número de Empreendimentos em Praia do Forte .....	176
Gráfico 12 - Naturalidade dos Empresários de Praia do Forte .....	177

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1- Fatores que afetam a atitude dos residentes em relação ao turismo .....	56
Ilustração 2 – Relação entre Percepção que Comunidade tem dos Visitantes X Impacto Cultural .....	63
Ilustração 3 – Estrutura da Indústria Internacional de Turismo .....	82

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definições de Turismo Sustentável da Literatura.....	51
Quadro 2 - Artigos e Trabalhos que Abordam os Impactos de Ações Praticadas por Elos da Cadeia do Turismo .....	74
Quadro 3 – Formas de Contrato de Gestão.....	92
Quadro 4 – Descrição dos Blocos que Compõem o Questionário de Pesquisa.....	103
Quadro 5 - Tipos de Definição de Turismo Sustentável Identificados na Pesquisa.....	124
Quadro 6- Agrupamento de Respostas para Interpretação .....	125
Quadro 7 - Zonas Turísticas do Estado da Bahia .....	134
Quadro 8 - Problemas Identificados e Ações do IH .....	152
Quadro 9 - Princípios do "Espírito de Servir" .....	157

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Chegadas de Turistas Internacionais (milhares).....	25
Tabela 2 - Receita do Turismo Internacional (\$ milhões).....	25
Tabela 3 - Nacionalidade dos Hóspedes dos Resorts .....	87
Tabela 4 - Evolução da Oferta por Região em Unidades Habitacionais (Uhs) .....	88
Tabela 5 – Número de Hotéis e Unidades de Habitação por Forma de Operação .....	91
Tabela 6 - Número de Resorts por Forma de Operação .....	92
Tabela 7 - Oferta de Resorts de Praia por região do Brasil .....	105
Tabela 8 - Oferta de Resorts por Estado do Nordeste .....	106
Tabela 9 - Resultados da Identificação e Localização de Artigos .....	108
Tabela 10 - Classificação de artigos por assunto.....	108
Tabela 11 - Percentual de Resposta por Forma de Operação (Uh's) .....	120
Tabela 12 - Identificação da Nacionalidade das Operadoras por Atitude em Relação à Pesquisa .....	120
Tabela 13 - Comparação de Respondentes x Não-Respondentes por Região (Uh's) .....	121
Tabela 14 - Comparação Tempo de Permanência dos Hóspedes por Tipo de Resort.....	123
Tabela 15- Investimentos do PRODETUR NE I em Salvador e Entorno .....	135
Tabela 16 - Alunos Matriculados, Salas de Aula e Formandos do PROES de 2000-2005 ....	144
Tabela 17 - Comunidades de Origem dos Alunos do PROES .....	145
Tabela 18 - População Residente e Total de Domicílios (2000) .....	174
Tabela 19 - Estrutura Setorial das Atividades de Praia do Forte.....	175
Tabela 20 - Número de Domicílios, Habitantes e Média de Habitantes por Domicílio.....	178
Tabela 21 - Tipo Alocação dos Domicílios .....	179
Tabela 22 - População Economicamente Ativa (PEA) .....	180
Tabela 23 - Consolidação do Perfil dos Resorts e de suas Ações Junto à Comunidade .....	199

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ABR	Associação Brasileira de Resorts
AI	All-inclusive
APA	Área de Proteção Ambiental
APA-LN	Área de Proteção Ambiental – Litoral Norte
BAHIATURSA	Empresa de Turismo da Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CBTS	Conselho Brasileiro do Turismo Sustentável
CCE	Comissão das Comunidades Européias
CEAC	Colégio Estadual Alaor Coutinho
CELB	The Center for Environmental Leadership in Business
CEPRAM	Conselho Estadual de Meio Ambiente, BA
CRT	Centre for Responsible Tourism, University of Greenwich, UK
CRA	Centro de Recursos Ambientais, BA
CMMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNO	Construtora Norberto Odebrecht S.A
COELBA	Companhia de Energia Elétrica do Estado da Bahia
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari, BA
CS	Complexo Sauípe
CTI	Centros Turísticos Integrados
ECC	European Community Commission
ECOPLAM	Empresa de Consultoria e Planejamento Ambiental
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EMTUR	Empreendimentos Turísticos da Bahia
GDP	Gross Domestic Product
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICT	Instituto Costa-riquense de Turismo
IH	Instituto de Hospitalidade
IH & RA	International Hotel & Restaurant Association
IIED	International Institute for Environment and Development, UK
ITC	International Trade Centre
ITT	International Travel and Tourism
NUMMA	Núcleo Municipal do Meio Ambiente
ODI	Overseas Development Institute, UK
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONGs	Organizações Não-Governamentais
OSCI	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAB	Posto de Atendimento Bancário
PCT	Programa de Capacitação Profissional
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PDT	Planejamento e Desenvolvimento do Turismo
PEA	População Economicamente Ativa
FGD	Fundação Garcia D'Ávila
PPT	Pro-Poor Tourism
PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PRODESU	Programa de Desenvolvimento Sustentável da APA-LN
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PROES	Programa de Ensino Supletivo
RH	Recursos Humanos
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLANTEC	Secretaria de Planejamento e Tecnologia do Estado da Bahia
SUDETUR	Superintendência de Desenvolvimento Turístico do Estado da Bahia
TC	Tourism Concern
TOI	Tour Operators Initiative, UK
TURISFORTE	Associação Comercial e Turística de Praia do Forte
TTF	The Travel Foundation



UE	União Européia
UH	Unidade de Habitação
UNEP	United Nations Environmental Program
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
WCED	World Commision on Environment and Development
WTO	World Tourism Organisation
WTTC	World Travel And Tourism Council
WWF	World Wildlife Fund

## **SUMÁRIO**

<b>I – INTRODUÇÃO</b>	<b>20</b>
<b>II – JUSTIFICATIVA</b>	<b>24</b>
<b>III – REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>30</b>
<b>III.1 – Turismo Como Forma de Desenvolvimento</b>	<b>30</b>
<b>III.2 - Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>33</b>
III.2.1 - Responsabilidade Social	36
III.2.2 - Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa	39
<b>III.3 - Turismo e Sustentabilidade</b>	<b>42</b>
III.3.1 - Conceito de Turismo Sustentável	43
III.3.2 - O Aspecto Social do Turismo Sustentável	53
III.3.2.1 - Percepção e Atitude dos Residentes em Relação ao Turismo	53
III.3.2.2 - Impactos na Comunidade	57
III.3.2.3 - A cadeia produtiva do turismo e a sustentabilidade	73
<b>IV – DESENHO DA PESQUISA</b>	<b>76</b>
<b>IV.1 – Operacionalização dos Conceitos</b>	<b>76</b>
IV.1.1 - Turismo Sustentável	76
IV.1.2 - Comunidade	77
IV.1.3 - Aspectos Sociais do Turismo Sustentável	78
IV.1.4 – Resorts	81
IV.1.4.1 - Resorts no Brasil	86
IV.1.4.1.1 - Quantidade e Tamanho do Resorts Instalados no Brasil	87
IV.1.4.1.2 - Localização	89
IV.1.4.1.3 - Forma de gestão	90
<b>IV.2 - Objetivos da Pesquisa</b>	<b>94</b>
<b>V - METODOLOGIA</b>	<b>97</b>
<b>V.1 - Técnicas e Fontes Utilizadas</b>	<b>99</b>
V.1.1 - Primeira Dimensão da Pesquisa	100
V.1.1.1 – Questionário	101
V.1.1.2 – População	103
V.1.2 - Segunda Dimensão da Pesquisa	104
<b>V.2 - Trajetória da Pesquisa</b>	<b>107</b>
V.2.1 - Primeira Dimensão da Pesquisa	109
V.2.2 - Segunda Dimensão da Pesquisa	110
V.2.2.1 - Entrevistas com representantes dos resorts	111
V.2.2.2 - Entrevistas com representantes da comunidade	114
V.2.2.3 - Entrevistas com representantes de outras instituições	116

<b>VI – RESULTADOS PESQUISA</b>	<b>118</b>
<b>VI.1 - Primeira Dimensão</b>	<b>118</b>
VI.1.1 - Comparação dos grupos respondentes e dos não-respondentes	118
VI.1.2 - Análise das Respostas dos Questionários	122
VI.1.3 – Conclusões da Primeira Dimensão da Pesquisa	130
<b>VI.2 – Segunda Dimensão da Pesquisa</b>	<b>132</b>
VI.2.1 - Primeira Etapa: Cenário	133
VI.2.1.1 - Turismo na Bahia	133
VI.2.1.2 - Histórico do Litoral Norte	136
VI.2.2 – Segunda Etapa: Os Resorts e o Relacionamento com a Comunidade	139
VI.2.2.1 - Perfil do Empreendimento Praia do Forte Ecoresort	139
VI.2.2.2 - Perfil do Empreendimento Projeto Costa do Sauípe	147
VI.2.2.3 - Novos Empreendimentos na Região	170
VI.2.3 - Terceira Etapa: As Comunidades e a Percepção dos Impactos	171
VI.2.3.1 - Descrição das localidades	171
VI.2.3.2 - Impactos Percebidos pelas Comunidades	181
VI.2.4 – Conclusões da Segunda Dimensão da Pesquisa	198
<b>VI.3. – Conclusões da Pesquisa</b>	<b>203</b>
<b>VII – CONCLUSÃO</b>	<b>207</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>210</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>225</b>

## I – INTRODUÇÃO

O turismo e o desenvolvimento sustentável são dois temas que apresentam uma relação controversa.

Alguns autores, como ASCHER (1984), LEA (1988), BRITTON e PEARCE (1989), WHEELER (1991) e SHAW e SHAW (1999), defendem que o turismo é uma atividade econômica que gera efeitos negativos, consistindo apenas em mais uma forma de nações desenvolvidas e ricas melhorarem ainda mais o seu desempenho às custas dos menos afortunados. Outros promovem o turismo como uma forma rápida e eficaz de desenvolvimento que gera inúmeros benefícios para as localidades onde se instala (FREITAG, 1994; WALPOLE e GOODWIN, 2000; SHAW e SHAW, 1999; MOWFORTH e MUNT, 2003 e SWARBROOKE, 2002).

A segunda vertente ganhou reforços com a notabilidade do conceito de desenvolvimento sustentável proporcionada pela edição, em 1987, do relatório *Our Common Future* pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Este documento sugere que todas as atividades econômicas, inclusive o turismo, têm condições de colaborar para a sustentabilidade do planeta. Partindo desta idéia, organizações representativas da indústria do turismo – tais como WTO, WTTC e Tour Operators – não tardaram em apresentar inúmeras iniciativas e movimentos que buscavam confirmar a posição do turismo como uma forma de desenvolvimento. Assim surgiram diversas propostas de ação que tinham a Responsabilidade Social Corporativa e a Cidadania Corporativa como seus principais veículos para conduzir localidades – e eventualmente até países – ao tão sonhado desenvolvimento.

A comunidade acadêmica acompanhou estes movimentos, gerando uma nova área de estudo: o turismo sustentável - que nada mais é do que a busca de uma união entre o “turismo” e o “desenvolvimento sustentável”. O turismo sustentável, a despeito da falta de um consenso, teve suas diversas interpretações classificadas por CLARKE (1997). O grande mérito do trabalho desta autora reside no fato de identificar uma “evolução” na aplicação deste conceito. Historicamente, o turismo sustentável tem sido associado a iniciativas turísticas de pequena escala, sendo que no lado oposto localizava-se o turismo de massa. Com a constatação empírica de que todos os tipos de turismo causam impactos positivos e negativos nas destinações, BUTLER (1990) e WHEELER (1991), entre outros autores, passam a

questionar a associação entre sustentabilidade e escala. Dentro desta nova visão, a sustentabilidade passa a ser acessível a qualquer tipo de empreendimento ou elo da cadeia produtiva do turismo, abrindo-se então um vasto campo para a busca da mitigação dos impactos indesejáveis.

No presente trabalho pretende-se verificar como está se desenvolvendo a prática do turismo sustentável num relevante e controverso componente da cadeia do turismo: os *resorts*

Dentre os três pilares da sustentabilidade – o econômico, o social e o ambiental – foi selecionado como objeto do presente estudo o aspecto social por ser considerado o mais crítico para o Brasil (onde cerca de 29% da população vive com menos de US\$ 1,00 por dia<sup>1</sup>). Desta forma compôs-se o tema do presente estudo: A contribuição dos *resorts* de praia para o desenvolvimento social das comunidades em que estão localizados.

Como este é um assunto relativamente recente, são escassos os estudos que o abordam. Esse fato justifica o caráter exploratório do presente estudo que tem como objetivos específicos conhecer:

- (a) o entendimento que os *resorts* localizados na costa brasileira têm do conceito de turismo sustentável;
- (b) a forma como os conceitos de responsabilidade social empresarial e sustentabilidade estão sendo inseridos na gestão dos *resorts* localizados na costa brasileira;
- (c) o impacto dos *resorts* objeto do presente estudo na qualidade de vida da população das comunidades em que estão instalados *resorts*.

Para cumprir seus objetivos, este estudo é composto de diversas etapas que são detalhadas a seguir.

No Capítulo II – Justificativa – evidencia-se a relevância do turismo no mundo e nos países em desenvolvimento, demonstrando-se que o desenvolvimento sustentável foi percebido e tratado por algumas organizações relacionadas ao turismo como uma oportunidade de se combater os problemas sociais.

---

<sup>1</sup> UNICEF, 1999 e World Development Índices, 1998.

O Capítulo III trata inicialmente dos dois enfoques dados ao turismo como forma de desenvolvimento – a “político-econômica” e a “funcional”. A seguir aborda-se a origem da sustentabilidade e da responsabilidade social corporativa buscando demonstrar que, diferentemente do que é dito com frequência, o conceito de sustentabilidade não é decorrência natural da responsabilidade social corporativa. O texto deixa claro que são necessários esforços para alinhar esses dois conceitos.

A parte mais extensa do capítulo é dedicada a um estudo profundo sobre o conceito de turismo sustentável e da literatura que aborda os impactos nas comunidades. Neste ponto apresenta-se uma forma de classificação dos impactos que servirá de estrutura para a análise das entrevistas no estudo de caso.

Terminado o referencial teórico, apresenta-se no Capítulo IV – desenho de pesquisa – um resgate dos vários conceitos trabalhados no referencial teórico procurando operacionalizá-los para permitir a realização da pesquisa. Neste capítulo também há a apresentação do conceito de *resort*, que é o objeto de pesquisa de campo, e a descrição de suas características de operação no Brasil. O capítulo é finalizado com a apresentação dos objetivos da pesquisa de campo e a informação de que esta será conduzida em duas dimensões, a primeira mais ampla – dando uma visão geral da relação dos resorts com o aspecto social da sustentabilidade – e a segunda mais específica analisando um conjunto definido de *resorts*.

Na metodologia - capítulo V – foi feita uma imersão no método de pesquisa exploratória onde se identifica o método “estudo de caso” como a forma mais adequada para viabilizar a realização dos objetivos propostos. A seguir são descritas as técnicas e fontes utilizadas para cada uma das duas dimensões. Na primeira optou-se por um questionário enviado pelo correio para todos os 27 resorts de praia instalados no Brasil. Já a segunda dimensão prevê a realização de estudo de caso – através de entrevistas e análise de documentos – para buscar mais elementos sobre esta complexa questão é tratada por um grupo de resorts localizados no litoral norte da Bahia. Na trajetória da pesquisa, são fornecidos detalhes sobre a pesquisa bibliográfica feita antes de iniciar a pesquisa de campo, além de trazer informações sobre a realização desta última.

.

No Capítulo VI são apresentados os resultados da pesquisa. Em relação aos questionários, além da análise dos dados propriamente dita, foi feita uma comparação entre os grupos de resorts respondentes e não-respondentes que proporcionou constatações significativas.

Já o estudo de caso é iniciado com uma identificação, através de documentos e literatura, das principais políticas institucionais, investimentos e intervenções governamentais, no setor de turismo realizadas, recentemente, no Litoral Norte do estado da Bahia - região que abriga os resorts objeto do presente estudo. O passo seguinte foi abordar o histórico dos *resorts* e a política dos mesmos em relação aos aspectos sociais da sustentabilidade e da responsabilidade social. Por último, foram analisados os impactos percebidos pela comunidade - econômico, psicológico, social e político.

O trabalho é finalizado com a apresentação das principais conclusões proporcionadas por este estudo e com a sugestão de novas oportunidades de estudos.

## II – JUSTIFICATIVA

O turismo é uma indústria que tem crescido de maneira acentuada. Entre 1990 e 2002, as chegadas turísticas internacionais cresceram globalmente em 54% atingindo a casa do 700 milhões e, até 2020, a *World Tourism Organization* (WTO, 2003) espera que estes números tenham dobrado.

Segundo o World Bank (2003), o turismo compõe uma grande parte do crescente setor de serviços mundial e é responsável por 30% de todos os serviços exportados. Em alguns países este percentual é muito maior – por exemplo, na África ele atinge 55% das exportações de serviços.

Além de crescer no mundo, o turismo tem aumentado de forma especial nos países em desenvolvimento<sup>2</sup>. A taxa de crescimento de chegadas internacionais em países de renda baixa e média baixa, entre 1990-2001 foi de 97,5%. Nesse mesmo período, entre os 30 países que possuem as populações mais pobres, 10 nações tiveram crescimento de chegadas internacionais superiores a 200%.

A taxa de crescimento é significativamente superior àquela atingida pelos países desenvolvidos. A Tabela 1 mostra o crescimento da chegada de turistas internacionais, de acordo com a classificação proposta pelo Banco Mundial. Embora tenha havido crescimento entre países de todos os níveis de renda, existe uma grande diferença entre os países de maior e de menor renda em relação ao número de chegadas de turistas.

---

<sup>2</sup> TOSUN (2000) faz uma boa revisão do debate sobre o significado e utilização de termos como “países em desenvolvimento”, “terceiro mundo”, “países subdesenvolvidos”, “países pobres”, “o Sul” e “países menos desenvolvidos”. Estes termos são freqüentemente utilizados como sinônimos, tornando difícil a definição precisa de cada um deles. No entanto, “estes consistem em diferentes tentativas de agrupamento de um grande número de países dentro de uma categoria, freqüentemente sabendo que a realidade é bem diferente. Em resumo, eles incluem os mesmos países, com pequenas diferenças a depender de quem está fazendo a classificação”.



**Tabela 1 - Chegadas de Turistas Internacionais (milhares)**

	<b>1990</b>	<b>2001</b>	<b>Crescimento (%) 1990- 2001</b>
Países de baixa renda	13.437	28.333	110,9
Países de renda média-baixa	64.533	125.664	94,7
Países de renda média alta	85.421	105.950	24,0
Países de renda alta	311.961	426.407	36,7
Total Mundial	481.270	696.494	44,7

Fonte: WTO e World Bank

Por outro lado, observando a geração de receita do turismo internacional (Tabela 2) nota-se que apesar dos países de baixa renda estarem recebendo uma maior participação do crescimento do número de turistas, esta não apresenta correspondência nas receitas geradas por este setor. Os países que tiveram maior crescimento de receita foram os países com renda média, em particular, os com renda média-baixa.

**Tabela 2 - Receita do Turismo Internacional (\$ milhões)**

	<b>1990</b>	<b>2001</b>	<b>Crescimento (%) 1990- 2001</b>
Países de baixa renda	10.970	16.709	54,3
Países de renda média baixa	22.403	71.418	218,8
Países de renda média alta	21.710	54.168	149,5
Países de renda alta	212.121	319.585	50,7
Total Mundial	265.316	457.890	72,6

Fonte: WTO e World Bank

Diante do cenário acima descrito, o turismo tem sido apresentado – e aceito - por muitos como uma importante oportunidade de desenvolvimento. Aos olhos de países menos desenvolvidos, o turismo é a indústria “sem chaminés” que promove os tão desejados emprego e renda. (FREITAG, 1994). A expectativa do turismo como forma de desenvolvimento foi reforçada com a transposição do conceito de desenvolvimento sustentável para o turismo.

Apesar da sustentabilidade ser composta por três dimensões - econômica, social e ambiental - notamos que a maior parte dos estudos sobre a inserção da sustentabilidade na gestão do turismo “...enfoca os impactos do turismo sobre o meio ambiente...” (SWARBROOKE, 2002, p. 89) deixando o aspecto social num segundo plano. MOSCARDO, MORRISON e PEARCE (1996) reforçam este argumento mencionando que “Ultimamente, temos presenciado um

movimento crescente de inclusão de impactos ambientais nas análises econômicas, isto deve se estender para os impactos sociais e culturais...” (p.50) Da mesma forma, Luiz Felipe Cruz, diretor executivo do Instituto de Hospitalidade (IH), afirmou em recente entrevista que “Embora a fauna e a flora tenham sido a preocupação inicial, com o tempo passou-se a perceber que o ser humano é, no fundo, a peça mais importante – seja como sujeito local, seja como visitante dos destinos turísticos” (BRASIL, 2004, p.31)

Acredita-se que o fato dos impactos socioculturais geralmente ocorrerem de maneira vagarosa e discreta, sendo muitas vezes de difícil mensuração, contribua para que sejam menos estudados. Contudo, não são todos que se deixaram deter frente a estas dificuldades. Algumas organizações vêem o turismo como um poderoso aliado na melhoria de condições sociais e têm apresentando -sugestões para viabilizar a proposta da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, feita em 1999, que encoraja os governos a “maximizar o potencial de erradicação da pobreza através do desenvolvimento de estratégias apropriadas em cooperação com todos os grupos majoritários, indígenas e comunidades locais.”<sup>3</sup>

Uma destas organizações, a Pro-Poor Tourism (PPT)<sup>4</sup>, cita algumas características da indústria do turismo que favorecem sua colaboração para a diminuição da pobreza:

- É um setor diversificado. Isto aumenta a possibilidade de uma participação mais ampla, inclusive do setor informal;
- Os consumidores vêm até o produto, oferecendo oportunidades consideráveis de aumento dos benefícios econômicos para a comunidade local como, por exemplo, venda de souvenirs;
- O turismo é altamente dependente do capital natural – como vida selvagem e paisagem – e da cultura. Estes são bens que alguns dos países pobres têm, mesmo que não tenham recursos financeiros;
- O turismo pode ser mais intensivo em mão-de-obra do que a manufatura (apesar de ser menos intensivo em mão-de-obra que a agricultura);

---

<sup>3</sup> Parte do documento CD 7 produzido na 7ª. sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável que se reuniu em Nova Iorque de 19 a 30 de Abril de 1999. Disponível em <<http://www.un.org.br>>

<sup>4</sup> A parceria PPT é uma iniciativa de pesquisa colaborativa desenvolvida entre o International Centre for Responsible Tourism (ICRT), o Overseas Development Institute (ODI) e o International Institute for Environment and Development (IIED). Maiores informações no site <<http://www.propoortourism.org.uk>>

- Comparado a outros setores modernos, uma maior proporção de benefícios – como emprego – são direcionados à mulher (embora não saibamos se as beneficiadas são necessariamente as mais necessitadas).

Outras associações que representam a indústria do turismo – WTO, WTTC, TOI e IH&RA – também contribuíram para a promoção da sustentabilidade como uma oportunidade para dirigir esforços aos aspectos sociais, âmbito em que vinham sendo objeto de crítica, principalmente na prática do turismo de massa. Dentro destas iniciativas vale ressaltar o documento “*Corporate Social Leadership in Travel & Tourism*”, da *World Travel and Tourism Council* (WTTC), organização formada por presidentes de grandes empresas multinacionais. O relatório busca encorajar as empresas da indústria de viagens e turismo a liderar a prática da Responsabilidade Social Corporativa com o objetivo de diminuir as diferenças entre ricos e pobres.

Outra iniciativa significativa é a publicação de um trabalho da WTO (2002)<sup>5</sup> sobre a minimização da pobreza. Neste trabalho a organização reconhece a importante contribuição do turismo para o desenvolvimento sustentável. Essa proposta é evidenciada, inclusive, na capa do referido relatório em que há a foto de uma criança com a seguinte chamada “O turismo sustentável pode ser uma das poucas oportunidades para os pobres. Vamos usá-lo com sabedoria e logo!”.

O setor hoteleiro buscou acompanhar a evolução do entendimento do conceito de sustentabilidade no turismo e, neste sentido, tem demonstrado um bom desempenho nas questões ambientais. O número de certificações e de órgãos reguladores no Brasil e no mundo indica esta preocupação, veja relação no ANEXO 1.

Dentro da indústria de hospedagem, os *resorts* talvez sejam os empreendimentos que, num primeiro momento, pareçam estar menos alinhados com os princípios do turismo sustentável. Isso acontece, pois estas organizações estão fortemente associadas ao turismo de massa devido ao seu tamanho (elevado número de unidades habitacionais) e, historicamente, sua operação se dá quase que de forma independente da comunidade em que estão instaladas. Esta

---

<sup>5</sup> Esta publicação se insere dentro da iniciativa de Turismo Sustentável e Eliminação da Pobreza (ST-EP) lançada pela WTO, com o apoio do UNCTAD, no encontro de Johannesburg. O ST-EP oferece bases para pesquisa e ações práticas para demonstrar como o turismo pode ser utilizado especificamente para a eliminação da pobreza.

visão é reforçada ainda pelo fato das grandes cadeias – às quais muitos dos *resorts* dos países em desenvolvimento estão associados – terem alterado sua forma de gestão e condução dos negócios. Enquanto num período inicial estas cadeias realizavam o investimento relativo à construção dos *resorts*, hoje, a maior parte delas passou a se concentrar apenas na gestão, deixando o investimento na unidade física ser feito por empresários locais e governos. Esta medida, apesar de estar alinhada com as teorias de gestão - em que se prega a diminuição do investimento em ativos imobilizados e a concentração na atividade principal da empresa – pode ser interpretada pelos países destino como um sinal de baixo comprometimento com a localidade onde a empresa está operando.

Os *resorts* tradicionalmente têm sido utilizados como exemplos negativos em relação a questão da sustentabilidade, segundo SWARBROOKE (2002) “Uma das áreas mais controversas do debate sobre turismo sustentável tem sido o crescimento de complexos turísticos autônomos...”(vol I, p.55). As críticas dirigem-se tanto à falta de contato entre turistas e população local proporcionada pelo empreendimento como para sua forma de gestão que, muitas vezes, não considera questões relativas ao desenvolvimento da comunidade em que está instalado – através da importação de mão-de-obra, produtos e serviços – ou ao meio-ambiente. FREITAG (1994) chega a afirmar que “os *resorts* não foram desenhados para promover a integração econômica com a comunidade” (p.551)

As críticas tornam-se ainda mais acirradas quando os *resorts* adotam o sistema de all-inclusive<sup>6</sup> que tem como filosofia evitar surpresas - principalmente as relacionadas a custos inesperados. Do ponto de vista econômico, ABDOOL e CAREY (2004) assinalam que há uma diferença significativa entre o sistema de hotelaria tradicional e o all-inclusive adotado pelos *resorts*. No primeiro, apenas a hospedagem é pré-paga o que faz com que todas as demais despesas (comida, transporte, passeios, etc.) sejam incorridas no destino, permitindo uma maior distribuição dos benefícios na comunidade local, através de restaurantes e prestadores de serviço.

A despeito das críticas, os *resorts* têm crescido dentro da indústria da acomodação. Apesar de não haver dados específicos sobre o crescimento deste tipo de hospedagem, autores como SHAW, B.J. e SHAW (1999) mencionam “Dada a predominância dos *resorts*, é

---

<sup>6</sup> all-inclusive- sistema que inclui todos os custos de acomodação, refeição, transporte e atividades.

surpreendente que tão pouco seja conhecido sobre suas operações e características funcionais” (p. 69). Esta importância é quantificada na República Dominicana por ISSA e JAYAWARDENA (2003) que indicam que neste local, um terço das unidades habitacionais existentes pertencem a este tipo de hotel. ABDOLL e CAREY (2004) constata o sucesso dos *resorts* mediante a afeição das operadoras de turismo, especialmente as de países desenvolvidos, em explorar este mercado. No contexto brasileiro, BENI (2004) também sinaliza que os *resorts* são “um mercado em plena expansão” (p.192)

O foco no *resort* de praia é justificado por duas razões básicas. Em primeiro lugar, o turismo de praia tem sido, nas últimas décadas, o segmento de maior dinamismo (ROSA, 2002; BSH, 2004). Além disso, de acordo com percepção generalizada, trata-se do segmento no qual o Brasil tem maior potencial de atração para o turismo externo. Podemos citar ainda que os *resorts* de praia tendem a se desenvolver em regiões que apresentam poucas oportunidades econômicas e na proximidade de localidades pequenas, muitas vezes carentes de recursos, onde os impactos na comunidade podem ser evidenciados de forma mais direta.

### III – REFERENCIAL TEÓRICO

#### III.1 – Turismo Como Forma de Desenvolvimento

O turismo tem sido apresentado por muitos como uma ferramenta de desenvolvimento. Aos olhos de muitos países menos desenvolvidos, o turismo é a indústria “sem chaminés” que promove os tão desejados empregos e renda, necessária para o financiamento de outras atividades econômicas (FREITAG, 1994).

Os partidários desta idéia citam numerosos benefícios potenciais para as comunidades locais, incluindo aumento nas receitas em moeda estrangeira, aumento de oportunidade de emprego, melhoria nas condições socioeconômicas e uma maior estabilidade de mercado do que aquela proporcionada pela exportação de *commodities* (WALPOLE e GOODWIN, 2000; MOWFORTH e MUNT, 2003). Já os críticos, ressaltam os problemas relativos à dependência do turismo de capital externo e as desigualdades na distribuição dos benefícios. Considerando a dimensão geográfica da dependência, BRITTON e PEARCE (1989) argumentam que a maior parte do controle e emissão de turistas estão situados nas economias desenvolvidas, enquanto os *resorts* são criados nos países destino WHEELER (1991) reforça esta visão afirmando que, de uma forma irônica, o turismo internacional reflete os desequilíbrios econômicos globais e a dependência estrutural das nações em desenvolvimento em relação às nações desenvolvidas. Outros autores são mais enfáticos, ressaltando que o turismo, além de refletir, perpetua as desigualdades entre as nações consumidoras desenvolvidas e os anfitriões em desenvolvimento (SHAW e SHAW, 1999).

Esta dicotomia é explicada por LEA(1988) quando pondera que, na literatura moderna, os estudos sobre turismo têm se dividido em duas escolas de pensamento: “Político econômica” e “Funcional”.

A abordagem “Político Econômica” tem como base a premissa de que o turismo se desenvolveu de uma forma muito semelhante aos padrões históricos do colonialismo e da dependência econômica. De acordo com esta visão, a indústria é tão governada por determinantes políticas e econômicas que pouca atenção é direcionada para outros aspectos. As análises, nesta abordagem, tendem a ser negativas sobre os efeitos do turismo, que é visto apenas como uma outra forma de nações desenvolvidas e ricas se desenvolverem às custas dos menos afortunados.

Para entender, com sucesso, os fundamentos da abordagem “Político Econômica” é necessário analisar dois aspectos que estão inter-relacionados: a forma como o turismo internacional está organizado e a estrutura das economias dos países de Terceiro Mundo. Vamos a eles.

Após a segunda Guerra Mundial, com o crescimento do turismo de massa, as empresas se estruturaram para atender à crescente demanda da classe média dos países desenvolvidos de viajar para o exterior. Os três pilares da indústria do turismo – hotéis, companhias aéreas e operadoras de turismo – tornaram suas operações transnacionais, durante os anos 70 e 80, ao ponto de alguns destes empreendimentos dominarem todos os setores. No turismo, como em numerosos setores industriais, os países em desenvolvimento se encontram confrontando os grupos multinacionais que, muitas vezes, têm resultados maiores do que seu PIB e cujos orçamentos para investimento em pessoal qualificado suplanta aqueles dos organismos nacionais encarregados do turismo (ASCHER, 1984).

Quando observamos as cadeias hoteleiras notamos que, apesar das origens diversas, elas apresentam traços comuns, responsáveis pelo êxito do que ASCHER (1984) denomina “invasão dos destinos do Terceiro Mundo”. Estes traços são:

- Empreendimentos raramente investem grandes somas de capital próprio no terceiro mundo, mas buscam atrair investimentos de fontes locais privadas ou governamentais, minimizando o risco;
- A infra-estrutura – como estradas, fornecimento de energia, saneamento, aeroportos – associada ao turismo, que é essencial para o desenvolvimento do destino, são igualmente financiadas através de fontes internas ou através de empréstimos externos;
- Um fluxo viável de visitantes é assegurado através de campanhas mundiais de marketing;
- As corporações participam dos lucros de seus hotéis no terceiro mundo através de tarifas de gerenciamento, investimento direto limitado, contratos de licenciamento, franquia e acordos de serviço. Em todos os casos, a habilidade da empresa-mãe de se retirar destes acordos a coloca numa posição de controle.

Os países de terceiro mundo, desejosos de atrair hotéis internacionais, têm poucas alternativas a estes tipos de contratos, através dos quais se tornam imediatamente presos numa relação comercial desigual.

Os efeitos dessa estrutura foram notados por BRITTON (1981 apud LEA, 1988): (1) a maior parte dos gastos no turismo são retidos pelas empresas multinacionais; (2) os turistas que visitam os países do Terceiro Mundo tendem a se confinar em enclaves separados da população local (este é um padrão notado principalmente em destinos de praia e ilhas) e (3) a crescente padronização dos pacotes turísticos aumenta a possibilidade de substituição entre um destino “sea, sand and sun” por outro, diminuindo o controle dos países anfitriões sobre sua própria indústria de turismo.

Uma outra questão digna de nota refere-se à acentuação da desigualdade no país destino. Esta costuma resultar do fato das empresas, instituições e governos de países desenvolvidos estabelecerem relação comercial com uma determinada elite dos países do terceiro mundo (provavelmente aquela que teve acesso a educação). Desta forma, os representantes destas elites ficam com a maior parte dos poucos recursos que cabe à economia do país em desenvolvimento, sobrando muito pouco para as pequenas empresas e prestadores de serviço locais.

A outra visão apresentada por LEA (1988) é a abordagem “Funcional”. Esta enfatiza a importância econômica do turismo para todos os participantes e formas de melhorar sua eficiência e minimizar seus efeitos negativos, sem qualquer envolvimento da questão política. Esta perspectiva dá pouca ênfase ao histórico de mudanças nas sociedades do terceiro mundo e à possibilidade de contribuição da indústria do turismo para as presentes iniquidades. Ao contrário da perspectiva anterior, esta oferece uma visão otimista, vendo a maior parte dos problemas como passíveis de serem solucionados através do gerenciamento e de políticas apropriadas. A abordagem “Funcional” é viabilizada através da subdivisão e análise das partes que compõem o turismo internacional. MATHIESON e WALL (1982 apud LEA, 1988) apresentam uma forma de fazer esta divisão que compreende três fases: a **fase dinâmica** que corresponde à demanda turística; a **fase estática** que envolve o período da estada em si e a **fase consequencial**, que descreve os principais impactos.

Apesar da reconhecida limitação de qualquer tentativa de modelagem de atividades complexas, como é o caso do turismo, a abordagem “funcional” procura demonstrar de forma adequada como os impactos do turismo se inter-relacionam com outros componentes do processo.



Assim, apesar das duas abordagens aparecerem freqüentemente na literatura como completamente opostas, elas são antes complementares, uma vez que permitem apreciar de uma maneira mais completa – respectivamente, macro e micro - a diversidade e os interesses dos diferentes participantes do turismo no terceiro mundo.

O presente estudo busca se inserir dentro desta proposta, ou seja, mesmo reconhecendo o cenário do macro ambiente como extremamente desfavorável para que o turismo exerça sua proposta de desenvolvimento em países do terceiro mundo, procura verificar se e como as iniciativas de responsabilidade social corporativa dos resorts produzem impactos favoráveis nos destinos.

### **III.2 - Desenvolvimento Sustentável**

O desenvolvimento sustentável é um assunto que se tornou objeto de debate recentemente - a partir dos anos 90. Contudo, seu sentido mais amplo - que consiste no desenvolvimento que atenda às necessidades atuais sem comprometer a habilidade de atendimento de necessidades futuras - nos acompanha há alguns séculos. Certamente podemos ilustrar essa preocupação através do planejamento das cidades na história moderna, como, por exemplo, Paris ou Brasília. No entanto uma possibilidade ainda mais remota consiste na idealização e desenvolvimento de vilas e cidades pelos Romanos (SWARBROOKE, 1998). Com o passar do tempo, mudanças tecnológicas e crescimento populacional, aliados às mudanças sociais e econômicas, proporcionaram o crescimento da indústria e da urbanização, o que agravou muito as questões relacionadas à sustentabilidade, deixando claro que, sem controle, o ambiente físico e a qualidade de vida poderiam sofrer grandes perdas ou até chegarem a sua completa destruição.

Para fazer frente a essas questões surgiram algumas iniciativas isoladas por parte de empresários que desenvolveram vilas operárias e parques na tentativa de garantir a qualidade de vida nas cidades industriais. Por outro lado, o governo passa a encampar ações procurando eliminar os problemas de saúde pública e o crescimento desordenado das cidades, movimentos que começam a se tornar mais freqüentes (como, por exemplo, o movimento sanitaria no Rio de Janeiro).

Com o término da Segunda Guerra Mundial, todas as formas de planejamento ganharam muita força na Europa, pois se acreditava que uma nova ordem mundial deveria ser construída. SWARBOORKE (1998) menciona a existência de inúmeros planos, todos relacionados ao conceito de desenvolvimento sustentável: Abercrombie projetava o desenvolvimento futuro de regiões inteiras como a Grande Londres; foram desenvolvidas estratégias para explorar recursos sociais e econômicos com o objetivo de reduzir as disparidades e expunham-se planos para criar parques nacionais por toda a Europa.

A partir dos anos 60, a questão do desenvolvimento sustentável passa a se tornar relevante em alguns dos países que compunham o chamado “Terceiro Mundo”. É interessante notar que até este momento os países periféricos buscavam o desenvolvimento através de políticas de curto-prazo, onde buscavam obter ganhos através da exploração de recursos naturais. Este comportamento foi reforçado pelos países desenvolvidos que buscavam proteger suas próprias reservas obtendo insumos em “locais remotos”. No entanto, com o aparecimento de questões globais – destruição da camada de ozônio, superaquecimento da terra, chuva ácida, movimentos migratórios, entre outros - ficou claro que as ações não poderiam ser locais. Começam aí os esforços para discutir, planejar e implementar soluções globais.

Os movimentos descritos acima são retratados nas publicações. Encontramos as primeiras preocupações com as condições ambientais do mundo mencionadas em *Silent Spring* de Rachel Carson (apud McCOOL; MOISEY, 2001) e no relatório do Clube de Roma, chamado “Limites do Crescimento” (MEADROW et al., 1972). Este último consiste num relato do impacto do crescimento econômico no futuro mundial. Danella e Dennis Meadows usaram simulações de computador para mostrar que o mundo não poderia arcar com a quantidade de recursos consumida e a poluição gerada pelo crescimento econômico.

Esses documentos são seguidos pela Conferência de Estocolmo em 1972, onde a discussão principal passa a ser a forma de desenvolvimento - revendo as bases predatórias em que este vinha sendo praticado - e não a busca por formas de limitá-lo (VENTURA, 2002). A mudança de visão também se estende ao conceito de meio ambiente, que passa a associar à questão ambiental, o ambiente humano, fato que acrescenta ao debate a perspectiva social.

Em 1980, a *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources* publicou um dos primeiros artigos que fala abertamente sobre o conceito de desenvolvimento sustentável: o “*World Conservation Strategy*”.

Contudo, o desenvolvimento sustentável ganhou notabilidade com *Our Common Future*, editado em 1987 pelo *World Commission on Environment and Development*, onde se argumenta que a sobrevivência da espécie humana depende da adoção de uma nova forma de desenvolvimento econômico chamado de “desenvolvimento sustentável” (McCOOL e MOISEY, 2001). Esse é definido no relatório como “aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras satisfazerem as suas” (CMMAD, 1991). O relatório afirma que o desenvolvimento sustentável envolve dois conceitos-chave:

- O conceito de necessidades e bem-estar, particularmente para os pobres a quem se deve dar prioridade;
- A idéia da limitação imposta pelo estado da tecnologia e da organização social no que se refere à habilidade ambiental de atender a necessidades presentes e futuras.

O Relatório *Brundtland*, como é mais conhecido, foi bem aceito pela comunidade internacional, pois, ao contrário dos documentos anteriores, não apresenta críticas à sociedade industrial.

Outro destaque do Relatório refere-se à passagem do conceito à ação. Nessa trajetória, apesar de assinalar que o objetivo das ações deva ser global, sugere que a solução deve ser elaborada por cada país individualmente, uma vez que os sistemas econômicos e sociais são muito diferentes.

Como resposta às provocações feitas pelo Relatório *Brundtland* surgiu uma série de ações dentre as quais destacamos os “*Earth Summits*” – que em 1992 aconteceu no Rio de Janeiro; e em 2002, em Johannesburg, África do Sul – e a elaboração da “Agenda 21”.

Estas ações tiveram grande repercussão na indústria do turismo que defende ser a primeira a adaptar o conteúdo da agenda 21 para uma realidade setorial específica. Tomando como base a Agenda 21, produzida durante a Conferência Rio-92, o WTTC e o *Earth Council* lançaram - em 1996 - a “*Agenda 21 for the Travel and Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development*.”. Outra ação a ser lembrada é a de preparação do “*Tourism Industry Report*” que foi apresentado na Conferência Mundial de Desenvolvimento Sustentável em Johannesburg - 2002. O referido relatório contém os progressos feitos no campo da sustentabilidade e as perspectivas futuras – abrangendo três segmentos: as operadoras de turismo, os hotéis e restaurantes e os cruzeiros marítimos.

### III.2.1 - Responsabilidade Social

O conceito de sustentabilidade, que evoca uma visão macro e de políticas públicas, tem uma espécie de contraparte no âmbito do mercado, no conceito de responsabilidade social das empresas, que vem ganhando corpo na última década. Iniciaremos explorando o conceito de responsabilidade social corporativa - e de seu importante aliado, o conceito de *stakeholders* – para, a seguir, examinar com mais vagar a relação destes com o de sustentabilidade.

Antes de abordar o envolvimento das empresas nas questões sociais, é necessário esclarecer que o conceito “responsabilidade” é alvo de muitos questionamentos por parte dos autores, por acreditarem que o mesmo assume a conotação de “obrigação” (MENCK 1998). Essa prática é reforçada pela etimologia (Em latim *respondere* = responder) que coloca a “responsabilidade” como ser responsável pelo comportamento de alguém. No entanto, um estudo etimológico mais profundo revela uma outra dimensão: no Grego a palavra “resposta” equivale a “compromisso”, o que remete à saudável prática de um comprometimento comum na execução da parte de um deles.(MASCARENHAS, 1995).

O debate sobre a participação ou investimento das empresas em questões públicas não é novo. Desde o século XVII, líderes empresariais tornaram-se grandes doadores de recursos nos Estados Unidos; contudo essa prática não era relacionada aos objetivos das empresas (SMITH, 1994).

Apesar de tal “prática” ter origem remota, os escritos formais sobre a Responsabilidade Social Corporativa (a partir de agora RSC) são predominantemente um produto do século XX. Nesse momento, defensores da ética e da RSC passaram a argumentar que, se a filantropia era uma ação legítima da corporação, então outras ações que dão prioridade a objetivos sociais em relação aos retornos financeiros dos acionistas seriam de igual legitimidade (ASHLEY, 2002).

Esse ponto é reforçado quando verificamos a ampla variedade de significados atribuídos à RSC resumidos por CARROLL (1979): indo além do lucro (BACKMAN, 1975 e DAVIS, 1960): suplantando as exigências econômicas e legais (McGUIRE, 1963); ações voluntárias (MANNE e WALLICH, 1975); ações econômicas, legais e voluntárias (STEINER, 1972) concêntricas, buscando esferas cada vez mais amplas (DAVIS e BLOMSTROM, 1975)

relativas a um sistema social mais amplo (EELLS e WALTON, 1961) e possibilitando a responsabilidade social (ACHKERMANN e BAUER, 1976; SETHI, 1975). Apesar das diferentes dimensões abordadas pelos autores, todas as definições destacam a busca por uma visão e ações que transcendam os limites defendidos pela visão econômica clássica, onde a única responsabilidade da empresa é a de responder às expectativas de lucro dos acionistas. Sendo assim, é natural entender que a RSC propõe estender a preocupação da empresa, que originalmente se centrava nos acionistas, para um número cada vez maior de *stakeholders*<sup>7</sup> - atuais e futuros, na visão mais recente do desenvolvimento sustentável.

O conceito de Responsabilidade Social Corporativa ainda está em construção (ASHLEY, 2002); para este estudo adotaremos a proposta do *The World Business Council for Sustainable Development*:

*“RSC é um comprometimento contínuo das empresas de agir eticamente e contribuir para o desenvolvimento econômico enquanto melhoram a qualidade de vida de seus colaboradores e familiares assim como da comunidade local e da sociedade como um todo”.*

A presente definição possui dois aspectos que levaram à sua escolha. O primeiro está relacionado à questão da continuidade, uma vez que os resultados no campo social e ambiental só podem ser percebidos no longo prazo. Outro aspecto reside no fato de a definição enfatizar o aspecto social – foco deste trabalho – que é frequentemente suplantado pelas dimensões econômica e ambiental.

De acordo com ASHLEY (2002), o tema RSC vem sendo atacado e apoiado por vários autores. Os autores contrários ao tema baseiam-se nos conceitos da propriedade e da função institucional. FRIEDMAN afirma que a direção corporativa, enquanto agente dos acionistas, não tem o direito de fazer nada que não atenda ao objetivo de maximização dos lucros. Já o ponto central da função institucional, defendida por LEAVITT, reside na idéia de que existem outras instituições - igrejas, sindicatos, ONGs e governo, entre outros - para atuar no campo social. Os partidários da RSC são originários, principalmente, da área acadêmica de “negócios e sociedade”. Os argumentos utilizados na defesa da RSC dividem-se entre éticos e instrumentais. Enquanto o primeiro tem suas bases na religião e nas normas sociais

---

<sup>7</sup> O termo *stakeholder* tem sido transportado para o português como “partes interessadas”. Veremos mais adiante que essa é uma forma parcial de descrever o termo, portanto optamos por manter a sua forma original.

prevalecentes, a linha instrumental considera que há uma relação positiva entre o comportamento socialmente responsável e o desempenho econômico da empresa.

O conceito de *stakeholders* está intimamente ligado à RSC, por esta razão devemos conhecê-lo para melhor entender as relações existentes dentro da RSC.

O termo surgiu da idéia mais familiar de acionistas, investidores ou proprietários de empresas - no inglês *stockholders*. Contudo, com o aumento da complexidade das sociedades outros grupos começaram a ser incluídos nessa idéia, dentre eles pessoas que outrora se consideravam sem poder e incapazes de fazer as referidas reivindicações junto às empresas. A palavra “stakeholder” pode ser definida como (FEARN-BANKS, 1996):

“As pessoas que estão ligadas a uma organização ou apresentam interesses em uma organização e são afetados pelas decisões tomadas por aquela organização. São exemplos de *stakeholders* de uma companhia os empregados, os *stockholders*, comunidades e autoridades governamentais”

Conforme CARROL e BUCHHOLTZ (1999) o conceito de *stakeholders* ganhou peso quando, em 1996, o então líder do Partido Trabalhista Britânico - Tony Blair - defendeu uma economia caracterizada pelo capitalismo de *stakeholders*, ao invés do tradicional capitalismo de *shareholders*, evidenciando a visão européia em que as empresas aceitam obrigações mais abrangentes que as americanas, voltadas para o equilíbrio dos interesses dos acionistas e dos demais *stakeholders*, principalmente os funcionários, fornecedores, clientes e grande comunidade.

Essa evolução resultou na aceitação da definição de FREEMAN (1984) que sugere que a empresa perceba seus *stakeholders* não somente como aqueles grupos que a administração pensa ter alguma participação na empresa como também aqueles que - eles próprios - pensam ter uma participação na empresa. Reforçando essa idéia surgem CARROL e BUCHHOLTZ (2000) defendendo que os *stakeholders* não são somente grupos interessantes à empresa, mas também grupos que têm interesses na empresa.

A Responsabilidade Social Corporativa tem sensibilizado um número cada vez maior de empresários no plano do discurso. Mas as formas de percepção do que isso seja e as ações levadas a cabo sob a égide dessa rubrica têm variado muito.

Este estudo pretende contribuir para verificar se e como essa prática tem sido incorporada no setor de turismo

### III.2.2 - Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa

Como vimos acima os termos sustentabilidade e RSC remontam a origens distintas e até opostas. A noção de sustentabilidade está ligada à de planejamento e a um estado “intervencionista”, anti-liberal por excelência; a de RSC por seu lado liga-se a uma tradição liberal (O estado continua como guardião da ordem apenas, e os agentes econômicos através do mercado resolvem as “melhores” formas de fazer sua contribuição).

De certa forma, Marshall retrata essa dicotomia - planejamento/liberalismo - através do conceito de cidadania - conceito esse que também possui grande relação com a RSC, muitas vezes denominada de “Cidadania Corporativa” ou “Empresa-Cidadã”.

O autor mostra que a cidadania sofreu uma separação funcional quando seus três elementos - civil, político e social. - se distanciaram. “O divórcio entre eles era tão completo que é possível, sem distorcer os fatos históricos, atribuir o período de formação da vida de cada um a um século diferente – os direitos civis no século XVIII, os políticos ao XIX e os sociais ao XX”. (MARSHALL, 1967, p.66). É nessa “formação” que começam a aparecer as contradições, principalmente entre os elementos econômico e social. Enquanto no setor econômico o direito civil básico passa a ser o direito a trabalhar em quê se quiser e no lugar que se quiser - substituindo a velha premissa de que monopólios locais e grupais eram de interesse público porque “o comércio e o tráfego não podem ser mantidos ou aumentados sem ordem ou Governo” - no campo social a fonte original dos direitos sociais passou a ser exercida por um sistema de regulamentação de salários que foram concebidos a partir de um amplo programa de planejamento econômico.

Marshall sinaliza que no final do séc. XVIII houve uma luta final entre a velha (sociedade planejada) e a nova ordem (economia competitiva). E, nessa batalha, a cidadania se dividiu contra si mesma; os direitos sociais se aliaram à velha e os civis à nova ordem. Nesse novo cenário, as regulamentações dos salários e a tentativa de ajustar a renda real às necessidades sociais e ao status do cidadão, e não apenas ao valor de mercado de seu trabalho, fracassaram e a *Poor Law* - aqui representante do planejamento - renunciou à interferência nas forças do mercado livre, restringindo a sua atuação apenas aos “incapazes de continuar a luta” (idosos e doentes). Desta forma, os direitos sociais que restaram foram desligados do status da cidadania, as reivindicações dos pobres não eram tratadas como parte integrante de seus direitos de cidadão, mas como uma alternativa deles – como reivindicações que poderiam ser atendidas somente se deixassem inteiramente de ser cidadãos.

No final do século XIX ocorreram mudanças significativas que acabaram por permitir a incorporação dos direitos sociais à cidadania, contudo é importante notar que a idéia de exclusão ainda é observada nos dias atuais em que a questão da “inclusão social” ou do “resgate da cidadania” consiste em alvo e justificativa dos programas sociais empresariais.

Uma outra questão que surge está relacionada com a motivação e as origens da responsabilidade social corporativa. Essa questão se torna particularmente relevante quando procuramos entender como a RSC poderá contribuir para a sustentabilidade.

Para abordar esse ponto é necessário resgatar as diferentes formas, e a evolução, do processo social de produção conforme fez GOLDENSTEIN (1986) ao analisar o processo de subordinação do trabalho ao capital.

GALBRAITH (1969) ressalta que durante o feudalismo o poder estava associado à propriedade das terras uma vez que essa garantia acesso aos demais fatores de produção - capital e trabalho. Com o princípio da industrialização houve uma transferência do poder para o capital. Hoje com a pulverização dos acionistas das grandes corporações, o autor sugere que o poder está sendo transferido do capital para a “informação organizada”. O “detentor” da informação organizada seria a **tecno-estrutura** - definida por GALBRAITH como um grupo de pessoas que, organizadas formal ou informalmente, contribuem com seus conhecimentos para a tomada de decisões na empresa. Nessa linha de raciocínio, a “alocação” do poder não teria caráter permanente e conforme GALBRAITH, ele estaria associado àquele fator de produção que for mais difícil de se obter ou substituir, ou seja, àquele de oferta marginal mais inelástica..

BARAN e SWEEZY (1974) também abordaram a substituição do capitalista individual pelo “homem da empresa”, mas com uma diferença significativa: sugeriram que eles não provinham de classes sociais independentes ou neutras, mas sim da parte mais ativa e influente da classe dos proprietários. Sendo assim, o que chamaram de “institucionalização da função capitalista” se manifestaria na transferência de várias funções, antes de domínio do empresário individual, para a empresa como organização, dentre elas as “despesas de representação”. Essas despesas teriam como objetivo tanto evidenciar o poder da organização (através de sedes luxuosas e imponentes) como obter fidelidade e afeição através de atividades filantrópicas. Esse mesmo fenômeno foi percebido por KAYSEN (1957)<sup>8</sup> como o do advento da “empresa dotada de alma”.

---

<sup>8</sup> É importante considerar que esses autores detectaram nas décadas de 50 e 60 do século XX um fenômeno – a profissionalização da administração nas grandes empresas — que àquela época era ainda embrionário.



Assim, diversos autores perceberam essa questão, mas o fizeram de maneiras distintas. Para BARAN e SWEEZY, a empresa apenas institucionalizou as preocupações que antes eram do capitalista individual, e assim mesmo, tais preocupações teriam espaço apenas após a consecução da maximização dos lucros. Em outras palavras a nova “alma” da empresa seria a “alma” do velho capitalista.

GALBRAITH vê na profissionalização do administrador, uma mudança do poder do capitalista para um grupo de assalariados: a tecno-estrutura. Na medida em que os membros da tecno-estrutura, fornecem talentos especializados (e não capital) às organizações, têm objetivos mais relacionados à maximização do sucesso da organização do que à maximização dos lucros.<sup>9</sup>

Nesse contexto, GALBRAITH passa a explorar os fatores que motivam a tecno-estrutura e acaba por identificar quatro formas de motivação. As duas primeiras - pecuniária e compulsão - apresentam pouca relação com os objetivos do nosso trabalho. Já as demais - identificação e adaptação - parecem nos trazer alguns pontos a serem examinados no setor do turismo.

A identificação - adoção dos objetivos da empresa em lugar dos seus, por reconhecer a superioridade daqueles - e a adaptação - perseguição dos objetivos da empresa devido à perspectiva de poder ajustar esses objetivos ao seu próprio ideal - são fatores motivadores que podem estar intimamente relacionados com a RSC. FREITAS (1999) estende o alcance dessa motivação a todos os indivíduos membros da organização, sugerindo inclusive que ela pode estreitar os vínculos sociais entre funcionário e organização.

Diante das considerações acima, esperamos ter evidenciado que os conceitos de responsabilidade social corporativa e de sustentabilidade não são sinônimos. A idéia de que a RSC é uma ferramenta que leva naturalmente ao desenvolvimento sustentável também não deve ser aceita de maneira imediata. Esse ponto fica evidenciado pela definição de responsabilidade social corporativa proposta pelo Instituto Ethos:

*“...é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais” (ETHOS, 2004)*

---

<sup>9</sup> Mas essas preocupações mais humanistas estão subordinadas à manutenção de um determinado patamar de lucros, abaixo do qual a tecno-estrutura perderia seu poder de decisão.

Note que a definição acima ressalta pontos importantes para a efetivação do alinhamento entre RSC e a sustentabilidade. O primeiro deles refere-se à inserção da RSC nos valores e princípios da empresa, bem como em suas operações. Já o segundo sugere que a empresa deve estabelecer metas e objetivos que extrapolem os “seus muros”, ou seja, deve considerar questões relativas à sociedade como um todo. Por último a idéia de redução de desigualdades sociais vem ao encontro do objetivo maior do presente trabalho que procura entender como a atuação dos *resorts* tem contribuído para este fim.

No campo do turismo, a WTTC encoraja os participantes deste setor a “...praticar responsabilidade social, integrando o foco ambiental e social em seus valores centrais e nas suas operações, de forma a garantir o crescimento sustentável no longo prazo e o desenvolvimento da indústria de viagens e turismo” (WTTC 2002, p.5).

Contudo, conforme exposto, além da inclusão de princípios e valores da sustentabilidade na gestão das empresas, é importante que o planejamento e a coordenação de esforços sejam feitos por entidades governamentais. Conforme lembra HUNTER (1997): “É extremamente difícil imaginar a formulação e implementação de qualquer abordagem de turismo sustentável sem a presença de uma forte autoridade local planejando e controlando o desenvolvimento...”(p.864).

### **III.3 - Turismo e Sustentabilidade**

A importância e crescimento econômico da atividade turística foram acompanhados por um aumento significativo de pesquisas e atividades escolares nessa área. Programas, centros e departamentos turísticos multiplicaram-se por todo o mundo, as conferências sobre turismo proliferaram e surgiu um grande número de novas publicações. Nesse último campo, PEARCE e BUTLER (2002) resgatam a profusão de periódicos, cada vez mais especializados, que surgiram na década de 90. Entre eles estão o *Journal of Tourism Studies* (1990), *Estudios Y Perspectivas en Turismo* (1991), *Journal of Travel and Tourism Marketing* (1992), *Journal of Hospitality & Leisure Marketing* (1993), *Journal of Sustainable Tourism* (1993), *Journal of Vacation Marketing* (1995), *Tourism Economics* (1995), *Progress in Tourism and Hospitality Research* (1995), *Leisure and Tourism Management* (1997), *Pacific Tourism Review* (1997), *Tourism Analysis* (1997) e *International Journal of Tourism Research* (1999)

Apesar da sustentabilidade ser um conceito recente, o número de estudos na área parece ter sido suficiente para justificar a criação de um periódico destinado exclusivamente a este assunto - o já citado *Journal of Sustainable Tourism*.

No entanto, é importante ressaltar que a proliferação dos estudos sobre turismo não se fez acompanhar de melhoramentos na qualidade das pesquisas realizadas neste campo. Embora tenha havido progresso, MOWFORTH e MUNT (2003) assinalam que muitas das críticas feitas por DANN, NASH e PEARCE, em 1988, em termos do grau de sofisticação metodológica e falta de uma sólida base teórica, ainda podem ser aplicadas nos dias de hoje. PEARCE (2002) resgata uma crítica provocadora de DANN:

*“Em vez de um corpo cumulativo de conhecimentos desejáveis que é êmico, comparativo, contextual e processual (COHEN, 1979), o que freqüentemente encontramos é uma coleção desorganizada de idéias incompletas e constituída, na sua maioria, de pensamentos extensamente descritivos e confinados a casos específicos. Além disso, nas poucas ocasiões em que existe um equilíbrio ótimo entre a consciência teórica e a sofisticação metodológica, a simples diversidade das abordagens disciplinares pode bem significar que seus vários representantes raramente falam o mesmo idioma paradigmático.”* (2002, p.26)

PEARCE (2002) sugere que além da necessidade de se melhorar a compreensão do fenômeno do turismo através do incremento da qualidade da pesquisa, “existe [...] uma crescente necessidade de estudar mais o turismo, à medida que aparecem novos assuntos e cresce a magnitude do significado social, econômico, ambiental e político do setor...” (p.12).

Apesar do grande número de estudos existentes notamos uma clara predominância do aspecto ambiental. Já os estudos relativos ao aspecto social possuem grandes lacunas, principalmente no que se refere ao turismo de grande escala. No tópico III.3.2.3 iremos analisar esta questão de maneira mais detalhada.

### **III.3.1 - Conceito de Turismo Sustentável**

Apesar das numerosas publicações que exaltam os benefícios oriundos da aplicação da sustentabilidade nas destinações turísticas, muitos autores têm criticado a ambigüidade desse conceito (IOANNIDES, 2001; SWARBROOKE, 1998; ). Nesse sentido, McCOOL e MOISEY (2001, p.3) mencionam que “...os significados atribuídos ao turismo sustentável

variam muito, com aparentemente pouco consenso entre autores e instituições governamentais.”. Os autores prosseguem analisando as decorrências desta falta de precisão: (a) turismo sustentável se torna uma ficção que consiste numa definição vaga que permite a discussão e o discurso sobre o assunto, mas oferece poucos subsídios quando os indivíduos buscam insumos mais específicos, necessários para guiar as ações. (b) as ações na sociedade exigem a participação de uma série de atores e o uso de uma terminologia que possui diferentes significados, gera confusão e problemas de entendimento.

COHEN (2002) refere-se a um perigo adicional: “...a natureza vaga do conceito de sustentabilidade no turismo dá margem ao uso indevido por partes interessadas, particularmente empreendedores do turismo, uma vez que a sustentabilidade se tornou uma característica desejável aos olhos dos potenciais consumidores...” (p.268). Para demonstrar a importância de seu alerta, COHEN menciona a utilização indevida do termo “ecoturismo” - que é largamente empregado no anúncio de destinações sem, muitas vezes, corresponder a iniciativas concretas de aplicação, ainda que em sua forma mais ampla – sugerindo que o mesmo pode ocorrer com a sustentabilidade.

Diante desta profusão de conceitos, é natural haver sugestões de meios de categorização dos mesmos. A seguir veremos algumas delas:

O trabalho de categorização do conceito de turismo sustentável foi iniciado por CAZES (1989) e PEARCE (1992). Este trabalho foi, posteriormente, completado por CLARKE (1997), que apresentou grande contribuição. A inovação do trabalho da autora reside na valorização de um aspecto fundamental, geralmente tratado de maneira periférica por outros autores: a dissociação entre sustentabilidade e o porte ou tipo de turismo instalado. CLARKE (1997) sintetiza “...o entendimento do turismo sustentável se desenvolveu do debate inicial do ‘é’ ou ‘não é’ para a aceitação de que a pesquisa deveria centrar em formas práticas de auxiliar todas as formas de turismo a se mover em direção da sustentabilidade” (p.224). Esta afirmação resume a classificação proposta pela autora que vislumbra quatro categorias de conceitos (explicados abaixo), que se agregam em dois pares. O primeiro trata o turismo sustentável como uma posse ou característica exclusiva de uma determinada escala de turismo – notadamente o turismo de pequena escala, a exemplo do ecoturismo e do turismo alternativo. Já o segundo par de conceitos, trata o fenômeno como um objetivo a ser buscado por todas as formas de turismo.

Esta abordagem é de grande relevância para o entendimento do conceito de turismo sustentável uma vez que amplia o horizonte de sua aplicação. Passa-se da idéia do turismo desenvolvido em pequena escala para a possibilidade de aplicação em qualquer tipo de empreendimento. No estudo que estamos desenvolvendo, esta interpretação adquire um colorido especial, uma vez que pretendemos justamente mostrar como os empreendimentos de larga escala – aqui representados pelos *resorts* - estão buscando formas de se tornar mais sustentáveis.

A fim de entender melhor a classificação dos conceitos de sustentabilidade proposta por CLARKE (1997), serão abordadas cada uma das categorias descritas pela autora:

#### **a) Opostos polares**

Nesta posição, os autores enxergam o turismo de massa e o turismo sustentável como “opostos polares” (termo cunhado por Pearce em 1992), sendo a exclusão mútua implícita na terminologia. Neste momento o turismo sustentável – que era muitas vezes denominado “turismo alternativo” - era visto como uma fuga do turismo de massa, sendo atribuído ao último todos os problemas e impactos negativos que o substituto viria resolver de forma “natural”.

A principal característica para a abordagem de opostos polares está relacionada à escala do turismo envolvido o que WHEELER (1991) resumizou com propriedade na seguinte passagem:

*“...prefere-se o viajante ao turista, o indivíduo ao grupo, o operador especializado às grandes empresas, as acomodações indígenas às redes multinacionais de hotéis, **pequeno ao invés do grande – essencialmente bom versus ruim.**” (WHEELER, 1991, grifo nosso)*

No extremo, defensores do turismo alternativo pressionam pela total substituição do turismo de massa pelo turismo de pequena escala (LANFANT e GRABURN, 1992). Sendo assim, o entendimento inicial do turismo sustentável era o de posições dicotômicas, onde os autores viam claramente o turismo sustentável como uma possessão de um determinado tipo de turismo, baseado em características de pequena escala.

### ***b) Continuum***

Reconhecendo que o que era entendido como “turismo sustentável” utilizava a infraestrutura, transporte e sistemas de reserva do turismo de massa e tinha potencial para se transformar em turismo de massa se não fosse apropriadamente gerenciado (BUTLER, 1990, 1992; *Tourism Concern*, 1992), a simplicidade dos opostos polares foi ajustada para um contínuo ligando os dois extremos, cujas variações poderiam ser alocadas entre eles de acordo com o “nível de sustentabilidade”.

Apesar de permitir a gradação, o entendimento do contínuo de turismo sustentável ainda encarava o fenômeno como uma possessão de uma determinada escala de turismo o que gerava uma série de críticas e discussões. As duas abordagens iniciais do turismo sustentável eram vistas como muito simples quando comparadas ao fenômeno dinâmico e complexo do turismo, o que resultava num entendimento imperfeito da situação. Outra crítica referia-se à incapacidade desta visão restrita do turismo sustentável - atrelando o volume à natureza sustentável do negócio - de oferecer soluções práticas para o aumento crescente do volume de turistas. Num cenário onde o crescimento do turismo internacional foi acentuado – praticamente dobrando no período de 1980-1995 (WTO)<sup>10</sup> - parece ilógico sugerir a substituição do turismo de massa por outras formas que não absorvam a demanda existente.

Paralelamente, surge o questionamento do impacto de outras variáveis sobre a sustentabilidade. Dentre elas mencionamos a garantia da propriedade e controle local, o equilíbrio de poder e a constatação de que quanto mais intenso o contato entre anfitriões e visitantes, maior o prejuízo às culturas frágeis. Esta última questão foi evidenciada no trabalho de MacLEOD (2001) que, com base numa ampla análise dos impactos do turismo alternativo nas Ilhas Canárias-La Gomera, questiona se o turismo alternativo provocaria mais mudanças na comunidade local do que aqueles em que há turismo de enclave – uma vez que neste os contatos são limitados e ocorrem em cenários claramente artificiais.

### **c) Movimento**

As críticas mencionadas resultaram na concepção de uma nova forma de encarar – e definir – o turismo sustentável. Nesta posição o turismo sustentável passa a ser visto como um objetivo a ser atingido, o que permite que a questão da escala seja vista de forma mais objetiva,

---

<sup>10</sup> Segundo dados da WTO, o volume de viagens no mundo, em 1980, foi de 286,5 milhões enquanto em 1995 este atingiu a casa dos 550,4 milhões (informação obtida na seção “International Tourist Arrivals by region (1950-2002)” do [www.world-tourism.org](http://www.world-tourism.org). Acesso em 30 março. 05 )

buscando formas de rever processos e operações para possibilitar a diminuição dos impactos negativos do turismo.

Neste novo enfoque, os debates dos anos anteriores - do que “é” ou “não é” turismo sustentável – abrem espaço para a operacionalização do presente conhecimento em direção ao objetivo da sustentabilidade.

Neste momento nota-se uma maior ênfase no ambiente físico e ecológico, onde predominam os sistemas de gerenciamento ambientais.

Não são apenas razões altruístas que levam o turismo de larga escala a se mover em direção do objetivo do turismo sustentável. A imposição de regulamentações ambientais pelos governos locais, somada à mobilização mundial para a questão ambiental, requerem um mínimo de resposta. Do lado da demanda, o surgimento de consumidores interessados nas questões do verde (ABREU, 2001) fornecem o incentivo necessário para que as empresas busquem se adaptar. Para reforçar este movimento, começam a surgir fundos de investimento – *FTSE4Good index*, *Dow Jones Sustainability Group Index*, e mais recentemente o Índice de Sustentabilidade da Bovespa - demonstrando que a idéia do “lucro com princípios” encontra partidários dispostos a apoiar empresas que buscam o desenvolvimento sustentável através do direcionamento de seus recursos.

#### **d) Convergência**

Como última posição no desenvolvimento do conceito de turismo sustentável, a autora propõe que a prática do turismo sustentável deverá convergir para uma forma de atuação comum e que contemple os três aspectos - social, ambiental e econômico – de forma igualitária. CLARKE reconhece que atualmente os empreendimentos que compõem o “turismo de larga escala” possuem maior experiência e orientação para os aspectos ambientais, enquanto os empreendimentos do “turismo de pequena escala” estão mais voltados para as questões da dimensão social. A autora explora casos em que já ocorre “transferência” de preocupações e práticas no campo ambiental do primeiro grupo para o segundo.

Ainda com o objetivo de contribuir para a ordenação da profusão de conceitos existentes, BENI (1998) propõem a divisão dos mesmos em quatro grupos que representam idéias diferentes ligadas ao turismo sustentável. O primeiro pode ser interpretado como um ponto de vista setorial, onde se procura entender como manter economicamente a atividade, assim

como as empresas que a compõem. Ela está, portanto, na linha da **sustentabilidade econômica do turismo**. Essa visão do turismo sugere maior ênfase no desenvolvimento de uma oferta que seja adequada para o mercado consumidor, considerando que quanto maior o número de turistas atraídos, melhor. De certa forma podemos considerar esta perspectiva como restrita, uma vez que não reconhece as três dimensões – social, ambiental e econômica – proposta pelo conceito de sustentabilidade. Apesar do possível bom desempenho econômico da indústria, há a negligência de aspectos sociais e ambientais.

A segunda visão considera que o turismo, assim como qualquer outra atividade econômica, pode trazer impactos positivos e negativos para a comunidade e para o meio-ambiente. Trata-se de abordagem preservacionista que busca privilegiar a proteção da comunidade local e dos recursos naturais. Nessa visão, denominada **turismo ecologicamente sustentável**, as atividades turísticas caracterizadas como leves (em contraposição ao turismo de massa) são aceitas como complementadoras e não perturbadoras do meio ambiente natural. Apesar da comunidade ser mencionada, esta ocupa uma segunda classe de preocupações, num cenário em que o aspecto ambiental ocupa o papel principal.

Um outro ângulo possível é o de **desenvolvimento sustentável do turismo**, onde a necessidade de assegurar a viabilidade da atividade é aliada ao reconhecimento da necessidade de preservação de certos aspectos ambientais e sociais, reconhecidos como importantes na competitividade. Neste momento, há a busca da redução dos impactos causados pelo turismo de massa, uma vez que se considera que este é responsável pela maior parte do turismo.

A última abordagem baseia-se na idéia de que o **turismo integra uma estratégia global de desenvolvimento sustentável**, que só pode existir através da consideração da totalidade de seus elementos (econômicos, sociais e ambientais); nesse contexto, o turismo seria um meio que pode ser importante, ou não, para o atingimento de objetivos econômicos, sociais e de proteção ambiental.

Enquanto a classificação de CLARKE (1997) dá grande ênfase à relação entre a escala do turismo e a sua sustentabilidade, BENI (1998) faz uma contribuição significativa ao identificar a predominância do aspecto ambiental em algumas definições e estudos chegando, inclusive, a conferir a estes uma categoria específica - **turismo ecologicamente sustentável**.

Esta constatação fica ainda mais evidente quando se comparam as propostas de categorização de BENI (1998) e de McCOOL e MOISEY (2001). Os últimos propõem uma divisão dos



conceitos em três grupos – (1) sustentando o turismo; (2) turismo sustentável e (3) turismo como forma de desenvolvimento, ou seja, os canadenses juntam na segunda posição as duas intermediárias de BENI – “turismo ecologicamente sustentável” e “desenvolvimento sustentável do turismo” – ignorando a dominância do aspecto ambiental presente em grande parte dos conceitos.

Além de buscar agrupar as diferentes definições existentes, autores como CAMPBELL (1996) e BUTLER (1997) procuram avançar, tentando entender as razões para a ambigüidade do conceito de turismo sustentável. Seus estudos indicam que o fato deste conceito estar baseado num único setor (o turismo), o que contrasta com a noção ampla de desenvolvimento sustentável - que implica numa abordagem multisetorial – pode ser o motivo para a ambigüidade.

Uma outra possibilidade pode ser encontrada na análise do contexto histórico das atitudes em relação ao turismo descritas por Jafari (1990 apud HARDY, BEETON E PEARSON, 2002). O autor argumenta que linhas de pesquisa do turismo foram formadas sequencialmente através do tempo – apesar de ainda existirem partidários de cada uma delas na atual literatura do turismo. As eras identificadas por Jafari são as seguintes:

- a) Era dos defensores. Os pertencentes a este grupo escrevem sobre os benefícios econômicos do turismo e sua habilidade de oferecer uma alternativa econômica viável para os países em desenvolvimento, gerando receitas em moeda forte. Eles também argumentam que o turismo preserva as culturas e resgata as tradições sem proporcionar grandes impactos ambientais. Esta linha foi popular após o fim da Segunda Guerra Mundial, influenciando autores de turismo como Thurot (1973 apud OPPERMANN, 1993), Miossec (1976 apud OPPERMANN, 1993) e Schlenke e Stewing (1983 apud OPPERMANN, 1993). Este enfoque inicial do turismo pode ser considerado como precursor do turismo sustentável, uma vez que foi da falta de satisfação com esta abordagem que surgiram outras alternativas, onde se desenvolveu a noção de turismo sustentável.
- b) Era dos cautelosos. Esta linha propunha um alto grau de intervenção do setor público e foi proposta por acadêmicos e cientistas sociais que haviam vivido os impactos do turismo (tais como rupturas nas comunidades receptoras, empregos temporários e impactos ambientais.) Nos anos 60, com o aumento da consciência ambiental que ocorreu paralelamente ao advento do turismo de massa, houve um grande número de

pesquisas direcionadas para os impactos ambientais do turismo. Este movimento foi acompanhado pelo questionamento da habilidade do desenvolvimento econômico em distribuir a riqueza gerada pelo turismo. Parece razoável imaginar que, como resultado, o desenvolvimento do conceito de turismo sustentável foi incentivado, passando a incluir questões ambientais e socioculturais.

- c) Era da adaptação. A plataforma de adaptação surgiu no início dos anos 80, sendo formada por recomendações sobre formas de turismo que produzissem mais resultados positivos tanto para a comunidade como para o meio-ambiente. Esta linha é tipificada por seus partidários como alternativas ao turismo de massa que criaram uma série de opções, tais como: *green tourism*, *soft tourism*, *small tourism* e ecoturismo. A diferença em relação à linha anterior consiste no debate sobre a definição de turismo sustentável e como esta poderia ser operacionalizada.
- d) Era do conhecimento. Esta linha tornou-se evidente nos últimos anos quando os autores buscaram entender o funcionamento do turismo como um sistema que inclui estruturas e funções. Os proponentes desta plataforma não questionam mais os impactos. Estes são aceitos e a ênfase é transferida para o entendimento de COMO estes ocorrem. DOWLING (1992 apud HARDY, BEETON E PEARSON, 2002) reconhece que esta nova linha substitui o “idealismo” pelo “realismo”, onde se busca a cooperação e a aceitação de que os conflitos entre turismo, meio-ambiente e cultura estarão sempre presentes. O desafio é minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos. Os autores sugerem que a criação do Journal of Sustainable Tourism sinaliza o grande desejo de entender melhor o conceito de turismo sustentável e a sua operacionalização dentro da indústria do turismo. Os aliados desta plataforma podem ser identificados com a iniciativa de operacionalização do conhecimento relacionado ao turismo sustentável. Estes têm se envolvido com o desenvolvimento de indicadores, códigos de práticas e diretrizes que encorajam a adoção de práticas mais sustentáveis por qualquer componente da indústria do turismo, independente de sua escala. Outro fator significativo é a diminuição da importância da definição precisa de turismo sustentável. O caminho para se chegar a ele passa a ser o foco.

Com o objetivo de se conhecer melhor os conceitos de turismo sustentável e o questionamento da concentração de esforços dos acadêmicos em estabelecer a “correta” definição do que é a sustentabilidade no contexto do turismo, recorremos ao trabalho de GARROD E FYALL (1998). Os autores trazem uma extensa amostra das definições

existentes na literatura (Quadro 1). Foram acrescentadas as duas últimas definições do quadro, provenientes de literaturas mais recentes – SWARBROOKE (2001) e Comissão de Comunidades Europeias (2003) - com o objetivo de demonstrar que as definições apresentadas pelos autores no final da década de 90 continuam atuais.

**Quadro 1 – Definições de Turismo Sustentável da Literatura**

---

“Turismo sustentável é uma abordagem positiva que tem como objetivo reduzir as tensões e atritos criados pela complexa interação entre a indústria do turismo, o meio ambiente e as comunidades receptoras ...uma abordagem que envolve um trabalho para a viabilidade e qualidade de recursos naturais e humanos no longo prazo.” (BRAMWELL e LANE, 1993, p.2)

---

*“(Turismo sustentável envolve) buscar uma relação mais produtiva e harmoniosa entre o visitante, a comunidade receptora e o lugar (e desse modo alcançando) uma situação que pode ser mantida sem esgotar os recursos, enganar o visitante ou explorar a população local.”* (English Tourist Board, 1991, p.15)

---

*“O desenvolvimento do turismo sustentável pode ser imaginado como atendimento das necessidades dos turistas de hoje e das comunidades receptoras, ao mesmo tempo protegendo e aumentando as oportunidades futuras....levando ao gerenciamento de todos os recursos de tal forma que possa atender às necessidades econômicas, sociais e estéticas enquanto mantém a integridade cultural, processos ecológicos essenciais, diversidade biológica e suporte aos sistemas que garantem a vida.”* (INSKEEP, 1991, p.461) e (OMT, 2003, p.24)

---

*“Para ser sustentável (o turismo) requer o estabelecimento de uma indústria que inclua considerações dos efeitos da atividade econômica no longo prazo em relação aos recursos e, ainda, preocupação com as necessidades desta e das futuras gerações.”* (CURRY e MORVARIDI, 1992, P.131)

---

*“O turismo sustentável depende de : (a) atender as necessidades da população local no sentido de melhora a qualidade de vida no curto e longo prazo, (b) satisfazer a demanda do crescente número de turistas e continuar a atraí-los e (c) salvaguardar o meio-ambiente para alcançar os dois objetivos anteriores.”* (CATER e GOODALL, 1992, p.318)

---

*“No caso da indústria do turismo, o desenvolvimento econômico possui um significado muito específico – o desafio da indústria é de desenvolver a capacidade turística e a qualidade dos produtos sem afetar colateralmente os ambientes físicos e humanos que os mantêm”.(CRONIN, 1990 , p.13)*

---

*“O conceito de sustentabilidade é central para a reafirmação do papel do turismo na sociedade. Ele exige uma visão da atividade econômica de longo prazo , questiona o imperativo de crescimento econômico continuado e garante que o consumo do turismo não excederá a capacidade das destinações receptoras de atender aos turistas futuros”* (ARCHER e COOPER, 1994, p. 87)

---

*“O turismo [...] é dependente de um determinado estoque de atributos naturais, construídos e sócio-culturais...para buscar o desenvolvimento sustentável destes recursos eles precisam ser gerenciados de forma a permitir que as necessidades econômicas da indústria e a necessidade experiencial dos turistas sejam atendidas ao mesmo tempo que mantém a integridade cultural, preserva e aumenta a diversidade biológica e mantém os*

---

---

*sistemas que garantem a vida.” (HARRIS e LEIPER, 1995)*

---

*“Formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades.” (SWARBROOKE, 2002, v.I, p. 19)*

---

*“...turismo que é viável do ponto de vista econômico e social e não desvaloriza o ambiente nem a cultura local. Significa sucesso comercial e econômico; contenção, preservação e desenvolvimento ambiental; e responsabilidade para com a sociedade e os valores culturais, isto é, três aspectos interdependentes.” (CCE, 2003, p. 6)*

---

*“...é aquele que mantém e, onde possível, valoriza as características dos recursos naturais e culturais nos destinos, sustentando-as para as futuras gerações de comunidades, visitantes e empresários.” (WWF, 2003, p.23)*

---

Fonte: Adaptado de GARROD e FYALL (1998).

As definições acima propõem, cada uma à sua maneira, que a indústria do turismo abandone a visão puramente econômica, agregando a esta preocupações ambientais e socioculturais. Não há uma regra que estabeleça como devem ser consideradas estas novas dimensões; pelo contrário, “o conceito de desenvolvimento sustentável (e, portanto, também o de turismo sustentável) é maleável e pode ser conformado para se adaptar às diversas visões de mundo” (HUNTER, 1997, p.852).

Apesar de IOANNIDES (1995) reforçar a necessidade de “maleabilidade”, defendendo que não há um formato definido para o turismo sustentável e que o desenvolvimento do turismo adotado por cada destino deve contemplar as especificidades e circunstâncias de cada localidade, o autor alerta para a predominância do ambiental sobre o social - “...no afã de proteger a vida animal da região, os defensores do ecoturismo freqüentemente alienam a comunidade receptora, esquecendo de demonstrar como esta pode se beneficiar desta nova indústria” (IOANNIDES, 1995, p.585). Esta não é uma percepção isolada. SCHEYVENS, (1999) defende que na literatura, seja ela referente a relato de casos empíricos ou conceitual, o aspecto ambiental tem suplantado o social.

Este trabalho pretende focar nos aspectos sociais por entender que o conceito formulado pela Comissão Brundtland (1987) possui dois aspectos-chave:

- “O conceito de necessidades e bem estar , particularmente dos pobres a quem deve se dar prioridade
- A idéia de limitações, impostas pelo nível tecnológico e organizações sociais, do ambiente em atender as necessidades presentes e futuras.” (WCED, 1987, p.43)

Sendo assim, adotaremos para o presente estudo a definição de turismo sustentável da WTO que foi revista em março de 2004 no encontro do Comitê de Desenvolvimento Sustentável do Turismo da WTO, realizado na Tailândia.

*“As diretrizes e práticas gerenciais do desenvolvimento sustentável do turismo são aplicáveis à todas as formas de turismo e em todos os tipos de destinação, incluindo turismo de massa e os diversos nichos de mercado turístico. Princípios de sustentabilidade se referem a aspectos ambientais, econômicos e sócio-culturais do desenvolvimento do turismo, e um equilíbrio apropriado deve ser estabelecido entre estas três dimensões para que a sustentabilidade de longo-prazo seja garantida”<sup>11</sup>*

### **III.3.2 - O Aspecto Social do Turismo Sustentável**

Apesar da predominância dos aspectos econômicos e ambientais, as comunidades têm recebido atenção na literatura do turismo gerando, basicamente, três linhas de estudo. A primeira, e mais estruturada, está direcionada à verificação da percepção dos residentes em relação aos impactos causados pelo turismo – seja no campo social, ambiental ou econômico – e ao entendimento de como estes fatores afetam sua atitude (de apoio ou rejeição) em relação ao turismo. A segunda busca, através de abordagens mais conceituais ou estudos de casos, identificar e classificar os impactos sociais decorrentes das atividades da indústria do turismo nas localidades destino. A terceira linha, bem mais restrita que as anteriores, é representada pelos esforços que alguns “elos” da cadeia produtiva do turismo (operadoras, empresas aéreas, indústria de acomodação, cruzeiros marítimos, etc.) para incluir questões relativas à sustentabilidade em seus princípios e ações, visando a redução dos impactos sociais negativos nas comunidades com as quais interagem.

#### **III.3.2.1 - Percepção e Atitude dos Residentes em Relação ao Turismo**

Na busca pelo entendimento da percepção dos residentes e sua relação com o turismo, diversos autores buscam identificar variáveis e construir modelos que permitam explicar a influência destas variáveis no comportamento dos residentes. O primeiro modelo que encontramos na literatura é o Irridex de DOXEY (1975 apud GETZ, 1994; LANKFORD e HOWARD, 1994; BRUNT e COURTNEY, 1999; MASON e CHEYNE, 2000). Esse modelo sugere que a comunidade passa por uma série de reações à medida em que a indústria do

---

<sup>11</sup> definição disponível em <<http://www.world-tourism.org/sustainable/top/concepts.htm>>. Acesso em 5 dez. 2004.

turismo vai se desenvolvendo na região. Assim, a euforia inicial é seguida pela apatia, irritação e, eventualmente, antagonismo. Existe uma ligação entre esta sucessão de reações e o modelo de ciclo de vida da destinação turística de BUTLER (1980 apud GETZ, 1994; LANKFORD e HOWARD, 1994; AKIS, PERISTIANIS, WARNER, 1996; COOPER et al. 2003), que identifica uma série de fases na evolução de um destino turístico (exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio ou rejuvenescimento). Estes estágios são implicitamente acompanhados pelo crescimento de efeitos adversos na comunidade local, sugerindo que esta vai se tornando menos favorável ao turismo à medida que este atinge características do turismo de massa.

Os modelos de DOXEY e BUTLER sugerem que a mudança de atitude dos residentes ao turismo é algo que acontece com o passar do tempo. Contudo, os estudos de GETZ (1994) e JOHNSON, SNEPENGGER e AKIS (1994), apesar de confirmarem o aumento da negatividade nos estágios mais avançados de turismo, identificam a existência de outras variáveis importantes na influência dos comportamentos dos residentes. Neste momento, os pesquisadores buscam, intensamente, identificar as variáveis e buscar entender a relação entre estas e as atitudes dos residentes. A seguir estão demonstradas as principais contribuições:

- a) Dependência econômica do turismo - JOHNSON, SNEPENGGER e AKIS (1994) relatam a existência de ligação entre a atitude em relação ao turismo e o estado da economia local. PIZAM, MILMAN e KING (1994) identificam a existência de maior propensão ao apoio da atividade turística entre os membros da comunidade que são empregados da indústria ou realizam atividades que atendem aos turistas.
- b) Distribuição dos benefícios econômicos – A forma de distribuição dos benefícios econômicos na comunidade – buscando atingir os seus “reais” membros - foi uma variável identificada no estudo de GETZ (1994)
- c) Gênero – a relação entre apoio ao turismo e o gênero foi testada por HARVEY, HUNT E HARRIS JR.(1995) que não verificaram nenhuma diferença no apoio dado ao turismo por integrantes dos dois sexos.
- d) Proporção de turistas – refere-se à proporção do número de turistas em relação ao número de residentes, fornecendo uma indicação da intensidade do fluxo dos turistas.

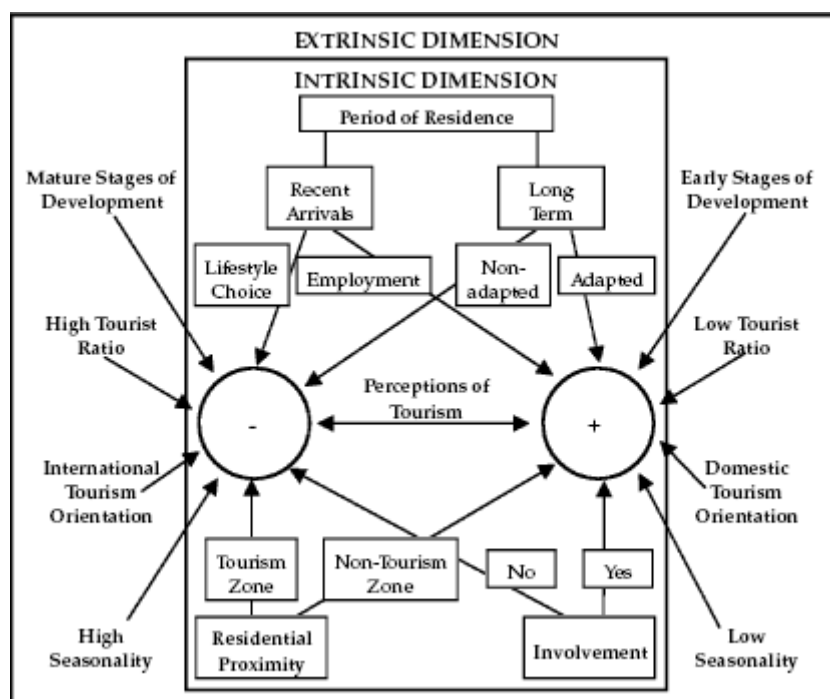
Aqui também está sendo considerada a questão da sazonalidade, uma vez que os impactos tornam-se mais visíveis na alta temporada - através de elevado número de pessoas na localidade, congestionamentos, lixo, aumento de preços, entre outros.(MADRIGAL, 1995)

- e) Tempo de residência na comunidade – LANKFORD, 1994; MADRIGAL, 1995.
- f) Distância entre a residência e o centro turístico – WALL (1996) identifica que quanto maior a exposição do residente , maior as suas reservas em relação ao turismo. A variação na atitude em relação ao turista, pelas populações residentes, é afetada pelo tipo de turista que visita estas áreas. Mais especificamente, o grau de diferença existente entre as populações locais e visitantes, em termos raciais, cultural, e nível socioeconômico terão um grande impacto nas reações locais.
- g) Nível de contato com os turistas – SMITH, 1989; LANKFORD, 1994; AKIS, PERITIANIS e WARNER, 1996.
- h) Habilidade percebida de influenciar o planejamento do turismo - LANKFORD, 1994
- i) Tamanho da comunidade – CAPENERHUST (1994, citado em MASON e CHEYNE, 2000) sugere que comunidades menores são mais propensas a ter uma reação mais forte ao desenvolvimento do turismo, uma vez que este é mais visível para elas. Esta afirmação é comprovada no trabalho de LOWSON, WILLIAMS E COSSENS (1998).

Com esta profusão de variáveis não tardaram a surgir modelos e equações sofisticadas procurando a melhor forma de relacioná-las e de explicar as mudanças de atitude dos residentes(LINDBERG, DELLAERT, RASSING, 1999). Já em 1994, LANKFORD e HOWARD conceberam uma proposta para a associação de uma série de variáveis sociodemográficas – tempo de residência, dependência econômica do turismo, distância entre a residência e o centro turístico, nível de participação do residente no processo de decisão, local de nascimento, nível de conhecimento sobre o turismo, nível de contato com turistas, características demográficas, impacto percebido nas recreações externas e taxa de crescimento da comunidade.

FAULKNER e TIDESWELL (1997) avançam buscando separar estas variáveis em dimensões intrínsecas e extrínsecas, compondo um referencial de análise que tem como objetivo evitar problemas advindos dos impactos do turismo. A Ilustração 1 demonstra as variáveis consideradas no estudo e como estas impactam as reações dos residentes em relação ao turismo.

**Ilustração 1- Fatores que afetam a atitude dos residentes em relação ao turismo**



Fonte: FAULKNER e TIDESWELL (1997)

De uma maneira geral todos os estudos mencionados acima tinham como racional a idéia de que com o desenvolvimento do turismo os impactos aumentariam, o que tornaria os moradores menos favoráveis à atividade. Contudo, AP (1992) faz uma contribuição baseada na teoria da troca social, cuja essência é o entendimento de que a relação entre os residentes e os visitantes é uma troca entre custos e benefícios. O resultado – que consiste na atitude positiva ou negativa em relação ao turismo – depende do resultado final desta relação. Nesse sentido, é interessante considerar a afirmação de TOSUN (2002), que indica que a maioria das conclusões sobre a percepção dos impactos advindos do desenvolvimento do turismo mostram que os residentes percebem o impacto econômico como positivo enquanto o sócio-cultural, legal e ambiental, em muitos casos, são vistos como negativos e em alguns casos, como neutros. Isso explica os resultados obtidos por LINDBERG e JOHNSON (1997), que



demonstram que o ganho econômico advindo do turismo tem melhor poder de prever o comportamento dos residentes do que a percepção dos impactos negativos.

RYAN e MONTGOMERY (1994) desafiam a crença presente em grande parte dos estudos – como é o caso do modelo de Doxey (Irridex) e Butler (Ciclo de Vida do Destino Turístico) – que pressupõem uma certa homogeneidade e unicidade nas reações da comunidade – categorizando os residentes de acordo com a sua atitude em relação ao turismo. Essa idéia tem sido a base para outros autores (JOPPE, 1996; SNAITH e HALEY, 1999; MASON e CHEYNE, 2000; WILLIAMS e LAWSON, 2001; JUROWSKI e GURSOY, 2004) que têm buscado evidências empíricas.

Pressupor que as comunidades não terão problemas com relação ao turismo pode ser uma visão romântica (TAYLOR, 1995). Contudo, mediante o mapeamento e entendimento dos principais pontos de conflito, podem surgir soluções. A seguir serão identificadas as principais questões relativas à participação da comunidade no desenvolvimento do turismo, que, como vimos, é condição fundamental para que se garanta a equidade intra-geracional da sustentabilidade.

### **III.3.2.2 - Impactos na Comunidade**

Na literatura de percepção de impactos e atitudes dos residentes em relação ao turismo, observamos que os impactos do turismo nas comunidades são abordados de maneira secundária, como forma de se entender fatores que levam ao apoio ou rejeição do turismo. Já os artigos que tratam diretamente a questão dos impactos, têm uma abordagem muito fragmentada que trata de pontos específicos – tais como cultura, política, ou participação dos *stakeholders*. Sendo assim, os impactos na comunidade são relatados de maneira esparsa, sem qualquer preocupação em catalogar, descrever ou classificar os mesmos. WALPOLE e GOODWIN (2000) mencionam que “...poucos estudos examinaram o benefício local como parte de uma abordagem mais ampla dos impactos” (p.561).

É esta a abordagem que se quer dar a este tópico. Com este objetivo iremos verificar duas propostas de classificação encontradas na literatura acadêmica, mapeando – segundo uma destas estruturas – os principais impactos locais descritos na literatura pesquisada.

Em 1998, encontramos a primeira tentativa de classificação dos impactos na comunidade, elaborada para instrumentalizar a comparação de atitudes em relação ao turismo de dez comunidades da Nova Zelândia. Neste estudo, LAWSON, WILLIAMS e COSSENS (1998), listaram os quesitos a serem observados em cada uma das localidades, agrupando os impactos sociais em seis grupos: **econômico** (benefícios do turismo, aumento do custo de vida, e nível de investimento externo), **emprego** (geração de emprego para a comunidade local, tipo de emprego gerado, contribuição dos funcionários para a localidade), **infra-estrutura e instalações** (melhoria nos serviços públicos e adequação de infra-estrutura para o volume de turistas, oportunidade de consumo local), **efeitos sociais adversos** (poluição sonora, crime, sujeira e desordem), **contato com turistas** (número de visitantes recebidos em relação à população, tempo de estada, diferenças de comportamento) e **atmosfera da cidade** (mudança na qualidade de vida dos residentes, aparência física da cidade, sentimento dos residentes em relação às comunidades a que pertencem)

A segunda forma de categorização, bem mais simples, foi proposta por SCHEYVENS (1999) – com base no trabalho de FRIEDMANN – em artigo que tinha como objetivo abordar a questão da atribuição de poder à população local. A autora utiliza a descrição de impactos em quatro categorias como forma de identificar as comunidades fortalecidas ou não<sup>12</sup>. As categorias são: **econômico** (oportunidades de emprego – formal ou informal – e oportunidades de negócios, avaliando regularidade dos ganhos e forma de distribuição dos benefícios), **psicológico** (auto-estima, valorização da cultura e tradições locais), **social** (crimes, pedintes, sensação de lotação, desapropriações de terras tradicionalmente ocupadas por moradores, perda de autenticidade e prostituição) e **político** (participação nas decisões).

De maneira geral, os impactos mapeados pelas duas propostas são equivalentes. A diferença reside na forma de agrupamento, o que garante a LAWSON, WILLIAMS e COSSENS (1998) um número de categorias superior às de SCHEYVENS (1999).

Para a consolidação dos principais impactos descritos na literatura utilizaremos a forma de categorização de SCHEYVENS (1999) por entender que esta permite uma melhor acomodação dos impactos identificados na literatura.

---

<sup>12</sup> O texto fala sobre empowerment que apesar de não ter um sinônimo compatível na língua portuguesa, aqui foi traduzida por “fortalecimento” e “atribuição de poder”

### **a) Impactos Econômicos na Comunidade**

Entre os autores encontramos aqueles que propõem e defendem o turismo como uma forma de desenvolvimento (LEA, 1988). Um exemplo são ARAÚJO E BRAMWELL (1999) que ressaltam o potencial do turismo de assegurar desenvolvimento econômico e social proporcionando a diversificação da economia local - que geralmente é dependente da agricultura e do extrativismo.

Existem também os críticos que expressam a visão de que o turismo, em geral contendo muitos padrões externos de crescimento, meramente perpetua as desigualdades entre as nações consumidoras desenvolvidas e os anfitriões em desenvolvimento. (WALPOLE E GOODWIN, 2000).

Esta questão fica mais clara quando observamos o caso analisado por DYER, ABERDEEN, SCHULER (2003), onde a receita advinda do turismo contribui para a independência econômica e pessoal da comunidade (neste caso índios do Parque Cultural Aborígene Tjapukai, Austrália), mas os benefícios são maiores para os “interesses externos”, uma vez que são os interesses não-indígenas que freqüentemente ditam os parâmetros dos serviços e infraestrutura, de acordo com a indústria global do turismo.

A seguir traremos exemplos mencionados na literatura sobre os principais pontos que compõem o impacto econômico.

O principal benefício econômico mencionado na literatura são os empregos – diretos ou indiretos – gerados na região. Não há dúvidas sobre o número de postos de trabalho que se criam com a implantação de um empreendimento turístico. No entanto, é importante verificar que muitas vezes a população local não preenche os requisitos básicos – quer por falta de treinamento ou por inexistência de habilidades relevantes – para o preenchimento destes postos (WALPOLE E GOODWIN, 2000). Como resultado, as oportunidades de emprego para a comunidade local são limitadas a postos modestos que requerem pouca educação formal ou treinamento. Os postos mais elevados – gerência e outros que requerem maior formação – são muitas vezes preenchidos por pessoas de outras regiões ou países. Ainda na questão do emprego os estudos demonstram que a sazonalidade do turismo – que reflete no número de postos de trabalho - traz implicações na regularidade dos ganhos. Este fato se torna ainda mais perturbador quando notamos que a sazonalidade impacta com maior vigor justamente os cargos mais modestos.

Um ponto positivo mencionado por SMITH (2001) é a criação de oportunidades de trabalho para as mulheres. Estas que dificilmente teriam colocação na atividade pesqueira foram

beneficiadas com o desenvolvimento do varejo e do setor de serviços impulsionado pelo turismo.

Além do trabalho, a comunidade pode receber benefícios econômicos através da integração de empresas e negócios de sua propriedade na cadeia produtiva do turismo. Neste sentido, WALPOLE E GOODWIN (2000) lembram que o turismo é um negócio pertencente ao setor terciário que se desenvolve em locais onde a indústria é predominante primária – pesca e agricultura. O turismo está baseado na indústria manufatureira – setor secundário – que supre, com produtos processados, suas operações e grande parte de sua infra-estrutura. Devido à existência escassa de empresas pertencentes ao setor secundário nas localidades em que o turismo é instalado (ou falta de relacionamento onde este existe), temos como resultado a busca de fornecedores externos.

Desta forma, na maior parte dos casos, a ligação entre comunidade e empreendimentos turísticos se restringe à produção e venda de artesanato ou a atividades do setor terciário (como passeios, transporte, restaurantes, pousadas, etc.). Mas mesmo aqui, por falta de habilidade administrativa ou capital, os hotéis modernos floresceram em detrimento das pousadas e pensões. Apesar de haver pequenos restaurantes de propriedade dos locais, a maioria dos turistas frequenta os restaurantes dos hotéis ou restaurantes pequenos desenvolvidos especialmente para os turistas. (WALPOLE E GOODWIN, 2000).

A falta de habilidade gerencial pode colocar a população local em posições ou parcerias extremamente desvantajosas. Quando abordamos a questão da venda de artesanato observamos que muitas vezes o artesão trabalha de forma comissionada por “atacadistas” que fornecem a matéria prima e compram o produto final por uma pequena soma. Depois, estes vendem os produtos para as lojas, ou exportam, com lucro considerável. SCHACKLEY (1996) relata ter identificado que a diferença entre o preço pago para o artesão e o cobrado por uma loja, em Jaisalmar-Índia, pode chegar a 500%. Situações como esta devem ser evitadas, pois como defendem DYER, ABERDEEN, SCHULER (2003) “A menos que os resultados permeiem a comunidade Djabugay, seus membros continuarão a perceber os impactos do turismo como um benefício duvidoso, pelo menos em termos econômicos.” (p.95)

Outro exemplo interessante de atividade associada à indústria do turismo é o “Safári de Camelo” desenvolvido pela população de Jaisalmar, Índia. Neste local, apesar da população não participar da indústria do turismo através da propriedade de meios de acomodação ou de emprego nos mesmos, ela domina os safáris. É significativo mencionar que esta indústria possui uma margem muito pequena – mas proporciona de 7 a 8 vezes os ganhos que locais

teriam se investissem na agricultura - e é concentrada em alguns estratos da população – uma vez que a entrada no negócio depende da aquisição de camelos, o que exige capital inicial (SHACKLEY, 1996).

SMITH (2001), em artigo que avalia a questão do pequeno empreendimento privado, menciona que enquanto esta atividade – pensões e pousadas – pode ser lucrativa e agradável em países desenvolvidos, nos países do terceiro mundo pode acarretar impactos culturais e sociais – inclusive cargas excessivas de trabalho. Nesse sentido, a autora menciona o trabalho de KOURIS (1989), que entrevista camareiras de um hotel de padrão internacional e donas de pousada de Belize e constata que as camareiras consideravam-se privilegiadas (informações sobre resultado da pesquisa no ANEXO 2).

Uma importante fonte de empregos está associada à proteção ambiental. Com a criação de Parques Nacionais, ONGs de preservação, entre outros, muitos habitantes locais têm sido contratados para trabalhar na preservação e disseminação das questões relativas ao meio ambiente. O envolvimento da comunidade local – através de empregos ou outras ações – é importante para mostrar que a proteção ambiental será economicamente benéfica para a comunidade (IOANNIDES, 1995), reforçando seu interesse na preservação.

Através de exemplos, buscamos demonstrar que a questão econômica também depende do acesso a recursos produtivos, sejam eles representados por capital, propriedades ou habilidade administrativa (SIMMONS 1994). É importante ter em mente que caso a receita advinda do turismo não circule na economia local – devido à falta de qualquer um dos recursos mencionados – os ganhos serão escoados para outros locais. Outro ponto de destaque é a forma de distribuição dos recursos na comunidade, como constata DYER, ABERDEEN, SCHULER (2003) “A menos que os resultados permeiem a comunidade Djabugay, seus membros continuarão a perceber os impactos do turismo como um benefício duvidoso, pelo menos em termos econômicos.” (p.95)

Na busca pela geração de receitas para a população local, é importante considerar que isto pode gerar uma grande dependência da população local em relação a uma única indústria: a do turismo. Com a atração da mão-de-obra de outros setores, como agricultura e pesca, causa-se a desestruturação de outras atividades econômicas (VENTURA, 2002). Este movimento é estudado por diversos autores. GÖSSLING (2002) descreve a situação que encontrou em Zanzibar (África), onde verificou que, com a introdução do turismo, grande parte da população abandonou o trabalho tradicional, particularmente os pescadores que deixaram sua

atividade para vender passeios de barco aos turistas. Outros, que viviam da extração e venda de mariscos, foram obrigados a mudar de atividade devido à proibição de retirada de mariscos na região em frente dos hotéis.

A entrevista feita com o Prof. Suryani, da Universidade Udayana, também sinaliza efeitos negativos da dependência da comunidade em relação ao turismo. Em artigo que fala sobre a diminuição de demanda ocorrida em Bali, Indonésia – em decorrência de um ataque a bombas - FITRI (2002) reproduz declarações do Prof. Suryani que evidenciam a vulnerabilidade do turismo e, conseqüentemente, daqueles que estão associados a ele: “As pessoas de Bali foram gradualmente abandonando suas vidas ligadas à agricultura conforme foram descobrindo que o turismo trazia dinheiro rápido e fácil”, “Elas venderam suas terras...Fazendas foram convertidas em hotéis e *resorts*, lojas de lembranças e outros empreendimentos relacionados ao turismo.”, “Houve uma série de catástrofes que provaram a vulnerabilidade do turismo, como em 90, quando ocorreu a Guerra do Golfo, o alerta do Governo Japonês para que seus cidadãos evitassem viajar para Bali depois que turistas japoneses sofreram de diarreia em sua estada na ilha, assim como os problemas econômicos no país.”

Considerando que o emprego na indústria turística e a prosperidade dos negócios associados à ela dependem do volume de turistas que o destino recebe, não é difícil imaginar que questões como sazonalidade e diminuição de demanda provocam impactos significativos na economia local.

#### **b) Impactos Psicológico na Comunidade**

Nos aspectos psicológicos será considerada basicamente a cultura das comunidades receptoras, uma vez que SCHEYVENS (1999), defende que a auto-estima dos membros da comunidade é elevada com o reconhecimento de sua singularidade e valor de sua cultura, de seus recursos naturais e suas tradições. Por esta razão, preservar a herança cultural, manter os valores tradicionais e proporcionar experiências autênticas para os turistas sempre foram considerados como requisitos importantes do turismo sustentável. (LIU, 1997).

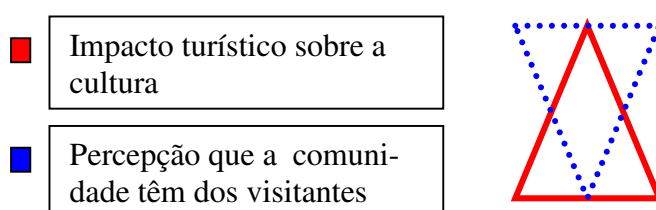
A cultura é um dos aspectos mais estudados na literatura do turismo. Os impactos sobre ela acontecem mediante as relações – comerciais ou não – entre turistas e comunidade local. Essas interações foram intensamente exploradas no livro de Valene Smith - “*Hosts and guests: the anthropology of tourism*” - que teve sua primeira edição em 1977.

Nesta obra, a autora argumenta que lidar com turistas pode ser um trabalho repetitivo e monótono, principalmente quando o volume de turistas é grande. A exposição a leva

contínuas de turistas acarreta o obscurecimento da identidade individual de cada visitante que passa a ser rotulado apenas como “turista”. Uma vez que os visitantes se tornam objetos inanimados, que são tolerados pelo ganho econômico, os turistas também passam a olhar seus anfitriões apenas com curiosidade e, também, como objetos.(SMITH , 1989).

SMITH faz a seguinte representação (Ilustração 2) buscando demonstrar o limite ideal de turistas para uma determinada localidade: “Acredito que o ponto crítico no desenvolvimento de uma indústria de turismo de sucesso acontece próximo a interseção dos dois triângulos...” (1989, p. 14).

**Ilustração 2 – Relação entre Percepção que Comunidade tem dos Visitantes X Impacto Cultural**



Fonte: SMITH, (1989, p. 14)

Certamente os impactos na cultura não são iguais em todas as localidades. É natural esperar-se que os impactos na cultura sejam proporcionais ao grau de diferença existente entre as populações locais e os visitantes, em termos raciais, culturais e nível socioeconômico (FAULKNER e TIDESWELL, 1997).

As manifestações de cultura consistem, geralmente, em produção de artesanato, apresentações culturais e manifestações populares. Existem autores que defendem o turismo como forte encorajador da preservação e do resgate da cultura das comunidades (SMITH, 1989, McKEAN, 1989; BESCULIDES, LEE e McCORMICK, 2002; GRÜNEWALD, 2002), enquanto outros questionam esta possibilidade frente à “mercantilização” da cultura que é transformada em “atrativo” pelo turismo (JAMISON, 1999; ROBINSON , 1999; GÖSSLING, 2002). GREENWOOD (1989) lembra que “a cultura local – qualquer que seja ela – é alterada e freqüentemente destruída pelo seu tratamento como uma atração turística” (p.173). Para ilustrar sua colocação o autor faz uma análise do esvaziamento de uma manifestação cultural – o Alarde<sup>13</sup> - que ocorre anualmente em Fuenterrabia, Espanha. Esta visão antropológica

<sup>13</sup> O Alarde, que acontece em Fuenterrabia (Espanha Basca), é uma encenação feita por todos os habitantes da cidade para comemorar a vitória da Espanha sobre a França numa determinada batalha, onde se reafirmava a sua

permite um entendimento distinto daquele proposto pelos economistas e planejadores que vêem a cultura como um atrativo, um recurso natural ou serviço.

Além do “esvaziamento” do significado das manifestações culturais, os autores questionam a autenticidade de manifestações que são produzidas – a alteradas – para atender às expectativas dos turistas. WALL (1997, p.1) menciona que “Paradoxalmente, no contexto turístico, os residentes de um destino são encorajados a reter suas tradições para possibilitar o seu desenvolvimento”. Já McKEAN (1989, p.126) nota que :“Um tema irônico permeia esta análise: a modernização em Bali está ocorrendo - os turistas introduzem novas idéias e são a principal fonte de recursos. Contudo, o turista espera a perpetuação das antigas tradições, especialmente em apresentações e nas artes plásticas.... Ambos conservadorismo e necessidade econômica encorajam os balineses a manter suas habilidades como escultores, músicos e dançarinos para que tenham recursos para a modernização”

Com o objetivo de preservar a cultura local dos problemas citados anteriormente, alguns autores sugerem a criação de locais com “modelos de cultura” que seriam uma espécie de museu onde crianças da comunidade e turistas podem aprender história de uma forma viva. Apesar de só se fazer a reconstrução dos estilos de vida que se quer observar, estes modelos oferecem uma vista etnográfica mais precisa do que a refletida na cultura nativa moderna, e permite aos visitantes a liberdade de observar e fotografar a vontade, sem invadir a privacidade dos habitantes locais (SMITH, 1989). As representações e espetáculos realizados em ambientes completamente artificiais – como os resorts – são mencionados como alternativa para a preservação da integridade da cultura local.

SMITH (1989) defende que apesar da diversidade de casos e de autores, as pesquisas demonstram que de forma geral o turismo não é o principal fator de mudança cultural na maioria das sociedades. LIU (2003) cita outras fonte de mudanças, tais como globalização, mídia de massa, modernização das telecomunicações e desenvolvimento da tecnologia da informação. Esta posição é fortalecida por McKEAN (1989) que, na revisão do seu trabalho – escrito originalmente em 1977 – reconhece que as culturas locais têm sido afetadas pelo

---

própria cultura. O Alarde não é um espetáculo para ser visto, mas sim para se participar. Mesmo assim, após um incidente em que esta apresentação foi divulgada para atrair turistas, os habitantes da cidade começaram a ter dificuldades em participar dela. Dois anos depois do incidente, o governo municipal estava considerando pagar pela atuação da população local no evento. O ritual tornou-se uma apresentação feita por dinheiro e o significado se foi.



turismo, mas também por outras variáveis, como industrialização, poluição, pobreza, migração, guerras, etc. Estes fatores ainda são pouco explorados pela literatura.

### **c) Impactos Sociais na Comunidade**

Os impactos no chamado “tecido social” são os principais componentes das questões sociais da comunidade. Esses se referem às mudanças de comportamento e de relacionamento que ocorrem na comunidade em decorrência do contato do habitante local com pessoas de fora (de outro país ou de outras regiões). Esse tipo de impacto é um dos mais complexos, uma vez que ocorre lentamente, o que dificulta o estabelecimento de uma relação direta entre essas questões e o turismo. PEARCE (2001) assinala que os problemas são diretamente proporcionais à diferença entre a comunidade anfitriã e o turista, sejam elas econômicas, sociais, religiosas ou culturais.

Com efeito, muitos dos impactos que decorrem do desenvolvimento do turismo são equivalentes àqueles decorrentes de qualquer forma de desenvolvimento econômico – seja ela turística, ou não. Essa questão fica clara quando contemplamos o caso de Nusa Lembongan, Indonésia. Neste LONG e WALL (1996) - ao estudar uma ilha com um turismo muito incipiente, realizado de forma a proporcionar pouco contato com os locais – identificam que os habitantes apresentam mudanças de hábito em relação às vestimentas (substituindo os sarongues por jeans e camiseta) devido a seu trabalho no cultivo comercial de algas marinhas, que substituiu a economia de subsistência.

Outro ponto importante é que, ao lado do desenvolvimento econômico, existem outros fatores que influenciam as mudanças de comportamento nas sociedades e suas culturas, conforme mencionado no tópico anterior.

Por muito tempo o turismo foi apontado como uma ameaça por possibilitar o encontro de representantes de comunidades distintas: a de anfitriões e de hóspedes. No entanto, pouco se encontra sobre a relação entre os locais e as pessoas que vêm construir e trabalhar no desenvolvimento do turismo.

Os problemas sociais relativos ao turismo iniciam na construção da infra-estrutura do turismo (hotéis, estradas, aeroportos, etc.). Com a criação de canteiros de obra abrigando centenas de pessoas – predominantemente homens – questões como alcoolismo, prostituição e crimes tornam-se mais freqüentes. Apesar de haver pouca literatura sobre o assunto – não foi

encontrado nenhum artigo específico sobre o assunto nos periódicos consultados – este é um problema evidenciado em outras áreas que também envolvem grandes obras de construção civil. O trabalho de GAWORA (2003), que aborda a construção de um gasoduto na região de Urucu, no Estado do Amazonas, apresenta reflexos nas comunidades vizinhas muito próximos àqueles causados pelos empreendimentos turísticos que são instalados em localidades remotas. Segue relação dos principais impactos sociais resultantes desse projeto no Amazonas:

- A cidade cresceu descontroladamente (grandes mudanças em relação à procedência de seus habitantes, e na estrutura do gênero, já que a maioria dos migrantes eram homens);
- Prostituição e prostituição infantil;
- Doenças sexualmente transmissíveis;
- Aumento de outras doenças decorrentes de carência de estrutura (ausência total de saneamento básico; insuficiência na coleta e armazenagem do lixo urbano; ausência de local apropriado para o abatimento de animais);
- Aumento e proliferação no consumo de drogas;
- Aumento da criminalidade e violência;
- Desemprego – após o término do projeto muitos desempregados, tanto locais como aqueles que migraram para a região.

Quando o empreendimento turístico começa a operar, ocorre nova onda de migração, desta vez de funcionários para trabalhar nos bares, restaurantes e hotéis criados na região. Esta complementação de mão-de-obra acontece basicamente por dois motivos:

- Baixa escolaridade e experiência dos habitantes locais nas atividades relacionadas ao turismo;
- Insuficiência de mão-de-obra para a ocupação dos postos de trabalho criados (principalmente quando grandes empreendimentos se instalam em locais pequenos).

Esta nova migração – acompanhada pelo relacionamento com os turistas – contribui para o agravamento dos problemas nas comunidades destino.

Outro tipo de migração é aquela descrita por GÖSSLING (2002). O autor sugere que a demanda turística também força a migração de ambulantes (vendedores de souvenirs) de fora para as áreas costeiras.

É importante lembrar que os impactos das pessoas que vêm de fora não são apenas no campo social. É comum que os migrantes, que freqüentemente não se submetem ao controle social<sup>14</sup>, apliquem estratégias ambientalmente insustentáveis, colocando em risco a integridade do local. Em estudo realizado por GÖSSLING (2002), na Tanzânia - África, a demanda por comida e souvenirs contribuiu para o esgotamento de conchas e outras espécies marinhas, que são freqüentemente vendidas pelos migrantes.

É razoável supor que parte dos migrantes que mudam para o destino causem impactos sociais positivos, contudo estes casos não são explorados pela literatura.

COOPER et al. (2001) apresenta uma lista de impactos específicos do turismo:

- Sexo

O fato dos turistas viajarem para desfrutar de encontros sexuais casuais desinibidos não é um fenômeno novo, mas recentemente o mercado do turismo sexual tem crescido em destinações como Tailândia, Gâmbia, alguns países da Europa Central e Brasil. RIBEIRO (2003) ressalta que não se pode ocultar o fenômeno da prostituição e sua associação ao turismo, que chega a contar com “grupos internacionais que vêm participar do pornoturismo organizado por agências de viagens de seus países, em excursões específicas, em direção às cidades litorâneas, principalmente do Nordeste”. (p.315).

- Crime

O vínculo entre o turismo e o crime é difícil de ser estabelecido. Apesar de muitos autores sugerirem esta relação, consideram difícil estabelecer se o crime aumenta simplesmente por causa da maior densidade populacional ou se está especificamente associado ao turismo. (COOPER et al., 2001). Contudo, os crimes contra turistas são uma constante nos jornais e noticiários, uma vez que os turistas são um alvo de fácil identificação e que se espera que portem quantidade significativa de dinheiro. Num dos poucos artigos

---

<sup>14</sup> Pessoas que não tem nenhuma ligação com a cidade ou região estão menos propensas a se submeter aos controles – ou regras – instituídas pela sociedade em que se encontram. (GAWORA, 2003).

identificados sobre crime contra hóspedes, AZIZ (1995) estuda ataques aos turistas no Egito. Ele identifica que estes ataques não significam uma desaprovação do turismo, mas sim às grandes diferenças econômicas existentes entre as áreas rurais pobres e a afluência econômica de seus compatriotas que freqüentam os enclaves ali instalados.

Os crimes e a violência nas comunidades também apresentam indícios de aumento apesar das poucas evidências numéricas.

- Saúde

Além do problema da AIDS que apresenta ligações com o turismo sexual, existem outros que podem decorrer de falhas na infraestrutura (como falta de água tratada, esgoto, etc.)

- Realocação da População Local

YÁZIGI (1998) defende a questão da expulsão dos habitantes de seus locais de habitação tradicional. Essa questão é observada no litoral norte de São Paulo onde os habitantes locais foram “transferidos” - quer por venda de sua propriedade ou expulsão de terras ocupadas – para locais menos nobres e mais distantes da faixa litorânea. Certamente, esse deslocamento tem impactos não só físicos, mas também culturais e econômicos, causados pelo distanciamento da população do mar e dos postos de trabalho criados pelo turismo.

#### **d) Impactos Políticos na Comunidade**

A visão proposta pelo Relatório *Brundtland* é de um desenvolvimento econômico que não se preocupe simplesmente com a obtenção de crescimento econômico, mas também com questões de justiça entre indivíduos e grupos que compõem a sociedade atual – que GARROD E FYALL (1998) chamam de equidade intrageracional. Para que esta equidade seja atingida, se faz necessário que a comunidade seja envolvida no planejamento e no processo de tomada de decisão sobre as formas de desenvolvimento mais adequadas.

Alguns autores, como SCHEYVENS (1999), alegam que as comunidades politicamente mais “fortes” – sendo estas as que têm senso de coesão e integridade – encontram-se mais preparadas para lidar com as questões decorrentes do desenvolvimento, sendo menos afetadas pelo mesmo. Esta idéia é partilhada por WHEELLER (1991) que alega que nas comunidades em que há coesão, certo grau de associativismo e viabilidade econômica, é possível uma maior autonomia. Contudo, para as comunidades que não possuem as mesmas características pode ser difícil resistir às formas indesejadas de turismo. Sendo assim, parece provável que,

como resultado desta dinâmica, aconteça o fortalecimento e a preservação dos mais fortes, enquanto as comunidades mais vulneráveis são pressionadas. Este raciocínio também pode ser aplicado aos países: aqueles em que as condições de pobreza são extremas, não têm outra opção a não ser aceitar o desenvolvimento do turismo por benefícios econômicos imediatos, às custas de impactos socioculturais e ambientais. (TOSUN E JENKINS, 1998 apud ARAÚJO E BRAMWELL, 1999). Mais uma vez o problema ocorre com aqueles menos capazes de enfrentá-lo.

Embora exija esforços e tempo, o envolvimento de um amplo grupo de *stakeholders* no processo de planejamento do turismo traz benefícios significativos para a sustentabilidade. A participação de vários *stakeholders*, com diferentes interesses e perspectivas, encoraja a consideração de uma variedade de elementos sociais, culturais, ambientais, econômicos e políticos que afetam o desenvolvimento sustentável. (ARAÚJO e BRAMWELL, 1999). Embora a visão de comunidade tenha surgido na literatura sobre o turismo na década de 80, apenas recentemente a importância de sua incorporação no planejamento do turismo sustentável recebeu atenção significativa. (HARDY, BEETON E PEARSON, 2002). Foi apenas a partir dos anos 90 que o gerenciamento de *stakeholders* e o aumento da participação da comunidade no turismo passam a ser discutidos com maior frequência. (McKERCHER, 1993; RITCHIE, 1993; SIMMONS, 1994). Nestes estudos a identificação dos *stakeholders* e seu envolvimento foram evidenciados como passos importantes para se alcançar a parceria e a colaboração no turismo (ARAUJO e BRAMWELL, 1999; JAMAL e GETZ, 1999; SELIN, 1999).

Alguns autores buscam instrumentalizar a proposta de inclusão dos *stakeholders* através da utilização da teoria dos *stakeholders* no turismo (HARDY e BEETON, 2001). ROBSON e ROBSON (1996) acreditam que a aplicação desta teoria tenha se expandido sob duas formas: (1) gerenciamento de ética nos negócios - significa o envolvimento dos *stakeholders* no processo de decisão, sendo recomendada a inclusão destes na estratégia de negócios; e (2) planejamento e gestão – quando efetivamente é realizada a inclusão dos *stakeholders* na estratégia de negócios.

TOSUN (2000) apresenta uma crítica à literatura do turismo que versa sobre a participação da comunidade no planejamento e desenvolvimento do turismo, afirmando que os autores se concentram nas razões para a participação da comunidade – que corresponde à 1ª. forma citada acima – apresentando poucas contribuições sobre como implantá-la – 2ª. forma. Problemas

em relação à literatura também são levantados por REED (1997). O autor defende que muitos dos pesquisadores que contribuem para esta área tendem a pressupor que o processo político e de planejamento seja pluralista e que as pessoas tenham acesso igual aos recursos econômicos e políticos, o que muitas vezes não se verifica na realidade.

Parte da dificuldade de inclusão da comunidade no processo de planejamento está relacionada ao fato da comunidade não ser uma massa homogênea, mas sim conter fortes divisões de classe, status e poder que levam a problemas de equidade no acesso aos recursos e na divisão dos benefícios (LIU, 2003 e SINDIGA, 1999). SCHEYVENS (1999) complementa este ponto alertando para o fato das diferenças poderem ser exacerbadas pela introdução de uma indústria lucrativa à qual nem todos terão acesso.

No contexto dos países em desenvolvimento, a participação das comunidades é ainda mais difícil de ser implantada. Os motivos são evidentes quando TOSUN (2000) menciona que os estudos de participação da comunidade no planejamento do turismo surgiram e foram definidos no contexto de países desenvolvidos (HAYWOOD, 1988; MURPHY, 1985; REED, 1997; SIMMONS, 1994). MOWFORTH e MUNT (2003) demonstram como este conceito foi transposto para os países em desenvolvimento:

“...o incentivo para a participação local vem da posição de poder do primeiro mundo: É mais fácil promover os princípios da participação local no papel, à distância, do que praticá-los” (p.240).

Observando os quesitos apresentados por MITCHELL e REID (2001) como significativos para que a comunidade tenha um alto nível de controle e gerenciamento do turismo, fica clara a distância entre o arcabouço teórico e a realidade dos países em desenvolvimento. Os quesitos definidos pelos autores são: (a) estrutura ampla e democrática, (b) processo de decisão justo e eficiente, (c) alto grau de participação individual na tomada de decisão e (d) alto volume de propriedade local.

TOSUN (2000), através de busca na literatura, identifica as principais limitações para a participação da comunidade no planejamento e desenvolvimento do turismo (PDT) em países em desenvolvimento:

#### Limitações Operacionais

- Centralização da administração pública relativa ao turismo restringe a influência de grupos comunitários;

- Falta de coordenação entre o setor público e privado. Por se tratar de uma indústria altamente fragmentada, os problemas de coordenação entre as empresas do setor privado também é freqüente;
- Na maior parte dos países em desenvolvimento, as informações existentes são insuficientes e, mesmo quando coletadas, podem não ser disseminadas entre os cidadãos (inclusive nas comunidades destino) de forma compreensível.

#### Limitações Estruturais

- Profissionais encarregados do planejamento acreditam que detêm a “melhor solução” para o local e têm dificuldade em enxergar que “amadores” possam trazer alternativas interessantes. Mesmo os profissionais que acreditem nessa possibilidade têm dificuldade em como fazer esta incorporação, pois não há tradição neste sentido;
- Nos países em desenvolvimento a democracia é recente, ou existe uma semi-democracia, ou, ainda, os instrumentos democráticos existentes não são partilhados pela maioria, mas dominados por uma elite;
- Geralmente as comunidades não possuem grupos legalmente constituídos para representá-las;
- Os recursos humanos das comunidades muitas vezes são despreparados, o que tem estimulado o influxo de empregados de outras partes do próprio país e, ainda, a ocupação dos poucos cargos atrativos ocupados por estrangeiros;
- A participação das comunidades requer tempo, dinheiro e habilidade para ser organizada. Além de onerar os investimentos, a consulta à população poderá gerar atrasos no processo de decisão;
- A introdução do turismo nas localidades requer a alocação de recursos financeiros na infra-estrutura e facilidades que, mesmo nos países pobres, segue padrões internacionais. A propriedade e o investimento são umas as variáveis mais importantes para que a população possa ter controle sobre o crescimento e o estilo de desenvolvimento.

#### Limitações Culturais

- Grande parte das pessoas nos países em desenvolvimento tem dificuldade em atender às suas necessidades básicas, o que limita sua participação nas questões relativas à comunidade;

- A apatia e a falta de consciência sobre os problemas sócio-culturais, econômicos e políticos entre as bases é resultado de anos – muitas vezes séculos – de exclusão dos assuntos que afetam sua dignidade.

Contudo, as dificuldades existentes para a inserção das comunidades no planejamento da atividade turística não justificam o abandono desta prática e não eliminam o desejo das comunidades de serem sujeitos do desenvolvimento. Esta posição fica clara em estudo feito por IOANNIDES (1995)<sup>15</sup> onde os nativos “... afirmam que suas opiniões sobre desenvolvimento da comunidade nunca foram ouvidas e que foram excluídos de todos os estágios do processo de planejamento.” (p.590).

O que existe é a necessidade de se buscar formas mais efetivas de viabilizar esta participação. Um caminho possível é o *empowerment* dos habitantes locais que, em última análise, permite que estes decidam as principais diretrizes de desenvolvimento que querem para sua região, e como desejam que os custos e benefícios sejam divididos entre os diferentes *stakeholders* (AKAMA, 1996 apud SCHEYVENS 1999). Conforme propõe HUGHES (1995) “[as] estratégias de turismo ... devem não apenas ser desenvolvidas conjuntamente com a comunidade, ou através de sua participação, mas como uma forma de desenvolvimento da comunidade”(p.59)

Contudo, os problemas de participação não se limitam à falta de envolvimento da comunidade; estes também se estendem ao empresariado. Como demonstra REED (1997), estes podem “dominar” o processo de participação, sendo que em alguns casos as pessoas mais ativas na tomada de decisão da comunidade e na formação de políticas tendem a ser “empresários locais cujos rendimentos estão ligados ao crescimento e vitalidade da comunidade” (p.371). Em outros - como observaram ARAÚJO E BRAMWEL (1999) no Projeto Costa Dourada, em Alagoas – constata-se a omissão dos empresários locais. Os autores continuam sua pesquisa tentando conhecer os prováveis motivos para a postura arredia do empresariado, e chegaram às seguintes causas: (1) a participação envolve tempo que poderia ser canalizado para operações diretamente relacionadas ao bom desempenho de seus negócios; (2) dúvidas em relação à eficácia do planejamento estratégico ou de comitês; (3) histórico de intensa competição política, problemas de controle e transparência, escassez de recursos e existência de corrupção em projetos governamentais no Brasil.

---

<sup>15</sup> Estudo feito em Chipre que identifica o clima de desconfiança existente entre o governo e a comunidade local como uma das dificuldades para se adotar o turismo sustentável na região.



MITCHELL e REID também ressaltam que “... a maior parte das decisões afetando as comunidades turísticas são tomadas pela indústria e pelos governos nacionais, em outras palavras, os habitantes locais e suas comunidades se tornaram objetos do desenvolvimento e não seus sujeitos” (2001, p.114)

O processo de planejamento do turismo nas comunidades tende a ser simplista ou, em alguns casos, inexistente. Frequentemente, as destinações turísticas são criadas na imaginação de um empreendedor, firma privada ou governo nacional, e todo o planejamento parte desta perspectiva. O ponto crítico é que todos aqueles que são afetados (*stakeholders*) pelo plano devem, sistematicamente, ser trazidos para o processo de planejamento e não, simplesmente, de uma maneira simbólica. (HARDY, BEETON E PEARSON, 2002)

### **III.3.2.3 - A cadeia produtiva do turismo e a sustentabilidade**

Alguns autores alertam para a distância entre a forma como o desenvolvimento sustentável tem sido aplicado na indústria e as discussões mais frequentes dentro da literatura acadêmica (SIMPSON, 2001; HARDY, BEETON E PEARSON, 2002).

Apesar dos inúmeros estudos sobre os impactos na comunidade, mencionados no tópico anterior, observamos que todos estes tratam do turismo como um todo, ou de algumas de suas formas específicas (turismo alternativo, ecoturismo, turismo com base comunitária), dando pouca ênfase na forma como setores específicos da indústria do turismo – como hotéis, operadoras, empresas de transporte, etc. – têm inserido o conceito de turismo sustentável em sua gestão.

Essa abordagem assume especial relevância quando consideramos que a proposta de conceituação mais avançada de turismo sustentável insta que todas as formas de turismo – e seus componentes – busquem atingir a sustentabilidade. Com base na revisão da literatura identificamos os seguintes artigos que evidenciam as práticas de um dos componentes da cadeia do turismo com o turismo sustentável (Quadro 2).

**Quadro 2 - Artigos e Trabalhos que Abordam os Impactos de Ações Praticadas por Elos da Cadeia do Turismo**

1996	WALLACE e PIERCE	Verificar a adoção dos princípios do ecoturismo – inclusive relativos à participação da comunidade – pelos <b>hotéis</b> que se classificam como ecológicos, na Amazônia, Brasil.
1996	MOSCARDO, MORRISON e PEARCE	Identificar se as formas alternativas de operação turística são mais sustentáveis do que as formas tradicionais de operação, na <b>indústria de acomodação</b> .
1996	LONG e WALL	Estudar a compatibilidade entre os interesses locais e de uma <b>operadora de cruzeiros marítimos</b> que realiza passeios e atividades numa pequena ilha da Indonésia.
1996	SHACHLEY	Estudar os benefícios e limitações dos <b>Safáris de Camelo</b> para a comunidade de Jaisalmar.
1997	CAREY, GOUNTAS e GILBERT	Verificar influência das <b>operadoras de turismo</b> na sustentabilidade de longo prazo das destinações.
1997	BERRY e LADKIN	Analisar o entendimento do conceito, sua tradução para prática e barreiras para adoção em <b>pequenos empreendimentos</b> instalados em Sussex, UK.
1999	SHAW e SHAW	Relacionar <b>resorts</b> e oportunidades na comunidade local em destinos na Indonésia.
2001	HOBSON e ESSEX	Verificar atitude dos gerentes de <b>empresas de acomodação</b> em relação aos princípios da sustentabilidade.
2001	MILLER	Investigar fatores que levam as <b>operadoras de turismo</b> a adotar ações de responsabilidade social.
2002	BURGOS-JIMÉNEZ, CANO-GUILLÉN e CÉSPEDES-LORENTE.	Inserção do desempenho ambiental nos objetivos estratégicos dos <b>hotéis</b> .
2002	LUCK, M.	Explora políticas e ações de empresas do setor turístico - <b>operadora de pacotes turísticos e empresa de vôos charter</b> – com objetivo de diminuição de impactos sociais e ambientais nos destinos.
2003	MASAU. e PRIDEAUX	Percepção dos turistas internacionais sobre o impacto dos <b>hotéis</b> no meio-ambiente.
2004	ABDOOL. e CAREY	Explorar os impactos econômicos do setor de <b>hotéis “all-inclusive”</b> na economia de Tobago e avaliar a cadeia de suprimento desse setor. (trabalho de consultores para a The Travel Foundation).

Fonte: elaboração própria

Todos os artigos mencionados acima buscam entender, em diferentes graus, a inserção do conceito de sustentabilidade em determinados elos da cadeia do turismo. Notamos que os hotéis foram objeto de estudo de 8 dos 13 artigos apresentados. Outro fato importante é a constatação de que nos dois artigos que estudam resorts – SHAW e SHAW, 1999 e ABDOOL

e CAREY, 2004 - os impactos sociais relatados são muito desfavoráveis para a comunidade local.

Apesar do turismo ser apresentado como uma forma de desenvolvimento, os artigos demonstram que este tem trazido poucos benefícios econômicos para a comunidade e tem causado problemas em outras dimensões – social, psicológica e política – da comunidade. Os estudos que buscam compreender a atuação de um determinado componente da cadeia do turismo são escassos e esparsos. É aqui que se insere o presente trabalho.

## **IV – DESENHO DA PESQUISA**

A revisão da literatura trouxe elementos significativos para a construção da base em que se desenvolverá a presente pesquisa e teve papel particularmente relevante na contextualizando dos diversos movimentos existentes – sustentabilidade, desenvolvimento, erradicação da pobreza, responsabilidade social corporativa – e a relação destes com o turismo. Assim, além de explorar questões como: o turismo como forma de desenvolvimento utilizada com frequência pelo terceiro mundo, as mudanças no conceito de sustentabilidade, a inserção deste na indústria do turismo e o levantamento e classificação dos principais impactos sociais causados por esta indústria; também foi identificada a escassez da literatura que investiga a relação entre resorts e o conceito de sustentabilidade no turismo.

Para possibilitar uma melhor definição e desenho da presente pesquisa, este capítulo resgata os principais conceitos abordados na revisão da literatura, a fim de operacionalizar e indicar aqueles que serão utilizados no trabalho. Para tanto estes são retomados de forma objetiva, possibilitando o exato entendimento do sentido atribuído aos mesmos nesse estudo. Uma contribuição importante deste capítulo refere-se ao conceito de resorts que é aqui introduzido. Adicionalmente à sua conceituação são trazidas informações e análises sobre a forma como este meio de hospedagem – especialmente no segmento praia – tem operado no Brasil. A exploração deste setor da indústria de acomodação é justificada uma vez que este será o objeto da presente pesquisa. Concluída a operacionalização dos conceitos, passa-se para a apresentação, de maneira concisa, dos objetivos da pesquisa.

### **IV.1 – Operacionalização dos Conceitos**

#### **IV.1.1 - Turismo Sustentável**

Apesar das inúmeras definições encontradas na literatura, para o presente trabalho adotamos a definição proposta pela WTO, após revisão feita em Encontro em março de 2004, por entender que esta agrega os principais pontos da sustentabilidade – três vertentes e busca de equilíbrio entre elas – além de enfatizar a inclusão de todas as formas de turismo. A definição adotada pelo Comitê de Desenvolvimento Sustentável do Turismo é a seguinte:

*“As diretrizes e práticas gerenciais do desenvolvimento sustentável do turismo são aplicáveis a todas as formas de turismo e em todos os tipos de destinação, incluindo turismo de massa e os diversos nichos de mercado turístico.*

*Princípios de sustentabilidade se referem a aspectos ambientais, econômicos e sócio-culturais do desenvolvimento do turismo, e um equilíbrio apropriado deve ser estabelecido entre estas três dimensões para que a sustentabilidade de longo-prazo seja garantida”<sup>16</sup>*

A WTO reforça o aspecto social da definição enfatizando que o turismo sustentável deverá:

- Respeitar a autenticidade sócio-cultural das comunidades anfitriãs, conservar seu patrimônio construído, patrimônio cultural e valores tradicionais, contribuindo para o entendimento mútuo e tolerância;
- Assegurar a viabilidade das operações econômicas de longo prazo, proporcionando benefícios sócio-econômicos para todos os *stakeholders*, incluindo emprego estável, oportunidades de geração de renda e serviços sociais para as comunidades, contribuindo para a minimização da pobreza;
- O desenvolvimento do turismo sustentável requer a participação informada de todos os *stakeholders* relevantes, assim como uma forte liderança política para garantir a ampla participação e a construção do consenso. Atingir o turismo sustentável é um processo que requer monitoramento constante dos impactos, introduzindo as medidas preventivas e/ou corretivas sempre que necessário;
- O turismo sustentável deverá manter a satisfação do turista em níveis elevados e garantir uma experiência significativa para estes, aumentando a sua consciência sobre as questões relativas à sustentabilidade e promovendo, entre eles, práticas de turismo sustentável.

#### **IV.1.2 - Comunidade**

Até o momento temos nos referido à comunidade sem definir exatamente o que é uma comunidade. BURKE e GILMARTIN (1999 apud GRAYSON e HODGES, 2002) discutem em seu texto *“Corporate Community Relations: the principles of the neighbour of choice”* os diversos tipos de comunidade existente:

- Comunidade geográfica – são definidas pela condição geográfica da comunidade, como vila, cidade ou município. Essas comunidades podem ser subdivididas em áreas;

---

<sup>16</sup> definição disponível em <<http://www.world-tourism.org/sustainable/top/concepts.htm>>. Acesso em 5 dez. 2004.

- Comunidade “depois da cerca” – a vizinhança próxima, virtualmente do outro lado da cerca que delimita o terreno da empresa;
- Localidade – o local onde se encontra o imóvel da empresa;
- Comunidade de impacto – área física de influência do negócio;
- Comunidade de identidade - raça, credo, grupo etário;
- Comunidade de interesse – aquela que possui preocupação com questões sociais, crenças e necessidades comuns.

No presente trabalho adotaremos como “comunidade” a definição de comunidade de impacto, buscando definir as áreas impactadas como aquelas geograficamente próximas dos empreendimentos. Chegou-se, assim, a uma unidade de análise compreendida pela área de influência direta do Complexo Costa do Sauípe e do Praia do Forte Ecoresort. A área de influência direta destes resorts compreende tanto localidades pertencentes ao município de Mata de São João (Açu da Torre, Açuzinho, Malhadas, Praia do Forte, Imbassaí, Diogo, Curralinho, Areal, Santo Antônio, Barro Branco, Vila Sauípe) quanto povoados localizados no município de Entre Rios (Porto Sauípe), veja mapa no ANEXO 14.

#### **IV.1.3 - Aspectos Sociais do Turismo Sustentável**

Com foco nos aspectos sociais, foram buscados estudos dentro da linha da administração que tenham tratado esta questão. Embora muito tenha sido escrito sobre os impactos do turismo nas comunidades, poucos foram os esforços de classificação dos impactos ou de busca do equacionamento dos mesmos.

Nesse sentido, localizamos subsídios apenas em trabalhos realizados por duas instituições: a WTO e a *Pro-Poor Tourism* (PPT). Apesar deste assunto, num primeiro momento, ser associado à atribuição de mais um “peso” sobre as tarefas já tão extenuantes da indústria do turismo, estes estudos demonstram que sua proposta está mais relacionada à mudança na forma de fazer negócios, do que na inclusão de novas atribuições e atividades. Apesar de estarmos recorrendo a trabalhos que lidem especificamente com a redução da pobreza, este estudo não será centrado num segmento específico – os pobres - mas na comunidade como um todo. Pretendemos verificar se a atividade turística tem favorecido seu desenvolvimento e como os benefícios têm sido distribuídos dentro das mesmas.

A WTO (2002), em parceria com a UNCTAD, conta com duas publicações direcionadas à redução da pobreza. A primeira publicação – “*Tourism and Poverty Alleviation*” – aborda questões relevantes como a sustentabilidade, a importância do turismo em nações menos desenvolvidas, características do turismo que possibilitam sua contribuição para a redução da pobreza e o turismo como forma de desenvolvimento local. Nesse último tópico, a WTO dá grande ênfase ao aumento dos benefícios econômicos através do aumento dos ganhos da indústria e da geração de empregos, mencionando que muitas das receitas geradas por esta indústria não são reconhecidas – o que seria possibilitado pela adoção do sistema de conta satélite proposto pela instituição. É somente na segunda publicação da WTO (2004) – “*Tourism and Poverty Alleviation: Recommendations for Action*” – que é feito um trabalho mais direcionado para as formas de beneficiar a população local. Nesta, além da geração de renda através de empregos, amplia-se a participação da população local através de:

- inserção da comunidade como fornecedora de produtos e serviços para as empresas do setor turístico;
- venda direta de produtos ou serviços pelos habitantes;
- estabelecimento e gerenciamento de negócios pelos membros da comunidade;
- estabelecimento de mecanismos que direcionem parte da receita ou dos lucros do turismo para um fundo comunitário;
- Doações e apoio voluntário das empresas de turismo e dos turistas;
- Benefício indireto advindo dos investimentos em infra-estrutura, estimulados pelo turismo.

Em cada um destes tópicos, o relatório descreve as possíveis ações, as principais dificuldades para implantação, traz exemplos reais e sugestões de ação dos empreendimentos turísticos para potencializar esta oportunidade. É interessante notar que no relatório não há referências diretas aos impactos sociais e ambientais gerados pelo turismo.

Já os relatórios da PPT foram iniciados em 1999, com o estudo “*Sustainable Tourism and Poverty Elimination*”. Este trabalho, que foi desenvolvido conjuntamente pela *Deloitte & Touche*, *International Institute for Environment and Development* (IIED) e *Overseas Development Institute* (ODI) exploraram as possibilidades do turismo contribuir para a utilização de mecanismos que gerem resultados benéficos para a população. Este estudo aborda o envolvimento dos negócios em diversas instâncias:

- Relacionamento das empresas com doadores (Banco Mundial, ONGs, Comunidade Européia, etc.);
- Papel das empresas na criação de mercados;
- Papel das empresas nos destinos;
- Papel das empresas junto às associações internacionais.

A partir desta análise são delineadas estratégias de ação que são definidas com maior precisão e aplicadas no segundo relatório da instituição – “*Pro-Poor Tourism Strategies: making tourism work for the poor*” (2001) – através da análise de seis estudos de caso.

Na comparação entre os documentos produzidos pelas duas instituições, fica claro que ambas estão avançando com o tempo. Contudo, as estratégias e questionamentos propostos pela Pro-Poor Tourism consistem numa abordagem mais ampla, que remete tanto à geração de receitas através do turismo, quanto à busca da redução dos impactos sociais. A PPT também atribui à empresa um papel muito mais amplo que sugere que, além da contribuição de sua estrutura, a empresa pode colaborar catalisando e incentivando outros atores (como organismos internacionais e governo) a participar das ações para o desenvolvimento do local.

O objetivo do presente trabalho não é sugerir estratégias de atuação, mas sim verificar a natureza da relação de um determinado tipo de empreendimento turístico – os resorts – com a comunidade em que está inserido. Sendo assim, utilizaremos a estrutura proposta pelo último relatório da PPT que, além de falar a linguagem empresarial, possui uma forma clara e objetiva de operacionalização dos aspectos sociais da sustentabilidade e a verificação de seus impactos na comunidade. Este instrumental permitirá a abordagem de um aspecto importante que é a confrontação entre discurso e prática. As estratégias do PPT focam em três áreas distintas que veremos a seguir:

- Benefícios Financeiros
  - Aumento das oportunidade de negócio – pequenas empresas e setor informal;
  - Aumento das oportunidades de emprego – tipo de trabalho e remuneração;
  - Aumento de benefícios coletivos - provenientes de taxas ou impostos que reverterem em benefícios para a localidade.
- Impactos Não-Econômicos



- Capacitação, treinamento e *empowerment* – habilitação para aproveitar as oportunidades criadas pelo turismo;
- Minimização de impactos ambientais causados pelo turismo – o turismo pode levar à realocação dos habitantes da comunidade e/ou degradação do meio-ambiente;
- Impactos culturais e sociais do turismo – O comportamento do turista, a cultura local, a exploração sexual e ocorrência de doenças.
- Reforma do Processo Político
  - Construção de uma política mais adequada e planejamento direcionado para melhoria das questões relativas à comunidade;
  - Promover a participação – comunidade excluída do processo decisório;
  - Setor privado deve buscar parcerias – as empresas podem precisar de ajuda para desenvolver habilidade e expertise no turismo com enfoque na melhoria da comunidade.

Estas estratégias foram utilizadas como balizadores na concepção do questionário e na condução das entrevistas.

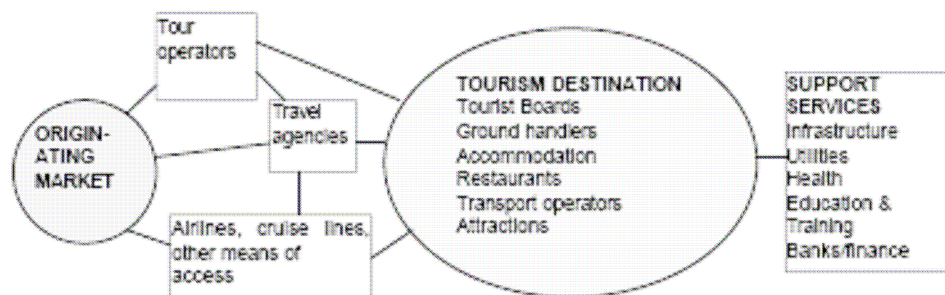
#### **IV.1.4 – Resorts**

A cadeia do turismo pode, de maneira simplificada, ser representada pelo esquema abaixo – Ilustração 3. Nele identificamos que esta indústria mobiliza um número elevado de agentes, o que torna complexo os estudos desenvolvidos nesta área. Na representação verificamos que apenas as duas etapas finais – “destinação turística” e “serviços de suporte” - acontecem diretamente na comunidade destino.

Verificamos que os hotéis estão inseridos na “destinação turística”, sendo que sua atuação tem se expandido, incluindo outras atividades descritas neste tópico, através da criação dos resorts, especialmente os que operam sob o sistema *all-inclusive*.

### Ilustração 3 – Estrutura da Indústria Internacional de Turismo

#### 3.1 Structure of the International Tourism Industry



Fonte: PPT (1999, p. 7)

Na língua inglesa resort “significa um lugar visitado com objetivo de obter momentos de lazer e/ou cuidar da saúde. Já no português, a palavra, apesar de não oferecer alteração na grafia, tem seu significado associado a um “local que oferece **hospedagem**, recreação e divertimento especialmente para pessoas em gozo de férias” (não há grifo no original HOUAISS, 2001, p. 2438). Sendo assim, é muito comum, na busca na literatura inglesa encontrar artigos sobre resorts que versam sobre regiões ou destinos, não tendo relação específica com um meio de hospedagem.

A concepção dos resorts é oriunda dos spas e das casas de banho existentes nas antigas Roma e Grécia. Na acepção mais restrita, os resorts se constituem num fenômeno recente, associado à grande expansão do turismo registrada após a Segunda Guerra Mundial, devido ao aumento da renda pessoal, generalização das férias pagas, urbanização e redução de custos de transporte, entre outros. (BSH, 2004)

Em 1950 foi criado na Espanha, com capital francês, o Club Med, dando origem à primeira rede de resorts destino<sup>17</sup>. O conceito, na época, tinha grande originalidade: as atrações eram oferecidas no próprio hotel, dispensando assim os hóspedes de procurá-las por sua conta. Ao mesmo tempo, ao permanecer a maior parte do tempo no hotel, reduzia-se a sensação de estranhamento do hóspede, decorrente do fato de encontrar-se em país estrangeiro.

A difusão dos resorts se deu de duas formas: geográfica e dentro da sociedade. CHON e SPARROWE (2003) abordam a difusão dos resorts em outras camadas da sociedade. Os autores lembram que até a metade do século XX, os resorts eram frequentados

<sup>17</sup> resort destino – quando o resort é a principal atração e, muitas vezes a única da viagem.

exclusivamente pelas camadas mais abastadas da sociedade. Posteriormente, com o crescimento do turismo de longa distância, foram desenvolvidas opções com instalações e serviços mais simples.

A dispersão geográfica dos resorts destino teve início na década de 70, associada ao desenvolvimento turístico da América Central, especialmente das Antilhas (ilhas do Caribe). A rede Superclubs, criada na Jamaica, teve papel importante, uma vez que foi a principal responsável pela introdução da modalidade de resort, que é mais conhecida atualmente, oferecendo serviços de restaurante, esporte e passeios incluídos na diária. No início, os hotéis de lazer situados no Caribe destinavam-se à faixa superior do mercado, mas ISSA e JAYAWARDENA (2003) lembram que na década de 80 aconteceu, nesta região, a implantação de resorts voltados para os demais segmentos.

Apesar do crescimento e difusão dos resorts, a sua conceituação está longe de alcançar um consenso. CHON e SPARROWE (2003) definem resort como “... um lugar que oferece recreação e entretenimento, especialmente a turistas em férias.”(p. 287), mas a definição não parece suficiente uma vez que sempre associam à esta uma longa descrição sobre as principais características relacionadas a esse tipo de empreendimento. Já a OMT , no Guia do Desenvolvimento do Turismo Sustentável (2003), defende que “os resorts são destinos turísticos integrados e relativamente independentes que oferecem uma variedade de instalações e atividades para os turistas.” (p.61)

A EMBRATUR (1998) conceitua resort como um empreendimento:

*“... quando localizado em área de conservação ou em equilíbrio ambiental, sua construção deve ser antecedida de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de planejamento e uso do solo, sempre tendo em vista a conservação ambiental. Deve ter condições de se classificar nas categorias “luxo” e “luxo superior” e possuir, ainda, áreas não edificadas, infra-estrutura de entretenimento e lazer significativamente superiores à dos empreendimentos não classificados nessa categoria (em WWF, 2003, p.439)*

Já a Associação Brasileira de Resorts<sup>18</sup> também apresenta sua definição de resorts:

*“É um empreendimento hoteleiro de alto padrão em instalações e serviços, fortemente voltado para o lazer em área de amplo convívio com a natureza, na*

---

<sup>18</sup> Disponível em <http://www.resortsbrasil.com.br/> Acesso em 05 abril. 2005

*qual o hospede não precise se afastar para atender suas necessidades de conforto, alimentação, lazer e entretenimento.”*

Mesmo sem um consenso, diante destas definições podemos notar que a idéia central sugere que os resorts possuem um ambiente que promove sensação de bem-estar e divertimento ao usuário. Outro ponto comum é o fato do hóspede não necessitar sair do empreendimento para atender suas necessidades de acomodação, alimentação e entretenimento, o que os torna a atração principal e, muitas vezes, a única da viagem. Também podemos observar que a natureza dos serviços é um dos principais fatores de diferenciação dos resorts. Assim, os restaurantes – é comum haver mais de um – devem ser agradáveis e, de preferência, especializados. Os hotéis também devem oferecer numerosas atividades e lazer, como esportes náuticos (vela, pesca marítima, esqui-aquático), golfe, tênis e equitação. É freqüente a organização de formas de entretenimento noturno (como festas temáticas) e de atividades de lazer direcionadas para as crianças. Nos países em que a legislação permite, é comum a existência de cassinos.

OLIVEIRA (2000) assinala o desenvolvimento de novas atrações, mencionando que, recentemente, com o aumento da busca pelo bem estar pessoal, muitos resorts passaram a oferecer serviços de SPA com áreas específicas para cada tipo de tratamento (massagens, cuidados faciais, academia e tratamentos para o corpo, entre outros).

O equacionamento de todas estas questões parece estar contemplado na operacionalização do conceito proposta pela BSH *Travel Research* (2004) em seus estudos sobre os resorts no Brasil. No presente estudo adotaremos esta definição que utiliza os seguintes critérios:

- Mínimo de 80 unidades habitacionais;
- Mínimo de dois pontos de venda de alimentos e bebidas e
- Ampla área de lazer com ativa programação durante o dia e a noite

Um outro aspecto importante para os impactos na comunidade está relacionado ao sistema de operação dos resorts. ROSA e TAVARES (2002) sugerem que os resorts podem ser divididos em duas categorias: (1) de apoio a destino e (2) destino. No primeiro, os empreendimentos situam-se em locais que apresentam interesse turístico. Contudo, a aplicação mais completa do conceito se dá na segunda categoria onde os hotéis constituem o próprio destino do turista. Os resorts destino operam, com freqüência, de acordo com o sistema “all inclusive” (AI), pelo qual o hóspede paga, antecipadamente, por todas as despesas que serão efetuadas durante sua estada. É fácil perceber que esse sistema incentiva o hóspede a permanecer no hotel a maior parte do tempo, de modo a utilizar ao máximo os serviços oferecidos.

As origens e diferentes gradações relacionadas ao conceito de AI são tratadas por ISSA e JAYAWARDENA (2003). Os autores mencionam que POON (1998), localizou o conceito original de AI nos anos 30, em colônias de férias na Grã Bretanha. Contudo, ressaltam, que estas não eram totalmente AI, pois não eliminavam a utilização de pagamento. Bebidas, gorjetas e outros serviços eram pagos com alguma forma de moeda. Da mesma forma, os sistemas de AI adotados pelos resorts apresentam variações. Enquanto alguns utilizam bolinhas de plástico - que servem como forma de pagamentos - outros oferecem diferentes opções de pacotes, que vão desde o mais básico até o mais abrangente. Um pacote de AI básico pode incluir parte aérea, traslados, acomodação, maior parte das refeições e bebidas. No outro extremo, as tarifas incluem transporte de luxo e privativos, acomodação em resorts cinco estrelas, spa, atividades esportivas, passeios, excursões, entre outros.

Inicialmente alguns destinos resistiram à introdução do conceito de AI, mas hoje outros empreendimentos, além das cadeias, adotam esta forma de pacote. Nos anos 80, o Caribe testemunhou a “febre dos AI entre os hoteleiros” sendo que na República Dominicana cerca de um terço de seus 50.000 quartos pertencem a hotéis que adotam o sistema AI. (ISSA e JAYAWARDENA, 2003).

COOPER et al (2001) traz uma definição alternativa de resort “... um lugar que atrai grandes quantidades de turistas e que é dotado, pelo turismo, de característica especiais...” (p.139). Esta definição ressalta um aspecto ignorado pelas apresentadas anteriormente onde fica clara a atratividade e preferência dos turistas por esse tipo de hospedagem. Este ponto também é evidenciado por ISSA e JAYAWARDENA (2003), onde os AI são vistos como um produto inovador importante para o mercado do turismo internacional, uma vez que agrega vários elementos do produto turístico. Os autores defendem que para o turista, a diferença fundamental é que ele não necessita carregar nenhuma forma de dinheiro, papel, moeda ou plástico. Em hotéis que adotam o conceito de AI em sua forma mais ampla, até as gorjetas são proibidas. Como resultado, o dinheiro é praticamente eliminado da experiência de férias e os turistas podem saber de maneira prévia exatamente quanto suas férias irão custar – excetuando despesas pessoais como ligações telefônicas, lavanderia, aluguel de carro, refeições fora da propriedade e compras. Desta forma o turista pode relaxar sem preocupações com taxas de câmbio, costume local em relação a gorjetas, ficar sem dinheiro ou exceder seu orçamento.

Uma evidência de que esta proposta agrada ao consumidor são as pesquisas que demonstram o aumento global da demanda por férias AI, o que faz com que as operadoras de turismo, especialmente as de países desenvolvidos, estejam ávidas para desenvolver este mercado.(ABDOLL e CAREY, 2004). BENI (2004) também constata, no contexto brasileiro, que os resorts são “um mercado em plena expansão” (p.192)

#### **IV.1.4.1 - Resorts no Brasil**

No Brasil, o conceito de resort foi introduzido de fato na década de 1970, com a chegada de empreendimentos como o Club Mediterranée Itaparica, o Tropical Experience Manaus e também o Rio Quente Resorts. Contudo, alguns dos atuais resorts instalados no Brasil foram inaugurados nas décadas de 40 e 50. – como é o caso do Grande Hotel Águas de São Pedro, Grande Hotel Campos de Jordão, Tropical Araxá Spa & Resort Experience e Tropical das Cataratas Eco Resort & Experience. Isso se deve ao fato de que estes hotéis foram, em sua maioria, concebidos originalmente como cassinos, na época em que o jogo era permitido, já possuindo opções de lazer e convívio com a natureza. Com a proibição do jogo e a existência de enormes estruturas, estes hotéis foram remodelados reforçando as características de lazer para adequá-los à concepção mais moderna de resorts.

A melhoria da infra-estrutura (aeroportos e estradas) foi um fator importante na expansão da atividade turística no Brasil. Com ela surgem outros projetos de resorts, sendo alguns deles verdadeiros mega resorts, como o Costa do Sauípe (Bahia) que congrega num mesmo espaço 5 hotéis gerenciados por 3 redes hoteleiras distintas.

Apesar da grande evolução ocorrida na última década, a segmentação dos resorts que operam no Brasil ainda é pouco sofisticada, estando atrelada à localização: costa (praias) ou no interior do país. Dada a extensão da costa litorânea brasileira, os resorts de praia têm aumentado significativamente. (BSH 2004)

Uma peculiaridade nos resorts instalados no Brasil refere-se à combinação dos segmentos de lazer com o de convenções e eventos. Esse fato deve-se ao hábito dos brasileiros de concentrar as suas viagens nos períodos de férias escolares, o que gera grande sazonalidade. Essa situação se torna preocupante quando observamos a composição da ocupação destes

empreendimentos. Dados obtidos em pesquisas realizadas pela BSH (2004) e EMBRATUR (2002) demonstram que os hóspedes nacionais representam a maior parte da ocupação dos resorts:

**Tabela 3 - Nacionalidade dos Hóspedes dos Resorts**

	<b>BSH</b>		<b>EMBRATUR</b> (%)
	<b>praia (%)</b>	<b>interior (%)</b>	
<b>Brasileiros</b>	74	75	87,4
<b>Estrangeiros</b>	26	25	12,6

Fonte: BSH Travel Research. *Resorts no Brasil*. março/2004, p. 25 e 29

EMBRATUR, Estatísticas Básicas do Turismo – Brasil. Abril/2005 p.22

Essa característica, provavelmente, será conservada por algum tempo, uma vez que o Brasil tem apresentado dificuldades na atração de turistas internacionais – veja ANEXO 4.

Para melhor entendimento da atuação dos resorts no Brasil, a seguir apresentaremos as principais características destes empreendimentos identificadas em trabalho desenvolvido pela BSH *Travel Research* (2004). Nesta caracterização serão abordados três pontos: (1) quantidade e tamanho dos resorts (número e unidades de habitação), (2) localização (praia ou interior) e (3) forma de gestão. Estas análises tiveram como base as características dos resorts já instalados no Brasil, que atendam à definição da BSH, apresentada no item IV.1.4.(veja oferta atual dos resorts brasileiros no ANEXO 22).

#### **IV.1.4.1.1 - Quantidade e Tamanho do Resorts Instalados no Brasil**

Até a década de 70 existiam no Brasil 13 resorts com aproximadamente 3000 unidades habitacionais, sendo que 60% destas estavam concentradas nas regiões Sul e Sudeste do país. Devido à falta de estrutura e dificuldade de acesso, nesta época havia apenas dois empreendimentos localizados na região nordeste: o Club Mediterranée Itaparica e o Jatiúca Resort. Vale ainda ressaltar que a operação dos resorts era predominantemente de origem nacional, a única exceção era representada pelo já mencionado Club Mediterranée Itaparica.

Na tabela abaixo, pode-se verificar evolução da oferta de unidades habitacionais dos resorts brasileiros nas diversas regiões brasileiras:

**Tabela 4 - Evolução da Oferta por Região em Unidades Habitacionais (Uhs)**

<b>Regiões</b>	<b>1979</b>	<b>1999</b>	<b>2003</b>	<b>2007e</b>
Centro-Oeste	432	556	823	1623
Nordeste	426	2437	4519	8912
Norte	380	601	601	797
Sudeste	1.036	1.504	2.500	2.880
Sul	783	1.519	1.963	1.963
<b>TOTAL</b>	<b>3.057</b>	<b>6.617</b>	<b>10.406</b>	<b>16.175</b>
Crescimento (%)		116%	57%	55%

Fonte: BSH Travel Research (2004), p.22

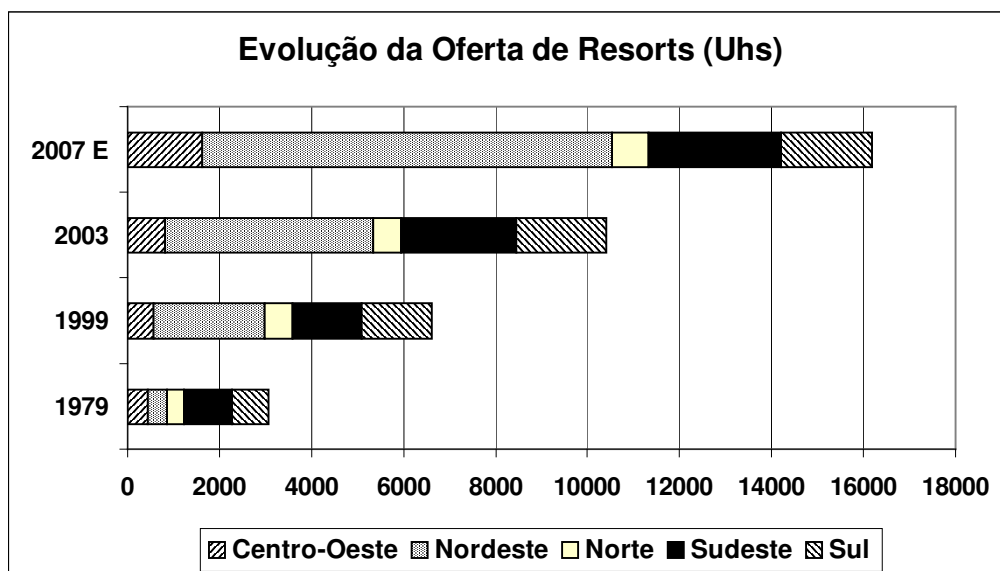
Nas duas décadas subseqüentes houve crescimento significativo no número de resorts no país. Através da construção de 16 resorts e ampliação do Tropical Experience Manaus e do Rio Quente Resorts, totalizando aproximadamente 3.560 novas unidades habitacionais, houve um crescimento de 116% na oferta de unidades de habitação. Nota-se que neste período iniciou uma explosão no número de resorts no Nordeste do país, sendo que 13 dos 16 novos empreendimentos estavam localizados nesta região. Conseqüentemente, aconteceu uma alteração significativa na distribuição por localização dos resorts: Enquanto até 1979 os resorts de praia representavam 31% do total, vinte anos depois esta parcela passou para aproximadamente 60 % dos 29 resorts existentes na época. A operação dos resorts também apresentou mudanças uma vez que surgiram operadoras de origem italiana e portuguesa e a presença da francesa Club Med foi intensificada.

Nos anos de 2000 a 2004, surgiram 13 novos resorts , representando um crescimento de 57% na oferta de unidades habitacionais – praticamente o mesmo volume de crescimento do período de 1979-99. Novamente o Nordeste – e o segmento praia – se apresentam como líderes no desenvolvimento de resorts no Brasil. Mais uma vez, surgiram operadores de novas nacionalidades – EUA e Jamaica – e um grande reforço francês com a abertura do Club Med Trancoso e com a atuação do Grupo Accor no Complexo Costa do Sauípe. Vale ressaltar que 37% das novas unidades fazem parte deste complexo Hoteleiro, o primeiro neste moldes a atuar no Brasil.

O estudo feito pela BSH *Travel Research* (2004) – confira anexo 3 - prevê um acréscimo de aproximadamente 5800 unidades habitacionais até 2007, o que significa um aumento de 55% na oferta atual de resorts brasileiros. Esta ampliação compreende tanto projetos de ampliação de resorts existentes como a abertura de novos. Mais uma vez, o Nordeste se confirma como



principal foco dos investidores concentrando 75% das novas unidades, conforme observamos no gráfico abaixo:



**Gráfico 1 - Evolução da Oferta de Resorts (Uh's)**

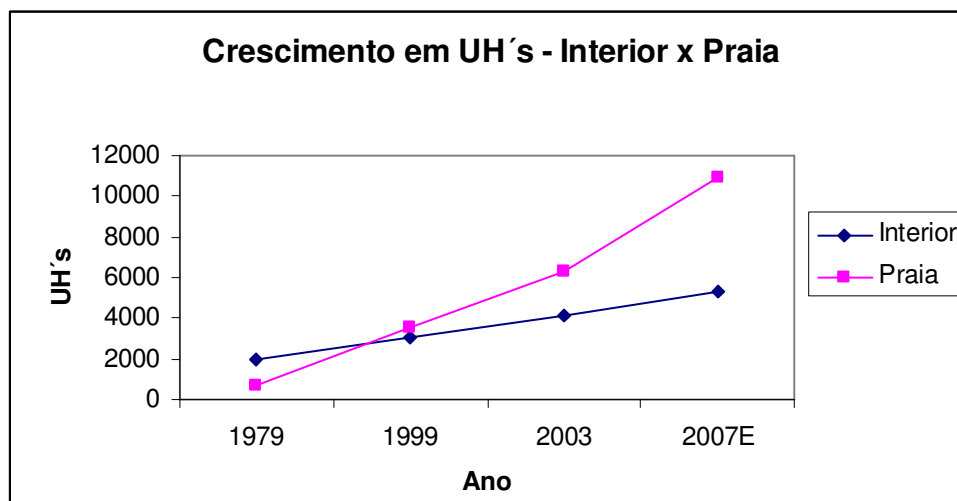
Fonte: BSH Travel Research (2004), p.22

Essa tendência de crescimento também é explorada na reportagem de BRASIL (2005) que constata o significativo investimento que será realizado no litoral baiano nos próximos dois anos, quando estão previstas as inaugurações de 9 empreendimentos, totalizando 2500 unidades habitacionais. Apesar dos dados apresentarem algumas diferenças em relação ao trabalho do BSH (que menciona 7 empreendimentos com 2691 unidades habitacionais), as duas fontes reforçam que o crescimento previsto concentra-se na Costa do Coqueiro (BA) - região em que estão localizados o Complexo Costa do Sauípe e o Praia do Forte Ecoresort.

#### **IV.1.4.1.2 - Localização**

O presente trabalho pretende se concentrar nos resorts de praia uma vez que estes representam a maior parte dos resorts existentes no Brasil – hoje representam 64% da oferta atual. - além de apresentar, nitidamente, um grau maior de crescimento quando comparado aos resorts instalados no interior (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Crescimento em Uh's – Interior X Praia



Fonte: Adaptado de BSH (2004) e consulta direta aos resorts

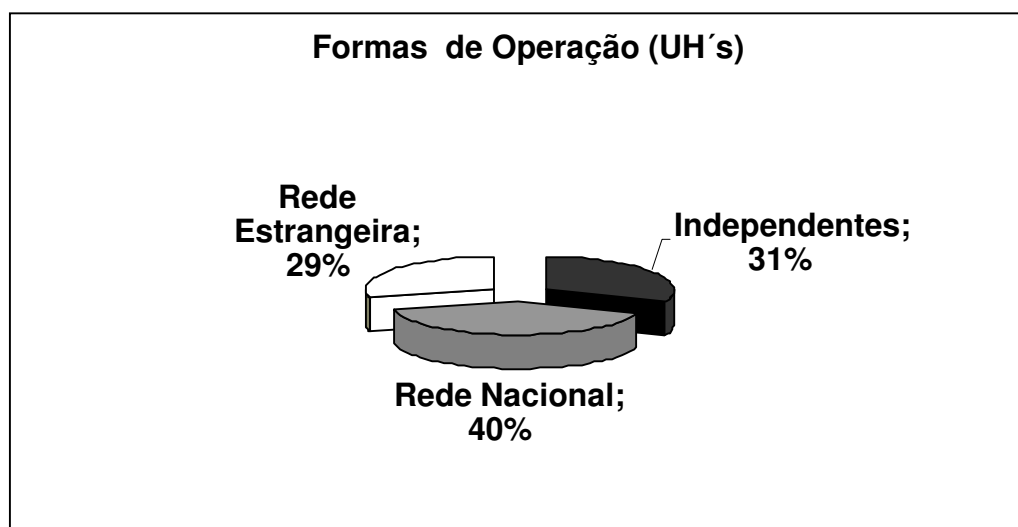
Considerando que as estimativas de expansão para 2007 se confirmem, os resorts de praia passarão a corresponder a 67% do total de unidades habitacionais disponibilizadas por todos os resorts do Brasil.

#### IV.1.4.1.3 - Forma de gestão

Em relação à operação dos resorts existem dois tópicos importantes: (1) a forma de operação - se o resort é operado de maneira independente ou através de rede hoteleira nacional ou estrangeira; (2) forma de contrato de gestão, ou seja, como é estabelecida a relação entre propriedade do imóvel e gestão das atividades hoteleiras. Existem, basicamente, quatro formas de contrato: administração, arrendamento, próprio ou franquia.

- **Forma de operação**

Considerando o número de unidades de habitação de cada uma das formas de operação dos resorts, verificamos que 31% dos resorts instalados no Brasil são gerenciados de forma independente enquanto 69% são operados por redes hoteleiras - sendo 40% delas nacionais e 29% estrangeiras - havendo inclusive as especializadas nesse tipo de negócio como, por exemplo, Club Med e SuperClubs.

**Gráfico 3 – Formas de Operação (UH's)**

Fonte: Adaptado de BSH (2004)

Outra constatação importante pode ser feita quando comparamos o número de hotéis e unidades de habitação nas três diferentes formas de operação.

**Tabela 5 – Número de Hotéis e Unidades de Habitação por Forma de Operação**

<b>Forma de Operação</b>	<b>No. de Redes</b>	<b>No. Hotéis</b>	<b>% Hotéis</b>	<b>No. UH's</b>	<b>% UH's</b>
Independentes	-	13	<b>31</b>	3199	<b>31</b>
Rede Nacional	9	16	<b>38</b>	4138	<b>40</b>
Rede Estrangeira	8	13	<b>31</b>	3069	<b>29</b>
<b>Total</b>		42	100	10406	100

Fonte: Desenvolvido com base nos dados da BSH (2004)

Conforme mostrado na Tabela 5, fica claro que os tamanhos das redes – tanto em número de hotéis como de unidades de habitação – são muito próximos, o que revela que independente da nacionalidade ou da forma de operação (rede ou independente) os empreendimentos possuem tamanhos muito similares.

- **Contrato de Gestão**

Quando aos contratos que caracterizam a relação entre operação e propriedade do imóvel nota-se que as redes atuam de maneira bem diversificada podendo ser proprietária, arrendatária, franqueadora ou administradora da propriedade. O Quadro 3 descreve brevemente as principais características de cada um destes tipos de contrato:

**Quadro 3 – Formas de Contrato de Gestão**

Administração	Instrumento pelo qual uma operadora hoteleira se compromete a administrar um hotel em nome, por conta, em benefício e risco do proprietário do imóvel.
Arrendamento	Instrumento pelo qual uma empresa hoteleira aluga um imóvel, com ou sem mobília e equipamentos, para nele implantar sua operação. Neste tipo de contrato o risco do negócio está a cargo da operadora.
Próprio	Neste caso a operadora é proprietária do imóvel o que a torna beneficiária de todo lucro ou prejuízo resultante das operações.
Franquia	Acordo pelo qual o hotel passa a ostentar marca, receber apoio operacional e benefícios de vendas de uma rede hoteleira

Fonte: Adaptado de BSH (2004)

Entre os empreendimentos que operam no segmento de resorts no Brasil, não identificamos a existência de contratos de franquia. Considerando todos os resorts implantados no Brasil, 60% deles são de propriedade das empresas que fazem a sua gestão (Tabela 6).

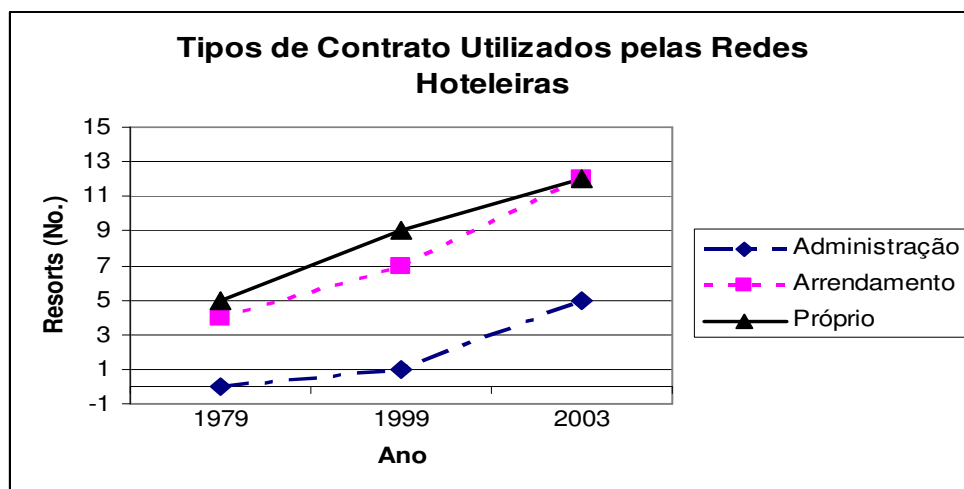
**Tabela 6 - Número de Resorts por Forma de Operação**

<b>Formas de Operação</b>	<b>1979</b>	<b>1999</b>	<b>2003</b>	<b>%</b>
Administração	0	1	5	12
Arrendamento	4	7	12	29
Próprio	9	21	25	60
Total	13	29	42	100

Fonte: Adaptado de BSH (2004)

Contudo, se considerarmos apenas os resorts que fazem parte de uma rede, seja ela nacional ou estrangeira, o número de resorts próprios cai para 42%. O fato de 58% dos resorts - de rede - possuírem contratos de arrendamento ou administração – onde as funções de operação e investimento são segregadas – confirma a tendência descrita por ASCHER (1984) e LEA (1988), de que as redes hoteleiras estão se especializando na operação dos empreendimentos, deixando o investimento imobiliário para outros atores. Este ponto é reforçado mediante a constatação de que estes tipos de contrato apresentam taxas de crescimento superiores às de redes com instalações próprias, conforme retrata o gráfico abaixo:

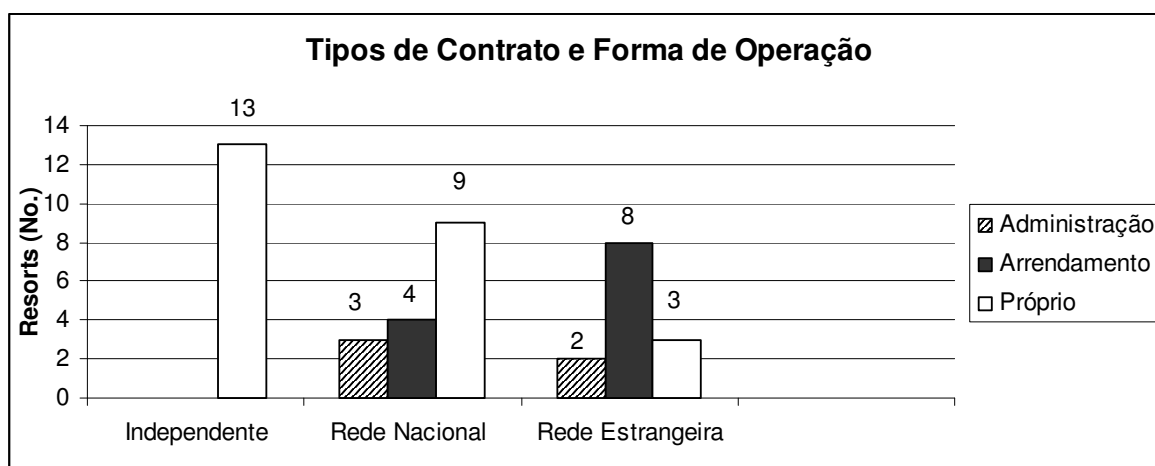
Gráfico 4 – Tipos de Contrato de Gestão Utilizados pelas Redes Hoteleiras



Fonte: Adaptado de BSH (2004)

Analisando o Gráfico 5, que relaciona o tipo de contrato com a forma de operação do resort, verificamos que tanto na rede nacional como nos resorts independentes, a operação de unidades próprias predomina. Já as redes estrangeiras dão preferência ao contrato de arrendamento - modalidade em que aluga o imóvel e implanta sua operação. Hoje, esse tipo de relação está presente em 61% das unidades gerenciadas pelos estrangeiros no Brasil.

Gráfico 5 – Tipos de Contrato de Gestão e Forma de Operação



Fonte: Adaptado com base nos dados da BSH (2004)

Agora, com uma idéia mais precisa e completa das principais conceitos encolcidos na pesquisa, passamos para a definição dos objetivos da mesma.

## IV.2 - Objetivos da Pesquisa

A sustentabilidade, conforme visto no referencial teórico, é um assunto relativamente recente uma vez que este movimento foi impulsionado apenas em 1987 com a conceituação proposta pelo Relatório *Brundtland*.

Apesar da idéia da sustentabilidade já vir sendo tratada no turismo, foi apenas após a sua formalização que começou a haver uma busca mais direcionada da inserção desta temática na literatura. Inicialmente, a idéia da sustentabilidade foi associada a pequenos e médios empreendimentos e formas alternativas de turismo – como o ecoturismo. Mediante a constatação de que estes dependiam da infra-estrutura do turismo de massa e de que, com seu desenvolvimento, também causavam impactos semelhantes a este, a sustentabilidade no turismo passou a ser um objetivo estendido a todos os empreendimentos turísticos.

Mesmo após a aceitação da sustentabilidade como algo necessário e desejável pelas organizações, estas ainda recebem muitas críticas em relação às dificuldades de sua operacionalização.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo entender como está se dando este processo de operacionalização e direcionamento para a sustentabilidade por parte de um representante específico da indústria de hospedagem – os resorts.

Os resorts foram escolhidos como objeto de análise por serem freqüentemente considerados como uma forma não-sustentável de desenvolvimento, uma vez que são associados à idéia de enclaves, apresentado no item III.1 do referencial teórico. Conforme a abordagem de LEA (1988), os resorts podem ser considerados um importante “elo” de ligação entre as duas abordagens analisadas pelo autor. No macroambiente, os resorts podem ser operados por cadeias multinacionais, que são indicadas pela linha “político-econômica” como um instrumento de exploração das sociedades do terceiro mundo. Já no microambiente estes empreendimentos compõem a fase estática da linha “funcional” onde se reconhece a importância econômica do turismo e se sugere a busca da minimização dos efeitos negativos gerados.

Conforme observado na análise sobre as operações dos resorts no Brasil (item IV.1.4.), os resorts vêm crescendo a taxas elevadas, contudo este crescimento não se deu de maneira uniforme. Em 1979, os resorts de praia que representavam apenas 31% do total enquanto, duas décadas mais tarde, alcançaram a marca de aproximadamente 60%. Essa tendência se confirmou em 2003, quando o número de resorts de praia manteve sua participação em 61%. Nas estimativas para 2007, espera-se que 86% dos novos empreendimentos e ampliações dos resorts estejam localizados em praias. Isto significa que neste ano, caso todos os projetos de inauguração e expansão previstos se concretizem, os resorts de praia passarão a corresponder a 67% do total de unidades habitacionais disponibilizadas por todos os resorts do Brasil. Estes números demonstram o dinamismo deste segmento (ROSA, 2002 e BSH, 2004) que, aliado à percepção generalizada de que o resort de praia é o segmento no qual o Brasil tem maior potencial de atração de investimento externo, justifica a escolha destes como objeto do estudo.

Sendo assim, foi estabelecido como objeto de pesquisa os resorts instalados na região costeira do Brasil que possuam mais de 80 unidades de habitação, no mínimo dois pontos de venda de alimentos e bebidas e ampla área de lazer com ativa programação durante o dia e a noite.

Apesar da sustentabilidade compreender três pilares – econômico, social e ambiental – esta iniciativa irá focar nos aspectos sociais, uma vez que este é um assunto que vem sendo tratado de modo marginal dentro das pesquisas no campo da sustentabilidade no turismo. Outro motivo para esta escolha é a freqüente alegação – feita pelos representantes da indústria do turismo – de que o turismo sustentável pode consistir numa forma de desenvolvimento das comunidades em que estão instalados. Mais uma vez, confirma-se a escolha dos resorts de praia como adequada, com base no fato destes empreendimentos geralmente se desenvolverem em regiões detentoras de escassas alternativas econômicas e próxima a pequenas localidades – geralmente vilas de pescadores – muitas vezes carentes de recursos e onde os impactos gerados pelo desenvolvimento do turismo podem ser evidenciados de maneira mais imediata. Como “comunidades” estaremos utilizando a idéia de “comunidade de impacto”, ou seja, aquela que corresponde à área física de influência do negócio.

Por ser este um assunto relativamente recente, são raros os trabalhos que abordam a relação, e as ações, dos resorts concernentes à sustentabilidade. Por esta razão, este estudo tem um caráter exploratório, buscando conhecer:

- a) o entendimento que os *resorts* localizados na costa brasileira têm do conceito de turismo sustentável;
- b) a forma como os conceitos de responsabilidade social empresarial e sustentabilidade estão sendo inseridos na gestão dos *resorts* localizados na costa brasileira;
- c) o impacto dos *resorts* objeto do presente estudo na qualidade de vida da população das comunidades em que estão instalados *resorts*.

Pretende-se atingir os objetivos acima descritos através da realização de pesquisa em duas dimensões distintas. A primeira, realizada através de questionários enviados a todos os resorts de praia instalados no Brasil, com o objetivo de formar um quadro que retrate a percepção que estes empreendimentos têm do conceito de sustentabilidade e como inserem esta questão na sua gestão.

A segunda dimensão, composta por estudos de caso realizados em um grupo selecionado de resorts localizados no litoral norte da Bahia., proporciona a complementação e aprofundamento das questões, permitindo um melhor entendimento da contribuição dos resorts de praia para as comunidades em que estão instalados e das formas de operacionalização da sustentabilidade que vêm sendo adotada. Assim, teremos mais elementos para verificar as práticas efetivas e resultados já alcançados por estes empreendimentos.

No próximo capítulo veremos com maior riqueza de detalhes as dimensões e instrumentos utilizados na pesquisa.



## V - METODOLOGIA

A pesquisa exploratória é usada para buscar um maior conhecimento sobre a natureza geral do problema, as variáveis relevantes e as hipóteses necessárias. Esse conhecimento limitado implica numa pesquisa mais flexível e pouco estruturada para permitir uma busca de *insights* sobre o problema (CHURCHILL 1991).

Essa definição é partilhada por SELLTIZ (1974). De acordo com o autor, entre os amplos agrupamentos em que se pode dividir os objetivos de pesquisa - exploratório, descritivo ou explicativo - o primeiro refere-se a “familiarizar-se com o fenômeno e conseguir nova compreensão deste, freqüentemente para poder formular um problema mais preciso de pesquisa ou criar novas hipóteses” (p.59). SELLTIZ afirma também que a pesquisa exploratória na área das ciências sociais tem um caráter de pioneirismo onde ainda existem poucos caminhos bem experimentados para que o pesquisador possa seguir. Freqüentemente a teoria é excessivamente geral ou excessivamente específica para que possa dar clara orientação para a pesquisa empírica.

A metodologia aplicada na realização da presente pesquisa foi do tipo qualitativa, uma vez que esta, juntamente com a análise de dados secundários, possui objetivos coincidentes àqueles atribuídos à pesquisa exploratória, ou seja, “... gerar hipóteses e identificar variáveis que devem ser incluídas na pesquisa”.(MALHORTA 2001, p.153).

A pesquisa qualitativa teve suas origens nos trabalhos desenvolvidos pelos antropólogos, quando estes perceberam que muitas informações sobre a vida dos povos não poderiam ser quantificadas e necessitavam ser interpretadas de forma mais ampla, não apenas baseando-se num dado objetivo quantitativo. Mais tarde, este tipo de pesquisa passou a ser aplicada pelos sociólogos em estudos sobre a vida em comunidade (TRIVIÑOS, 1994). O autor afirma que a pesquisa antropológica é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente e baseia-se no exame detalhado de um exemplo ou fenômeno visando tirar conclusões sobre o que se deseja investigar. Desta forma, esta forma de investigação apresenta características de uma pesquisa empírica e tem como requisito essencial o respeito pela natureza do objeto pesquisado.

HAGUETTE (1995) enfatiza a necessidade de reconhecer, em primeira instância, o caráter peculiar do objeto pesquisado, ao invés de aplicar esquemas de procedimentos científicos. Para isso, é necessário que a própria metodologia seja apoiada numa teoria sobre a natureza e/ou característica deste objeto, de forma a nortear todo o trabalho da pesquisa.

Para CHURCHILL (1991) há três tipos básicos de estudo exploratório de campo: entrevistas em profundidade, discussão em grupo (ou focus group) e estudo de casos. Cada uma destas estratégias representa uma maneira diferente de se coletar e analisar provas empíricas, seguindo sua própria lógica. É importante lembrar que todas apresentam suas próprias vantagens e desvantagens.(YIN, 2002).

O termo “estudo de caso” vem de uma tradição de pesquisa médica e psicológica, na qual é realizada uma análise detalhada de um caso individual visando explicar a dinâmica e a patologia de uma determinada doença. Este método supõe que a partir de uma exploração de um único caso, pode-se adquirir conhecimento do fenômeno estudado (TRIVIÑOS, 1994).

YIN (2002) recomenda o uso do estudo de caso para pesquisas que envolvem questões contemporâneas dentro de seu contexto e os limites entre o fenômeno não estão claramente definidos.

Desta forma, o uso do método “estudo de caso” foi considerado como apropriado para conduzir a pesquisa em questão, uma vez que:

- a) Todas as definições de sustentabilidade fazem algum tipo de referência à existência de três dimensões – social, econômica e ambiental. Contudo, as pesquisas, estudos e certificações apresentam grande ênfase no aspecto ambiental, deixando o social fora do centro de análise (ASHLEY, C. ROE, D. GOODWIN, H.,2001);
- b) Muitos autores têm criticado a ambigüidade do conceito de turismo sustentável,(SWARBROOKE, 1998, ESSEX, 2001, IOANNIDES, 2001, MCCOOL E MOISEY, 2001, COHEN, 2002);
- c) Apesar de haver um número considerável de estudos sobre turismo sustentável os autores questionam a qualidade das pesquisas existentes (MOWFORTH e MUNT, 1998 e DANN, NASH e PEARCE, 1988);
- d) O turismo enfrentou problemas na tradução do conceito de sustentabilidade para a sua aplicação prática. (ESSEX, 2001).

YIN (2002) indica que, dentro deste método a coleta de dados pode ser feita em diferentes fontes de evidência. O conhecimento destas fontes, seus pontos fortes e fracos é importante para perceber que nenhuma delas possui vantagens indiscutíveis sobre as demais. Sendo assim “... as várias fontes são altamente complementares, e um bom estudo de caso utilizará o maior número possível de fontes” (YIN, 2002 p.107). Sendo assim, apresenta-se a seguir algumas das características citadas por MACÊDO (2003), referentes aos principais instrumentos de coleta de dados que foram utilizados nessa pesquisa.

Entrevista – Encontro de duas ou mais pessoas com o objetivo de: obter informações sobre determinado assunto; levantar opinião sobre fatos; averiguá-los; identificar planos de ação; analisar conduta atual ou do passado; identificar razões e motivos, entre outros. Pode ser estruturada, quando o entrevistador organiza as questões a partir de um roteiro previamente preparado; e semi-estruturada, quando o pesquisador organiza um conjunto de questões, mas permite, e até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal. Entre as vantagens do uso de entrevistas têm-se: podem ser aplicadas a qualquer tipo de pessoa, inclusive analfabetas; podem fornecer uma amostragem mais fiel das populações; são flexíveis; podem fornecer dados não encontrados em fontes documentais; possibilitam obter informações mais precisas que possam ser confrontadas de imediato. Entre as limitações relacionadas com as entrevistas pode-se citar: dificuldades de comunicação e expressão (quer do entrevistador ou do entrevistado); possibilidade de ocorrer falsa interpretação das perguntas incorrendo em respostas não significativas; possibilitando que o entrevistador possa induzir inconscientemente a resposta do entrevistado e omissão de dados importantes.

Questionário – Também conhecido como observação direta extensiva, aplica-se a situações em que se deseja atingir um grande número de pessoas e abranger uma maior área geográfica. Apresenta as seguintes vantagens: economia de tempo e deslocamento, menor possibilidade de distorção devido à influência do pesquisador; maior uniformidade na avaliação; maior segurança, devido ao anonimato. Entre as desvantagens, as mais relevantes são: pequeno percentual de retorno das respostas; grande número de perguntas sem respostas; não pode ser aplicado a analfabetos; impossibilita o apoio ao respondente, em caso de surgirem dúvidas por parte deste.

## **V.1 - Técnicas e Fontes Utilizadas**

Considerando os objetivos da pesquisa, para sua realização foram escolhidas as formas de coleta de dados que se apresentaram como factíveis. Além de questionários e entrevistas pessoais e observações, foram utilizadas fontes secundárias de dados como notícias, relatórios, pesquisas, relatórios de EIA e RIMA, bem como trabalhos anteriores que tiveram como objeto o local ou os próprios resorts selecionados para o estudo de caso. Considerando as vantagens e desvantagens de cada um dos processos de coleta de dados, a presente pesquisa foi concebida em duas dimensões descritas a seguir:

### V.1.1 - Primeira Dimensão da Pesquisa

A primeira dimensão teve como objetivo fornecer uma visão geral do entendimento do conceito de turismo sustentável e da inclusão dos aspectos relativos à questão social nas operações dos resorts de praia que operam no Brasil, que totalizam 27 resorts.

SELLTIZ (1974) pondera que “com determinada soma de recursos, é geralmente possível abranger uma área mais ampla e obter informações de mais pessoas através de questionários...” (p.268) . Por outro lado, este instrumento limita as respostas a questões pré-determinadas. Considerando a grande dispersão geográfica e a necessidade de comparabilidade entre as respostas, o questionário foi escolhido como instrumento de coleta de dados.

Foi considerado, ainda, o fato do questionário “... ser adequado apenas para pessoas com grande educação formal” (SELLTIZ 1974, p.270). Neste estudo, considerando que os questionários foram enviados para os gerentes gerais dos resorts – cargo tradicionalmente ocupado por pessoas com elevado nível de instrução – acredita-se que o instrumento utilizado é aparentemente adequado e não deverá causar impacto significativo no nível de respostas.

O questionário, que tinha como objetivo retratar a situação atual da integração dos resorts de praia com as comunidades e a percepção destes em relação ao conceito de turismo sustentável, foi desenvolvido com base na revisão da literatura e nos seguintes instrumentos auxiliares:

- Questionário utilizado pelo Dr. Stephen Essex - da Universidade de Plymouth do Reino Unido - em pesquisa que investiga as atitudes dos gerentes da indústria de hospedagem em relação aos princípios do desenvolvimento sustentável (HOBSON e ESSEX, 2001);
- Questionário concebido pelo The Travel Foundation para auto-preenchimento por qualquer tipo de hospedagem que tenha *staff* mínimo de 5 membros. O objetivo deste questionário é levar os respondentes a uma reflexão sobre suas práticas atuais nas dimensões ambiental e social, através de questões baseadas numa publicação que relata boas práticas do setor. (A practical guide to good practice: managing environmental and social issues in the accommodations sector, produzido por The Center for Environmental Leadership in Business e o Tour Operators Initiative);
- Questionário desenvolvido pelo Instituto Costa-Riquense de Turismo e pela Comissão Nacional de Certificação. Este é utilizado pelo Programa de Certificação de Sustentabilidade Turística, da Costa Rica, para a categorização e certificação de

empresas turísticas de acordo com o nível de aproximação de suas operações do modelo de sustentabilidade;

- Norma nacional para meios de hospedagem: requisitos para a sustentabilidade (NIH-54: 2004), documento elaborado pelo Instituto de Hospitalidade como parte do Programa de Certificação em Turismo Sustentável. (NIH-54: 2004).

O questionário concebido para a realização desta dimensão da pesquisa encontra-se no ANEXO 5. A seguir abordamos as suas principais características.

#### V.1.1.1 – Questionário

Foi considerado importante que os respondentes estivessem cientes da definição ampla de turismo sustentável adotada para o estudo. Nesse sentido, foi incluída uma breve definição na abertura do questionário enviado aos resorts.

Na elaboração do conteúdo do questionário optou-se por utilizar perguntas com alternativas fixas a fim de permitir uma melhor comparabilidade entre as respostas. As escalas utilizadas nas respostas variaram bastante. Foram utilizadas escalas binárias (“sim” ou “não”), escalas contendo cinco graus de concordância ou discordância e séries de respostas com até 8 possibilidades. Também existem alguns espaços abertos destinados à apuração de percentuais que indicam o nível de adoção de determinadas práticas. Abaixo segue ilustração de uma questão em que esta opção foi utilizada:

#### Bloco I

	Sim	Não
I.1 Emprega pessoal da comunidade local? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
I.1.1. Se sim, qual o percentual aproximado de funcionários da localidade em relação ao total de funcionários? .....	<input type="text" value=""/>	
	%	

Foram utilizadas apenas duas questões abertas, a primeira buscava verificar se o respondente conhece alguma definição de turismo sustentável e a segunda – localizada no final do questionário – consiste num espaço para receber possíveis informações que não tenham sido contempladas, críticas e sugestões.

O questionário final é composto por quatro partes distintas. A primeira consiste num bloco contendo informações sobre a identidade e formas de acesso da pessoa que efetivamente respondeu aos questionários. Essas informações são significativas para a solicitação de

esclarecimentos e o conhecimento de como uma pesquisa sobre sustentabilidade no turismo – neste caso, materializada através do questionário - é encaminhado internamente em cada um dos empreendimentos.

A segunda parte possui quatro questões que tem como objetivo obter informações sobre a forma de gestão dos resorts – se é independente ou faz parte de uma rede; origem do capital. Outras informações, relevantes para se entender o grau de inclusividade do resort - como o tempo de permanência e o número de refeições incluídas nas diárias - também foram tratadas nessa parte. Todas as questões apresentadas nesta seção são de múltipla escolha, com alguns espaços para observações ou fornecimento de dados complementares

Na terceira parte do questionário buscou-se verificar o nível de familiaridade do respondente com a questão da sustentabilidade e sua percepção em relação a diversos aspectos concernentes à sua aplicação. As duas questões iniciais têm como objetivo verificar se os esforços de difusão do conceito de “turismo sustentável” e de inclusão de suas práticas na gestão dos resorts têm sido percebidas pelos gestores. Nas demais questões, buscou-se verificar a percepção relativa às dificuldades e resultados esperados da implantação de uma política de sustentabilidade, bem como a percepção de importância e graus de impacto dos resorts na comunidade.

A quarta parte é a mais longa do questionário. Esta é composta por cinquenta e duas questões, divididas em seis blocos, que têm como objetivo verificar o nível de inserção de assuntos ligados aos aspectos sociais da sustentabilidade, nas operações do resort. Para atingir este objetivo, as cinquenta e duas questões foram divididas em seis blocos, cada um remetendo a uma área da gestão.

**Quadro 4 – Descrição dos Blocos que Compõem o Questionário de Pesquisa**

<b>Bloco I</b>	Verifica a inserção dos membros da comunidade como funcionários do resort. São explorados aspectos tanto de volume como de oportunidade de emprego.
<b>Bloco II</b>	Explora questões relativas à utilização e desenvolvimento de fornecedores locais para o abastecimento das necessidades do resort.
<b>Bloco III</b>	Procura identificar ações que visam diminuir as tensões nas relações: hóspedes-comunidade e/ou resort-comunidade.
<b>Bloco IV</b>	Busca identificar criação de oportunidades para negócio (artesãos, atividades complementares ao resort) de propriedade de membros da comunidade local.
<b>Bloco V</b>	Trata de iniciativas de envolvimento do resort com as questões sociais locais e do incentivo de inserção da população no processo de decisão e planejamento do turismo.
<b>Bloco VI</b>	Identifica a existência de uma formalização de todo o processo anterior.

Fonte: elaboração própria

#### V.1.1.2 – População

Uma vez que o conceito de resort apresenta variações e não há nenhum critério consensado para que um hotel se identifique como resort – sendo observado que este termo tem sido utilizado com grande frequência como apelo de marketing – foram necessários alguns esforços para se chegar a uma listagem dos resorts instalados no Brasil. Com este objetivo, foram buscadas listagens de resorts nas fontes mencionadas a seguir:

- Publicação setorial do BNDES :A recente expansão dos resorts no Brasil -set.2002;
- Guia Quatro Rodas Brasil 2005;
- BSH Travel Research. Resorts no Brasil. Março, 2004;
- Lista de associados da Associação Brasileira de Resorts<sup>19</sup>.

Feita a comparação entre as listas de resorts no Brasil oferecidas por cada uma das quatro fontes (ANEXO 6) verificamos que há grande sobreposição entre os componentes das mesmas, o que certamente minimiza problemas de erro na identificação dos resorts.

Após análise do material optou-se por trabalhar com a lista fornecida pela BSH uma vez que esta apresenta critérios claros de seleção dos resorts e o maior número de componentes (42 resorts). Outro fator relevante para a escolha foi que a inclusão do resort na lista da BSH não

<sup>19</sup> Disponível no site <[www.resortsbrasil.br](http://www.resortsbrasil.br)>. Acesso em 22 mar. 2005

estava vinculada a nenhuma outra exigência – além do atendimento da definição de resort - enquanto os demais têm suas listagens vinculadas a outras questões que não são significativas para o presente estudo, tais como, estar entre os melhores hotéis, no caso do Guia Quatro Rodas ou ser membro da Associação Brasileira de Resorts.

Apenas para lembrar, o critério de seleção utilizado pela BSH - já apresentado no tópico “Objetivos da Pesquisa” – para identificação dos resorts foram os seguintes:

- Mínimo de 80 unidades habitacionais;
- Mínimo de dois pontos de venda de alimentos e bebidas;
- Ampla área de lazer com ativa programação durante o dia e a noite”<sup>20</sup>.

Os resorts instalados na zona costeira representam hoje mais de 64% do total de resorts e este número está em crescimento. Esses dados associados ao fato de que os hotéis de praia tendem a se desenvolver em regiões com poucas alternativas econômicas e próximo a pequenas comunidades - o que torna as ações e impactos mais visíveis - justificam a eleição dos resorts de praia como objeto de estudo.

Sendo assim a população definida para a presente pesquisa é formada por 27 resorts de praia (ANEXO 7), aos quais foi enviado em maio de 2005, o questionário por correio.

### **V.1.2 - Segunda Dimensão da Pesquisa**

A segunda dimensão buscou ter um caráter complementar à dimensão anterior através do aprofundamento de algumas questões identificadas como importantes e que dificilmente seriam captadas por perguntas objetivas realizadas através de questionário. Essas questões são:

- Entendimento mais detalhado das ações de responsabilidade social e sustentabilidade realizadas na região;
- Busca de verificação de impactos sociais causados pela implantação e operação dos resorts;
- Inserção da comunidade na operação do resort (através de empregos diretos ou contratação de fornecedores locais);

---

<sup>20</sup> BSH Travel Research. Resorts no Brasil., p. 6, março/2004



- Criação de oportunidades de negócio na comunidade (através do incentivo ao desenvolvimento do comércio local e criação de oportunidades de interação entre hóspede e população local);
- Estudo do envolvimento das comunidades com o planejamento e decisões relativas ao desenvolvimento do turismo na mesma;
- Percepção de alguns atores (governo, ONGs, população local) sobre a atuação dos resorts no que se refere ao desenvolvimento social da região e bem estar de seus habitantes.

Na segunda dimensão foi utilizado o método do estudo de casos. Os estudos de casos têm como limitação principal o fato de suas conclusões não poderem ser generalizadas. Mas têm como principal vantagem a possibilidade de se analisar, de modo conjunto, as diversas dimensões de um fenômeno, em suas inter-relações no tempo e no espaço. Os estudos de caso permitem ver como determinados processos ocorrem. Eles envolvem diversas técnicas combinadas, as principais são: entrevistas semi-estruturadas, exame de registros existentes, de documentos e observações sistemáticas (participantes ou não) da ocorrência do fenômeno.

Para a seleção dos resorts a serem estudados, fizemos uma análise da população dos resorts de praia do Brasil. Nesta, como já foi mencionado, nota-se que o mercado brasileiro de resorts de praia é composto, atualmente por 27 empreendimentos que juntos oferecem 6.319 unidades habitacionais, e estão localizados em três das cinco regiões que compõem o Brasil. A costa nordestina conta, atualmente, com 72% das unidades de habitação disponibilizadas pelos empreendimentos. Se considerarmos as estimativas de oferta futura para 2007, os resorts nordestinos aumentarão sua participação em 10 pontos percentuais (Tabela 7).

**Tabela 7 - Oferta de Resorts de Praia por região do Brasil**

Região	Oferta Atual (até 2003)		Oferta Futura (2007E)	
	Uhs	% Uhs	Uhs	% Uhs
Centro Oeste	0	0	0	0
<b>Nordeste</b>	<b>4.519</b>	<b>72</b>	<b>8.912</b>	<b>82</b>
Norte	0	0	0	0
Sudeste	949	15	1.149	10
Sul	851	13	851	8
Total Brasil	6.319	100%	10.912	100%

Fonte: Adaptado de BSH (2004)

Tomando a oferta de unidades habitacionais dos resorts de praia, notamos uma grande participação do Estado da Bahia – 62% - que se mantém praticamente constante nos dois cenários (oferta atual e futura):

**Tabela 8 - Oferta de Resorts por Estado do Nordeste**

Estado	Oferta Atual (até 2003)		Oferta Futura (2007E)	
	Uhs	% Uhs	Uhs	% Uhs
Alagoas	463	10	963	11
<b>Bahia</b>	<b>2827</b>	<b>63</b>	<b>5518</b>	<b>62</b>
Ceará	547	12	1497	17
Pernambuco	682	15	934	10
Total NE	4519	100%	8912	100%

Fonte: Adaptado de BSH (2004)

Dentre os onze resorts instalados no Estado da Bahia, selecionamos seis deles para a realização dos estudos de caso. Os resorts escolhidos estão localizados na região da Costa dos Coqueiros, litoral norte da Bahia, a saber:

- Marriott Resort & Spa
- Renaissance Resort
- Sofitel Costa do Sauípe
- Sofitel Suítes & Resorts
- SuperClubs Breezes
- Praia do Forte EcoResort

É importante ressaltar que os cinco primeiros resorts compõem o Complexo Sauípe. Estes são gerenciados por três cadeias hoteleiras: Marriott (que gerencia Marriott e Renaissance), Grupo Accor (que gerencia os dois empreendimentos Sofitel) e o SuperClubs. Já o Praia do Forte Ecoresort é um empreendimento independente de propriedade familiar.

A escolha destes resorts está baseada numa série de fatores que iremos descrever a seguir.

- Neste grupo conseguimos, num pequeno espaço territorial, atingir um grande número de resorts. A proximidade permite que se reduza o número de variáveis externas importantes como as políticas públicas e ações locais, que são reconhecidas como de grande impacto nas questões sociais;
- Grande parte das previsões de oferta futura deverão se realizar nesta região, que conta com a intenção de construção de cinco novos empreendimentos (detalhes no anexo 3), dentre os quais dois – Iberostar e Reserva Imbassaí - já estão em construção;

- As formas de gestão dos resorts é bem variada, o que poderá enriquecer as observações e entrevistas. Enquanto o Praia do Forte Ecoresort é uma unidade independente de propriedade familiar, os componentes do Complexo Sauípe são geridos por redes internacionais de várias origens (França, EUA e Jamaica);
- Os empreendimentos escolhidos foram abertos em épocas distintas. Enquanto o Praia do Forte Ecoresort foi inaugurado em 1985, o Complexo Sauípe – e todas as unidades que o compõem – só foi inaugurado em 2001, momento em que o discurso e as práticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade estavam mais difundidos;
- Na busca por empresas do setor hoteleiro envolvidas com questões relativas à responsabilidade social feita no “Guia de Boa Cidadania Corporativa”<sup>21</sup>, as únicas que figuram nesta publicação estão compreendidos entre os hotéis selecionados (verificar ANEXO 8)

Para o desenvolvimento do estudo de caso foram realizadas entrevistas com membros da comunidade, representantes dos resorts, representantes de associações e ONGs presentes nas localidades próximas que são influenciadas pelos resorts.

## V.2 - Trajetória da Pesquisa

Antes de iniciar as entrevistas e elaboração do questionário foi necessário um intenso trabalho de revisão bibliográfica a fim de verificar o que já havia sido escrito sobre turismo sustentável, turismo no terceiro mundo e impactos sociais do turismo. A pesquisa foi feita nos seguintes periódicos: *Annals of Tourism Research*, *Journal of Sustainable Tourism* e *Tourism Management*. Para localização dos artigos de interesse foram utilizados mecanismos de busca - Proquest, Emerald, Ebsco e Portal Capes. Também foi feita uma busca no site dos referidos periódicos onde se consultou o índice de cada uma das edições publicadas desde o início da publicação de cada um deles até as edições do 1º. semestre de 2004. Essa busca resultou na localização de diversos artigos nas três publicações acima mencionadas e em um número reduzido em outros periódicos. Como resultado desses esforços foram identificados, no total, 204 artigos.

---

<sup>21</sup> “Guia de Boa Cidadania Corporativa” - publicação anual da Revista Exame que traz ações de referência, no campo da responsabilidade social, de todos os setores da economia. A primeira publicação aconteceu em 2000.

Apesar do resultado na identificação de artigos ter sido considerável, houve muita dificuldade no acesso efetivo ao conteúdo dos artigos, uma vez que a maior parte desses possuía apenas o resumo disponível em meio eletrônico. Para concretizar o acesso a este material a autora visitou as bibliotecas da FGV-EAESP, ECA-USP e SENAC-São Pedro, além de utilizar alguns sites que garantiam livre acesso a alguns dos periódicos da área. Por meio destes esforços foram localizados 151 artigos, sendo que houve maior dificuldade de acesso aos artigos mais antigos. A Tabela 9 traz os resultados relacionados à identificação e localização de artigos:

**Tabela 9 - Resultados da Identificação e Localização de Artigos**

Periódico/década	Identificados					Encontrados				
	70	80	90	2000-04	Total	70	80	90	2000-04	Total
Annals of Tourism Research	2	7	27	21	57	1		21	20	42
Journal of Sustainable Tourism(1)			15	22	37			9	18	27
Tourism Management		8	58	18	84			47	15	62
Outros (2)		5	9	12	26		3	5	12	20
<b>Total</b>	2	20	109	73	204	1	3	82	65	151
(1) Início da publicação em 1993										
(2) Business Ethics; Canadian Geographer; Cultural Survival Quarterly; Current Issues in Tourism; International Journal of Contemporary Hospitality Management; International Journal of Social Economics; International Journal of Tourism Management; International Journal of Tourism Research; Journal of American Planning Association; Journal of Macromarketing; Journal of Travel Research; Journal of Tourism and Cultural Change; The Service Industries Journal e Tourism Recreation Research										

Fonte: elaboração própria

Com base nesse levantamento verificamos que a maior parte das contribuições do meio acadêmico, ocorreram na década de 90, sendo que o periódico *Tourism Management* foi o que apresentou maior número de contribuições para a questão da sustentabilidade do turismo, com enfoque nos aspectos sociais.

Os artigos efetivamente localizados foram classificados de acordo com o seu conteúdo gerando a seguinte distribuição:

**Tabela 10 - Classificação de artigos por assunto**

Assuntos	Total de Artigos
Conceito de Turismo sustentável	17
Turismo no terceiro mundo	13
Impactos na Comunidade	60
Residentes - percepção e atitude em relação ao turismo	32
Adoção da sustentabilidade por integrantes da cadeia do turismo	15
Outros	14
<b>Total</b>	<b>151</b>

Fonte: elaboração própria

### **V.2.1 - Primeira Dimensão da Pesquisa**

Os 27 questionários foram enviados para todos os resorts de praia instalados no Brasil, pelo correio, no dia 19 de maio de 2005. Os questionários foram endereçados para o gerente geral de cada uma das unidades em operação, mesmo que esta fizesse parte de uma mesma rede. No caso do Club Méditerranée, por exemplo, foram enviados três questionários, um para cada unidade – Rio das Pedras, Itacaré e Trancoso. Nas redes Marriott e Accor, onde cada uma opera dois resorts dentro de Costa do Sauípe, também foram enviados um questionário para cada uma das unidades – totalizando 4 questionários. Contudo, com a informação posterior de que a gestão das unidades era completamente integrada – em ambos os casos – solicitou-se que fosse respondido apenas um questionário, que foi considerado duas vezes.

No dia 27 de maio, oito dias após o envio dos questionários pelo correio, foi feito novo contato, desta vez por e-mail. A mensagem mencionava o envio do questionário pelo correio e oferecia a possibilidade de envio da resposta pela Internet, através de formulário eletrônico anexado à mesma.

Até o prazo inicialmente estabelecido para envio das respostas – dia 20 de junho – apenas cinco formulários respondidos tinham retornado. A fim de melhorar o índice de respostas foi feito contato telefônico intenso com os resorts que não haviam respondido, no período de 20 de junho a 01 de julho. Neste período alguns questionários foram reenviados por e-mail e fax com o objetivo de facilitar a participação dos interessados.

Ao término do novo prazo de envio de respostas – dia 04 de julho – as respostas totalizavam 14 questionários, o que significou um índice de respostas de 52%, considerado satisfatório para esse tipo de pesquisa.

O ANEXO 9 traz histórico das datas e forma de recebimento dos questionários enviados pelos resorts, bem como as alegações daqueles que não responderam. Nota-se que a maior parte dos que não responderam alegou estar sem tempo para fazê-lo. É importante ressaltar que o mês de junho é baixa estação o que justifica as informações referentes a reformas e férias dos gerentes.

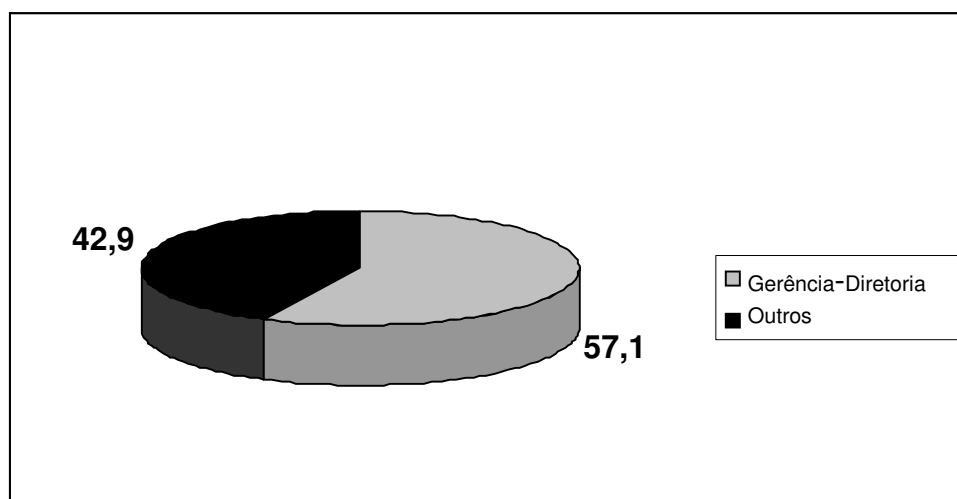
Podemos entender que, possivelmente, a decisão de responder, ou não, o questionário está mais relacionado ao nível de interesse dos resorts pelo assunto do que disponibilidade, uma

vez que a época e os compromissos de trabalho parecem ser uma constante em todos esses empreendimentos.

Outra informação interessante refere-se ao cargo dos respondentes. O Gráfico 6 demonstra que o envolvimento de gerentes e diretores (57,1%) foi maior do que o de outros cargos dentro da organização. Este dado pode ser tanto um indicador do interesse e envolvimento do empreendimento com a questão da sustentabilidade, objeto da pesquisa, como um sinalizador de que este assunto ainda está sendo tratado pela cúpula dos empreendimentos; como um indício de que esta questão ainda não permeia a organização.

Vale ressaltar que um dos questionários foi respondido conjuntamente por dois funcionários – um de vendas e outro de RH – o que denota a transversalidade da questão da sustentabilidade dentro da organização e a departamentalização das informações.

**Gráfico 6 - Cargos dos Respondentes**



Fonte: elaboração própria

### **V.2.2 - Segunda Dimensão da Pesquisa**

A fim de entender de maneira detalhada as ações dos resorts na região, os impactos do turismo e as relações dos diversos atores com os resorts, foram entrevistados três grupos de representantes: resorts, comunidade e instituições (ONGs e empresários locais). Vale mencionar que há uma grande sobreposição de papéis entre a comunidade e as instituições.

Para o desenvolvimento dos estudos de caso também foi buscada literatura e trabalhos realizados anteriormente na região.

As entrevistas foram realizadas pela pesquisadora pessoalmente no período de 31 de maio a 10 de junho de 2005

#### **V.2.2.1 - Entrevistas com representantes dos resorts**

Com este grupo foram realizadas 14 entrevistas semi-estruturadas que tinham como objetivo aprofundar as questões e vertentes propostas pelo questionário, buscando indícios e histórico da atuação dos resorts e de seu envolvimento com a comunidade.

Houve muita dificuldade no agendamento das entrevistas, o que fez com que, após alguns adiamentos, a pesquisadora se dirigisse ao local em que os resorts estão instalados, apenas com a certeza de ser recebida pelos representantes do Praia do Forte Ecoresort e pelo responsável pelo Projeto Berimbau – programa social do Complexo Costa do Sauípe. A seguir detalharemos o processo de marcação e realização das entrevistas.

#### **Praia do Forte Ecoresort**

Desde o primeiro contato com o Praia do Forte, houve demonstração de muito boa vontade e disposição para agendar as entrevistas e atender à pesquisadora. Apesar das dificuldades de agenda - uma vez que se pretendia falar com os representantes de vários departamentos – foi estabelecida uma data para que se realizassem os encontros.

No Praia do Forte falamos com vários representantes, conseguindo cobrir todas as áreas inicialmente propostas – gerência geral, compras, recursos humanos, qualidade e comercial. É importante ressaltar que foi este o único empreendimento em que o primeiro homem da organização se prontificou a receber a pesquisadora.

A relação de entrevistados nesse resort foi a seguinte:

José Alberto Jacques da Silva – Diretor de Operações

Antônio Rimaci – Gestor de Recursos Humanos

Mayke de Souza Nascimento – Depto Comercial

Patrícia Campos – Bióloga do Departamento Ambiental

Tatiana Dengo – Assistente de Qualidade

As entrevistas tiveram duração aproximada de uma hora cada uma. Após a transcrição das mesmas, em alguns casos, os entrevistados foram contatados por telefone ou e-mail para esclarecimento de dúvidas.

### **Complexo Costa do Sauípe**

Os contatos com os resorts que compõem o Costa do Sauípe tiveram início em fevereiro de 2005. Contudo, a complexidade da estrutura e a falta de retorno às ligações e e-mails dificultaram a marcação das entrevistas. Foi buscado contato com a administração das três redes que operam no Complexo (Superbreezes, Marriott e Accor), mas estas sempre remetiam a pesquisadora à coordenação do Projeto Berimbau. Certamente, esta atitude pode ser entendida como um indício de que os assuntos ligados à comunidade são vistos como externos à operação das redes. A dificuldade nos contatos e a falta de retorno também pode conter indícios de falta de interesse ou condições para maior dedicação a questões relativas à sustentabilidade da empresa.

Após conseguirmos os contatos do Coordenador do Projeto Berimbau – Sr. Francisco Oliveira - este atendeu prontamente à solicitação de entrevista feita pela pesquisadora. Adicionalmente, o Sr. Francisco Oliveira forneceu nomes e telefone de contato das três redes hoteleiras e da Administradora do condomínio, a Sauípe S.A. Essas indicações possibilitaram o acesso da entrevistadora a esses importantes elementos da pesquisa. O Sr. Francisco Oliveira também viabilizou a participação da entrevistadora em palestra realizada no dia 04 de junho, no empreendimento “Reserva Imbassaí” do grupo Reta-Atlântico, que tinha como objetivo apresentar aos estudantes de 8º semestre do curso de Biologia da Universidade Católica de Salvador (UCSal) os projetos de preservação ambiental e social para a área em que irão construir um empreendimento contendo condomínio residencial e hotéis (sendo que um deles será da cadeia SuperBreezes). Apesar de não haver sido planejado previamente, este contato foi importante para trazer elementos sobre as evoluções na forma de tratamento destas questões, na região.

No Complexo Costa do Sauípe as entrevistas também tiveram duração aproximada de uma hora cada uma. Após a transcrição das mesmas, em alguns casos, os entrevistados foram contatados por telefone ou e-mail para o esclarecimento de dúvidas.

A relação de entrevistados nos resorts que compõem Costa do Sauípe foi a seguinte:

#### **SuperClubs Breezes**

Emília Guerra – Gerente de Recursos Humanos

Jamara Souza Silva – Coordenadora de Compras

Julio Jost – Gerente de Alimentos e Bebidas



**Sofitel Accor Hotels & Resorts**

Stela Brito – Coordenadora de Recursos Humanos

**Marriott Brasil**

Antonella Del Lago – Coordenadora de Recursos Humanos

Alex Fiz - Diretor de Vendas e Marketing – Brasil (entrevista realizada em São Paulo)

**Sauípe S.A.**

Beraldo Boaventura – Gerente Sócio-Ambiental

Francisleide Ribeiro – Analista Sócio-Ambiental

**Projeto Berimbau**

Francisco Oliveira – Coordenador do Projeto

È significativo constatar que todos os resorts que participaram desta segunda dimensão da pesquisa também participaram da primeira, através do preenchimento do questionário. A única exceção foi o Sofitel, que estava passando por uma troca de comando na gerência geral. Foram feitos muitos esforços de contato com a Sra. Stela Brito – que recebeu a pesquisadora no hotel e se comprometeu a responder o questionário – mas o questionário não foi respondido.

**Funcionários dos Resorts**

Procurou-se incluir os funcionários em entrevistas realizadas na própria comunidade.

Os funcionários dos resorts não foram entrevistados uma vez que existiam boas fontes secundárias de informação sobre os mesmos. O trabalho de COUTO (2003) nos traz um bom panorama sobre a faixa etária, tempo de serviço e grau de escolaridade dos funcionários do Costa do Sauípe, informações obtidas através da realização de 173 entrevistas. O Praia do Forte Ecoresort disponibilizou para consulta os resultados de entrevista de clima organizacional realizada anualmente pela empresa.

Nas entrevistas realizadas na comunidade houve a preocupação de procurar incluir entre os entrevistados pessoas que tivessem, ou tiveram, relação trabalhista com os empreendimentos.

### **V.2.2.2 - Entrevistas com representantes da comunidade**

Foram realizadas entrevistas com 29 moradores das diversas localidades que compõem o “entorno” dos empreendimentos. Uma vez que estes são muito numerosos, nem sempre foi possível realizar um número elevado de entrevistas em cada um deles. Uma vez que contávamos com elementos de fonte secundária – o já mencionado trabalho de COUTO (2003) - para diversas localidades, no presente trabalho, a autora incluiu moradores de outras localidades – tais como Açú-da-Torre, Açuzinho e Malhadas – e dedicou esforços à comunidade de Praia do Forte uma vez que esta é a comunidade em que está instalado o Praia do Forte Ecoresort e o local que tem maior tradição no turismo na região (e menor quantidade de dados em fontes secundárias).

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas em grande parte, de maneira individual e em locais públicos. Contudo, em alguns momentos, os entrevistados encontravam-se em grupos – ou chegava outra pessoa durante a realização da entrevista – o que resultou na participação de dois, e em casos mais raros, três respondentes simultaneamente.

Relação de pessoas entrevistadas por localidade:

#### **Açú-da-Torre**

Paulo Carvalho – Motorista que faz Transfer Aeroporto-Hotéis

#### **Açuzinho**

Márcio de Jesus Falcão – Garçom em Praia do Forte

Sueli Cardoso dos Santos - Cozinheira no Sofitel

Sonia Cardoso – Diretora Escola Alaor Coutinho

#### **Diogo**

Jocimar Barbosa Moura – Estudante

#### **Imbassaí**

Cíntia Suzart Azeredo - Enfermeira

Ivo Costa de Oliveira – Proprietário de Pousada

**Barro Branco**

Ueslei de Jesus Vieira - Estudante

**Malhadas**

João Rodrigues dos Santos – Fiscal da Prefeitura

**Porto Sauípe**

Francisca Maria Ribeiro da Silva – Atendente Posto Médico de Porto Sauípe

Ronaldo Araújo – Enfermeiro

**Praia do Forte**

Simone – Prefeitura PF

Ana Glória de Jesus Santana – Vendedora em loja de PForte

Eber Garrido Fogos – Dono de Farmácia e Associação de Pescadores PForte

Maria Clara Carvalho Sena – Proprietária da loja Mônica Modas PF

Moacé André Borges Soares – Prefeitura – Praia do Forte

Edy Carlos de Oliveira Borges - Cooper Hotel-PF

Ilma Alves da Silva – Vendedora - Loja Salinas

Maria Fátima Cortez – Advogada - PF

Edisar Ribeiro Pereira - Dona de Pousada e Diretora Creche de PF

Maria Natividade Teles do Nascimento – Proprietária do Restaurante da Nati

Manoel Conceição Nunes (Nuca) – Pescador

Luis Carlos Ferreira da Cruz – Pescador

Maristela Batista das Neves – presidente associação de Moradores Areal

Nair Pereira – Secretária da associação de moradores Areal

Manoel Santana – Corretor de Imóveis na região

João Pedro de Souza Alves – Biólogo do ECOA

**Santo Antônio**

Jean – Trabalha restaurante Maria Moqueca

Roberto de Souza (filho do dono das terras )

**Vila Sauípe**

Josinéia Tavares dos Santos - Artesã

### **V.2.2.3 - Entrevistas com representantes de outras instituições**

Uma vez que este trabalho foca nas contribuições dos resorts com as comunidades, as demais instituições ocupam um papel secundário. Sendo assim, apesar de não ter havido um direcionamento específico para instituições e componentes do governo, foram feitas algumas entrevistas para que se entendesse o contexto mais amplo em que estes empreendimentos estão instalados.

As entrevistas realizadas com este grupo tinha basicamente dois objetivos: (1) entender como estas instituições se relacionavam com os resorts objeto do estudo de caso e (2) identificar a percepção dos impactos causados pelo turismo. Nesse sentido, foram entrevistados:

#### **Turisforte**

Adson Alves dos Santos

#### **Projeto Tamar**

Gonzalo Rostan

#### **PROES**

Marcos Antonio Borges Soares e

Valter de Oliveira Correa Junior

#### **Prefeitura de Mata de São João**

Paulo Lara – Núcleo Municipal do Meio Ambiente (NUMMA)

Hélio Guertzenstein Machado Vianna – Administrador Unidade da Prefeitura em Praia do Forte

#### **Posto de Saúde - Fundação José Vieira**

Maria Cláudia Dória – Enfermeira do Posto

É importante mencionar que a maior parte dos aqui entrevistados também são membros da comunidade, o que possibilitou que mesmo nessas interações fossem buscados dados sobre os impactos na comunidade. Vale ainda lembrar que diversas pessoas possuem múltiplos papéis dentro das comunidades. Um exemplo ilustrativo é o da Sra. Edisar Ribeiro Pereira que é

moradora de Praia do Forte há 26 anos, casada com um nativo, proprietária da Pousada Oxumaré e Diretora da Creche Finn Larsen. Por este motivo, nas análises dos impactos (item VI.2.3.2.), os depoimentos – moradores e representantes de instituições – serão analisados de maneira conjunta.

## VI – RESULTADOS PESQUISA

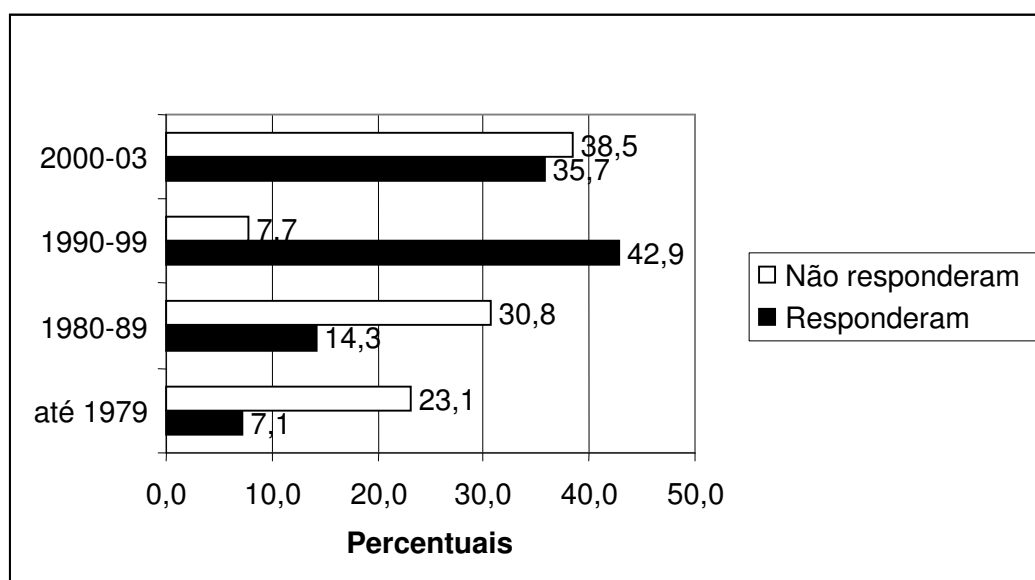
### VI.1 - Primeira Dimensão

A primeira dimensão da pesquisa teve como objetivo retratar a percepção que os resorts de praia têm do conceito de sustentabilidade e como inserem esta questão na sua gestão. Contudo, antes de passar para a análise dos dados propriamente dita, foi feita uma comparação entre o perfil dos resorts de praia respondentes e os não-respondentes a fim de entender se há diferenças entre estes dois grupos.

#### VI.1.1 - Comparação dos grupos respondentes e dos não-respondentes

Inicialmente analisamos a relação entre os resorts das duas categorias (respondentes e não respondentes) e o seu período de inauguração, procurando entender se há alguma relação entre essas variáveis.

**Gráfico 7 - Percentual de Respondentes e Não-Respondentes por Época de Inauguração**



Fonte: elaboração própria

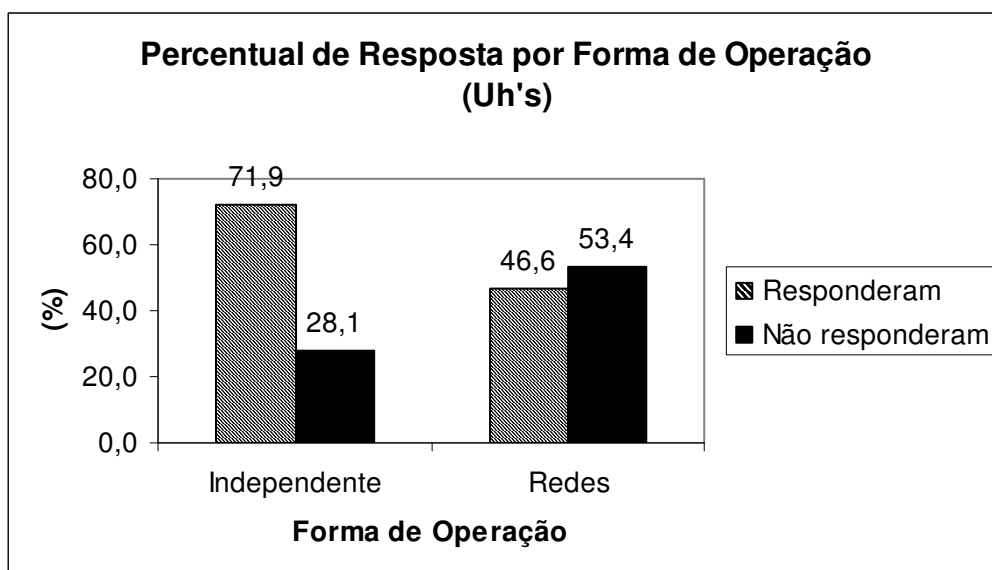
O Gráfico 7 demonstra que os resorts de praia mais antigos apresentaram números mais tímidos na participação da presente pesquisa. Verifica-se que a **participação é crescente até a década de 90, onde se encontra o maior número de respondentes e a maior diferença entre respondentes e não-respondentes**. Para o grupo de resorts de praia inaugurados após o

ano 2000, a atitude de participar, ou não, da pesquisa é praticamente semelhante nos dois grupos.

Apesar do gráfico não apresentar uma tendência de crescimento constante quanto ao interesse dos resorts em participar da presente pesquisa - o que efetivamente ocorre somente no período de 1979 até 1999 – é claro o aumento na participação dos empreendimentos inaugurados após a década de 80.

Outra variável observada foi a forma de operação. Esta refere-se à forma como o resort é operado, ou seja, se de maneira independente ou através de redes hoteleiras nacionais ou estrangeiras. Ao verificar a relação entre respondentes e não respondentes e a forma de operação, identifica-se que os resorts de praia independentes apresentaram um percentual maior (71,9%) de respostas quando comparado ao percentual de respondentes nas redes hoteleiras (46,6%).

**Gráfico 8 - Percentual de Resposta por Forma de Operação (Uh's)**



Fonte: elaboração própria

Fazendo uma análise mais detalhada dos dados, verificamos que é possível fazer dois tipos de comparações. A primeira entre resorts de praia independentes e aqueles que fazem parte de redes (que foi demonstrada no Gráfico 8). A segunda permite direcionar o olhar para os

resorts de praia de redes hoteleiras, buscando verificar se há diferença no comportamento – em relação à pesquisa - entre aqueles cuja operadora é de origem nacional e estrangeira.

**Tabela 11 - Percentual de Resposta por Forma de Operação (Uh's)**

<b>Forma de Operação</b>	<b>Responderam</b>		<b>Não Responderam</b>		<b>Total</b>	
	<b>Uh's</b>	<b>% Uh's</b>	<b>Uh's</b>	<b>% Uh's</b>	<b>Uh's</b>	<b>% Uh's</b>
Independente	1531	71,9	599	28,1	2130	100
Redes Nacionais	759	61,5	475	38,5	1234	100
Redes Internacionais	1193	40,4	1762	59,6	2955	100
Total	3483		2836		6319	

Fonte: elaboração própria

Na Tabela 11 fica claro que a participação das redes nacionais, apesar de não atingirem o nível das unidades independentes, supera em 21 pontos percentuais a participação das redes internacionais (40,4%).

É relevante mencionar que na análise acima, o tamanho do empreendimento (número de unidades de habitação) não possui grande efeito sobre os percentuais encontrados. Caso a mesma comparação seja feita com base no número de resorts de praia (ao invés da disponibilidade de unidades de habitação), as conclusões permaneceriam praticamente as mesmas. Nesse caso o número de resorts nacionais respondentes seria de 60% enquanto os internacionais apresentariam percentual de 41,7%.

Dentro da categoria de redes hoteleiras “estrangeiras” é interessante notar que o grupo de respondentes e não respondentes possui nacionalidades distintas, conforme demonstra a Tabela 12:

**Tabela 12 - Identificação da Nacionalidade das Operadoras por Atitude em Relação à Pesquisa**

<b>Respondentes</b>		<b>Não-respondentes</b>	
<b>Nacionalidade</b>	<b>No. Resorts</b>	<b>Nacionalidade</b>	<b>No. Resorts</b>
Brasil	3	Brasil	2
EUA	2	França	5
Itália	1	Itália	2
Jamaica	1		
Portugal	1		

Fonte: elaboração própria

Conforme exposto na metodologia, a Região Nordeste compõem 72% das unidades de habitação dos resorts de praia instalados no Brasil. Sendo assim, não foi surpresa verificar que



esta região lidera tanto o número de respondentes como o de não-respondentes, como demonstra a Tabela 13.

**Tabela 13 - Comparação de Respondentes x Não-Respondentes por Região (Uh's)**

Região	Responderam		Não Responderam		Total	
	Uh's	% Uh's	Uh's	% Uh's	Uh's	% Uh's
Nordeste	2788	61,7	1731	38,3	4519	100
Sudeste	0	0	949	100	949	100
Sul	695	81,7	156	18,3	851	100
Total	3483		2836		6319	

Fonte: elaboração própria

Praticamente todos os resorts que responderam o questionário são da Região Nordeste. Entre os 14 questionários recebidos, 13 são de empreendimentos localizados nos estados que compõem a Região Nordeste (Bahia, Pernambuco, Alagoas e Ceará). O outro respondente é o Costão do Santinho - localizado em Santa Catarina – que representa a Região Sul. É importante notar que **nenhum dos resorts localizados na Região Sudeste** – existem 4 resorts localizados no Estado do Rio de Janeiro – **respondeu ao questionário**.

É significativo notar que, dentro da Região Nordeste, o número de respondentes supera o de não respondentes, atingindo o percentual de 62%. Na Região Sul, o percentual de respondentes é de 81,7%. Embora este seja um número elevado, ele perde parte de sua expressão quando consideramos que esta região conta com apenas dois resorts de praia - Costão do Santinho e Jatiúca - sendo que o respondente (Costão) supera em muito o número de unidades de habitação oferecido pelo não-respondente (Jatiúca).

Apesar de muitas das redes funcionarem de maneira descentralizada - foi necessário buscar os dados em cada uma das unidades que compõem as redes – os grupos respondentes e não-respondentes sugerem que algumas das redes possuem uma **maior padronização nas ações**, para a questão da sustentabilidade. O fato de nenhuma das unidades dos grupos Club Med e Gruppo Ventaglio terem respondido à pesquisa, pode sugerir que algumas **redes hoteleiras podem ter como princípio não se envolver**, ou não valorizar, as questões relacionadas à sustentabilidade. Por outro lado, pode haver **redes que não demonstram uma atitude uniforme em relação ao assunto**, como é o caso da Blue Tree – onde apenas a unidade de Cabo de Santo Agostinho respondeu o questionário.

As demais redes hoteleiras, por contarem com apenas uma unidade em operação nas praias do Brasil, ou terem unidades com administração conjunta (como é o caso do Marriott e do Accor,

no Compelxo Sauípe) não possibilitam que as mesmas sejam incluídas nesta análise. De qualquer forma, os dados existentes não permitem que se façam afirmações conclusivas, mas apenas sugerem a existência deste tipo de comportamento.

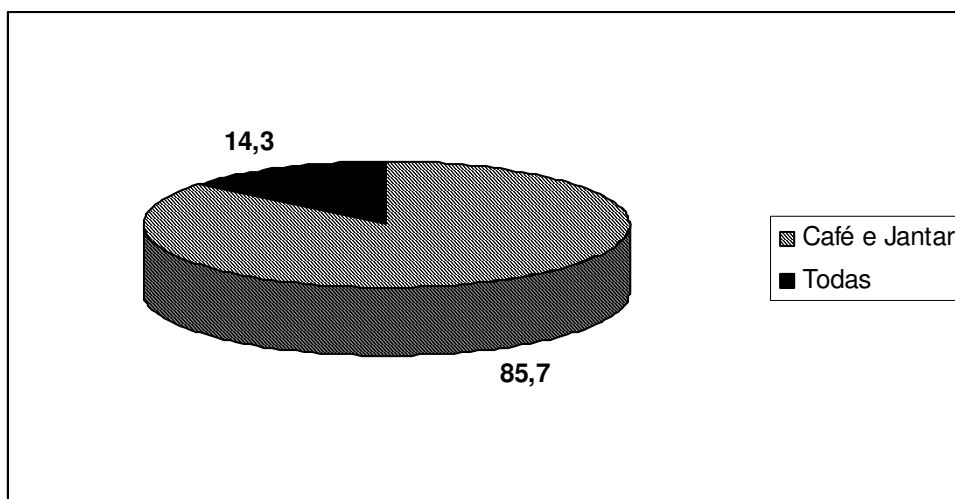
### VI.1.2 - Análise das Respostas dos Questionários

Conforme exposto na metodologia, o questionário final é composto por quatro partes distintas. A primeira consiste num bloco contendo informações sobre a identidade e formas de acesso da pessoa que efetivamente respondeu ao questionário. Aqui além de garantir o acesso para a solução de eventuais dúvidas conseguimos identificar que 57,1% dos respondentes (Gráfico 6) são pessoas que exercem cargos de gerência ou diretoria dentro dos resorts de praia – assunto já tratado na trajetória da pesquisa.

As respostas da segunda parte do questionário confirmaram os dados sobre a forma de operação dos resorts obtidas previamente na pesquisa da BSH (2004). Contudo houve um acréscimo importante em relação às refeições incluídas na diária e o tempo de permanência médio dos hóspedes no hotel.

Com base nas respostas verificamos que grande parte (85,7%) dos resorts oferece incluso na diária somente o café da manhã e o jantar (Gráfico 9). Esta informação permite verificar que desta forma cria-se **oportunidade dos hóspedes fazerem a refeição faltante em outros locais**, o que abre a oportunidade de geração de renda para as comunidades através de bares e restaurantes.

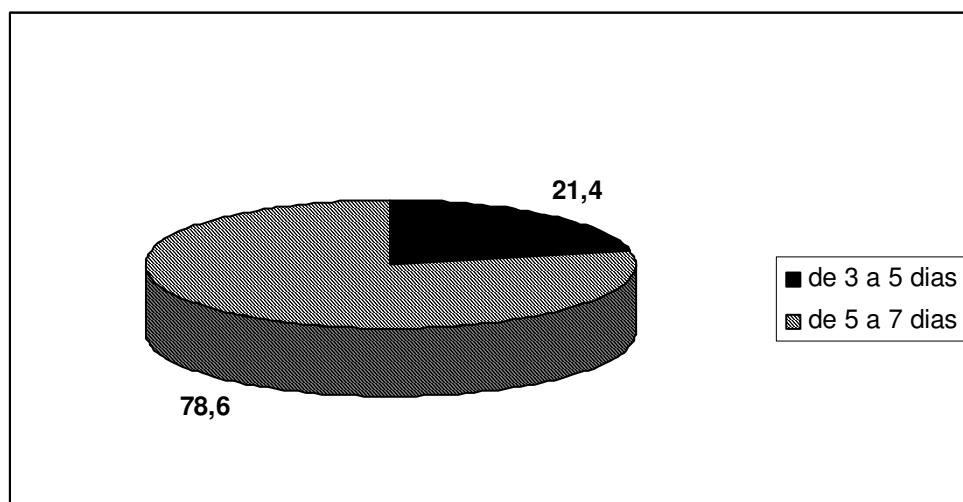
**Gráfico 9 - Inclusão de Refeições na Diária**



Fonte: elaboração própria

Em relação á permanência do hóspede no resort, imagina-se que quanto mais longa a estada, menor o desgaste da comunidade local – que não estaria frequentemente exposta a novas levadas de turistas – e maior a possibilidade do turista deixar as dependências do resort para conhecer as localidades vizinhas. Desta forma, quanto maior o período de permanência, maior a possibilidades de impacto positivo na comunidade.

**Gráfico 10 - Tempo Médio de Permanência dos Hóspedes (em dias)**



Fonte: elaboração própria

As respostas deixam claro que há uma forte concentração (78,6%) em estadas de 5 a 7 dias (Gráfico 10). Esta, se comparada com os dados apresentados pelo estudo da BSH (2004), mostram-se compatíveis (Tabela 14). Apesar de não haver dados sobre o “tempo ideal de permanência”, a idéia é que quanto mais longa a permanência dos hóspedes, maior a possibilidade destes buscarem formas alternativas de lazer e cultura, possivelmente através de excursões e visitas às comunidades próximas.

**Tabela 14 - Comparação Tempo de Permanência dos Hóspedes por Tipo de Resort**

Resorts	Permanência Média (dias)
Interior	2,67
Praia	5,42
Praia – Responderam Pesquisa	6,00

Fonte: Dados BSH (2004) e dados da pesquisa

Na terceira parte do questionário buscou-se verificar o nível de familiaridade do respondente com a questão da sustentabilidade e sua percepção em relação a diversos aspectos concernentes à sua aplicação.

Quanto ao conceito, foi considerado importante que os respondentes estivessem cientes da definição ampla de turismo sustentável adotada para o estudo. Nesse sentido, foi incluída uma breve definição na abertura do questionário enviado aos resorts. – “Entendemos por turismo sustentável aquele que atende a critérios econômicos, ambientais e sociais”. Mesmo assim, a questão 5 perguntava: “Qual é o SEU entendimento do termo ‘turismo sustentável’?”

Do quatorze questionários recebidos, quatro não responderam a esta questão. Os dez questionários restantes podem ser divididos em 3 grupos (veja tabulação completa das respostas abertas no ANEXO 10), conforme descrito pelo Quadro 5:

**Quadro 5 - Tipos de Definição de Turismo Sustentável Identificados na Pesquisa**

<b>Grupo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Frequência</b>
Tripé	Consideram turismo sustentável como uma equação entre aspectos econômicos, sociais e ambientais.	5
Tripé e Desenvolvimento Social	Adiciona à visão anterior – tripé – a questão do desenvolvimento social das comunidades	4
Preservação Ambiental	Foca exclusivamente na questão da preservação ambiental	1

Fonte: elaboração própria

Após a definição fornecida no início do questionário é natural que praticamente todos os que responderam esta questão tenham contemplado os três elementos básicos da sustentabilidade. A surpresa foi a resposta do Resort Canabrava que abordou a questão da forma mais tradicional na literatura, onde a questão da sustentabilidade é associada apenas aos aspectos ambientais.

Uma outra constatação foi a de que quatro dos entrevistados manifestaram que o turismo sustentável, além de contemplar questões relativas aos aspectos econômicos, sociais e ambientais, deve proporcionar “... oportunidades profissionais e desenvolvimento social” para a comunidade (Blue Tree Park - Cabo de Santo Agostinho). Ou ainda, “... permitindo que a população seja beneficiada em sua economia, cultura, educação e bem-estar.” (Marriott e Renaissance, Costa do Sauípe).

Chama atenção os dizeres colocados pelo respondente do Summerville Beach Resort, após a definição de turismo sustentável: “Trecho retirado da internet”.

De maneira geral, foi alto o índice de questões em branco (28,5%), que se for somado à resposta retirada da Internet sobe para expressivos 35,7%. Entre os respondentes, as respostas foram de boa qualidade, mas conforme mencionado, estes contaram com a orientação da definição inicial e podem ter utilizado recursos semelhantes ao expresso pelo respondente do Summerville. Sendo assim, apesar da qualidade das respostas, temos dúvidas sobre o real entendimento deste conceito por parte dos resorts de praia.

Na questão 6 – que trata dos incentivos para a adoção do conceito de turismo sustentável na gestão dos empreendimentos – apenas quatro resorts manifestaram ter recebido algum tipo de encorajamento para a adoção de um gerenciamento de acordo com as premissas do turismo sustentável. Destes, três mencionam órgãos governamentais, tais como Secretaria Municipal e Governo do Estado como fomentadores. Somente um respondente fez menção à Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), que aparentemente não tem nenhuma iniciativa de relevância nesta área. Estas respostas podem servir como indicador de que os trabalhos desenvolvidos pelo Conselho Brasileiro do Turismo Sustentável (CBTS) e pelo Instituto de Hospitalidade (IH) no sentido de promover uma certificação de turismo sustentável, não têm alcançado a administração dos resorts de praia. Da mesma forma, as tentativas do Governo Federal de instaurar políticas de turismo sustentável também parecem não estar tendo êxito. A única referência a este foi feita pelo Praia do Forte Ecoresort que, apesar de não reconhecer encorajamento por nenhum órgão, observa: “Ainda é muito tímida a política de turismo sustentável no Brasil”.

As quatro questões seguintes exploram como as práticas da sustentabilidade na gestão dos resorts têm sido percebidas pelos gestores dos resorts. Estas questões trabalham com uma escala de 6 posições que variam desde “certamente” até “certamente não”. A interpretação destas respostas foi feita através do agrupamento de respostas, que se deu da seguinte forma:

**Quadro 6- Agrupamento de Respostas para Interpretação**

<b>Alternativa</b>	<b>Interpretação</b>
“Certamente” e “Talvez”	Atitude de concordância em relação ao enunciado
“É indiferente” e “Não Tenho Certeza”	Atitudes neutras em relação ao enunciado
“Provavelmente Não” e “Certamente Não”	Atitude de discordância em relação ao enunciado

Fonte: elaboração própria

A questão 7 busca entender quais os benefícios que os resorts percebem, em relação a diversos pontos, na adoção de práticas de sustentabilidade. As respostas mencionam que os resorts de praia são unânimes em reconhecer os benefícios em relação à melhoria da imagem do hotel (questão 7.1), aumento da preservação ambiental (questão 7.4) e melhores condições de vida para a comunidade local (questão 7.5). Já as questões relativas à diminuição de custos (questão 7.2) e atração de outros tipos de hóspedes (questão 7.3) há divergências entre as respostas obtidas. Dos respondentes, 71,4% acredita que possivelmente os custos serão diminuídos, enquanto os demais 28,5% têm dúvidas ou não acredita nesta redução. Quanto à atração de outros tipos de hóspedes, a atitude é mais positiva uma vez que 85,7% assinalaram “certamente” ou “talvez” esta atração ocorra.

Quanto às dificuldades enfrentadas pelo resort que opta pela adoção dos princípios de sustentabilidade em sua gestão (questão 8), os respondentes indicam o aumento de custos (questão 8.1), a dedicação de tempo e energia (questão 8.2) e a falta de informação ou apoio (questão 8.6) como as principais dificuldades para a inserção da sustentabilidade nos resorts. Num grau menor - houve uma manifestação de discordância e duas neutras – os respondentes também apontam a dificuldade de medição de resultados (questão 8.7) como um fator que desestimula a adoção da sustentabilidade. A falta de interesse dos gestores (questão 8.8) conta com a concordância de apenas 30,7% das respostas válidas<sup>22</sup>. Sendo assim, este ponto e as declarações sobre o questionamento por parte dos investidores do hotel (questão 8.4) – cujas repostas se dividem entre o reconhecimento desta questão como uma dificuldade (46%), negação de que isto seja um problema (39%) e posicionamentos neutros (15%) - não permitem qualquer manifestação conclusiva.

Já a resistência dos hóspedes (questão 8.3) e o fato das práticas sustentáveis divergirem dos padrões da cadeia hoteleira (questão 8.5) são claramente vistos como fatores que não apresentam qualquer impedimento na adoção das mesmas.

É interessante notar que as perguntas 9 e 10 apresentaram respostas praticamente unânimes. Na primeira, 79% acredita que é “muito importante” o hotel se envolver com a comunidade, os demais 21% classificaram esta relação como “importante”. Já na questão 10, cerca de 93% das respostas alegam que o hotel tem um impacto grande e positivo sobre as comunidades (apenas um resort – responsável pelos demais 7% - respondeu que o impacto é médio e positivo). Estas respostas deixam clara a convicção da indústria hoteleira de ser algo positivo para as comunidades em que se instalam.

---

<sup>22</sup> Nesta questão não utilizamos as respostas do resort Costão do Santinho uma vez que este assinalou apenas 50% das alternativas.

A quarta parte do questionário é composta por cinquenta e duas questões, divididas em seis blocos, que têm como objetivo verificar o nível de inserção dos aspectos sociais da sustentabilidade nas operações do resort. Inicialmente, os blocos serão analisados de maneira individual.

O Bloco I trata da mão-de-obra utilizada nos resorts. Mias especificamente, busca verificar a oportunidade de emprego oferecido para a comunidade, buscando entender se este inclui tratamento de acordo com os requisitos legais e se as oportunidades de promoção e desenvolvimento interno promovem a inserção da comunidade. Este bloco também explora questões relacionadas ao trabalho temporário e a terceirização de serviço.

Os resorts são unânimes na afirmação de que contratam pessoas na comunidade local e que cumprem as questões trabalhistas (contrato formal de trabalho, salários de mercado e respeito ao limite de horas de trabalho e períodos descanso). Neste tópico o que chama a atenção são as variações nos percentuais apresentados referentes ao número de funcionários pertencentes à comunidade – estes variam de 10 a 95%.

A contratação de temporários é importante para a comunidade, pois este tipo de trabalho muitas vezes pode ser utilizado como substituto ao trabalho formal, não garantindo uma renda fixa para os que estão sob este regime de trabalho. Além disso, o trabalho temporário pressupõe a existência de uma “reserva” de pessoal qualificado – mesmo que parcialmente - que ficam a espera de oportunidades de colocação. Quanto á contratação de temporários, apenas dois resorts (Boa Vista Resort & Conference Centre e Summerville Beach Resort) não contratam temporários. Uma vez que a contratação de temporários está diretamente relacionada com a taxa de ocupação e realização de eventos dentro dos resorts, provavelmente, estes resorts apresentam pouca variação na taxa de ocupação e não trabalham com eventos. Mais uma vez, o percentual de a contratação de funcionários temporários apresenta variação, mas desta vez num intervalo menor – de 10 a 50%.

A utilização de funcionários terceirizados é relativamente pequena – somente 21% dos respondentes declara utilizar este tipo de contratação – e, quando esta se dá, os percentuais são pequenos (de 6 a 15%). Dos três resorts que alegam utilizar empresas terceirizadas, dois declaram que seus fornecedores obedecem o critério de selecionar pessoal nas comunidades locais.

No que se refere a igualdade, todos os resorts (dois não responderam a esta questão) afirmam assegurar igualdade de oportunidade para empregados de minorias. Nesse sentido, grande parte deles - 86% - oferece programas de treinamento para capacitação de funcionários da

comunidade, a fim de habilitá-los a exercer cargos administrativos e de gerência. Contudo, de acordo com a literatura, é reduzido o número de funcionários da comunidade ocupando cargos mais elevados dentro dos resorts. A questão I.8.1, que trata deste assunto, apresentou percentuais baixos (variando de 1 a 13%), sendo que os resorts Transamérica e Jatiúca apresentam percentuais ligeiramente mais elevados – aproximadamente 30%. Vale ressaltar que um número considerável de resorts não respondeu esta questão (28,5%).

Os treinamentos para preparação da comunidade para exercer alguma atividade nos resorts também é uma constante, assim como o oferecimento de cursos de línguas para os funcionários.

O Bloco II, que busca conhecer a inserção dos aspectos sociais da sustentabilidade no departamento de compras, explora questões relativas à utilização e desenvolvimento de fornecedores locais para o abastecimento das necessidades do resort.

Neste bloco fica evidente que aqueles resorts que declaram ter uma política de compras (50% dos respondentes) que utiliza critérios ambientais e sociais, tem uma atitude positiva em relação à utilização de produtores locais e à criação de condições para integrá-los a cadeia de fornecimento dos empreendimentos. Contudo, mesmo dentre estes é rara a mobilização de outros membros da indústria hoteleira para buscar fornecedores na região. Vale lembrar que este ponto (questão II.6) foi uma das que apresentou maior número de respostas negativas (64%). A outra questão que apresentou mesmo índice de respostas negativas foi a questão II.4 que trata da flexibilização das condições – especialmente as de pagamento – para permitir a participação de fornecedores locais (que, segundo informações obtidas no referencial teórico, possivelmente não possuem capital de giro suficiente para praticar as condições habituais de mercado).

Os tópicos que tratam da informação dos critérios de compra aos fornecedores (questão II.2), compra de produtos e serviços locais (questão II.3) e contratação de cooperativas de produtores e associações de pescadores locais como fornecedores (questão II.5) são, de forma geral, praticados por todos.

O Bloco III foca nas relações hóspedes-comunidade e resort-comunidade, buscando identificar as ações adotadas como forma de diminuir as tensões existentes nessas relações. Aqui chama atenção a unanimidade na afirmação, por parte dos resorts, de que não há criação de situações indesejáveis na comunidade decorrentes da oferta de trabalho (questão III.10). Na questão III.7 – que também busca entender os impactos dos resorts nas comunidades,



desta vez na utilização de serviços básicos (como água, luz, etc.) – também verifica-se que os resorts não possuem qualquer impacto negativo (só 14% discordam) nas comunidades. Essas respostas confirmam a percepção dos respondentes – evidenciada na questão 10 – de que os impactos dos resorts nas comunidades são essencialmente positivos.

As demais respostas deste bloco, seguem este mesmo padrão, apesar de ter algumas respostas negativas – estas estão por volta de 14%. Sendo assim, de maneira geral, os respondentes acreditam que os hotéis buscam ações que respeitem e promovam as iniciativas culturais da comunidade, além de informar os hóspedes à respeito das mesmas (questões III.1, III.2 e III.9). Existe, ainda, a adoção de ações que combatem o turismo sexual (questão III.8) e que promovem ações sociais, bem como doação de produtos e apoio a projetos sociais desenvolvidos nas comunidades (questões III.3 e III. 4).

Encontramos uma resistência um pouco maior no encorajamento dos funcionários a desenvolverem atividades de voluntariado na comunidade, neste caso, 29% dos resorts declaram que não incentivam este tipo de atitude (questão III.5). O oferecimento de auxílio em caso de emergências também não é uma prática em 36% dos resorts respondentes (questão III.6).

O Bloco seguinte foca as iniciativas que buscam criar oportunidades de negócio (artesãos, atividades complementares ao resort) para empreendedores e profissionais da comunidade.

Nota-se que os resorts declaram abrir possibilidades para os negócios locais através da disponibilização de locais para venda de artesanato (questão IV.1), utilização destes na decoração dos resorts (questão IV.2) e através do incentivo aos hóspedes para que visitem as comunidades e as atrações culturais da região, o que abre oportunidades de interação entre hóspede-comunidade (questão IV.7). Apesar do incentivo, 38% dos resorts não oferece transporte para que as visitas às comunidades se realizem (questão IV.6).

Contudo, pouco é feito para resolver problemas estruturais tais como a capacitação gerencial dos locais para desenvolvimento de seus negócios (questão IV.4) ou a facilitação de acesso ao capital necessário para o desenvolvimento dos empreendimentos (questões IV.5).

Já o Bloco V busca entender se o resort busca conhecer a comunidade local e se ele, efetivamente, inclui e informa a comunidade em seu processo de decisão. As respostas deste bloco deixam claro o envolvimento dos hotéis em comitês, associações e programas governamentais que busquem a melhoria da região (questões V.6 e V.7), não poupando

esforços na utilização de seu conhecimento e influência para solucionar problemas de infraestrutura da comunidade (questão V.5). Contudo, são mais tímidos no acompanhamento de indicadores de bem estar das comunidades (29% dos respondentes declaram não fazer este tipo de acompanhamento e na cessão de instalações para reuniões e encontros (questão V.4). No entanto, os maiores problemas estão no envolvimento direto com a comunidade: 71% não consulta a comunidade sobre adequações e mudanças ou planejamento do hotel (questão V.2), 64% não informa a comunidade sobre suas ações e decisões.

O último Bloco busca verificar se o resort possui uma política formal de sustentabilidade, e se a existência desta apresenta algum efeito nas suas ações. Entre os resorts respondentes, apenas 28,5% apresenta alguma espécie de formalização e esta não parece ter influenciado na inclusão destes princípios na gestão. Acreditamos que as observações feitas pelo Praia do Forte Ecoresort sinalizam bem as intenções de ação dos resorts de praia e a relação desta com a formalização da sustentabilidade: “Não possuímos a política de sustentabilidade formalmente, mas já trabalhamos e queremos avançar ainda mais pois julgamos necessário para o verdadeiro desenvolvimento do Brasil”

### **VI.1.3 – Conclusões da Primeira Dimensão da Pesquisa**

Comparando o perfil dos resorts de praia respondentes e os não-respondentes identificamos diferenças significativas entre os dois grupos. Se por um lado este fato faz com que a descrição dos grupos - respondentes e não-respondentes - represente uma informação importante sobre o perfil dos empreendimentos que estão mobilizados pela questão da sustentabilidade, por outro, impede que os resultados encontrados sejam extrapolados para a população.

Assim, o grupo de resorts que responderam ao presente questionário apresentam um crescimento na participação do número total de resorts de praia ao longo do tempo, sendo que os empreendimentos inaugurados no período de 1990-2003 correspondem a 78,6% dos respondentes. Também há fortes indícios de que a forma de operação dos resorts possui relação com a participação na presente pesquisa. Foi identificado que os resorts independentes demonstraram uma participação mais efetiva. Dentro do grupo de resorts operados por redes, notou-se que os empreendimentos operados por redes nacionais apresentaram maior envolvimento com a pesquisa do que resorts operados por redes estrangeiras.

Os resorts que responderam à pesquisa estão praticamente restritos àqueles instalados na Região Nordeste, o que é explicado pelo fato desta região abrigar 72% das unidades de habitação da população de resorts de praia instalados no Brasil. É curioso observar que nenhum dos resorts localizados na Região Sudeste respondeu ao questionário.

Quanto à análise do conteúdo das respostas dos questionários observamos que os resorts de praia, de maneira geral demonstram uma certa familiaridade com o conceito de sustentabilidade e dos três vetores que o compõem – social, econômico e ambiental. Porém, poucos vêem a sustentabilidade como uma forma de desenvolvimento social, conforme defendido por alguns órgãos representantes da indústria hoteleira – como é o caso da WTO e da WTTC.

Os resorts apresentam, ainda, algumas condições – período de permanência média dos hóspedes de 6 dias e diárias que não incluem almoço – que favorecem uma maior integração destes com a comunidade, mas não há indícios de que estas sejam efetivadas.

No campo da utilização de mão de obra, apesar desta ser uma prática freqüente, o percentual de contratação de mão de obra local apresenta grande variação o que causa certa desconfiança em relação às respostas obtidas. De qualquer forma, comprovou-se que a ocupação de cargos de chefia e gerência raramente é feita por pessoas das comunidades locais.

Parece haver uma grande diferença entre discurso e prática: Os resorts respondentes declaram que suas atividades impactam a comunidade de maneira ampla e positiva. Esta posição é reforçada mediante as respostas às questões do Bloco III onde os empreendimentos declaram não causar problemas em aspectos relativos à oferta de trabalho para a comunidade, bem como na utilização de recursos e infra-estrutura (como água, esgoto, aterro sanitário, etc.). Esta visão é reforçada pelas ações sociais e assistencialistas que são promovidas – como doação de produtos excedentes, apoio de projetos na comunidade, ações de voluntariado e auxílio em situações de emergência. Contudo, pouco é feito para se endereçar a problemas estruturais das comunidades que têm sido apontados pela literatura há mais de duas décadas. As respostas à questão V.1 evidencia este fato, uma vez que demonstra que parte dos resorts – 29% - sequer acompanha os indicadores de bem-estar da comunidade. Chama a atenção o percentual de resorts respondentes que declaram não possuir mecanismos de consulta e

comunicação com a população local, que chega a 70%, o que coíbe qualquer tipo de participação política da comunidade.

Sendo assim, entende-se que o relacionamento com a comunidade se dá, quando acontece, de maneira superficial e de forma unilateral. Nesse “relacionamento” os resorts oferecem aquilo que podem, buscando apoio na comunidade, mas sem mudar a forma tradicional de se fazer negócios. Percebemos que os resorts, apesar de interessados em incluir as comunidades no empreendimento, praticam de maneira mais freqüente ações pontuais e assistencialistas que resultam em pouca – ou nenhuma – mudança positiva nas condições de bem-estar das comunidades. Assim, como é comum acontecer com a Responsabilidade Social Empresarial, muitos tratam o envolvimento com a comunidade como algo alheio aos negócios o que faz com que as iniciativas - a despeito da preocupação de muitos empreendimentos e, particularmente, de algumas das pessoas que compõem sua tecno-estrutura – apresentem resultados marginais em termos de sustentabilidade.

No próximo tópico iremos analisar dois estudos de caso procurando mais elementos que expliquem e mostrem algumas alternativas de atuação para os resorts de praia potencializarem a sua atuação nas comunidades.

## **VI.2 – Segunda Dimensão da Pesquisa**

O primeiro passo do estudo de caso foi identificar, através de documentos e literatura, as principais políticas institucionais, investimentos e intervenções governamentais, no setor de turismo, realizadas, recentemente, no Litoral Norte do estado da Bahia, região que abriga os resorts objeto do presente estudo. O passo seguinte foi abordar o histórico dos empreendimentos e a política dos mesmos em relação aos aspectos sociais da sustentabilidade e da responsabilidade social. Por último, foram analisados os impactos do desenvolvimento do turismo nas comunidades, segundo a quatro dimensões identificadas na revisão da literatura – econômico, psicológico, social e político.

## **VI.2.1 - Primeira Etapa: Cenário**

### **VI.2.1.1 - Turismo na Bahia**

Na Bahia, o planejamento estadual da atividade turística desenvolveu-se nos anos 60 e 70, com a criação da Bahiatursa (1968)<sup>23</sup> e do Conselho Estadual de Turismo (1971). Nesse período, a primeira estratégia de desenvolvimento do turismo definiu como focos de ação a promoção da Bahia no mercado turístico nacional e a construção de meios de hospedagem, com base na utilização de incentivos fiscais. Dentro dessa concepção foi criada, em 1973, uma subsidiária da Bahiatursa, a Empreendimentos Turísticos da Bahia S. A. (Emtur)<sup>24</sup>, que passou a atuar na construção e administração de pousadas e hotéis no Estado (MENDONÇA, 2001 ).

Nos anos 80, assistiu-se a uma mudança na estratégia de intervenção pública para o desenvolvimento do turismo baiano. As ações se voltaram então para a projeção do Estado no mercado internacional, ao mesmo tempo em que, no plano interno, tentou-se uma maior interiorização da atividade turística com o programa “Caminhos da Bahia”, a partir do qual buscou-se o desenvolvimento do turismo em alguns municípios selecionados do Estado. Nos anos 90, passa-se à implementação de um terceiro plano estratégico: o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR). Essa etapa começou a ser desenvolvida em 1991, com a contratação de consultorias para a identificação dos atrativos turísticos existentes no Estado. Com base neste mapeamento pretendia-se identificar as melhores localizações para a implantação de Centros Turísticos Integrados, que funcionariam como indutores do desenvolvimento do turismo para toda uma região circunvizinha (MENDONÇA, 2001). O mapeamento resultou na definição de sete zonas turísticas no Estado (Quadro 7), nas quais a ação estatal passaria a focar suas ações, provendo-as de infra-estrutura para alavancar o desenvolvimento do turismo.

---

<sup>23</sup> A Bahiatursa – Empresa de Turismo da Bahia S/A. – é o órgão oficial de turismo da Bahia sendo responsável pela coordenação e execução de políticas de promoção, fomento e desenvolvimento do turismo no Estado, de acordo com as diretrizes governamentais.

<sup>24</sup> A partir de 1976 a Emtur contou com a parceria da Embratur no desenvolvimento de suas funções.

**Quadro 7 - Zonas Turísticas do Estado da Bahia**

<b>Zonas Turísticas</b>	<b>Municípios</b>
Costa dos Coqueiros	Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra (até os limites com o Estado de Sergipe).
Baía de Todos os Santos	Salvador, Vera Cruz, Itaparica, Jaguaripe, Salinas da Margarida, Saubara, Santo Amaro, Cachoeira, São Félix, São Francisco do Conde, Madre de Deus e Maragogipe.
Costa do Dendê	Valença, Taperoá, Cairu, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Maraú.
Costa do Cacau	Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una e Canavieiras.
Costa do Descobrimento	Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro e Belmonte.
Costa das Baleias	Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri (até o Estado do Espírito Santo).
Chapada Diamantina	Lençóis, Andaraí, Mucugê, Palmeiras, Iraquara, Itaetê, Seabra, Rio de Contas, Érico Cardoso, Piatã e Abaíra.

Fonte: Secretaria da Cultura e Turismo ([www.sct.ba.gov.br/turismo](http://www.sct.ba.gov.br/turismo))

O PRODETUR - BA, concluído em 1992 para vigência até o ano de 2005, contemplou assim essa nova geografia turística no Estado, buscando promover uma descentralização da atividade. Também através do PRODETUR- BA redefiniu-se o papel da atuação pública no setor, transferindo-se à iniciativa privada a tarefa de promoção dos meios de hospedagem e de outros empreendimentos ligados aos negócios turísticos (restaurantes, entretenimento etc.), e limitando-se o setor público às ações de infra-estrutura básica (saneamento, construção de estradas e aeroportos), as quais deveriam mostrar-se capazes de viabilizar e atrair os novos empreendimentos privados.

Até o ano de 1994 o PRODETUR-BA contou apenas com a iniciativa do governo do Estado na captação de recursos e no investimento em infra-estrutura turística. A partir de 1995 o PRODETUR-BA ganha uma nova dimensão, pois passa a contar com grande soma de recursos do PRODETUR-NE I. Desse programa federal, a Bahia ficou com a maior parcela dos recursos disponibilizados para o Nordeste pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do Banco do Nordeste (BN). Contudo, a necessidade de comprovar para os agentes financiadores do PRODETUR-NE I, a viabilidade econômica e financeira dos investimentos, acabou por limitar o objetivo inicial de desconcentração da atividade turística. Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS (FGV, 2004), 90% dos investimentos realizados com recursos do PRODETUR NE I foram utilizados na ampliação do aeroporto de Salvador. Também merece destaque o direcionamento de recursos para o sistema de esgotamento sanitário de Praia do Forte, conforme demonstrado na tabela:

**Tabela 15- Investimentos do PRODETUR NE I em Salvador e Entorno**

Investimento	Setor de Investimento	Investimento (US\$)	
		Previsto	Realizado
Recuperação da Igreja do Bonfim – Salvador	Rec. Patrimônio Histórico	850.000	1.181.000
Quarteirão Cultural/Praça das Artes – Salvador	Rec. Patrimônio Histórico	4.885.000	5.323.000
6ª. Etapa do Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Salvador – Praça da Sé	Rec. Patrimônio Histórico	1.461.000	1.461.000
6ª. Etapa do Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Salvador – Sede do IPAC	Rec. Patrimônio Histórico	227.000	227.000
Ampliação do Aeroporto Internacional de Salvador	Sistemas Aeroportuários	95.000.000	109.864.000 <sup>(1)</sup>
Sistema de Esgotamento Sanitário de Praia do Forte – Mata de São João	Saneamento	1.615.000	1.054.000
	<b>Total PSE</b>	<b>104.036.000</b>	<b>119.160.000</b>

(1) Valor Parcial em dezembro/2002. Total ainda não contabilizado

Fonte: PDITS, 2004

Se na primeira fase do PRODETUR-NE o foco de investimentos foi a infra-estrutura turística da região, a segunda fase - PRODETUR-NE II – apresentou como objetivo consolidar e completar as ações necessárias para tornar o turismo sustentável nos Pólos onde houve investimentos do PRODETUR-NE I. Sendo assim, apesar do Estado ter experimentando profundas mudanças e grandes avanços econômicos, esses não foram suficientes para amenizar a situação de pobreza e falta de dinamismo econômico que caracteriza a maior parte dos municípios. O PDITS menciona que apesar dos municípios terem obtido melhorias nos indicadores de saúde, educação e serviços básicos, a situação ainda é mais desfavorável que a média brasileira.

Segundo o Banco do Nordeste “... depois de avaliar os resultados da primeira etapa, tomou como consenso que o PRODETUR-NE II deverá aplicar as lições aprendidas na implementação e condução do PRODETUR-NE I, especialmente no tocante à necessidade de redução dos passivos ambientais, decorrentes do planejamento municipal inadequado e da execução e supervisão de obras sem a devida atenção para a adoção de medidas que pudessem amenizar esses impactos”. (Banco do Nordeste, 2005) <sup>25</sup> Com esta nova fase, o PRODETUR-NE, teve seu período de desenvolvimento expandido, tendo como limite para conclusão o ano de 2012.

<sup>25</sup> Informação obtida em <<http://www.bnb.gov.br>>, Acesso em 25 Julho. 2005

Nos anos 90, ainda se observou uma maior ação do setor público nas questões ligadas ao meio-ambiente. Nesse sentido, foram criadas diversas unidades de conservação da natureza em regiões turísticas (veja ANEXO 11). Dentro dos diversos modelos propostos pela Lei no. 9.985, para as áreas de potencial turístico, o principal modelo de gestão ambiental adotado, tanto no âmbito estadual como no municipal, tem sido o das Áreas de Proteção Ambiental (APAs). O modelo de proteção ambiental da APA preconiza mais a conservação (uso racional e sustentável dos recursos naturais) que a preservação (manter a natureza intocada pelo homem) dos espaços, numa tentativa de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. A idéia é que, uma vez implantada uma APA numa localidade turística, essa passa a ter sua atividade de exploração comercial monitorada pelo Poder Público que a criou, adotando-se como medida concreta, nesse sentido, a elaboração de um plano de manejo para a região, a ser desenhado de acordo com as características ambientais do lugar. Segundo o Centro de Recursos Ambientais (CRA)<sup>26</sup>, hoje existem 28 APAs estaduais na Bahia (veja relação ANEXO 12). Dentro deste grupo está a APA Litoral Norte (mapa no ANEXO 13), segunda maior do Estado, situada na zona turística da Costa dos Coqueiros, que compreende as localidades turísticas em que estão instalados o Praia do Forte Ecoresort e o Complexo Costa do Sauípe

#### **VI.2.1.2 - Histórico do Litoral Norte**

A região começou a ser ocupada na segunda metade do século XVI e desempenhou, no passado, importante papel de articulação com a economia açucareira que florescia no Recôncavo Baiano. Provedo, por quase um século, o Recôncavo e a cidade de Salvador com produtos das mais variadas espécies, estruturou uma economia baseada na pecuária extensiva, no extrativismo vegetal e animal e em torno da agricultura de subsistência ANDRADE (2002). No final do século passado, uma grande extensão de terra foi adquirida por um excêntrico prussiano, naturalizado norte-americano, que, instalando-se na área, deu início a um próspero negócio de exportação de produtos florestais. Data dessa época o início do povoamento do Porto de Sauípe, por onde escoava a produção extrativa. Poucas alterações ocorreram na região até meados do século atual.

---

<sup>26</sup> O CRA é uma autarquia vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH do Estado da Bahia. O CRA tem como finalidade executar a Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais, promovendo o fortalecimento dos instrumentos de controle ambiental e incorporando novas tecnologias e normas de defesa do meio ambiente, em conformidade com a política de desenvolvimento sustentável definida pelo Governo do Estado e as diretrizes estabelecidas pelo CEPRAM.



A descoberta de petróleo, nos anos 50/60, constituiu o primeiro elemento de dinamização da região, tendo a PETROBRÁS se implantado nos municípios de Pojuca, Mata de São João, Itanagra, Entre Rios e Cardeal da Silva. Tratava-se de uma ruptura em relação ao que existia, uma vez que as atividades ligadas à prospecção e exploração do petróleo aportavam capital, capacidade empresarial e mão-de-obra especializada. A partir de então, houve uma maior presença de segmentos médios de renda na composição da estrutura social da região. Este segmento, associado a população de maior poder aquisitivo de seu entorno, gerou novas demandas para o setor imobiliário, de construção civil e infra-estrutura, o que estimulou o desenvolvimento das incipientes estruturas urbanas existentes. Esse fenômeno gerou um processo de valorização de terras, acentuando a concentração da propriedade e contribuindo para desarticular a estrutura ocupacional tradicional. Na faixa litorânea, grandes propriedades mudaram para as mãos de menor número de proprietários: Barreto de Araújo adquiriu grandes porções de terra em Entre Rios, a CNO comprou a Fazenda Sauípe e Klaus Peters, a Fazenda Praia do Forte. (PRODESU, 2001)

Na década de 1970, dois agentes de mudança são introduzidos na região: o reflorestamento e a atividade turística. A atividade de reflorestamento fez-se presente em praticamente todos os municípios da área, via plantação de *pinus* e eucaliptos. Essa atividade iniciou-se através da aquisição de grandes e médias propriedades, provocando uma ruptura de vínculos tradicionais que permitiam o acesso à terra e a uma renda monetária para boa parte dos pequenos produtores, promovendo a sua saída das fazendas a que estavam ligados e redefinindo as relações de trabalho. Num segundo momento, a necessidade de aquisição de terras para a ampliação das áreas reflorestadas atinge os minifúndios, passando a substituir espaços até então ocupados pela cultura de subsistência. Desta forma, pequenos proprietários são afastados de suas terras sob pressão das grandes empresas reflorestadoras. O Litoral Norte ganha visibilidade no Estado, mas as mudanças não conseguem incorporar a população ao movimento modernizador, já que negligenciou a pequena e média agricultura e desarticulou a estrutura ocupacional existente. Os pequenos proprietários tornaram-se assalariados das empresas reflorestadoras, mas os empregos criados não absorveram toda a mão-de-obra liberada. Pelo contrário, esta população passou a depender do trabalho sazonal oferecido pelo limitado mercado de trabalho das empresas de reflorestamento e a ocupar as periferias das pequenas cidades existentes na região (COUTO, 2003).

Por outro lado, a atividade turística é iniciada com a instalação de um resort em Praia do Forte. Paralelamente, alguns loteamentos de veraneio são implantados, sobretudo na área costeira dos municípios de Mata de São João e Entre Rios. Esses loteamentos, em especial,

são um reflexo do acelerado crescimento populacional gerado pelo processo de industrialização da Região Metropolitana de Salvador (RMS), com a instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). O aquecimento do mercado imobiliário regional leva a melhorias de infra-estrutura, representadas pela implantação do primeiro trecho da rodovia BA-099, a “Estrada do Coco”.

No início dos anos 90, a atividade turística emergiu nessa região, alinhada à política governamental de incentivo ao setor do turismo, como uma alternativa econômica mais adequada e ambientalmente mais limpa. Desta forma, o Litoral Norte da Bahia passou a ser preparado para o desenvolvimento efetivo dessa atividade, através de três importantes intervenções governamentais : a formulação e implementação do PRODETUR-BA, a criação da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APA-LN) e a construção da Linha Verde (prolongamento da rodovia BA-099 até a divisa estadual com Sergipe).

Com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável desta região, induzir a parceria com o setor privado, dotar a região de infra-estrutura básica e de transportes, valorizar a base de recursos naturais e culturais disponíveis, desenvolver centros turísticos integrados e incentivar o surgimento de alternativas econômicas complementares foi concebido o já mencionado PRODETUR-BA. Dentro deste Programa, surge a proposta de um Centro Turístico Forte-Sauípe que envolveria 35 km de praias - a partir da Praia do Forte até Porto Sauípe. Para ocupar esta região foram previstos os Complexos Turísticos Praia do Forte, Complexo Turístico Velho Nambu, o Complexo Turístico Sauípe e os Terminais Turísticos Regionais de Imbassaí, Praia do Forte e Itacimirim (ECOPLAM, 1995).

A APA-LN foi criada em 1992 – e seu Plano de Manejo foi aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM) em 1995<sup>27</sup> - para ser uma das estratégias de conservação ambiental do PRODETUR-BA, tendo em vista a necessidade de preservar os recursos naturais e culturais ali existentes, pressionados pela construção dos 142 quilômetros da BA-099, conhecida como “Linha Verde”. A APA-LN estende-se do Rio Pojuca ao Rio Real, numa área de aproximadamente 1.400 km<sup>2</sup>, com 142 km de extensão e 10 km de profundidade, no sentido leste-oeste, abrangendo cinco municípios da região: Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra.

---

<sup>27</sup> Criação pelo Decreto Estadual nº 1.046 (17/03/1992) e Plano de Manejo aprovado pela Resolução CEPRAM nº 1.040 (21/02/1995).

Assim, para OLIVEIRA (2000, em ANDRADE 2002), a criação da APA-LN apareceu como a estratégia “mágica” para controlar os impactos ambientais negativos provenientes da implantação do prolongamento da rodovia BA-099 (Linha Verde) até a divisa com o estado de Sergipe. O processo de licitação para a construção dessa estrada foi iniciado na mesma data da criação da APA-LN. A Linha Verde, concluída em 1993, tornou possível o acesso a uma região, até então, relativamente preservada em seus recursos naturais e paisagísticos, como em suas tradições culturais, sociais e arquitetônicas.

Desta forma, a criação da APA-LN buscava viabilizar o projeto de turismo sustentável proposto pelo PRODETUR-BA, e considerado pelo governo do estado da Bahia como a melhor alternativa para a geração de emprego e renda para a população local.

## **VI.2.2 – Segunda Etapa: Os Resorts e o Relacionamento com a Comunidade**

Neste tópico faremos um breve histórico sobre os seis resorts pesquisados e, quando for o caso, sobre as cadeias hoteleiras a que pertencem, buscando evidenciar os princípios e valores destes empreendimentos em relação aos aspectos sociais. Na seqüência são apresentados detalhes sobre a forma como a questão social e a interação com a comunidade são praticadas pelo empreendimento em diversas áreas de interface – como compras, recursos humanos, relações com a comunidade, criação de oportunidades de geração de renda para a comunidade, entre outros – detectados através das entrevistas realizadas.

As informações são divididas em dois grandes grupos, um que corresponde ao Praia do Forte Ecoresort e outro que agrega tanto as atividades conjuntas do Complexo Costa do Sauípe, como aquelas empreendidas isoladamente pelos resorts que operam no Complexo.

### **VI.2.2.1 - Perfil do Empreendimento Praia do Forte Ecoresort**

A história da localidade de Praia do Forte se confunde com a de Klaus Peters, empresário que comprou, em 1970, uma área de 30.000 hectares, onde este povoado se situa. Naquela época, a exemplo do que ocorria no restante do litoral norte, os nativos eram empregados da fazenda ou pescadores.

Como lembra a Sra. Edisar Ribeiro Pereira (74 anos, casada com nativo e moradora de Praia do Forte há 26 anos) a região mudou muito:

*“... quando cheguei aqui as pessoas carregavam lata d’água na cabeça e buscavam lenha no mato para cozinhar. Hoje todo mundo tem luz, água encanada, televisão e emprego com carteira assinada”*

Já na época da compra, Peters demonstrava preocupações com a utilização sustentável e ordenada da região, uma vez que o empresário paulistano havia presenciado a degradação das praias de São Sebastião, onde passou sua juventude, causada pela urbanização do local. Por esta razão, antes de qualquer ação, foi feito um plano geral que define a destinação de cada uma das áreas que compunham a Fazenda Praia do Forte, determinando aquelas destinadas à preservação, a área do Praia do Forte Ecoresort, o espaço para loteamentos residenciais, para Complexos turísticos e hotéis, e a região da Vila dos Pescadores. A forma como Peters manteve a Vila – onde hoje moram 1800 pessoas – é exemplo de sua atuação. Na época da compra da fazenda, todas as casas faziam parte de seu terreno. O empresário doou o espaço ao município de Mata de São João, sob uma condição: os moradores não poderiam se desfazer de suas casas. Desta forma, os moradores passaram a ter um contrato de comodato – ou seja, podem morar lá por toda a vida, mas só podem repassar os imóveis aos filhos ou a outros dependentes. Nunca vender ou alterar demais a construção. Essa medida teve como objetivo manter as características originais da vila e evitar a ameaça de especulação imobiliária. Além disso, Peters participou da elaboração da lei de zoneamento, que prevê restrições urbanísticas aplicáveis, inclusive, ao resort. Segundo essas restrições - que vêm especificadas no contrato de compra e venda dos terrenos e cujo cumprimento é fiscalizado pela Fundação Garcia D’Ávila - as construções:

- Não devem ultrapassar os 10 metros de altura, que é o tamanho de um coqueiro adulto;
- Que impliquem na retirada de coqueiros, deve-se plantar quatro para cada um dos coqueiros retirados;
- Devem ter telhado de no mínimo duas águas e a cobertura deve ser de telha colonial de barro ou palha;
- Devem ter paredes de alvenaria e colunas de alvenaria ou madeira;
- Não podem ter revestimento externo de cerâmica, azulejo ou tijolo aparente.

É importante ressaltar que essas normas têm como objetivo manter uma arquitetura mais homogênea, promover um desenvolvimento horizontal e tentar preservar ao máximo as peculiaridades da região, uma vez que teve como base as características das casas de pescadores da vila (mais detalhes no ANEXO 17).

Outra “construção” existente no terreno adquirido por Peters é o Castelo Garcia D’ Ávila<sup>28</sup>, de 1551. Este foi objeto de um processo de recuperação, que teve início em 1999, e orçado em R\$ 4,5 milhões. Com o patrocínio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Petrobrás e da Eletrobrás, e com apoio das Fundações Roberto Marinho e Luiz Eduardo Magalhães, o patrimônio foi entregue em dezembro de 2002, tornando-se um ponto turístico importante na região.

A preocupação com o meio ambiente e com os habitantes da localidade permearam todo o projeto do resort que foi inaugurado em 1985, sob o nome de Hotel Praia do Forte. Nesta época, a infra-estrutura da região era precária e o percurso de 80 km entre Salvador e Praia do Forte era feito em quatro horas. A estrada era de terra batida e não existia ponte sobre o Rio Pojuca, obrigando os visitantes a utilizar uma balsa para efetuar a travessia.

Inicialmente, o resort foi administrado por cadeias alemãs (Robinson Club, de 1985 a 1987, seguida pelo Maritin Club por, aproximadamente, 2 anos). Após estas experiências de arrendamento o proprietário, Klauss Peters, passou a gerir o resort pessoalmente. Desde a inauguração o hotel vem passando por expansões no número de unidades de habitação e nas áreas de lazer. Hoje o empreendimento conta com 250 apartamentos, anfiteatro, galeria de lojas, restaurante Goa, centro náutico, 6 piscinas, 4 quadras de tênis, campo de futebol, clube infantil, fitness center, piscina de hidromassagem e, mais recentemente, um spa. Outro fato importante é a mudança do nome do hotel, este passou por algumas mudanças até chegar, em 1998, à denominação atual de Praia do Forte EcoResort. Esta mudança se deu devido à forte ligação com o segmento ecoturístico que foi construída por ações consistentes de educação ambiental proporcionada para os hóspedes e para a população local, além da inclusão dessas questões na gestão do empreendimento, que atualmente está em processo de certificação da ISO 14000<sup>29</sup> - segundo Tatiana Dengo, assistente de qualidade. Visando melhorar o nível de conscientização dos funcionários em relação à questão ambiental, os colaboradores contratados pelo resort passam 4 horas – que corresponde à metade do tempo do treinamento oferecido – fazendo uma “Ecojornada” liderada por biólogos que mostram a coleta de lixo e a

---

<sup>28</sup> Construção erguida a partir do século XVI, no alto da Colina do Tatuapara, é considerado a mais antiga construção de pedra do Brasil e exemplo da arquitetura residencial-militar portuguesa. O castelo, que abrigou dez gerações dos Garcia D’ Ávila, foi abandonado na primeira metade do século XIX. As ruínas foram tombadas como Patrimônio Histórico Nacional em 1938.

<sup>29</sup> A ISO 14000 foi lançada em 1993. Esta série tem seu foco no que a empresa faz para minimizar os efeitos nocivos causados ao meio ambiente por suas atividades.

estação de tratamento de água da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), no Rio Pojuca.

Na construção, além de respeitar as regras de urbanização, procurou-se adotar uma arquitetura que integrasse o resort à natureza. Assim, a construção não ultrapassa a altura de um coqueiro, e foram utilizadas matérias-primas locais, em cores suaves, que não destoem do cenário. Um bom exemplo é o teto do restaurante Goa, feito de palha de piaçava por mão-de-obra artesanal da região. Segundo Wilson Reis Netto, arquiteto do empreendimento, *“quando se vê o hotel do mar, mal dá para perceber que há um resort atrás”*.

Contudo, a integração não se limita à arquitetura. Esta questão está inserida nas mais diversas áreas da gestão do empreendimento.

Dentro do quadro de 470 funcionários, o resort declara empregar 64% destes entre os moradores de localidades da região tais como: Malhadas, Açuzinho, Açú da Torre, Praia do Forte, Mata de São João (sede), Barra do Pojuca e Camaçari (dados de maio/2005). Apesar dos esforços para aumentar este percentual, Antônio Rimaci, gestor de RH, reconhece os problemas relacionados à falta de formação profissional dos habitantes locais. A empresa já está em contato com o SENAC/SESC e SENAI para montar curso de qualificação para garçons e camareiras da região, dentro do próprio hotel. Este não será o primeiro curso. Já foram desenvolvidas outras iniciativas de capacitação nesse modelo – veja PCP e PROES no texto abaixo.

O gestor de RH, Antonio Rimaci, declara que busca formas de minimizar a necessidade de contratação de funcionários extras. Como exemplo, citou a concessão de férias aos funcionários nos períodos de baixa ocupação. Contudo, durante a alta temporada – de janeiro a março – a empresa costuma aumentar o seu quadro de funcionários entre 10 a 15% , nas áreas ligadas ao atendimento aos clientes.

Antonio Rimaci, evidencia que as ações do departamento de RH estão baseadas em algumas diretrizes. São elas:

- Valorização dos funcionários
- Incentivo à educação
- Incentivo ao bom desempenho (prêmio)

- Cesta básica mensal para todos os colaboradores (inédito na região).

Dentro do primeiro vetor – valorização do funcionário – depara-se com salários dentro da média praticada pelo mercado para 70% dos funcionários. Para os 30% restantes, devido à escassez de pessoas com formação mais específica, os salários oferecidos superam a média. Contudo, o grande diferencial fica por conta dos benefícios. O 14º salário pago a todos os funcionários que saem de férias e a cesta básica mensal são práticas pioneiras na região. No campo dos benefícios podemos acrescentar as aulas de inglês gratuitas – cujas vagas são ajustadas de acordo com a demanda existente – e bolsa de estudos de R\$ 550,00 para os funcionários que queiram fazer faculdade (valor necessário para o pagamento da mensalidade e transporte).

Outras iniciativas que indicam a integração entre o resort e a comunidade são verificadas em diversos setores do resort. Os restaurantes, além da cozinha internacional, oferecem frutas da região e pratos típicos baianos, como beiju e cuscuz de mandioca. Na programação de lazer há aulas de capoeira, lambada, forró, artesanato e berimbau. Se a vontade de conhecer os costumes nativos for maior, os hóspedes podem subir num coqueiro, onde o funcionário do hotel responsável por retirar os cocos, ensina a sua técnica.

Para as crianças há atividades orientadas por biólogos em que são tratados diversos temas relacionados à preservação ambiental. As crianças também aproveitam para fazer passeios ecológicos como visitas ao Projeto Tamar, à Reserva Ecológica da Sapiranga, aos manguezais, à restinga e aos corais. Esses passeios, segundo Patrícia Campos – bióloga do Departamento Ambiental do resort – também são oferecidos periodicamente aos estudantes da Escola Municipal São Francisco, localizada em Praia do Forte.

Na área de eventos, há espetáculos folclóricos com grupos de balé afro, maculelê (dança dos facões), capoeira, samba de roda e desfiles de orixás. Pelas informações prestadas, não há evidências de que estes espetáculos sejam feitos por integrantes da comunidade vizinha ao Complexo.

A preocupação ambiental chega a inibir algumas práticas no resort, como a do jet ski que pode afugentar as tartarugas marinhas que desovam no local. Ainda preocupados com as tartarugas, a iluminação externa é sempre indireta para evitar que os filhotes tenham problemas no momento da eclusão dos ovos (a luz direta atrai os filhotes impedindo a sua ida para o mar, como deve ocorrer no momento do nascimento)

Além das ações realizadas no interior do Complexo, existem aquelas que ultrapassaram os seus muros. Dois exemplos importantes são o PROES e o PCP mencionados anteriormente. Em 1986, ao notar a necessidade de mão-de-obra mais qualificada, o resort montou uma classe – com 8 alunos, colaboradores do hotel – para realização de um programa de alfabetização. A iniciativa ganhou força com os resultados colhidos e passou a atender alunos interessados no Ensino Fundamental e Médio, em novas turmas do sistema Telecurso 2000. Com o interesse da comunidade local em participar do programa, em 2000, o sistema educacional adotado na empresa foi estendido para a comunidade local na Vila de Pescadores, através de parceria com a Fundação Garcia D'Ávila, passando a se chamar Programa de Ensino Supletivo (PROES).

Em entrevista com os professores Marcos Antonio Borges Soares e Valter de Oliveira Correa Junior, do PROES, foram obtidos dados sobre os resultados desse Programa:

**Tabela 16 - Alunos Matriculados, Salas de Aula e Formandos do PROES de 2000-2005**

	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
<b>Alunos matriculados</b>	212	292	362	453	505	535
<b>Salas de aula</b>	4	4	4	9	9	9
<b>Formandos (1)</b>	59	74	133	213	173	180

(1) Tendência do número de formandos é de diminuir, uma vez que é um curso supletivo

Fonte: PROES, 2005

É interessante notar que inicialmente o Programa atendia apenas a moradores de Praia do Forte, mas devido a carência de cursos de ensino médio na região<sup>30</sup>, desde 2004, o PROES estendeu a sua atuação, recebendo alunos de outras localidades. A composição de alunos hoje é a seguinte:

<sup>30</sup> Na região só há um colégio que fornece ensino médio – o Colégio Estadual Alaor Coutinho - no período diurno, o que torna o PROES a única opção de ensino supletivo e noturno. Em entrevistas com a comunidade também foi identificado que, devido à qualidade de ensino do PROES, muitos jovens preferem este ao Colégio Estadual.



**Tabela 17 - Comunidades de Origem dos Alunos do PROES**

<b>Comunidades atendidas pelo PROES (%)</b>	
Praia do Forte	29
Porto Sauípe	8
Malhadas	8
Açuzinho	7
Barra do Pojuca	6
Açu da Torre	18
Imbassai	6
Sto Antonio/Diogo	7
Outras	10
N/R	1

Fonte: PROES, 2005

Nos mesmos moldes, e com a idéia de inserir a comunidade local no processo de expansão econômica e social gerado a partir do crescimento turístico da região, o Praia do Forte Ecoresort decidiu pela ampliação de mais um programa educativo criado, inicialmente, apenas para os seus colaboradores: o Programa de Capacitação Profissional (PCP). Uma das beneficiadas por este Programa foi a advogada Maria de Fátima Cortez, que nesta época era proprietária de pousada em Praia do Forte. A advogada reafirma a contribuição do Praia do Forte Ecoresort para os empresários locais: o “... hotel dava curso sobre qualidade para todos os interessados, inclusive outros empreendedores como eu...”.

Em 2000, através da realização de cursos de qualificação de informática básica, eletricidade básica e para instalações prediais, recepcionista e mensageiro, o resort capacitou os participantes para as necessidades do mercado de trabalho local. Mais uma vez, o projeto foi repassado para a Fundação Garcia D’Ávila, que contou com a parceria do SENAI, SENAC e SEBRAE, entre outros.

Em entrevista o Sr. José Alberto Jacques da Silva, diretor de Operações do Praia do Forte Ecoresort, mostrou-se orgulhoso dos avanços da comunidade empresarial de Praia do Forte. Entre outros feitos ele ressaltou duas iniciativas do TURISFORTE<sup>31</sup>:

*“Hoje vejo que os empresários locais assumiram o comando local. Através de uma parceria com a Visa, eles promoveram a padronização de placas de sinalização da cidade.*

*Outra excelente iniciativa foi a realização de cursos de manipulação de alimentos, promovido pela Turisforte em parceria com o IH para os empreendedores e funcionários.”*

<sup>31</sup> A Associação Comercial e Turística de Praia do Forte – Turisforte – foi criada em 1995 e congrega o comércio (lojistas, pousadas, restaurantes e outros serviços) de Praia do Forte. Esta trabalha para apoiar e desenvolver o comércio local. Site < <http://www.praiaforteforte.org.br> >.

Adson Alves dos Santos, funcionário da TURISFORTE, complementa a lista de atividades da associação mencionando que esta tem auxiliado a nova administração municipal de Mata de São João a conhecer melhor a localidade e suas necessidades, através de apresentações e reuniões.

Este quadro é muito diferente daquele vivenciado pelo resort, na época de sua instalação, quando os órgãos públicos estavam distantes física e socialmente da localidade de Praia do Forte<sup>32</sup>. Neste cenário, justificou-se a iniciativa do resort de criar a Fundação Garcia D'Ávila (FGD), em 1981, com objetivo de promover o desenvolvimento sustentado da comunidade de Praia do Forte.

A FGD realiza diversas ações já mencionadas nesse trabalho e no Guia de Boa Cidadania Corporativa de 2002, 2003 e 2004 (ANEXO 8). É significativo mencionar que o Praia do Forte Ecoresort é o principal mantenedor da FGD, e busca envolver os hóspedes através do pagamento opcional da taxa ecoturística – representada por um valor simbólico debitado a cada diária.

A FGD não é a única fundação que atua na região. Através de iniciativas do resort – seja na criação ou na doação de terreno para instalação – existem em Praia do Forte as seguintes entidades:

- **Instituto Baleia Jubarte** – Projeto desenvolvido em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento das atividades de pesquisa e conservação das baleias Jubarte e implantar o turismo de observação de baleias.
- **Reserva de Sapiranga** - Formada pela Mata Atlântica, apresenta uma incrível biodiversidade. Os turistas podem se entreter com um mini-zoo que, sob a responsabilidade da FGD, abriga animais feridos ou resgatados de comerciantes ilegais e que, após um breve período de tratamento ou readaptação, são soltos no seu habitat natural.
- **Quarentenário de Arara-Azul** - A FGD doou ao IBAMA uma área na Praia do Forte para construção de um quarentenário e um Centro de Reprodução de araras-azuis-de-lear, espécie ameaçada de extinção, além da cessão de um biólogo para participar nos trabalhos de campo.

---

<sup>32</sup> Hoje a Prefeitura de Mata de São João tem uma sucursal em Praia do Forte, proporcionando praticidade na solução de problemas como dúvidas sobre o IPTU, recolhimento de impostos municipais diversos, orientação no registro de imóveis e outros processos de ordem burocrática, sem que o contribuinte tenha que deslocar-se até a sede.

Existe também, em Praia do Forte, a sede nacional do **Projeto TAMAR**. Esta unidade foi instalada no local antes do resort, em terreno cedido pelo Ministério da Marinha. Apesar de serem independentes, o TAMAR acompanha as excursões à praia realizadas pelo resort com seus hóspedes para observar tartarugas.

Tanto na **Reserva de Sarapiranga** como no **Projeto TAMAR** há iniciativas de formação das crianças da região em questões relativas ao meio ambiente. Estes se tornam “guias-mirins” por um período de três meses, recebendo bolsa para exercer este trabalho. Júnior é um exemplo dos bons resultados que podem ser proporcionados por esta iniciativa. Este morador de Sapiranga, foi guia mirim e tornou-se guarda florestal. Hoje é funcionário da FGD e faz Biologia em Salvador.

#### **VI.2.2.2 - Perfil do Empreendimento Projeto Costa do Sauípe**

COUTO (2003), em entrevista com o Sr. Roberto Dias – Diretor da Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO) - identificou que a criação de um empreendimento turístico com a construção de hotéis, pousadas e parques temáticos na região do Litoral Norte era um projeto antigo da Construtora que, desde o final da década de 70, procurou incentivar grupos hoteleiros a investir no local. Estes objetivos, de certa forma, eram partilhados pelo poder público que, através da Superintendência de Desenvolvimento Turístico do Estado da Bahia (SUDETUR)<sup>33</sup>, havia idealizado a implantação de centros turísticos na Costa dos Coqueiros como elemento chave do plano de desenvolvimento econômico implementado pelo Governo do Estado (WS ATKINS, 2000).

Depois de contatar diversos grupos hoteleiros internacionais e realizar um estudo sobre a categoria de hotéis ideal para a região, a Odebrecht - dona de uma área de aproximadamente 1.755 ha da Fazenda Sauípe - decidiu iniciar o projeto com recursos próprios, buscando o financiamento necessário junto à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI).

Firmado o contrato, a Odebrecht iniciou os estudos de viabilidades (EIA/RIMA)<sup>34</sup>, uma vez que a implantação do projeto se daria dentro do município baiano de Mata de São João que

---

<sup>33</sup> Agência executiva responsável pelo desembolso de fundos do PRODETUR-BA destinados ao desenvolvimento da infraestrutura turística da Bahia

<sup>34</sup> Para maiores detalhes sobre o EIA e o RIMA ver anexo 15.

faz parte da APA-LN. A Fazenda Sauípe, onde foi implantado o Complexo Costa do Sauípe, caracterizava-se pelo predomínio de atividades agropecuárias tradicionais, através do uso direto de recursos naturais: cultivo de coco e pupunha, coleta de frutos (mangaba, manga, caju etc.), extrativismo de piaçava, além de pesca e mariscagem artesanais. A área é bem provida de recursos hídricos, caracterizados pelos rios Sauípe e Santo Antônio e pelos mananciais de dois sistemas aquíferos subterrâneos. Além de maciços representativos da Mata Atlântica, em vários estágios de regeneração, existem ecossistemas associados às formações vegetais desse bioma, tais como: restingas, manguezais, brejos etc. Diante do cumprimento das exigências do poder público, a empresa obteve as licenças necessárias.

As obras de construção do Complexo do Sauípe começaram em 19 de dezembro de 1996 com cerca de dois mil funcionários. A maioria dos trabalhadores veio de outras localidades. O aproveitamento da mão-de-obra local se deu apenas para as atividades que exigem menos preparo, tais como: capina e roçado, ajudante de pedreiro, etc. Durante os quatro anos de construção, as obras chegaram a contar com cinco mil trabalhadores, que ficaram instalados nos alojamentos da obra (localizado em Porto Sauípe), na vila dos funcionários e em pousadas e casas alugadas nas proximidades. (COUTO, 2003)

O Costa do Sauípe é um projeto turístico-hoteleiro, com prazo de 20 anos para a implantação da sua última etapa, voltado para os mercados turísticos nacional e internacional. O projeto inicial prevê a disponibilização de aproximadamente 65.366 leitos, através da construção de 62 hotéis com padrões de conforto 3 a 5 estrelas, 60 pequenas pousadas, com no máximo 50 quartos, 04 acampamentos, além de Centros de Convenções, casas comerciais, restaurantes, equipamentos esportivos, culturais, de entretenimento e lazer.

Considerado o maior pólo de turismo, lazer e negócios da América do Sul, a primeira etapa do Projeto Costa do Sauípe foi inaugurada em outubro de 2000. Distante aproximadamente 76 km do Aeroporto de Salvador, através da BA-099 (Linha Verde), o Complexo Costa do Sauípe hoje conta com 5 hotéis de bandeiras internacionais (Renaissance Resort, Marriott Resort & Spa, Sofitel Suítes & Resort, Sofitel Conventions & Resort e SuperClubs Breezes), 6 pousadas temáticas, restaurantes, estrutura poli-esportiva e um centro de entretenimento (com hípica e campo de golfe). Já foram lançados 2 condomínios residenciais sendo que o primeiro já foi totalmente vendido e o segundo está em fase de vendas. (ANDRADE et al, 2003)

Hoje, o Complexo Costa do Sauípe – que ocupa cerca de 10% da área da Fazenda Sauípe – é de propriedade da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) que, em 2003, comprou os 8,8% de participação que a Odebrecht ainda detinha. Segundo Francisco Oliveira, coordenador do Programa Berimbau<sup>35</sup>, todos os ativos (terreno, hotéis, mobília, área de lazer, etc.) que compõem o Complexo são de propriedade da PREVI. Estes ativos são gerenciados pela Sauípe S.A., que também é responsável pela administração das pousadas, do condomínio, propaganda, realização de eventos dentro do Complexo, etc. As redes hoteleiras possuem contratos detalhados e são responsáveis pelo gerenciamento dos 5 resorts instalados no Complexo. Assim, a exemplo da forma compartilhada como é feita a administração do negócio, o relacionamento do Complexo com a comunidade também se dá através de diversos atores: Sauípe S.A – através da Gerência Sócio-Ambiental e da Desencom (Consultoria que gerencia o Programa Berimbau) - e as cadeias hoteleiras. A seguir iremos explorar o papel e a atuação de cada um desses atores.

### **Complexo Costa do Sauípe e seu relacionamento com a comunidade**

O Complexo iniciou seu relacionamento com a comunidade durante a fase de implantação do projeto, naquela época através da CNO. De acordo com a Resolução Conama 237/1997, em seu anexo I, os “complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromos” (BARBIERI, 2004, p.320) necessitam do licenciamento ambiental concedido pelo poder público para serem construídos e entrar em operação. Para a obtenção desta licença é necessário que seja apresentado um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – este tem como objetivo identificar e avaliar previamente os impactos negativos de um projeto sobre o ambiente físico, biótico e social, possibilitando a identificação de meios e alternativas para evitá-los antes de implementar o projeto. O fato do Complexo estar localizado dentro de uma APA reforça esta exigência. Desta forma, o empreendimento Costa do Sauípe, através da consultoria ECOPAM, desenvolveu o EIA. COUTO(2003) apresenta uma análise detalhada dos problemas sociais identificados na região.

Alertando para as precárias condições de saneamento básico e educação das localidades, o documento menciona:

*“... O projeto estará sendo implantado em uma região onde os problemas sociais não diferem dos problemas nacionais, onde 24 milhões, dos 38 milhões de*

---

<sup>35</sup> O Programa Berimbau é o um programa social com objetivo de melhorar a qualidade de vida daqueles que vivem no entorno do empreendimento.

*brasileiros que vivem no meio rural se abastecem em poços, rios, cacimbas, barreiros e/ou outras formas rudimentares de abastecimento de água. Desse, 14 milhões se utilizam de fossas, “casinhas” no fundo do quintal e outros a céu aberto. Também é elevado o percentual de analfabetos e outros que só sabem assinar o nome nas seções eleitorais(...) Tal quadro é perfeitamente coerente com a realidade constatada nos povoados situados na área de influência direta e indireta do projeto.”(EIA/RIMA, , p. 60)*

A falta de estrutura e o abandono das comunidades locais, aqui explicitados em termos de saúde e educação, também foram explicitados no documento que menciona o despreparo destas comunidades para os impactos a serem causados pelo empreendimento:

*“A situação do sistema de saúde, assim como do sistema educacional reflete o pouco interesse dedicado àquela comunidade. Inexistem médicos na região, no único Posto de Saúde da área de influencia direta, o médico frequenta o estabelecimento apenas alguns dias na semana. [...] a grande maioria da população sequer foi alfabetizada, assim não dispõe de emprego fixo, ou carteira assinada, como forma de lhes assegurar acesso aos benefícios sociais [...]. As populações dispõem de um atendimento precário para as suas necessidades básicas de saúde e educação. A falta de empregos formais e o despreparo para o “progresso” que se aproxima, deixa a comunidade autóctone em situação delicada. A situação somente não se agrava devido ao reduzido contingente populacional e à abundância de recursos naturais.”(EIA/RIMA , p. 85, Grifo nosso)*

A explosão demográfica de Porto de Sauípe – local onde se instalou o canteiro de obras –, gerada pelos operários que vieram de outras regiões através de contratação prévia ou atraídos pela possibilidade de trabalho no empreendimento, também foi prevista:

*“Antecedendo a chegada de turistas e visitantes acontecerá a chegada dos candidatos a operários. O recrutamento será realizado em princípio em Salvador e cidades circunvizinha, mediante anúncio público. A seleção e “fichamento” serão realizados no canteiro de obras. Este procedimento temerário de recrutamento e seleção produzirá efeito multiplicador negativo e em escala geométrica, pelo fato de proporcionar um vertiginoso **super povoamento no entorno do canteiro de obras** e da área como um todo.” (EIA/RIMA, p. 63 e 64, Grifo nosso).*

E este aumento populacional, segundo o EIA/RIMA, podem resultar nos seguintes impactos:

*“– Impactos decorrentes do adensamento de pessoas no entorno da área do projeto:*

- *Invasão de áreas de proteção rigorosa com a finalidade de fixação de residência;*
- *Geração de conflitos entre os migrantes e a comunidade local;*
- *Rápido crescimento da criminalidade;*
- *Pressão sobre os recursos naturais- aumento da cata em áreas de mangue, acúmulo de lixo em áreas urbanas e de proteção rigorosa, aumento dos*

*despejos de esgoto a céu aberto e nas áreas úmidas, rios e mar, intensificação do processo de contaminação dos lençóis freáticos devido à instalação de fossas próximas aos poços, a áreas úmidas ou de lençóis freáticos superficiais, exploração predatória das florestas e animais silvestres;*

- ***Intensificação do processo de degradação da saúde da população e aumento da demanda por serviços médicos;***
- ***Aumento da demanda por serviços escolares;***
- ***Aumento da demanda por energia elétrica e eventual aumento do número de ligações irregulares na rede de distribuição (“gatos”);***
- ***Choque de culturas e alteração dos valores da população local;***
- ***Crescimento das redes de prostituição já existentes na área;***
- ***Comprometimento da qualidade de vida da população local;”***  
(EIA/RIMA, p. 94 e 95, Grifo nosso)

Diante deste cenário, a administração do empreendimento não permaneceu inerte. Desde o início das obras de construção do Complexo, em 1996, a Fundação Odebrecht, em parceria com a Fundação Banco do Brasil e apoio de outras entidades, criou o Instituto da Hospitalidade (IH). O IH é uma instituição de educação e de assistência social, constituída sob a forma de associação civil sem fins lucrativos e de interesse público (hoje conhecida como OSCIP), cujo objetivo é promover a educação e a cultura da hospitalidade, para aprimorar o setor de turismo, de modo a impulsionar sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Atualmente são cerca de 200 entidades e 300 voluntários que estão diretamente engajadas nos seus Programas e Projetos.<sup>36</sup>

Nas obras do Complexo, o IH atendeu às necessidades de se levantar os recursos humanos e patrimônio cultural da Costa dos Coqueiros para iniciar um programa de capacitação e formação de mão-de-obra local a ser aproveitada no Complexo. Nesse sentido, o IH realizou uma grande pesquisa de mapeamento do perfil socioeconômico da região denominada “Programa Costa dos Coqueiros – Desenvolvimento Sustentável”. De posse dos primeiros resultados, o IH desenvolveu as seguintes ações:

---

<sup>36</sup> Informações obtidas no site <http://www.hospitalidade.org.br>.

**Quadro 8 - Problemas Identificados e Ações do IH**

<b>Problema Identificado</b>	<b>Ação</b>
<b>Baixo nível de escolaridade da população-</b> Média de 2,7 anos entre jovens e adultos com idade entre 18 e 30 anos, e alto índice de analfabetismo entre os de idade acima de 40 anos, e <b>difículdade de acesso à educação</b>	O IH, em esforços conjuntos com a Associação Comunitária, Desportiva, Educativa e Social do Litoral Norte (Adeslin), conseguiu transformar o Colégio Estadual Alaor Coutinho em uma escola de ensino médio. Contudo, os cursos são realizados apenas no período diurno
<b>Falta de mão-de-obra</b> na região para atender aos novos empreendimentos	Cursos promovidos pelo IH, SEBRAE e SENAC. Os resultados foram muito pequenos uma vez que as entidades encontraram participantes com baixo nível de escolaridade e o formato dos cursos inadequado (duração média de seis semanas distribuídas em seis meses e poucas atividades práticas).
<b>Baixa qualidade nos artesanatos</b> e produtos produzidos localmente, o que dificulta sua inserção no comércio voltado para o turista.	Identificação das vocações regionais e desenvolvimento de técnicas e habilidades através da escola de artesanato (Porto e Vila Sauípe). Incentivo à formação de associação de artesãos.

Fonte: Entrevistas e COUTO (2003)

*“Podemos sintetizar o Berimbau como um programa de redução da exclusão social, através de atividades econômicas associativas e cooperativas e, ao mesmo tempo, um canal de participação e de organização popular. Esse programa seria uma forma de corresponder às expectativas de que a cadeia hoteleira viria a gerar emprego em larga escala. Expectativa, aliás, que foi superdimensionada na época, já que não é simples a tarefa de colocar pessoas acostumadas à vida extremamente simples no atendimento de uma clientela com o nível de exigência internacional” (Francisco Oliveira, Coordenador do Programa Berimbau).*

*“Nos próximos 10 anos, vários outros “Sauípes” estarão instalados na região [Grupos Espanhóis, Portugueses e Italianos têm projetos ambiciosos para a região], aumentando substancialmente a população. Imagina como não ficarão as comunidades se ações de auto-sustentação não forem implantadas. Seria o caos social e nenhum hoteleiro gostaria disso” (Beraldo Boaventura, Gerente Sócio-Ambiental de Costa do Sauípe).*

O Programa Berimbau divide suas ações em duas categorias: aquelas que são pontuais e de execução mais rápida e aquelas que visam mudanças mais profundas e integradas com as atividades turísticas, que consistem no fortalecimento de cadeias produtivas. Segundo Francisco Oliveira, as ações que compõem o programa são realizadas de forma a manter o interesse e o apoio das comunidades.



No segmento ligado ao fortalecimento das cadeias produtivas, estão previstas as seguintes ações:

a) apoio a atividades agrícolas

O Programa Berimbau instalou uma usina de produção de adubo orgânico que terá como insumo as 8 toneladas diárias de lixo orgânico gerados pelo Costa do Sauípe. Esse material é processado e vendido a agricultores rurais para a produção de legumes e verduras que poderão ser utilizados pelos resorts instalados no Costa do Sauípe. A operação da unidade industrial de processamento de resíduos se dará através da cooperativa VerdeCoop, que foi composta por membros da comunidade. Atualmente, já foi construída a unidade de processamento do adubo – custo aproximado de R\$ 1 milhão – mas não conseguiram iniciar a operação por falta de capital de giro necessário para compra de insumos e possíveis dificuldades com a mobilização e obtenção de financiamentos para os produtores rurais. Em relação aos produtores rurais foi criada uma Cooperativa que visa otimizar a oferta de produtos agrícolas, através de um plano de produção, e facilitar a venda e distribuição dos produtos para Costa do Sauípe e para as comunidades do entorno.

b) revitalização da pesca e mariscagem

Apesar de ser mencionado no site, ainda não houve iniciativas de incentivo à pesca.

c) cadeia produtiva do artesanato

Dando continuidade ao intenso trabalho de capacitação para melhoria da qualidade do artesanato iniciado pelo IH, o Projeto Berimbau ajudou na apresentação de alternativas de comercialização do artesanato dentro do Costa do Sauípe – através de loja localizada na Vila Nova da Praia<sup>37</sup> – e em outros locais, buscando contratos de brindes institucionais, exportação e venda para lojas em outros estados.

Também tem ajudado a facilitar o acesso (fornecendo kombi) dos artesãos à matéria prima. Essa está se tornando escassa devido à demanda e a proibição de entrada das artesãs por proprietários das terras – inclusive Costa do Sauípe – para a extração da palha de piaçava. Outra contribuição do Berimbau foi o Centro Artesanal de Porto

---

<sup>37</sup> A Loja do Artesão, no interior do Empreendimento Costa do Sauípe, visa à inserção do artesanato local na cadeia produtiva do turismo e criação de um novo canal de comercialização de produtos. Cerca de 200 artesãos são beneficiados através deste novo canal de comercialização de seus produtos, gerando uma renda de aproximadamente dois salários mínimos mensais.

Sauípe, um local de trabalho, treinamento e comercialização dos produtos artesanais de Porto Sauípe que busca oferecer melhores condições para a produção das peças feitas à base de piaçava.

No campo da melhoria de infra-estrutura social, o Berimbau prevê a recuperação de escolas, creches, implantação de bibliotecas públicas e instalação de postos telefônicos (visando facilitar o contato dos pequenos produtores com os seus clientes). No segmento cultural, estão contempladas ações visando à construção de centros comunitários, restauração da estação ferroviária, implantação de uma rádio comunitária e apoio a grupos locais de teatro, folclore e capoeira (Comunidade..., 2004).

Além dessas ações a serem implantadas, alguns projetos já vinham sendo executados, entre os quais:

- a) BB Educar: programa da Fundação Banco do Brasil, que visa a alfabetização de jovens e adultos, com o objetivo de contribuir para a redução dos índices de analfabetismo na região e promover o exercício da cidadania;
- b) Escolas de informática: o Programa Berimbau conta com uma escola de informática instalada no Centro Comunitário de Porto Sauípe e outra na Escola de Produção de Vila Sauípe, que têm como objetivo criar uma forma de democratização da informação na comunidade;
- c) Construção da Escola de Produção de Vila Sauípe visando proporcionar melhorias na qualidade da produção artesanal e possibilitar maior capacitação da população local em técnicas agrícolas. Oferece cursos de informática, corte e costura, educação ambiental, música, artesanato, além de um núcleo do programa BB Educar ;
- d) Escola Comunitária Meninos do Porto que atende aproximadamente 40 meninos carentes da comunidade de Porto Sauípe.

No entanto, ANDRADE (2004) salienta que a implantação do Programa Berimbau não representa uma iniciativa voluntária e sim o cumprimento do condicionante XXXI da Licença Ambiental de Operação do Costa do Sauípe (Resolução do Conselho Estadual de Proteção Ambiental - CEPRAM 2573/01), instrumento utilizado na regulação de conflitos de interesses de natureza socioambiental na área de influência de empreendimento:

*“O Costa do Sauípe deve apresentar proposta para a criação de projetos socioambientais mediante parceria com os órgãos públicos estaduais e municipais para absorção do contingente de mão de obra excedente que ocorreu às localidades, no entorno do canteiro de obras, atraídos pelo empreendimento” (Costa do Sauípe, 2003).*

Outro ponto relevante na análise das ações empreendidas pelo Berimbau é que estas estão concentradas nas localidades de Vila Sauípe e Porto Sauípe, apesar de haver algumas ações isoladas em outras comunidades (como é o caso de instalação de telefone público em outras comunidades – Areal, Diogo...). A falta de divulgação de um critério de escolha das localidades e ações é representada pela situação da educação em Santo Antônio, localidade que dista apenas 1,5 km do Complexo. Lá, a despeito de uma placa do Programa Berimbau - que traz sinais do desgaste provocado pelo tempo - anunciando a implantação de uma escola desde 2003, até hoje as crianças têm que caminhar diariamente 1,5 km até a localidade de Diogo para assistir as aulas.

Este fato recebe diversas versões: Conforme entrevista com Jean da Silva, os moradores culpam o Complexo pela falta de ação na região. Dentre as reclamações, mencionam a falta de divulgação da localidade que possui lojas de artesanato e restaurantes que durante a espera dos poucos turistas que se aventuram a uma caminhada pela praia até o local, atendem aos ambulantes de Sergipe, Salvador e outros locais que utilizam a comunidade como passagem para a praia.

Já o representante do proprietário das terras em que se situa a localidade, diz que há disponibilidade do proprietário, Paulo Roberto Souza, em doar o terreno para a construção da escola, a “... única exigência foi participar de perto, pois queríamos saber como ia funcionar, que tipo de trabalho ia ser feito, mas as informações não chegaram. Continuamos a esperar que venham conversar conosco”

Já o atual prefeito, João Gualberto Vasconcelos (PT-BA), diferentemente da administração anterior – que figura na placa do Programa Berimbau que anuncia a instalação da escola – considerada mais viável para a prefeitura a disponibilização de transporte escolar até o povoado de Diogo para as 30 crianças do povoado.

Os coordenadores do Programa Berimbau – Sr. Beraldo Boaventura e Sr. Francisco Oliveira alegam que a escola não foi construída devido a um impasse entre o proprietário das terras onde está a vila e a ex-prefeita, Márcia Carneiro – “O proprietário queria que a escola tivesse um modelo educacional com inserção ambiental devido a um projeto que ele está desenvolvendo e não concordava com o modelo que a prefeitura queria, e foi gerado um impasse”, relatou o Sr. Beraldo Boaventura. (entrevistas e RAMOS, 2005)

Segundo Oliveira, embora o Programa Berimbau não possua critérios formais de escolha de local para implantação das ações na prática a mobilização da comunidade e apoio da prefeitura e outros órgãos governamentais (e disponibilidade de recursos financeiros, humanos ou materiais) são fatores determinantes na definição do tipo e local de realização de atividades.

Finalizamos o relato das intenções e ações efetivas do Programa Berimbau mencionando uma ação que entendemos como muito importante (apesar de não ser divulgada no site): a realização em de um Censo Demográfico, realizado em 2004 pelo PROGRAMA BERIMBAU em parceria com o SEBRAE/BA e a Cooperativa dos Produtores Rurais do Vale do Sauípe (COOPEVALES). Este censo – que fez levantamento em oito comunidades ao longo da Linha Verde, nos municípios de Mata de São João (Diogo, Santo Antonio, Areal, Curralinho e Vila Sauípe) e Entre Rios (Estivas, Canoas e Porto de Sauípe) – vem suprir uma grande carência, já mencionada anteriormente, em relação à falta de dados relativos às comunidades. Vale destacar a importância destes dados para que se possa fazer comparativos temporais, estabelecer índices de acompanhamento das ações e verificar os impactos efetivos nas comunidades gerados pelas ações empreendidas pelo Programa Berimbau e por outros agentes.

Contudo, as ações do Complexo não se encerram por aí. Ainda há a contribuição das redes hoteleiras que lá operam. As contribuições, segundo as entrevistas realizadas e o trabalho de COUTO (2003) demonstram envolvimento diferenciado por parte de cada uma delas. A seguir exploraremos a atuação de cada uma delas.

### **Marriott**

A Marriot International é uma cadeia americana, de 78 anos, líder mundial em hospedagem. Possui mais de 2.600 propriedades hoteleiras localizadas nos Estados Unidos e 63 em outros países e territórios.

Em Costa do Sauípe, é considerado o empreendimento de maior sofisticação e elegância, buscando seguir o padrão mundial dos hotéis da rede no Resort & Spa. Este conta com 256 apartamentos, sendo 17 suítes. Também faz parte da rede o Renaissance Costa do Sauípe Resort que tem uma proposta de conforto e estilo descontraído. Este resort conta com 237 apartamentos, dos quais 11 são suítes. Nos dois empreendimentos encontramos três

restaurantes, quatro bares, dois centros de convenção com capacidade total de 1.320 pessoas, spa com terapias alternativas e piscinas.

Esses dois resorts possuem uma estrutura única de administração, que é a responsável por funções como recursos humanos, compras, comercial e também pelas atividades de relacionamento com a comunidade.

Dentro da filosofia e cultura organizacional, o Marriott - eleita uma das 100 melhores empresas para se trabalhar segundo a classificação da Revista Fortune - possui um Programa chamado “Espírito de Servir”, que é aplicado a três públicos distintos: comunidade, clientes e associados (forma como denominam os funcionários). Sendo assim, mais do que ações, o programa apresenta princípios que devem ser aplicados respeitando as realidades locais. Os princípios são os seguintes:

**Quadro 9 - Princípios do "Espírito de Servir"**

<b>Espírito de Servir – Associados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Convicção de que nosso pessoal é nosso bem mais importante</li> <li>• Ambiente que apóia o desenvolvimento pessoal e profissional dos associados</li> <li>• Reputação de ser um empregador consciente que depende de associados que ajam de maneira ética e confiável</li> <li>• Atmosfera como a de casa, com relações amigáveis no trabalho</li> <li>• Sistema de remuneração por desempenho que reconhece a importante contribuição tanto de funcionários como de gerentes</li> <li>• Orgulho no nome Marriott, reconhecimento e lembrança de seu sucesso</li> </ul>
<b>Espírito de Servir – Clientes</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Praticar o adágio “ O cliente está sempre certo”</li> <li>• Estilo de gerenciamento “hands-on”, por exemplo “gerenciando sem permanecer no escritório”</li> <li>• Atenção aos detalhes</li> <li>• Abertura para a inovação e criatividade para servir aos clientes</li> <li>• Orgulho em saber que nosso consumidor pode contar com a proposta única do Marriott que compreende qualidade, consistência, serviços personalizados e reconhecimento em quase qualquer lugar do mundo em que ele esteja ou em qualquer marca do Marriott que ele escolha.</li> </ul>
<b>Espírito de Servir – Comunidade</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demonstrada diariamente pelos associados e pelas iniciativas e programas, do suporte corporativo local, nacional e internacional</li> <li>• É parte importante da forma Marriott de fazer negócios</li> </ul>

Fonte: [www.marriott.com](http://www.marriott.com)

A principal forma de atuação do “Programa Espírito de Servir – Comunidade” se dá através do trabalho voluntário dos associados, que a empresa indica como uma “... oportunidade de crescimento e de desenvolvimento de novas capacidades” para o associado.

Segundo a coordenadora de RH, Antonella Del Lago, a ação social é algo muito presente dentro da empresa; esta era liderada pela esposa do fundador da companhia e se perpetuou:

*“Hoje (a prática da ação social) não é mais de uma opção, mas é algo mandatório, todos os hotéis têm que fazer”. (Antonella Del Lago, Marriott)*

No entanto, as unidades podem escolher as ações de acordo com o local em que estão instaladas. Assim, o hotel instalado em São Paulo tem ações mais urbanas. Como exemplo, a coordenadora citou a ação comunitária dessa unidade para a semana do meio ambiente: distribuição de mudas de plantas para pedestres e para carros. Essa adaptação é importante pois o objetivo é envolver os associados, para que eles também dediquem parte do tempo deles ao voluntariado.

Antonella Del Lago reconhece que na unidade de Costa do Sauípe, as ações adquirem um outro colorido uma vez que muitas das ações são realizadas nas comunidades de muitos dos associados, e acabam beneficiando suas famílias ou amigos e vizinhos. A coordenadora reconhece que “o entorno (do Costa do Sauípe) é muito pobre, o que abre margem para muitas ações. Isso, de certa forma, facilita, pois temos muitas oportunidades. Por outro, dificulta a escolha.”

Antonella Del Lago menciona que a existência do Berimbau é positiva, pois “... realizamos ações em paralelo”. A coordenadora acredita que o Programa Berimbau já fez muita coisa e está mais organizado para a realização de ações de cunho transformador. Ao descrever o relacionamento entre o resort e o Berimbau menciona que este se dá através de reuniões organizadas pelo Sr. Francisco Oliveira. A entrevistada menciona que no ano passado (2004) as reuniões eram mais constantes, mas este ano está havendo uma menor integração. Pela entrevista da coordenadora entendemos que as reuniões funcionam mais como um comunicado das ações desenvolvidas. É interessante notar que estas reuniões acontecem nas próprias comunidades, numa espécie de rodízio, o que pode demonstrar um maior esforço de integração. Além das reuniões, há contato direto entre o RH e as lideranças da comunidade.

Os contatos são mais frequentes com Vila Sauípe e Porto Sauípe. A coordenadora não sabe precisar a razão para este fato: “... (Vila Sauípe e Porto Sauípe) são aquelas que têm uma estrutura maior, temos contato, já sabemos quem procurar.”. A “estrutura” mencionada torna-se importante uma vez que nas doações – de presentes, uniformes usados, etc. – é necessária a emissão de nota fiscal, o que implica na indicação de um beneficiário legalmente constituído – como, por exemplo, a associação de moradores.

Recentemente, o Marriott estabeleceu parceria com o Youth Career Initiative (YCI) para a implantação do programa “Educando para a Vida”, que visa a capacitação de jovens. Esta é uma iniciativa que começou na hotelaria na Ásia - dez anos atrás – e que busca proporcionar aos jovens a “oportunidade de ver como funciona uma grande empresa”. A rede é pioneira neste programa no Brasil e tem grupos experimentais na BA e em SP.

Durante a visita ao resort, também foram entrevistados dois participantes deste projeto - Sandra dos Santos de Jesus (de Porto Sauípe) e Fredson Guimarães Martins Silva (de Açuzinho) – que declararam sua mudança de horizontes: “Antes acreditávamos que o 2º grau era suficiente, hoje queremos ir para a faculdade”. Para buscar concretizar esta nova aspiração, a dupla já está matriculada no curso pré-vestibular oferecido pelo PROES<sup>38</sup> que oferece cinco bolsas anuais (com transporte) para os aprovados no vestibular.

O resort também possui Programa Menor Aprendiz desde 2003. Os selecionados passam os primeiros meses estudando na escola regular e fazendo curso técnico do SENAC. Quando termina o curso do SENAC (de 3 meses) eles passam a estudar na escola secundária e a fazer estágio no Marriott. Em 2004 foram 6 aprendizes e em 2005 este número foi reduzido para 4. Dentre os antigos participantes do Programa Menor Aprendiz, foi efetivada a contratação de um estagiário no departamento de Recursos Humanos (Ricardo Borges, 17 anos, habitante de Salvador) que atualmente cursa o 3º ano do ensino médio.

Apesar das boas iniciativas no campo da Responsabilidade Social Empresarial, a inserção da comunidade na gestão do resort apresenta dificuldades.

Quanto à inserção da comunidade na estrutura da organização, Antonella Del Lago reconhece que o número de contratações de pessoas da localidade ainda é baixo: “Temos de 35 a 40% dos associados provenientes das comunidades locais”. Contudo, a coordenadora esclarece que para ser considerado “local” é necessário, apenas, que a pessoa esteja morando numa das localidades do entorno, “nunca foi verificado o local de nascimento ou o tempo de residência”. A utilização de um critério mais rígido, certamente implicaria na redução deste percentual.

Com o objetivo de buscar mão-de-obra local, Daniela – que é a encarregada do recrutamento de pessoal da organização – realiza periodicamente processo de seleção em parceria com o SENAC de Camaçari. Utilizando a penetração desta instituição nas comunidades, são realizados processos seletivos em Praia do Forte.

---

<sup>38</sup> Programa de Educação da Fundação Garcia D’Àvila, mantida pelo Praia do Forte Ecoresort.

No entanto, apesar dos esforços de recrutamento e treinamento, o número de funcionários locais que ocupam cargos de gerência é restrito: hoje ele é de 3%.

O Marriott possui efetivos para operar a um nível de 40% de ocupação (COUTO, 2003, p.49), o que leva a empresa, nos momentos de pico, a contratar trabalhadores temporários. Estes – que chegam a representar 40% do total de associados – têm seu contrato temporário feito através da Laborh, empresa de Salvador que tem escritório em frente ao Complexo (na Vila Verde, onde fica a moradia para funcionários). Este escritório no local facilita que a seleção de temporários seja feita entre os moradores da região (de Subaúma a Salvador).

Contudo, os louváveis esforços para favorecimento dos moradores locais possuem uma explicação econômica convincente: “Hoje, nos hotéis da rede Marriott de Costa dos Sauípe, gasta-se mais com despesas de transporte de funcionários, do que com o pagamento de salários” afirma Alex Fiz, diretor de vendas e marketing da rede no Brasil.”

Antonella Del Lago, não vê uma reversão deste quadro num futuro próximo, mas acredita nas iniciativas governamentais e na atuação mais estruturante do Projeto Berimbau.

Em relação à utilização de fornecedores locais, a empresa demonstra uma certa abertura, apesar de efetivamente, ter poucos produtos fornecidos localmente. Antonella Del Lago, atribui este fato às rigorosas regras existentes dentro da companhia, que garantem a esta a posição de luxo e requinte proposta pela marca Marriott: “Nossa empresa, no que se refere a alimentos, tem regras muito rígidas (...) e a maioria dos fornecedores locais não atende a estas exigências”.

A rede prefere não utilizar serviços terceirizados por acreditar que esta prática implique em comprometimento da qualidade dos serviços prestados aos hóspedes. Mesmo assim alguns dos serviços são terceirizados, tais como: jardinagem, manutenção de ar condicionado, áudio visual para eventos, loja localizada no Lobby, limpeza externa dos vidros e lavanderia (esta localizada na Vila Verde).

A empresa demonstra um certo grau de <sup>39</sup>envolvimento com as comunidades, uma vez que realiza, esporadicamente, exposição do artesanato local nas dependências do hotel: “Quando

---

<sup>39</sup> Vila Verde é uma vila construída do outro lado da estrada para abrigar os funcionários do complexo que vêm de outras regiões e preferem morar próximo ao trabalho. É lá que fica a lavanderia que atende o Costa do Sauípe.



isso acontece chamamos uma artesã que trança a palha para expor o material dela e vender também.”.

Já na decoração dos apartamentos e áreas comuns do empreendimento não é utilizado qualquer produto do artesanato local. A Coordenadora de RH manifestou que há intenção de “... colocar nos quartos ‘algo’ com característica locais, mas ainda não tem nada definido.”

A loja localizada no lobby do hotel é terceirizada e não possui artefatos regionais para venda uma vez que “..., é mais uma loja de emergência buscando oferecer produtos que o hóspede esqueceu de trazer (pasta de dente, lâmina de barbear, absorventes, etc).”

Além da presença ocasional de uma artesã, o hotel não apresenta qualquer incentivo para que o hóspede conheça as comunidades no entorno do Complexo. A promoção deste tipo de atividade é feito pelas agências Bahia Adventure e a Grow (com escritórios no Complexo, em Salvador e na Praia do Forte). Antonella menciona que a rede ainda não se preocupa em saber se os “... hóspedes demonstram interesse...” por este tipo de atividade.

De maneira geral, comparando os dados obtidos na entrevista direta, a resposta do questionário, e o relato feito por COUTO (2003), verificamos que o Marriott centra suas atividades relativas ao social em ações pontuais na comunidade. Recentemente, com o Projeto Menor Aprendiz e YCI, tem ampliado esta ação, mas ainda apresenta dificuldade em focar na região direta do entorno. A empresa prefere deixar ações de maior impacto social a cargo das entidades governamentais e do Programa Berimbau.

Em relação à inserção das questões relativas à comunidade na gestão, verificamos que esta ainda é muito tímida, não apresentando avanços em relação à situação narrada por Couto. O campo onde há maiores avanços é a contratação de pessoal, mas mesmo esta se dá para posições com salários mais modestos. Um aspecto importante a ser considerado é a motivação desta ação: a busca da redução de custos de transporte e maior conveniência para a operação do negócio.

Outro ponto de destaque é a busca da preservação da cultura organizacional, baseada no voluntariado e ações pontuais que predominam nas práticas de responsabilidade social empresarial americana. A observância das regras e padrões estabelecidos – também traço marcante da cultura americana – é outro fator que claramente se sobrepõem às necessidades de flexibilização e incentivo aos empreendedores locais, o que permitiria uma maior inclusão destes na cadeia produtiva do Complexo Costa do Sauípe.

### **Sofitel Accor Hotels & Resorts**

A Accor , presente no Brasil desde 1977, apresentou um crescimento moderado no país até a década de 90. Neste período, com a implantação do Plano Real e a estabilização da economia, se acelerou o desenvolvimento da Accor Hotels. Neste período, a empresa introduziu duas novas marcas – a Ibis, de categoria econômica, e a Mercure, de categorias alto padrão e superior – e, em 1999, já somava mais de 70 hotéis e flats pelo País.

A empresa francesa mantém hoje no País seis marcas hoteleiras – Sofitel, Novotel, Mercure, Ibis, Formule 1 e Parthenon. São 115 hotéis e flats, somando mais de 14 mil apartamentos em 42 cidades. No Complexo, a rede opera com dois resorts: Sofitel Costa do Sauípe e o Sofitel Suítes Costa do Sauípe. Enquanto o primeiro dispõem de 404 apartamentos, centro de convenções para 1.750 pessoas, dois restaurantes, dois bares, complexo aquático com 5 piscinas e fitness center, o segundo possui 198 suítes, dois restaurantes, centro de convenções para 176 pessoas, bar, salão de jogos, piscinas e fitness center.

Em 1999 chegou ao Brasil o Guia Ambiental Hoteleiro do Grupo Accor, originado na Europa. Este foi apenas o começo do envolvimento do Grupo que criou comitês – formados pelos gerentes de todas as marcas hoteleiras – que iniciaram trabalho de pesquisa sobre temas, organizações e entidades governamentais ligados à questão do meio ambiente. No início de 2000 a estrutura passou a contar com mais colaboradores - os Supervisores Ecológicos - identificados pela afinidade com as ações ecológicas no seu dia-a-dia, sendo eles "elo" de comunicação entre as unidades e o comitê. Em 2000, a inserção de questões relativas ao meio-ambiente na gestão foi efetivada através do lançamento oficial do Projeto Ecologia que já promoveu 4 encontros nas unidades brasileiras (veja a Carta Ambiental do Accor no ANEXO 16).

A preocupação ambiental estendeu-se para os demais elementos da sustentabilidade, sendo que esta foi formalizada em 2002 com a indicação de John Du Monceau , membro da alta gerência do grupo, como encarregado de zelar pelo engajamento das políticas e práticas da empresa com a sustentabilidade. A exemplo do que havia ocorrido com a questão ambiental, foi criado um grupo – Comitê de Desenvolvimento Sustentável – que agrega várias funções: Recursos Humanos, Meio Ambiente, Comunicações Corporativas, Finanças e outros departamentos de operação. Ainda em 2002, foi criada a posição de Gerente de Desenvolvimento Sustentável que passou a englobar as atividades do departamento ambiental. Hoje a rede apresenta um entendimento avançado da questão, atuando de acordo com as

informações constantes em seu site, junto à diversos *stakeholders* (comunidade, acionistas, meio-ambiente, clientes, funcionários e fornecedores). No que se refere à comunidade, além de ações ligadas a questões humanitárias (apoio a atividades desenvolvidas pela Cruz Vermelha e a uma entidade chamada PLAN – que dá apoio ao desenvolvimento de crianças em situação de risco) recentemente se engajou no combate ao turismo sexual, principalmente em suas unidades situadas na Ásia. Esta prática tem sido combatida através da afixação de cartazes que trazem esclarecimento sobre o assunto e disponibilizam canais para a efetivação de denúncias, a assinatura de um código de conduta pelos estabelecimentos, conscientização e treinamento de funcionários das unidades e busca de recursos para apoiar as ações.

Apesar de não ter sido encontrada nenhuma evidência de participação na iniciativa do combate ao turismo sexual pela administração das unidades que operam em Costa do Sauípe, o site brasileiro contém elementos que sugerem a existência deste alinhamento:

*“A Accor Hotels, uma empresa comprometida com o Turismo Sustentável no Brasil, está apoiando a campanha do Governo Federal contra o turismo sexual infanto-juvenil. Você também pode participar. Se tomar conhecimento de alguma situação, ligue 0800 990 500 e denuncie. Precisamos respeitar e proteger nossas crianças e adolescentes.”*

*Accor Hotels e Ministério do Turismo<sup>40</sup>.*

Stela Mares Brito, coordenadora de Recursos Humanos, lembra que a relação dos resorts com o Programa Berimbau se dava através de reuniões trimestrais sistemáticas, sendo que freqüentemente havia convocações extraordinárias. Hoje, lamenta a coordenadora, houve um afastamento dos hotéis em relação à discussão e participação no Berimbau. Os resorts continuam a receber convites para algumas reuniões, mas estas são utilizadas para participar o andamento das ações; não há interação. A Sra. Stela Mares Brito lembra de alguns exemplos de “desvios” em relação ao planejamento inicial através como o de um prédio construído em Porto Sauípe com a finalidade de ser uma escola profissionalizante, e que hoje abriga uma escola primária (Escola Meninos do Porto).

Hoje as duas unidades do Sofitel que operam no Costa do Sauípe contam com 630 funcionários, o que é suficiente para um patamar de 45 a 50% de ocupação.

A coordenadora de RH lembra que na época da abertura dos hotéis havia escassez de mão-de-obra local, o que os obrigou a recorrer à mão-de-obra de Salvador. Stela menciona que esta

<sup>40</sup> Informação obtida em <http://www.accor.com.br>. Acesso em 11 Maio.2005.

atitude implicou em grandes despesas de transporte e alta rotatividade de pessoal – uma vez que o trajeto do Complexo para Salvador leva, de ônibus, aproximadamente duas horas.

*“A escolaridade na região é muito baixa; é difícil aproveitar a mão-de-obra local. No início nós tentamos e fizemos muitas contratações, mas muitos não se adaptaram e tivemos que buscar mão-de-obra em Salvador. Aproveitamos o que podíamos (...) é necessário uma escola técnica para formar mão-de-obra local. O nosso cliente é exigente, temos que oferecer um serviço qualificado.”*

Hoje, o número de funcionários provenientes das comunidades locais está próximo a 36%, e a empresa trabalha com uma meta de 50% ainda para este ano. Segundo Stela Mares Brito, para atingir a meta anual, esta foi decomposta em metas mensais que indicam que 70% das contratações devem ser de pessoas da localidade. Mais uma vez, o critério de “mão-de-obra local” é formado por aqueles que moram na região (independente de tempo ou local de nascimento). Segundo a coordenadora, os funcionários são incentivados a mudar para a região. Apesar de não haver nenhum incentivo financeiro para isso, a empresa utiliza o conceito de qualidade de vida, defendendo que os funcionários terão uma vida melhor se residirem mais próximo ao trabalho.

Apesar dos esforços para aumentar a participação de membros da comunidade local no quadro de funcionários do Sofitel, esta iniciativa apresentou pouco impacto na taxa de rotatividade da mão-de-obra. Conforme o depoimento de Stella Mares Brito a questão está longe de ser resolvida:

*“Eles (funcionários da comunidade) têm muito problema em se adaptar à uma rotina de trabalho de 8 horas por dia de uniforme, sapato, cheio de regra. Isso faz com que eles apresentem maior rotatividade, eles ficam muito menos tempo dentro da empresa do que outros.”*

A empresa também costuma trabalhar com “extras” – pessoas contratadas para atender a eventos e outras situações decorrentes de picos na demanda – sempre tendo o cuidado de que a utilização deste tipo de mão-de-obra seja feita considerando as implicações econômicas e a qualidade dos serviços. Stella Mares Brito lembra que para a substituição de um funcionário contratado é preciso ter três extras, uma vez que estes têm menor treino e, conseqüentemente, menor produtividade. A coordenadora conta que para evitar problemas com os funcionários – cujas exigências eram superiores às dos extras – e manter a qualidade de serviços precisou criar processo de treinamento, garantindo a formação de um grupo de “reserva” preparado para atender o resort nos momentos necessários. O treinamento, e posterior contratação, é

feito através da Cooper Hotéis<sup>41</sup>. Até hoje já foram realizadas 5 turmas (com aproximadamente 10 participantes cada uma) que receberam noções básicas de hotelaria (hospitalidade, higiene, postura, etc) e treinamentos práticos em Alimentos e Bebidas (A&B) e Hospedagem, áreas cujo número de funcionários oscila muito conforme a taxa de ocupação e a realização de eventos. Os participantes do treinamento recebem certificado e são inscritos no cadastro da cooperativa que administra as vagas de extras da empresa. Durante o treinamento, os participantes recebem a metade do valor da diária, transporte e alimentação. Stella Brito reconhece que é apenas um começo e que o ideal seria a implantação de uma escola profissionalizante no local:

*“Sabemos que não é uma grande formação, mas é um preparo para que a pessoa trabalhe num hotel de luxo. O ideal seria a construção de uma escola profissionalizante”.*

Um ponto a ser destacado é a preocupação de transmitir aos fornecedores – como a Cooper Hotéis - a importância de contratar mão-de-obra local. Em entrevista Edy Carlos de Oliveira Borges, funcionário da Cooper Hotéis, exemplificou esta prática: “... para as contratações de extras do Sofitel, no período de 01 a 04 de junho, dos 69 contratados 9 são de Salvador e 60 das localidades próximas ao Complexo – principalmente Porto Sauípe.”

A política salarial do Sofitel é diferenciada. Segundo Stella Mares Brito, em alguns cargos o salário oferecido equivale àquele proposto pelo Marriott e Renaissance, mas em outros é superior. Em relação ao Superclubs a diferença chega ao patamar dos 30%.

A coordenadora afirma que “Estamos sempre buscando formas de inserir a comunidade”. Dentre as ações mencionadas destacam-se:

- Apresentação de grupo de capoeira nos coquetéis gerenciais, todas as sextas feiras;
- Reserva de local para artesãs venderem seus produtos e ensinar hóspedes a trançar a palha;
- Realização de oficina de Berimbau, onde hóspede aprende a fazer e tocar o instrumento, e leva-o para casa.
- Disponibilização de espaço para exposição e vernissage de artistas da Bahia.

---

<sup>41</sup> Cooper Hotéis – Esta cooperativa é original de São Paulo, mas abriu uma filial em Praia do Forte. Nesse sistema os funcionários recebem a diária (R\$ 36,00 para cargos como garçom) e pagam percentual para a cooperativa. Também podem prestar serviço mensalmente sem a caracterização de vínculo empregatício. É importante mencionar que alguns entrevistados reclamaram desta forma de contratação pois não foram avisados previamente dos encargos e descontos incidentes sobre o valor da diária.

Quanto à inserção da comunidade como fornecedora de produtos ou serviços para o hotel, as evidências são bem menores. A coordenadora menciona que atualmente a comunidade limita-se a fornecer alguns poucos produtos hortifrutigranjeiros. Existe uma proposta – feita pelo Berimbau – de introduzir amenities (shampoo, sabonete, etc) fabricadas localmente, mas a entrevistada lembra que a rede tem um padrão internacional a seguir.

Atualmente não há iniciativas estruturadas de incentivo para que o hóspede conheça as comunidades vizinhas ao Complexo.

O resort realiza algumas atividades com as comunidades de Porto do Sauípe e entorno, como adoção da Escola dos Meninos do Porto, onde o hotel sempre realiza oficinas, visitas e doações. Também são feitas doações para outras entidades de Mata de São João (sede) e Salvador.

### **SuperClubs Breezes**

Diferentemente das outras duas redes, o SuperClubs não traz em seu site informações sobre as crenças e valores da empresa ou sobre seu envolvimento com questões de responsabilidade social, o que dificultou a avaliação do envolvimento da rede com esses assuntos.

Em artigo de ISSA e JAYAWARDENA (2003) encontramos informações de que a rede foi iniciada em 1976, com a abertura do Negril Beach Village, por John Issa. Em 2003, o SuperClubs operava 17 resorts localizados na Jamaica, Cuba, Bahamas, República Dominicana Curaçau e Brasil.

As atividades no Brasil irão, em breve, ganhar reforços uma vez que o SuperClubs está investindo na construção de outros empreendimentos no litoral norte da Bahia - o Star Fish que será instalado dentro do Reserva Imbassai<sup>42</sup> - e inaugurando outras unidades do resort Breezes nas praias de Muro Alto (Pernambuco) e Cumbuco (Ceará).

Quando a cadeia jamaicana abriu sua primeira unidade no Brasil, em Costa do Sauípe, contava com um desafio adicional: difundir o conceito de Super-Inclusive, que prevê o

---

<sup>42</sup> Reserva Imbassai é um empreendimento do grupo português Reta-Atlântico, que fica ao lado de Costa do Sauípe. O Reserva Imbassai terá três fases e deverá ser concluído em oito anos, mas a primeira etapa deverá ficar pronta no primeiro semestre de 2007. Depois de finalizado, o empreendimento terá hotéis (com um total de 850 apartamentos) e unidades habitacionais (casas e apartamentos), além de clube de esporte e lazer, com campos de tênis, vôlei, futebol, *kids club*, *beach club*, centro náutico, para atividades de vela, windsurf, kitesurf, pesca, área comercial e de eventos culturais, com bares, restaurantes, lojas de artesanato, lojas de conveniência e espaço para eventos ao ar livre.

pagamento antecipado de todas as refeições, bebidas, passeios e atividades realizadas dentro do resort. O conceito se estende até às gorjetas, que são proibidas.

A unidade em Sauípe foi inaugurada em 2000 e possui 24.600 m<sup>2</sup> de área construída, com 324 apartamentos distribuídos em quatro torres, cinco restaurantes, cinco bares, uma boate, sala de ginástica, um spa e um salão de conferência com capacidade para 360 pessoas, além de piscina, uma praça de eventos onde são realizados shows com bandas de sucesso, e uma loja de artigos diversos.

Emília Guerra, gerente de Recursos Humanos, lembra dos desafios que envolveram a contratação de pessoal local na época da abertura do resort:

*“No início de 2000, traçamos a política de contratação de funcionários. Esta previa contratação de 60% de mão-de-obra local, uma vez que a rede entende que o empreendimento só crescerá se a comunidade também crescesse [...] Foi feito trabalho de base com os líderes (das comunidades), fomos a cada comunidade e sentamos nas escolas e em outros locais.[...] Na época de seleção os líderes divulgavam na comunidade e os ônibus iam buscá-los para participar do processo seletivo.”*

*“Precisei adaptar a ficha criando um campo para apelido pois ninguém conhece as pessoas pelo nome. Ligava para o orelhão e pedia para chamar o ‘filho de Dinha’ e tinha que aguardar eles irem a cavalo ou bicicleta para chamar as pessoas. As dificuldades foram muitas, mas valeu a pena.”*

A gerente lembra que todos os métodos de seleção de pessoas empregados habitualmente na área de recursos humanos tiveram que ser revistos. As exigências tiveram que ser adaptadas à realidade do local: “Não precisava ter experiência anterior [...] ter um sorriso no rosto e vontade de aprender e atender as pessoas era o que buscávamos, mais nada”.

O número de funcionários contratados nas comunidades locais é controverso. Enquanto na entrevista pessoal, com a gerente de Recursos Humanos, foi apresentado o percentual de 70% (note que a entrevistada evidenciou que este é um número que não apresenta grandes variações desde a inauguração do resort), no questionário escrito, a respondente – Vadjase Santos – apontou este valor como sendo de 50%. Apesar da diferença, é importante ressaltar que o critério de mão-de-obra local utilizado pelo Breezes é mais restrito do que o dos demais resorts uma vez que “são considerados locais pessoas que, além de morador, tenham raízes (como família, e parentes) na região”.

Apesar de não dispor de informações precisas sobre a ocupação dos resorts que compõem o Costa do Sauípe, várias fontes indicam o Breezes como líder de ocupação no Complexo, além de apresentar um menor número de eventos. Estes fatores apresentam reflexos na contratação de mão-de-obra, onde a baixa variação na taxa de ocupação permite um quadro de funcionários mais estável, resultando na diminuição de contratação de funcionários extras. Sendo assim, estes representam um número reduzido dentro da organização. Contudo, quando há necessidade de contratação de extras, o RH busca, diretamente, pessoas que morem nas comunidades vizinhas ao Complexo. Nesses casos, a gerente de RH afirma estar cadastrando pessoas da comunidade que têm seu próprio negócio (barraca de praia, barco de pesca, agricultura ou artesanato) e, portanto, não têm interesse num emprego convencional, mas gostariam de ter uma renda extra.

A grande diferença entre a natureza do empreendimento e a realidade das comunidades locais exigiu a realização de um trabalho de melhoria de auto-estima, antes do início de treinamentos de qualificação em cargos hoteleiros. Também foi necessário um elevado nível de treinamento para buscar suprir a falta do ensino formal ou o baixo nível daqueles que tiveram acesso ao ensino formal. Os esforços de treinamento têm garantido promoções e a ocupação de alguns cargos de supervisão pelos moradores da comunidade local, mas esses ainda representam um percentual muito pequeno do total de cargos de supervisão e gerência – apenas 2%.

COUTO (2003) lembra que a política de oportunidade de primeiro emprego e de treinamento intensivo reduz a insatisfação com os baixos salários, muitas vezes menores que os praticados pelas demais redes hoteleiras que atuam no Complexo. Emilia Guerra concorda que os salários são baixos e justifica esta distorção dizendo que o objetivo é desenvolver uma política salarial que possa manter todo o efetivo, evitando demissões na baixa temporada.

Desde a abertura, o Breezes buscou oferecer outras oportunidades para a comunidade, além da oferta de postos de trabalho. A loja localizada no lobby foi a primeira, dentro do Complexo, a ter produtos artesanais da região. Da mesma forma, data da inauguração a utilização de cestas confeccionadas por artesãs locais para acomodar as *amenities* nos apartamentos. Semanalmente, às sextas-feiras, acontece uma “feirinha de artesanato” onde o pessoal da região oportunidade de vender seus produtos aos hóspedes do Breezes. Existem apenas restrições em relação a produtos comestíveis, uma vez que as regras de segurança alimentar não permitem que nenhum alimento servido seja feito fora das cozinhas do hotel.



O vínculo com a comunidade é fortalecido através de duas ações: a festa junina e o trabalho social com as famílias. Todo mês de junho acontece o “São João da Aproximação”, uma festa junina realizada dentro do hotel, com quadrilhas e barraquinhas de comidas típicas da região servidas por membros da comunidade. Os alimentos, oferecidos nas barraquinhas, são preparados a partir de receitas trazidas por líderes da comunidade.

Para a inclusão das famílias são programadas visitas destas ao resort, para que conheçam e entendam melhor o dia-a-dia do parente que trabalha lá. Segundo Emília Guerra

*“ ... a dinâmica da hotelaria é diferente da maioria dos negócios. Os funcionários trabalham mais naqueles momentos em que os outros estão descansando, como finais de semana e feriados. Buscamos fazer com que ela [família] entenda essa diferença e apóie o funcionário. Aproveitamos a oportunidade para trabalharmos a higiene na família para evitar problemas de verminose, planejamento familiar, etc.”*

As famílias também são envolvidas através do convite feito às escolas municipais das localidades vizinhas para trazer as crianças para passar um dia no hotel. O passeio inclui palestras sobre a importância da educação e outro tema relacionado a saúde e atividades de entretenimento nas áreas de lazer do Breezes.

A valorização da cultura local é percebida nos uniformes e na comida. É forte a presença da culinária regional no café da manhã, em que são servidos sucos, bolos e doces típicos. No jantar tem sempre algum prato específico. O ar de baianidade é reforçado pelos uniformes: os garçons usam camisas com motivos tropicais e as garçonetes vestidos em estilo afro, longos e confortáveis.

A iniciativa de apoiar os “... negócios locais através da compra de provisões de produtores locais e bens duráveis de manufaturas locais” citada por ISSA e JAYAWARDENA (2003, p.168) como uma prática da rede na Jamaica, também é verificada em Costa do Sauípe. Júlio Jost, gerente de alimentos e bebidas, menciona que foi feito um trabalho de desenvolvimento de fornecedores locais, que incluía etapas de prospecção e capacitação desses fornecedores. Assim, panificadoras - como a Doce Vida de Imbassaí - e produtores de hortifrutigranjeiros receberam apoio técnico para se adaptarem às condições e necessidade de pré-processamento do resort. Júlio Jost demonstra ainda preocupação com a competitividade econômica dos fornecedores:

*“... o desafio é fazer com que os produtores locais sejam mais competitivos [proposta econômica mais favorável] do que os de Salvador.”*

O gerente ainda menciona que existem casos em que as compras são feitas localmente devido ao “compromisso social”, pois em alguns casos não é economicamente vantajoso para o hotel. Jamara Souza Silva, coordenadora de compras, confirma a busca de fornecedores locais, mas ressalta que em muitos eventos não consegue trabalhar com eles, pois *“... são muito pequenos e não têm a estrutura adequada”*.

Em relação à proposta do Programa Berimbau de trabalhar a cadeia de agricultura da região eles dizem que *“é um projeto muito bom, mas está demorando a ser implantado”*.

Ainda sobre a relação entre as atividades do Berimbau e as dos resorts, Emília Guerra afirma que *“Os trabalhos do hotel e os do Berimbau são independentes, mas há um reforço das atividades internas”*. A entrevistada recorda as contribuições dadas na concepção do Programa Berimbau em que sugeriu que fosse feito um levantamento junto às nutricionistas dos resorts sobre as necessidades de insumos. Este levantamento teria como objetivo direcionar as atividades de produção agrícola da região. A gerente de RH menciona que *“Até o ano passado havia reuniões regulares...”* do Programa Berimbau, reconhecendo que agora é o momento das comunidades assumirem o programa e *“caminharem por conta própria”*.

### **VI.2.2.3 - Novos Empreendimentos na Região**

Apesar de não ser objeto da presente pesquisa, durante as entrevistas surgiram referências aos novos empreendimentos que estão sendo construídos na região - Iberostar e Reserva Imbassaí. Uma vez que estas demonstram um amadurecimento do poder público em relação à regulamentação dos complexos turísticos que os antecederam, julgou-se interessante mencionar algumas das informações encontradas.

Em entrevista realizada na prefeitura, Paulo Lara do NUUMA afirma que *“Em relação às definidas para Sauípe, as novas portarias apresentam avanços”*, e continua *“ao longo dos anos, existe uma evolução do próprio CRA e órgãos ambientais nesta questão de análise. Movimento semelhante, se vê no aspecto social, quando foi definido pela Prefeitura que 70% dos trabalhadores das obras devem ser das localidades do entorno. Para tanto, estão sendo mobilizadas as associações de moradores para fazer as fichas dos interessados em trabalhar e*

estas são enviadas para a administração dos empreendimentos. Segundo João Santos, da Prefeitura de Mata de São João, isso já aconteceu nos municípios de Malhadas, Diogo, Praia do Forte, Imbassaí, Barro Branco, Areal, Curralinho, Sauípe, Campinas, Tapera, Pau-Grande, Barreiros, Açú da Torre e Açuzinho.

As audiências públicas realizadas por estes empreendimentos também consistem em importante oportunidade para que a população exerça sua cidadania. Apesar dos problemas que ainda impedem que esta seja exercida de maneira plena – veja os impactos políticos no item VI.2.3.2. – a comunidade tem procurado participar. Contudo, os resultados das reivindicações ainda são uma incógnita.

### **VI.2.3 - Terceira Etapa: As Comunidades e a Percepção dos Impactos**

Nos itens anteriores procuramos delinear o cenário – primeira etapa – em que os empreendimentos estão localizados. Feito isso, descreveu-se a política das redes, e empreendimento independente, em relação à integração dos resorts com a comunidade e a inserção da sustentabilidade na gestão – na segunda etapa.

Nesta terceira etapa busca-se identificar os impactos sociais nas localidades. Essa análise é feita em duas partes. Na primeira fazemos um breve descritivo de cada uma delas. Na segunda, de acordo com a “estrutura” proposta no tópico III.3.2.2 deste trabalho, são descritos os impactos das ações dos empreendimentos nos aspectos sociais na região. Nesta análise serão inseridos o conteúdo das entrevistas, documentos e observações feitas durante as visitas às comunidades.

#### **VI.2.3.1 - Descrição das localidades**

Neste tópico serão descritas as comunidades de impacto dos resorts objeto do presente estudo. Contudo, antes de prosseguir ressalta-se que os dados oficiais sobre a região são escassos. Apesar da disponibilidade de dados sociais no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a forma como estes são consolidados - por município - impede que se conheça com precisão a situação de cada uma das localidades que formam a comunidade de impacto dos empreendimentos, uma vez que estas são parte dos municípios de Mata de São João e Entre Rios.

Conforme definido no capítulo IV – Desenho da Pesquisa - as comunidades que compõem a vizinhança do Complexo Costa do Sauípe e Praia do Forte Ecoresort são: Açú da Torre, Açuzinho, Malhadas, Praia do Forte, Imbassaí, Diogo, Curralinho, Areal, Santo Antônio, Barro Branco, Vila Sauípe (pertencentes ao município de Mata de São João) e Porto Sauípe (no município de Entre Rios) – mapa no ANEXO 14.

O município de Mata de São João, que contém a maior parte das micro-regiões citadas acima, dista 56 km de Salvador e possui 670 km<sup>2</sup> de superfície e, em 2004, a população foi estimada em 33.611 habitantes. Já o município de Entre Rios, que compreende a localidade de Porto Sauípe, possui 1.236 km<sup>2</sup> de superfície e população estimada em 2004 de 42.538 habitantes, segundo o IBGE<sup>43</sup>,

Inicialmente observa-se que a maior parte das localidades encontram-se na região litorânea do município, ou como denominado pelo zoneamento municipal, na “orla”, acompanhando a estrada Linha Verde (BA-099). As localidades Praia do Forte, Imbassaí, Diogo, Santo Antônio e Porto do Sauípe estão ao lado direito da estrada (entre a estrada e o mar), sendo que a única delas que não tem acesso direto à praia é Diogo – cujo acesso se dá pela Vila de Santo Antônio. Já as demais se encontram do lado esquerdo. São elas: Açuzinho, Açú-da-Torre, Malhadas, Curralinho, Areal, Barro Branco e Vila Sauípe. As localidades, em sua grande maioria, são originadas por grupos de posseiros, possivelmente trabalhadores das fazendas da região e pescadores. Entretanto foi identificado que a maior parte do segundo grupo de localidades (Açuzinho, Açú-da-Torre, Malhadas, Curralinho, Areal, Barro Branco e Vila Sauípe) foi formado por pessoas oriundas das localidades do primeiro grupo através de “migração”, seja ela decorrente de expulsão por parte dos donos de terra que lotearam suas propriedades ou locais que haviam vendido suas propriedades e buscavam terras disponíveis e mais baratas para se instalar. Para ilustrar essa movimentação pode-se citar Açuzinho. Esta região era propriedade de Klauss Peters, que loteou e vendeu a preços acessíveis e através de boas condições de pagamento – principalmente para os funcionários do Praia do Forte Ecoresort – com o objetivo de absorver o resultado do crescimento vegetativo da população original de Praia do Forte e os migrantes que viessem de outros locais em busca de emprego. Outro caso claro mencionado em entrevista por Ivo Costa de Oliveira, proprietário da Pousada

---

<sup>43</sup> Informações obtidas no site do IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em Julho/2005.

Rota do Sol, refere-se à Imbassaí: “Era uma fazenda de coco, o dono loteou e vendeu. Os colonos que viviam na fazenda foram expulsos e fundaram Barro Branco.”

Apesar da falta de informações precisas sobre Diogo, provavelmente esta também seja uma área que teve seu início em Santo Antônio – pequeno vilarejo que fica dentro das terras de Paulo Roberto Álvares de Souza – uma evidência desta relação é obtida através do grande número de parentes que habitam nas duas localidades e a alta média de habitantes por moradia, em Santo Antônio, que pode sinalizar a impossibilidade de crescimento desse vilarejo (veja tabela 20). Esse movimento não é uma característica restrita a esta região, mas uma constante em toda a ocupação do litoral brasileiro, que se intensifica quando da valorização das regiões costeiras (YÁZIGI, 1998).

Dentre as comunidades objeto deste estudo, notamos que algumas delas se sobressaem em termos de infra-estrutura e desempenho econômico. A primeira delas é a de Praia do Forte, seguida por Porto Sauípe, Vila Sauípe e Imbassaí. As demais apresentam características semelhantes em relação à carência de alternativas de geração de renda e infra-estrutura (veja ANEXO 20), que denotam a ausência de ações do poder público.

Apesar dos empreendimentos Praia do Forte Ecoresort e Complexo Costa do Sauípe estarem relativamente próximos um do outro – são 20 km que os separam - é interessante notar que possuem comunidade de impacto relativamente distintas, a despeito de eventuais sobreposições. Enquanto a área impactada pelo Praia do Forte Ecoresort compreende, predominantemente, as comunidades de Praia do Forte, Açuzinho, Açú-da-Torre e Malhadas, o Complexo Costa do Sauípe impacta as demais localidades já mencionadas nesse estudo, como: Diogo, Santo Antônio, Porto Sauípe, Vila Sauípe, Areal, Curralinho, Barro Branco e Imbassaí. A seguir será traçado o perfil das comunidades de impacto utilizando esta divisão das regiões.

### **Perfil das Comunidades de Impacto do Praia do Forte Ecoresort**

Apesar do longo tempo de convívio com a comunidade, não há iniciativas formais de um levantamento do perfil ou censo das localidades próximas ao resort. A única iniciativa feita se refere ao aspecto econômico pesquisado pelo já mencionado Censo Empresarial da Praia do Forte, desenvolvido pelo SEBRAE nos anos de 1996, 2001 e 2004, o que já consiste num forte indicador da importância do setor empresarial nessa localidade.

Segundo informações do censo demográfico do IBGE (2000) e informações passadas pela Prefeitura de Mata de São João, a população residente e o total de domicílio das localidades são:

**Tabela 18 - População Residente e Total de Domicílios (2000)**

<b>Localidade</b>	<b>Domicílios</b>	<b>População</b>
Praia do Forte	1.278	3000
Vila de Açú da Torre, Açuzinho	116	457
Campinas e Malhadas	255	1025
<b>Total</b>	<b>1.649</b>	<b>4482</b>

Fonte: MORAES, 2004 e Prefeitura de Mata de São João

Quanto à composição da população, o morador de Açuzinho, Sr. Márcio de Jesus Falcão, informa que “Em Açuzinho tem muita gente de fora, de outros lugares da Bahia. Já em Açú da Torre tem mais nativo...”. O entrevistado continua explicando que:

*“Klaus Peters deu condições para pessoas comprarem terreno aqui [Açuzinho], o preço era bom e o pagamento facilitado, com desconto em folha de pagamento dos funcionários. Por isso, grande parte dos moradores da cidade trabalharam ou ainda trabalham no [Praia do Forte] Ecoresort.”*

Em relação à educação, todas as localidades oferecem ensino fundamental até a 4ª. Série. Por outro lado, Açuzinho abriga o único colégio de ensino médio da região: o Colégio Estadual Alaor Coutinho. Já Praia do Forte conta com uma pré-escola (até 2ª série), a Finn Larsen, e ensino supletivo – o PROES – que oferece turmas de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, ensino médio e, recentemente, curso pré-vestibular.

Desde 2002, Praia do Forte é uma das poucas localidades da região que possui sistema de esgotamento sanitário da EMBASA e água encanada tratada. As demais – Açuzinho, Açú-da-Torre e Malhadas fazem o esgotamento sanitário através de fossas - sépticas e comuns. Nessas localidades a água encanada é oriunda de poços e não recebe qualquer tipo de tratamento, o que consiste num foco potencial de doenças.

Em relação à saúde, apenas Açuzinho e Praia do Forte contam com um posto, sendo que a implantação nesta última é recente. No último verão – dez/2004 - foi instalado em Praia do Forte, em parceria com a Fundação José Vieira, um posto de saúde para atender turistas e a população. A idéia inicial era de que ficassem apenas 3 meses mas, como relata a moradora de Praia do Forte, Ana Glória de Jesus Santana, “A comunidade fez passeata para reivindicar

continuidade [do posto]” e este permaneceu. Em caso de internação hospitalar esta geralmente é feita em Salvador.

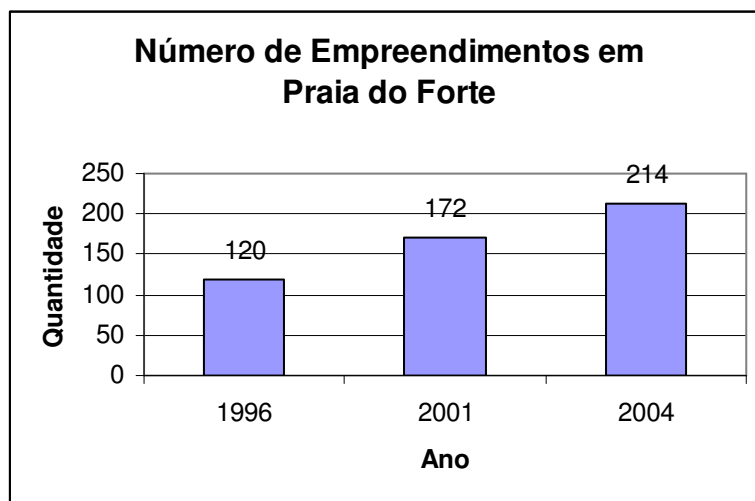
Enquanto na maior parte das localidades o comércio é incipiente, restrito a apenas pequenos bares, padarias e restaurantes, em Praia do Forte a situação é diferente. Lá se instalaram uma gama de empresas conforme a Tabela 19:

**Tabela 19 - Estrutura Setorial das Atividades de Praia do Forte**

<b>Comércio</b>		<b>Serviço</b>		<b>Indústria</b>	
<b>Ramo de Atividade</b>	<b>No.</b>	<b>Ramo de Atividade</b>	<b>No.</b>	<b>Ramo de Atividade</b>	<b>No.</b>
Armarinho	03	Bar	14	Padaria	02
Bijouteria	04	Restaurante	14	Artesanato	21
Confecções	32	Sorveteria	01	Reciclagem	01
Farmácia	01	Lanchonete	05	Doce Caseiro	03
Pedras Preciosas	01	Barracas de Praia	06	Baiana de Acarajé	04
Material de Construção	01	Tatuagem	01		
Mercearia/Supermercado	02	Salão de Beleza	02		
Equip. Surf	01	Agência de Turismo	03		
Peixaria	03	Proteção e Pesquisa Marinha	01		
Barraca de Frutas	02	Lavanderia	01		
Calçados e Acessórios	01	Hotel/Pousada/Albergue	20		
Ambulante	08	Haras	01		
Revenda de Artesanato	48	Imobiliária	01		
		Táxi	04		
		Contabilidade	01		
		Barbearia	01		
<b>Total</b>	<b>107</b>		<b>76</b>		<b>31</b>

Fonte: SEBRAE, 2004.

O censo empresarial feito pelo SEBRAE também quantifica o crescimento destes empreendimentos. Observando o Gráfico 11, verifica-se que o número de estabelecimentos apresentou crescimento de 24,4% no período 2001-2004 e de 43,3% no período de 1996-2001, valores estes indicados pelo SEBRAE como muito superiores às taxas de crescimento nacional.

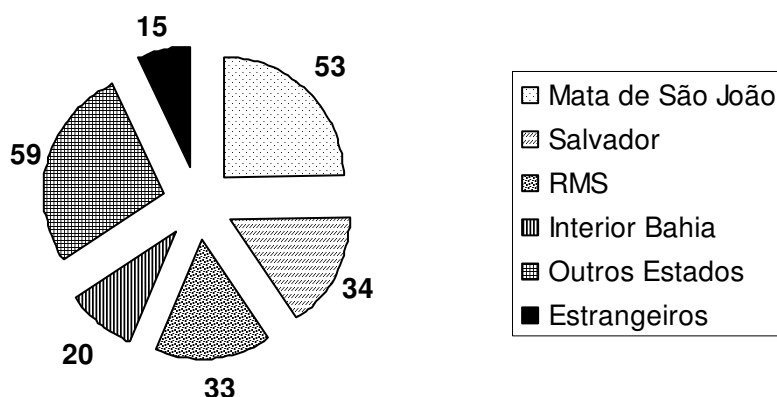
**Gráfico 11 - Número de Empreendimentos em Praia do Forte**

Fonte: SEBRAE, 2004

Os empreendimentos se concentram na Alameda do Sol, avenida principal da Vila, principalmente aqueles destinados ao atendimento dos turistas. A Alameda Lua também apresenta alguns empreendimentos, só que mais voltados aos moradores e pousadas. No verão de 2005, foi inaugurado o Shopping Armazém da Vila, na rua de acesso ao estacionamento de veículos de Praia do Forte (é proibido o tráfego de veículos na rua principal), contudo até o momento este apresenta baixa ocupação.

Apesar do elevado número de empreendimentos, é importante salientar a origem do empresariado local. Dos 214 empreendimentos formais e informais pesquisados pelo SEBRAE (2004), 59 deles são geridos por pessoas de outros estados, principalmente São Paulo. Posteriormente, vimos que 53 entrevistados são do próprio município de Mata de São João, mais especificamente da Praia do Forte e Açú da Torre, seguidos de 34 soteropolitanos, 33 de outros municípios da Região Metropolitana de Salvador e 20 pessoas do interior do estado da Bahia. Há de se salientar um significativo número de estrangeiros (argentinos, italianos, suíços e alemães) que reforçam o quadro empresarial da Vila de Praia do Forte. Veja a representação no Gráfico 12:



**Gráfico 12 - Naturalidade dos Empresários de Praia do Forte**

Fonte: SEBRAE, 2004

O censo empresarial (2004) também investigou a origem dos fornecedores dos empreendimentos e constatou uma tendência de aumento na participação dos fornecedores instalados na própria Vila. Este número passou de 26 para 63 empreendimentos em três anos. Isto demonstra o interesse e a potencialidade econômica local aumentando a circulação de recursos na região.

Praia do Forte conta, ainda, com 02 Postos de Atendimento Bancário (PAB's) - Banco do Brasil e Bradesco – contudo, os moradores que não possuem contas nesses bancos precisam se dirigir a Lauro de Freitas ou Salvador para realizar operações bancárias.

### **Perfil das Comunidades de Impacto do Complexo Costa do Sauípe**

Devido à falta de informações sobre as localidades que compõem os municípios de Mata de São João e Entre Rios, o Programa Berimbau, em parceria com o SEBRAE, realizou um censo da região (2004). Em 2005, a mesma iniciativa foi empreendida pelo Reta-Atlântico Brasil – em parceria com o SEBRAE – para mapear outras localidades. Com base nestes dois documentos foi desenvolvido o perfil descrito a seguir. Contudo, o leitor irá notar que as informações apresentadas em alguns momentos são bastante precisas e em outros, mais vagas. Isto ocorre porque foi necessário buscar dados que correspondessem à definição de comunidade de impacto do presente trabalho. É importante registrar que no levantamento de documentos – do próprio Complexo Costa do Sauípe – foram encontradas diversas “composições” da área de influência do mesmo. Sendo assim, os dados referentes à Imbassá

e Barro Branco foram levantados pelo censo de 2005; o das demais localidades foram retirados do censo realizado pelo Programa Berimbau.

O número de habitantes existentes nas comunidades detectado pelos referidos levantamentos censitários foi de 7.322 pessoas, distribuídas em 2.135 domicílios particulares, como segue na tabela abaixo:

**Tabela 20 - Número de Domicílios, Habitantes e Média de Habitantes por Domicílio**

<b>Município</b>	<b>Comunidade</b>	<b>No. de Domicílios</b>	<b>No. de Habitantes</b>	<b>Média Hab/Dom.</b>
Mata de São João	Areal	106	407	3,84
	Barro Branco	160	654	4,08
	Curralinho	78	286	3,67
	Diogo	92	338	3,67
	Imbassaí	288	929	3,23
	Santo Antônio	26	124	4,77
	Vila Sauípe	282	1180	4,18
Entre Rios	Porto Sauípe	1103	4241	3,85
	Total	2135	7322	3,43

Fonte: SEBRAE/BA – Censo Demográfico, 2004 e 2005

Nota-se que Porto Sauípe responde por 57,9% do total de habitantes destas localidades enquanto Vila Sauípe representa 16,1% e Imbassaí 12,6%, respectivamente.

As localidades de Diogo, Santo Antonio, Areal, Curralinho, Imbassaí, Barro Branco e Vila Sauípe, com o universo de 3.081 habitantes, representam 9,2% da população de seu município-sede, Mata de São João, onde, segundo o IBGE, em 2004, vivia uma população de 33.611 habitantes.

Já a comunidade de Porto de Sauípe, com o universo de 4.241 habitantes, representa 10,0% da população de seu município-sede, Entre Rios, onde, segundo o IBGE, em 2004, tinha uma população de 42.538 habitantes.

Quanto ao grau de escolaridade dos moradores locais, chama a atenção o número de pessoas sem instrução: 1.465 pessoas – o que corresponde a 20% do total de habitantes.

Grande proporção da população destas localidades possui ensino fundamental incompleto, destoando a população de Imbassaí onde parcela significativa concluiu o ensino superior (6.5% da população local). Este fato é atribuído ao elevado número de pessoas que migraram para o local, como veremos a seguir.

Dos chefes de família entrevistados, aproximadamente 45% residem na região há mais de 20 anos, sendo em sua grande maioria descendentes dos povos primitivos que habitaram estas terras. Se por um lado Areal - onde 88,7% dos chefes de família encontram-se no local há mais de 20 anos - contribui para reforçar este percentual, de outro Imbassaí apresenta o menor índice de moradores nativos – 26,6% da população local. Este pode ser explicado pelo loteamento e venda dos terrenos desta comunidade que hoje abriga grande quantidade de pousadas e um hotel de luxo, considerado um resort pelos moradores.

A localidade de Porto de Sauípe, sendo a mais populosa do entorno, apresenta o menor índice de moradores há mais de 20 anos, com 43,7% do universo pesquisado. Nos últimos cinco anos esta comunidade teve um incremento no número de domicílios de 32,6%, o maior da região, incentivado por ser o maior do entorno, acesso facilitado e localização privilegiada.

O formato de alocação dos domicílios particulares permanentes foge à regra nacional, pois 79,8% destes são de propriedade dos seus atuais moradores (veja Tabela 21).

**Tabela 21 - Tipo Alocação dos Domicílios**

<b>Município</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Próprio</b>	<b>Alugado</b>	<b>Cedido</b>	<b>Outros</b>
Mata de São João	Areal	101	4	1	0
	Barro Branco	127	4	8	21
	Curralinho	75	3	0	0
	Diogo	80	5	7	0
	Imbassaí	197	48	39	2
	Santo Antônio	19	3	4	0
	Vila Sauípe	232	25	24	1
Entre Rios	Porto Sauípe	871	89	135	8
	Total	1702	181	218	32

Fonte: SEBRAE/BA – Censo Demográfico, 2004 e 2005

Na comunidade Curralinho, por exemplo, este índice é ainda maior, com 96,2% dos chefes de famílias habitando em residências próprias. No entanto, o documento salienta que no total da **chamada casa própria**, estão inclusas as ocupações irregulares e/ou ilegais, como as **invasões**, além da precariedade de muitos domicílios, relativizando, pois, o alto percentual de moradores com casa própria.

A **População Economicamente Ativa (PEA)**, é um índice, sugerido pelo IBGE, que traça um somatório entre a parcela da população ocupada mais a parcela da população que está à

procura de trabalho nas comunidades. A PEA das localidades que compõem o entorno de Costa do Sauípe está distribuída da seguinte maneira:

**Tabela 22 - População Economicamente Ativa (PEA)**

Comunidade	População Total	População Ocupada	População Procurando Trabalho	População Economicamente Ativa	% da População da Comunidade
Areal	407	169	69	238	58,5
Barro Branco	554	197	79	276	49,8
Curralinho	286	103	24	127	44,4
Diogo	338	123	83	206	60,9
Imbassaí	929	456	107	563	60,6
Santo Antônio	124	31	32	63	50,8
Vila Sauípe	1.180	397	223	620	29
Porto Sauípe	4.241	1.790	547	2.337	55,1
<b>Total</b>	<b>8.059</b>	<b>3.266</b>	<b>1.164</b>	<b>4.430</b>	<b>55,0</b>

Fonte: SEBRAE/BA – Censo Demográfico, 2004 e 2005

Notamos, pois, que a População Economicamente Ativa (PEA) do entorno de Costa do Sauípe totaliza um número de 4.430 pessoas, representando 55,0% da população geral da região. Por sua vez, a comunidade de Curralinho apresenta o maior índice de pessoas ocupadas, com 81,1% da sua População Economicamente ativa.

A comunidade de Santo Antonio, apesar de possuir o menor número absoluto de habitantes, proporcionalmente é a que mais demanda oferta de trabalho para os atores daquela localidade, onde 50,8% da sua População Economicamente Ativa, encontra-se à procura de alguma atividade economicamente remunerada. Ironicamente, este é o povoado mais próximo do Complexo Costa do Sauípe e pode ser acessado a pé, fica a cerca de 45 minutos de caminhada pela praia (cerca de 1,5 km).

Quanto às questões de infra-estrutura, os censos realizados informam que o principal sistema de esgotamento sanitário utilizado na região é a fossa séptica com 1.267 domicílios, sendo que somente Vila Sauípe e Porto Sauípe contam com rede de esgoto. Os demais domicílios da região utilizam fossa comum, o que compromete drasticamente a qualidade de vida dos atores locais, pois contamina o lençol freático utilizados para a coleta de água nos poços. A outra opção é o céu aberto, que ocorre de maneira mais intensa em Areal, onde 38,7% (41 residências) utilizam esgoto a céu aberto, preocupante tanto do ponto de vista ambiental quanto social, por ser um grande foco de doenças.

O entorno do Costa do Sauípe é rico em oferta de água, através dos rios, riachos e nascentes que cortam a região. Cerca de 69% do fornecimento de água das residências é basicamente

feito pela Empresa Baiana de Saneamento de Águas e Esgotos do Estado da Bahia (EMBASA). Porto de Sauípe e Vila do Sauípe são as localidades mais bem servidas pela rede geral de água, em termos de números de domicílios atendidos (informações sobre o processo de implantação do sistema de esgoto e abastecimento de água no anexo 18), com aproximadamente 93,4% de suas residências atendidas por este sistema. Porém, localidades como Diogo, Imbassaí, Barro Branco, Areal e Santo Antonio, não são beneficiadas por este sistema, utilizando como fonte de abastecimento a perfuração de poços e cisternas. Em Santo Antonio a população encontra no chafariz comunitário a principal fonte de abastecimento de água, que atende a 20 domicílios (76,9% do total) no povoado.

Com o advento da inauguração da Linha Verde, o acesso dos moradores locais à oferta de energia elétrica foi facilitado. Grande parte – quase 88% dos domicílios entrevistados - têm acesso a energia elétrica ofertada pela Companhia de Energia Elétrica do Estado da Bahia (COELBA). A situação é diferente em Curralinho, onde 34,6% das unidades habitacionais (27 domicílios) ainda não usufruem deste serviço.

### **VI.2.3.2 - Impactos Percebidos pelas Comunidades**

Feito o mapeamento e a descrição das principais características das localidades que formam as comunidades de impacto dos resorts, neste momento serão focados os impactos que os empreendimentos, e o desenvolvimento do turismo, têm causado nessas comunidades. Este levantamento tem como base as entrevistas realizadas nas comunidades, o trabalho de COUTO (2003) e eventuais artigos de jornal. Para uma melhor ordenação dos impactos identificados na região, estes serão apresentados conforme a proposta de SCHEYVENS (1999) – e apresentada no tópico III.2.2.2 da revisão da literatura – que prevê a divisão em quatro categorias: econômico, psicológico, social e político.

#### **a) Impactos Econômicos nas Comunidades**

Apesar do impacto econômico ser o principal benefício propalado pelos defensores do desenvolvimento através do turismo, e conseqüentemente, da implantação de resorts, o tipo e a quantidade de postos de trabalho oferecidos parecem estar aquém das expectativas dos moradores da região.

Nas localidades estudadas foi identificado que esta situação se confirma, e a população local só reconhece oferta substancial de empregos durante a construção dos hotéis. Maristela

Batista das Neves, presidente da Associação de Moradores de Areal, relembra que o número de vagas efetivamente oferecidas é muito menor do que as informadas inicialmente:

*“Não mudou quase nada, o Complexo encheu o pessoal de esperança, pois na audiência pública disseram que iriam dar emprego para todo mundo. O IH e o SENAC fizeram muitos cursos de camareira, garçom para preparar o pessoal, mas acabaram não contratando ninguém.”*

Ivo Costa de Oliveira, morador de Imbassaí e proprietário de uma pousada na mesma localidade reforça o baixo número de empregados no Complexo e traz informações sobre os cargos oferecidos para a população local:

*“Todas os funcionários são de fora, vêm do Sul e do Sudeste, pelo menos os mais importantes... Hoje somente 6 pessoas de Imbassaí trabalham no Complexo Costa do Sauípe. Também tem funcionários de Mata de São João (sede), mas sempre em posições subalternas.”*

É importante ressaltar que além das restrições impostas pelos contratantes, o poder público também influencia nas contratações. Este fato é ilustrado pela afirmação de Francisca Maria Ribeiro da Silva, atendente do Posto Médico de Porto Sauípe e dona de uma farmácia na mesma comunidade:

*“Atualmente a Odebrecht não contrata ninguém daqui, pois fizeram acordo com o prefeito de Mata de São João. Como o empreendimento é em Mata, eles só contratam lá...”*

Nesse sentido, Roberto Souza, morador de Santo Antônio (povoado mais próximo do Complexo Sauípe), nota que houve um maior direcionamento da capacitação e contratação em alguns locais:

*“As pessoas foram capacitadas para trabalhar no Complexo Sauípe, dessa Vila [Santo Antônio] não foi capacitado nenhum. Tinha uma jogada política, pois a maioria dos participantes dos treinamentos era da sede do município de Mata de São João (que fica a 60 km deste litoral, sem acesso direto), pois lá também havia um nível escolar mais alto e mais apropriado para que a capacitação acontecesse.”*

No sentido contrário, Maria Natividade Teles do Nascimento, que trabalhou durante seis anos no Praia do Forte Ecoresort e hoje é dona de um restaurante na rua principal de Praia do Forte, lembra que:

*“... para nativos foi bom [os empregos gerados pelo Ecoresort], pois antes a maioria das meninas ia para Salvador trabalhar como doméstica e os homens eram pescadores.”*

O “tipo do trabalho” endereça à outras duas questões: a natureza do trabalho e a remuneração percebida pelos funcionários. Em referência ao primeiro ponto, o trabalho oferecido no hotel difere muito dos costumes da região. Enquanto a população local está acostumada à pesca e à agricultura de subsistência, a idéia de um trabalho cheio de regras (rígido horário de trabalho e folgas semanais durante a semana) e os trajes (que diferem muito de seu hábito de vestir) tornam as oportunidades oferecidas pelos empreendimentos pouco atraentes. Nesse sentido, Ana Glória de Jesus Santana, vendedora da loja Salinas instalada em Praia do Forte ressalta que “A maioria da mão-de-obra não é daqui, pois o morador não quer...”. Esse foi o motivo alegado por Manoel Santana, natural de Praia do Forte, que deixou sua vaga como instrutor de windsurf no Breezes, onde trabalhou por dois anos:

*“O trabalho era bem tranquilo, o que não gosto na hotelaria é que só tem uma folga por semana...”*

Sônia Cardoso, moradora de Açuzinho e cozinheira do Sofitel, está muito contente com seu trabalho, mas confirma as dificuldades e ressalta que os que vêm de fora se adaptam melhor:

*“... [a gente] perde muita coisa, trabalha de domingo a domingo e nos feriados. Nas festas trabalha mais! Vem muita gente de fora e estas pessoas são as que estão desenvolvendo mais.”*

Apesar de alguns se adaptarem e se saírem bem nas funções propostas, há queixas em relação aos salários oferecidos. Este ponto fica claro no depoimento de João Rodrigues dos Santos, morador de Malhadas e atualmente fiscal da prefeitura de Mata de São João:

*“No período de dezembro de 1992 a junho de 1994 trabalhei como barman no [Praia do Forte] Ecoresort, [...] fui funcionário do mês e me destacava nos treinamentos. Fui promovido de auxiliar de barman para barman, contudo ganhava só 1 salário e pouco. Conversei com meus superiores sobre um possível aumento. Pediram para eu ter paciência, aguardei mais 4 ou 6 meses, como nada aconteceu pedi as contas.”*

Rubens Borges dos Santos, mais conhecido em Vila Sauípe como Pombinho, consegue sintetizar todas as questões relativas ao emprego em uma fala de sua entrevista:

*“... fizemos até algumas audiência aí, e eles falando para nós que iriam fazer muita melhoria e ia dar emprego para os nossos filhos, [...] depois que se*

*instalaram, começaram a dar emprego ao pessoal de fora. Daqui [Vila Sauípe] poucas pessoas têm oportunidade de trabalhar, [...] e o pessoal está sofrendo porque tão quase todo mundo parado, muitos sem emprego. Alguns, que tem emprego, recebem um salariozinho baixo, de duzentos e quarenta reais, trabalha a noite toda, trabalha o domingo, e às vezes nem uma hora extra recebe. Às vezes o domingo passa igualmente a um dia normal,..."*

Contudo, o emprego não é a única forma de contratação. Os hotéis contratam funcionários “extras” para atender a aumentos na ocupação e eventos. Essa se dá em diversos moldes, mas há reclamações em relação às cooperativas que “... descontam muitos impostos como INSS, FGTS e taxa do cooperado...”. Os contratos através de “gatas” – empresa que oferece trabalhadores temporários para os resorts – também são criticados. Moradores de Santo Antônio afirmam que os contratos por empreiteira duram no máximo 3 meses para não caracterizar vínculo empregatício, sendo que o valor da diária – por volta de R\$ 20,00 - muitas vezes é pago até um mês depois da realização do serviço. Também há denúncias de contratação de crianças – entre 14 e 15 anos – na montagem de eventos realizados no Complexo Sauípe, atividade esta que inclui serviços pesados como o carregamento de cadeiras.

Os impactos econômicos não se resumem aos empregos gerados; existem outras oportunidades significativas de geração de renda na comunidade. Na região estudada, o artesanato, por ser uma tradição local e ter sido aperfeiçoado e incentivado pelas entidades que atuam no local (IH, SEBRAE e, mais recentemente, Projeto Berimbau), tornou-se o principal representante nesta categoria. Em todas as localidades que se passa é comum encontrar sacolas, bolsas e tapetes expostos em casas, ou quiosques, como é o caso de Santo Antônio.

Conforme relatado, o Complexo Sauípe cedeu espaço para o funcionamento na Vila Nova da Praia de uma loja das artesãs que tem proporcionado renda para várias associações de artesãs das comunidades do entorno. As ações promovidas pelos hotéis – como a feirinha do Breezes e a exposição do Sofitel – são bem-vindas. Jean Santos, 23 anos, conta que trabalhou no lobby do Sofitel representando o artesanato de Sto Antônio:

*“Levava todo artesanato daqui [Santo Antônio] para vender lá em algumas feiras esporádicas que foram criadas pelo setor de lazer e entretenimentos do hotel. Foi muito bom, pois vendia bem e eu divulgava a Vila lá. Enquanto eu*



*trabalhei lá tinha muita gente que vinha almoçar aqui, pois eu distribuía cartõezinhos do restaurante de minha mãe.”*

Contudo, alguns moradores se ressentem da falta de acesso aos hóspedes. Esta posição fica clara nas palavras de Seu Pombinho que descreve a preparação da Vila Sauípe para receber hóspedes que nunca chegam:

*“... temos artesanato aqui em Vila Sauípe, e fazemos uma feirinha aqui nos sábados e domingos. Os artesãos vem para a feira com as sacolas, mas o turista não vem. Eles [Costa do Sauípe] não deixam, para que os turistas não conheçam a vila e não comprem as sacolas. [...] Eles querem que o turista compre lá [no Complexo], pois lá a sacola custa sessenta reais, aqui é mais barato, tem sacola até de dez reais ...”*

No Praia do Forte Ecoresort, não há venda de produtos locais. O hotel conta apenas com duas lojas – uma agência de turismo receptivo e outra que vende confecção e jóias – de propriedade do mesmo grupo do hotel. Na Vila de Praia do Forte encontram-se algumas peças de artesanato nas lojas e nas barracas dos ambulantes que ficam na rua principal.

Cabe alertar que as matérias-primas para o artesanato – piaçava e o licuri, espécie de linha utilizada para fazer a costura nas peças de artesanato - já começam a estar em falta. Os motivos residem no fato da colheita do material começar a ser terceirizada, levando pessoas com menos experiência a fazer a colheita de forma predatória. Outra razão importante é o aumento de demanda de materiais e a proibição de acesso a algumas propriedades – que inclui a área do Complexo Costa do Sauípe. Este assunto já foi objeto de estudo em artigo de ANDRADE (2003b).

Outra fonte significativa de renda é o aluguel de quartos, casas e lojas. O aluguel de quartos acontece em todas as localidades estudadas e os preços variam de acordo com o conforto dos aposentos e da comunidade.

O aluguel de casas e lojas é mais freqüente em Praia do Forte uma vez que os nativos não podem vender suas casas e a localidade possui um maior trânsito de turistas. Segundo a nativa Ana Glória de Jesus Santana, “Hoje muitos alugam suas casas e vão morar em Açú, Açuzinho ou Barra do Pojuca”, mas há também aqueles que “... fizeram lojas na frente de suas residências e moram nos fundos, garantindo uma renda através do aluguel do ponto”. Este é o caso de Dna Edisa e seu marido, que moram na avenida principal e alugaram um cômodo na esquina para a instalação de um PAB do Banco do Brasil.

A proprietária da loja “Mônica Modas”, situada na avenida principal de Praia do Forte, Maria Clara Carvalho Sena afirma que “... Existem poucos nativos que gerenciam as próprias lojas/comércio na localidade”. Os relatos sinalizam que a falta de capital de giro e de habilidade administrativa são fatores críticos para o sucesso dos empreendedores locais. Mas existem casos de sucesso, como o do Sr. José Nunes do restaurante “Na sombra da Mangueira” que começou vendendo sorvetes em casa e hoje é proprietário de um conhecido restaurante em Diogo. Ainda no campo da alimentação, o “Restaurante da Nati” está sempre cheio, recebendo turistas e funcionários da prefeitura para o almoço e jantar.

O domínio de empresários de fora – veja gráfico 12 – gera frustração e alguns dos entrevistados culpam os resorts pela falta de interesse ou poucas visitas de turistas aos seus estabelecimentos (esse ponto foi abordado por Pombinho, de Vila Sauípe, e por Maria Clara de Praia do Forte). Jocimar Barbosa Moura, reforça que o mesmo acontece em Diogo: “Das pousadas e restaurantes, só duas são de locais, o resto é de paulistas, belgas, alemães e gente de Salvador”.

Na geração de renda para a comunidade, ainda surgem oportunidades em “barracas de praia”, pesca, vendedores ambulantes, e excursões.

Os ambulantes e barracas de praia são uma constante quando há turistas. Curiosamente, esta atividade também atrai “empreendedores” de fora da comunidade. Essa movimentação fica clara em Diogo e Santo Antônio, comunidades que dão acesso mais próximo ao trecho de praia em frente ao Costa do Sauípe. Apesar do Complexo não proibir a entrada de ambulantes na praia, tem tomado medidas para reduzir o número de camelôs. Segundo o fiscal da Prefeitura, João Santos:

*“Fui chamado recentemente [junho de 2005] pela administração de Costa do Sauípe para cadastrar os ambulantes na praia. Encontramos 70 ambulantes numa extensão de 1,5 km de praia”*

Embora alguns moradores dessas localidades achem ruim o movimento de estranhos vindos de lugares como Paraíba, Salvador e Camaçari, muitos ficam contentes com a possibilidade de vender para esses bebidas e refeições.

As excursões de hóspedes para as comunidades são pouco freqüentes em Costa do Sauípe. Lá opera a empresa de turismo Bahia Adventure que realiza algumas visitas a Santo Antônio, mas parece não ter um bom relacionamento com a comunidade local, conforme relata o morador Jean Santos:

*“Ontem vieram 30 clientes do Bahia Adventure e marcaram com Dna Marluce para que ela os ensinasse a trançar. Dna Marluce, que faz apenas bolsas, também chamou a menina que faz tapetes. Sabe o que foi que eles fizeram? Trouxeram água mineral, refrigerante, cerveja e sanduíches e não compraram nada. Só fez usar o espaço e deixar o lixo”.*

Em Praia do Forte, como o hotel é muito próximo da Vila, os hóspedes costumam realizar caminhadas até o povoado.

A pesca é uma outra atividade tradicional local que não apresenta grande interação com os resorts. O pescador Manoel Conceição Nunes, 63 anos, queixa que:

*“Os resorts querem comprar, mas exigem uma série de documentos, desconta imposto e querem prazo de pagamento de 30 dias, isso inviabiliza a venda”*

O fruto da pesca acaba sendo vendido para pousadas, restaurantes e peixarias. Contudo os maiores impactos causados pelos resorts na pesca advêm da poluição dos rios gerada pelos mesmos. Este é um problema específico de Vila Sauípe, localidade que recebe o esgoto do Complexo, em local batizado pela comunidade de “pinicão”. Por ser uma questão que está sendo estudada e alvo de críticas (veja detalhes sobre a instalação do esgoto do Complexo no anexo 18), é importante considerar o relato do pescador Rubens Borges dos Santos, de 65 anos, nascido em Vila Sauípe:

*“O meu nome é Rubens, eu tenho sessenta e cinco anos, eu vivo da pesca, às vezes trabalho de roça, mas bem pouco. Minha sobrevivência é da pesca. Eu tenho dezoito filhos, eu tenho sessenta neto, já tenho bisneto, e, mas ainda tô trabalhando, tô pescando ainda [...]. só que tá piorando pra nós aqui [...] é porque nós pescava mais perto, era aqui o nosso rio. Hoje o nosso rio tá arrasado, eu tenho que viajar trinta e seis quilômetros pra pescar, pra poder arrumar o peixe pra sobrevivência de meus filhos”.*

Além das dificuldades, o turismo oferece outras oportunidades para os jovens que acabam se afastando da pesca. Há movimentos e busca de Associação de Pescadores para viabilizar e profissionalizar a pesca que parece estar começando a receber apoio dos resorts –

principalmente de Costa do Sauípe – conforme relata Eber Garrido Fogos, representante da Colônia de pescadores. Contudo Eber alerta para os desafios a serem enfrentados:

*“Hoje o pescador não tem onde armazenar o pescado e o comerciante acaba regulando o preço. [...] É necessário fazer uma cooperativa que agregue toda as localidades, pois individualmente não conseguiriam atender a demanda dos hotéis. [...] Também é preciso financiamento para equipar melhor os barcos e permitir renovação da frota atual.”*

Nesse sentido, Arlindo, representante da associação de pescadores reforça que: “Na região, a pesca está muito prejudicada, os pescadores não têm aparelhos adequados e os barcos estão apodrecendo”.

O pescador Luis Carlos Ferreira da Cruz, 50 anos, relata que alguns dos pescadores utilizam as suas embarcações para fazer passeios turísticos, mas estes são escassos e só acontecem na época do verão. Os resorts possuem embarcações próprias para passeios.

Por último, acreditamos ser importante resgatar o comentário feito por COUTO (2003) ao analisar os impactos do Complexo Sauípe nas localidades:

*“... o comércio também sofreu pouca influência já que, de acordo com um dos diretores da Associação Comercial de Mata de São João, Dílson Ribeiro, os salários são gastos, na maioria das vezes, em Praia do Forte e/ou Salvador.” (2003, p.55)*

Essa colocação evidencia que não se pode atribuir o desenvolvimento econômico de Praia do Forte apenas à geração de renda através de empregos ou oportunidades de negócio oferecidas pelo resort – que inclui os gastos dos turistas. Segundo a autora, a receita da região também é advinda dos gastos das populações de outras localidades uma vez que Praia do Forte se tornou um pólo regional do litoral norte.

#### **b) Impactos Psicológicos nas Comunidades**

Os impactos psicológicos indicados por SHEYVENS (1999) como auto-estima, valorização da cultura e tradições locais é de constatação e avaliação mais difíceis do que os demais tipos de impacto. No entanto, pequenos fragmentos das entrevistas, e a vivência de situações durante as visitas às comunidades sinalizam algumas questões relativas a estes assuntos, conforme veremos em seguida.

Entre os nativos, há um claro sentimento de exclusão em relação ao turismo, gerando sentimentos de resistência à sua suposta “presença indesejável”. Embora esse sentimento seja menos afluído em Praia do Forte, onde a comunidade tem mais acesso aos turistas e aos benefícios econômicos, é justamente lá que se colheu as declarações da comerciante Maria Clara Carvalho Sena que ao descrever suas várias tentativas – e as atuais dificuldades - de manter seu próprio negócio, diz:

*“Hoje, com o resort, as coisas melhoraram bastante. O problema é com os guias dos ônibus que vêm de Salvador e de Costa Sauípe. Eles informam que aqui tudo é caro, mas isso não é verdade! Os turistas, influenciados pelas informações dos guias, muitas vezes vão direto para o Projeto Tamar e não param [nas lojas situadas no caminho]”.*

*“Os resorts fazem passeios e arrumam atrações para que eles [os turistas] não venham à Vila. Isso é para não ter nativo aqui e ir para Açuzinho. Lá eles oferecem terreno mais barato, dão condições para comprar”.*

*“Eu não vou desistir! Quanto mais oprimido o povo, melhor para eles [resorts]”.*

A exclusão dos ambientes e de acessos centenários às praias também é motivo de ressentimento como vemos no depoimento do morador de Vila Sauípe, Rubens Borges dos Santos:

*“Quando chegou essa empresa Odebrecht, começou proibir algumas coisas, algumas entradas, a entrada da praia, cercaram a estrada, botaram correntão pra gente não passar com animal, nem com carro de mão e começaram a proibir...”*

O pescador Rubens continua seu depoimento descrevendo a mudança de hábitos da população de Vila Sauípe, frente à transformação sofrida pelo Rio Sauípe que era um local de lazer da comunidade:

*“..., instalaram este tubo aí no rio, no lugar que [...] todo mundo tomava banho. A gente vivia aí no verão! Era uma vida, tinha gente que tinha barraca lá pra vender o peixe assado, o bolo, vendia o refresco, outros vendiam caldo de cana e hoje acabou tudo, porque acabou o rio, o pessoal afastou porque poluiu a água, hoje tá caindo uma água verde...”*

O sentimento de exclusão do “progresso” também é manifestado por João Rodrigues dos Santos no relato de uma noite, em 1993, quando havia saído e aconteceu um grande assalto em Malhadas (onde houve até tiroteio). João Santos conta que:

*“Quando eu e meus irmãos voltamos para casa, encontramos a mãe na porta com o coração batendo forte e preocupada conosco por causa do assalto. Quando nos viu, minha mãe – Dna. Domingas Vitoriana dos Santos – disse:*

*Uns progresso tão besta  
Os progresso só engole nós  
Os mais grande nem liga pra nós”*

Essas palavras levaram João Santos a compor uma canção (Anexo 20) em que ele descreve a pouca importância que os “mais grande” dão para os habitantes locais. Ao cantar sua música, João conta que, assim como ele, há outros artistas na região, mas que não são reconhecidos e precisam buscar outras atividades para conseguir se manter.

João Santos também elenca os costumes locais: “Samba de roda, bumba meu boi e queima do Judas, quando fazem versos sobre acontecimentos relevantes dentro da comunidade”. Mas lembra que as práticas destes costumes diminuíram muito pois “hoje são poucos os moradores nativos e as pessoas estão preocupadas com outras coisas”.

Um indicador da falta de valorização da cultura local foi presenciado pela pesquisadora em sua visita à Vila de Santo Antônio, quando os moradores acertavam os detalhes da música que deveria ser tocada numa festa da Vila, programada para a semana seguinte. Nas conversas era nítido que os promotores da festa - “não nativos” – insistiam para inserir músicas tradicionais e locais, enquanto os moradores até concordavam, mas insistiam na inclusão da Arrocha – ritmo novo que é a sensação das festas atuais.

Os hotéis buscam resgatar alguns costumes locais, como contou Patrícia Campos do departamento ambiental do Praia do Forte Ecoresort:

*“No carnaval promovemos na comunidade oficinas de máscaras, como aquelas que eles utilizavam tradicionalmente, pois hoje eles estão usando máscaras de plástico”.*

Por outro lado, como relata Moací Borges Soares, morador de Praia do Forte: “No Ecoresort não há apresentações de grupos locais [...] eles chamam gente de fora.”

No Complexo Sauípe o mesmo se repete. Apesar das apresentações sistemáticas de capoeira, os “grandes eventos” promovidos de maneira intensa pelo empreendimento – há uma média de 20 shows por mês - traz artistas renomados de todo o Brasil, sem nenhum destaque para os locais ou baianos.

No entanto, se algumas tradições e festas têm perdido importância, outras se mantêm vivas. No período de entrevista - junho de 2005 – a pesquisadora pode conferir a mobilização da população de Praia do Forte para a realização da Festa Junina da cidade.

O sentimento de exclusão é externalizado através de atitudes agressivas em relação aos “de fora”, mesmo que de maneira velada. Nesse sentido, Ivo Costa de Oliveira, baiano que viveu muitos anos em São Paulo e em 1999 mudou-se para Imbassaí, defende que:

*“Um indivíduo que trabalhou aqui na construção, já esteve duas vezes vasculhando o quintal. O lema dos locais é: O que é seu é meu, mas o que é meu, é meu! Se eu entrar na casa dele ele me dá um tiro. O estrangeiro é visto como forasteiro que tem que ser discriminado, esfolado e explorado ao máximo”.*

Outra situação que ilustra esta situação, apesar de assumir uma forma mais branda, foi vivenciada pela pesquisadora durante o período da pesquisa de campo: Um nativo, contando sobre seu projeto de construir uma casa num terreno de sua propriedade, disse precisar concluir a obra rápido uma vez que não tinha tirado as licenças e autorizações junto à Prefeitura. Ao relatar o fato o nativo complementou: *“Isso [formalização e licenças legais] é para gente de fora, eu sou nativo!”*

A influência exercida pelo proprietário do Praia do Forte Ecoresort também é fonte de ressentimento dos nativos. Conforme relata a moradora de Praia do Forte, Ana Glória:

*“Tudo é muito controlado, não pode ter discoteca, ou lugar para dançar. O som só é permitido até às 10 horas da noite. Recentemente, foi fechada a casa ‘Boca PIO’ porque tinha droga e relacionamento de nativo com turista”.*

A moradora completa:

*“Klaus se preocupa muito com o Turista, mas não com os moradores”.*

### **c) Impactos Sociais nas Comunidades**

Os impactos sociais nas comunidades podem assumir diversas formas, e podem ter como causa o desenvolvimento do turismo, ou de outras atividades econômicas, bem como outras

fontes – as citadas com maior frequência são: mídia de massa, modernização das telecomunicações, globalização, etc.

Neste tópico serão expostos os impactos sociais mencionados pelos entrevistados. Estes são basicamente o aumento de crimes e violência, prostituição, sexo e gravidez na adolescência, e educação.

## **Crimes**

Os crimes têm aumentado na região. Maristela Batista das Neves da Associação de Moradores de Areal relata:

*“Há três anos começaram os arrombamentos, na minha casa entraram às 4 da tarde e levaram tudo! Há seis meses aconteceu um arrastão, onde foram roubadas 4 casas ao mesmo tempo - (Sr. Domingos e Valcira, em Areal; Dna Detinha, em Diogo e outra casa em Imbassai). A polícia disse para ficarmos atentos pois foi muito fácil e ele vai voltar”*

Segundo a moradora de Areal, “a linha verde ajudou o acesso a Salvador, mas nos tornou vulneráveis, pois podemos ser assaltados”. Contudo, além do acesso, alguns apontam a vinda de migrantes para a região como o principal motivo para o aumento na ocorrência de crimes.

Maria Natividade Teles do Nascimento, de Praia do Forte, diz que atualmente há muita preocupação em relação a grande quantidade de peões em Campinas e Malhadas – onde se situa o alojamento do Iberostar. E lembra que na época de pavimentação da Praia do Forte – novembro de 2001 – houve um caso de estupro.

A vendedora da loja Salinas, em Praia do Forte, tem uma visão diferente. Ilma Alves da Silva diz que:

*“Já houve dois casos de estupro em Praia do Forte. A população atribui estes aos peões, mas na maioria eles são gente de bem”.*

e sugere:

*“Às vezes os locais se aproveitam para atribuir problemas às pessoas de fora”.*

Já, Francisca Maria Ribeiro da Silva, atendente do Posto Médico de Porto Sauípe, afirma que a “... pior fase não foi na época da construção, mas pós-construção”, e explica:



*“Na época da construção do Complexo havia 4.000 homens na cidade, mas não havia muitos problemas, pois os que trabalhavam de noite dormiam de dia e vice-versa [...]. Os problemas se intensificaram quando a obra acabou e muitos que vieram para trabalhar nela ficaram desempregados. Aumentaram agressões que antes não aconteciam e arrombamentos de casas.”*

Em seu relato Francisca lembra que na época da Odebrecht abriram duas casas de prostituição na Vila de Porto Sauípe.

Quanto à prostituição, muitos afirmam que as chamadas “cata-gringo” são poucas e vêm de fora. Sendo a presença destas mais freqüente nos meses de julho e agosto, época de férias dos estrangeiros. Dna. Edisar, moradora de Praia do Forte, insiste que o mais comum é eles já virem de Salvador com uma acompanhante. Já as vendedoras da loja Salinas (Ilma e Ana Glória), na mesma Vila, dizem que há envolvimento sexual de meninas menores - de 14 e 18 anos - com turistas. Ilma Silva, cujo marido trabalha com transporte de turistas, relata que inúmeras vezes os turistas solicitam meninas ou mulheres para acompanhá-los.

### **Tecido Social**

Dna Edisar menciona que *“não tem mais casamento aqui em Praia do Forte, o último que fui faz 10 anos e era de uma mulher que já vivia há 16 anos com o marido”*. A moradora ainda relata que com a instalação de homens na região, as mulheres nativas acabam se relacionando com eles, e sugere que parte destes trabalhadores busca relacionamentos que possam trazer a comodidade de uma residência no local: *“Se a mulher tem casa é mais fácil ela arrumar namorado”*.

O maior impacto ocorrido nas comunidades devido à construção e implantação da Costa do Sauípe, foi provocado pelo grande contingente de trabalhadores, que imigraram para a região para trabalhar na obra. O convívio destes trabalhadores com os moradores teve como conseqüências o envolvimento de operários com jovens e adolescentes. Embora não haja registros oficiais, e o assunto seja tratado de forma reservada pelos moradores, relatos orais dão conta de relacionamentos sexuais precoces com adolescentes nativas que, em alguns casos, resultaram em gravidez. Contudo, os envolvimento entre as nativas e os forasteiros não se restringe ao período das obras. Segundo Jocimar Barbosa Moura, adolescente que mora em Diogo, os ambulantes atraídos por oportunidade de trabalho na região também se envolvem com as moças da comunidade:

*“Aqui têm muitos vendedores ambulantes da Paraíba. Teve um que engravidou uma menina de 16 anos. Isso não é normal! Geralmente acontece mais com meninas de 18 anos”.*

Contudo Francisca Maria Ribeiro da Silva, atendente do Posto Médico de Porto Sauípe, rebate afirmando que as meninas de 12 a 14 anos já mantêm relações sexuais, o que piorou muito por causa da droga.

## **Educação**

No que diz respeito à educação, verificamos em depoimentos obtidos por COUTO (2003) que a população local tem demonstrado maior interesse em terminar, ou retomar, os estudos:

*“Uma das constatações desta pesquisa é o desejo da grande maioria da população de retomar os estudos. Mesmo àqueles que nunca pensaram em freqüentar uma sala de aula, acalentam o sonho de estudar. Este fato surgiu com a implantação da Costa do Sauípe, que despertou a consciência de que é necessário elevar o nível educacional para capturar algum dos benefícios gerados pelo turismo”. (2003, p.74).*

Os problemas de educação são mais sérios em relação ao ensino médio que, apesar de ser uma exigência nas contratações de funcionários dos resorts, não era oferecido por nenhum colégio na região. A situação mudou em 1999, quando o Colégio Estadual Alaor Coutinho (CEAC) se tornou a única escola de segundo grau da região. Esta escola antes oferecia cursos de 1ª a 8ª série do ensino fundamental mas, para atender à nova demanda, mudou sua atuação para os cursos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental e médio. Agora são os estudantes de 1ª a 4ª série de Açuzinho, onde está instalado o CEAC, que precisam se deslocar para a comunidade de Açú-da-Torre a fim de estudar. Em 2005, houve novo reforço com a inauguração de uma escola de ensino médio no município de Entre Rios, pois até então todos os alunos do litoral vinham para o CEAC.

Há críticas por parte dos moradores quando à qualidade do ensino - e excessivas faltas dos professores – ao sistema de transporte e ao período de funcionamento, uma vez que só há aulas no período da manhã e tarde, o que impossibilita a participação daqueles que trabalham. Sonia Cardoso, diretora do CEAC, reclama que não há nenhuma cooperação dos resorts e lembra que quando Costa do Sauípe promoveu o Campeonato de Tênis e precisava de “gandulas”<sup>44</sup> foram recrutar alunos no CEAC. A diretora ressalta que:

---

<sup>44</sup> “gandulas” – meninos que pegam as bolinhas de tênis que são arremessadas pelos jogadores durante o jogo.

*“Como a maioria dos alunos é muito carente, a idéia de ganhar uniforme, diária e alimentação (almoço e lanche) e, ainda, ter a oportunidade de assistir a alguns jogos com jogadores famosos como o Guga, tornou a proposta irresistível para muitos que se ausentaram da escola por uma semana”.*

Contudo, a diretora afirma que este fato – abandono da escola, mesmo que temporário, para trabalhar – é freqüente durante a alta temporada. Todos os anos, a partir de novembro, muitos alunos abandonam a escola para trabalhar em pousadas e barracas de praia. Sonia Cardoso salienta que os resorts e hotéis maiores não contratam as crianças.

De certa forma, o Praia do Forte Ecoresort teve mais sucesso na solução proposta para a questão da educação, com o PROES – descrito no tópico VI.2.2. – curso supletivo de 5ª a 8ª série oferecido a todos os membros das comunidades. Ueslei de Jesus Vieira, morador de Barro Branco conta que suas primas freqüentam o PROES, pois este oferece melhor qualidade de ensino.

Os treinamentos profissionais oferecidos pelos hotéis, principalmente os da área de alimentos e bebidas, têm gerado mudanças nos hábitos da população em relação à higiene. COUTO (2003) traz o relato de Rosilaine, mãe de dois filhos de 6 e 2 anos, que é casada com Maurílio, que foi funcionário do SuperClubs e hoje presta serviço para o Sofitel, que deixa clara a importância dos novos conhecimentos para a saúde e bem estar da família:

*“O meu menino tinha sempre diarreia... num tava se desenvolvendo. Depois que meu marido foi trabalhar no hotel a gente passou a lavar as coisas melhor, ele comprou um filtro p’ra água... ele aprendeu lá e explicou tudo pr’a mim. As coisas tão bem melhor agora.”* (2003, p.82)

## **Saúde**

Em relação à saúde, outro ganho claro para aquele que trabalha no Complexo é passar a ser atendido pelo plano de saúde privado oferecido aos funcionários. No âmbito público, o Posto de Imbassaí está fazendo esforços para adotar uma visão de prevenção, ou seja, consultas preventivas e periódicas. Têm sido feitos trabalhos de prevenção tanto clínico como odontológico, mas a enfermeira do Posto de Saúde de Imbassaí - Cíntia Suzart Azeredo - declara que a população ainda está se adaptando à proposta de “ir ao Posto mesmo sem estar doente”.

Em Porto Sauípe, o técnico de enfermagem, Ronaldo Araújo, informa que aumentou muito o número de drogados, que consomem drogas como maconha, cocaína e crack. Também notou aumento na ocorrência de doenças venéreas e na gravidez na adolescência.

Por último é interessante notar que o sistema idealizado por Peters, que impede a venda de imóveis para garantir a participação e fixação do nativo na Vila de Praia do Forte, muitas vezes causa distorções entre os mais jovens que, tendo garantia de moradia e renda, não se esforçam para procurar emprego, preferindo viver às custas dos pais – donos do imóvel.

Em relação à mudança de atividades tradicionais, verificamos a troca da pesca por outras atividades geradas pelo turismo – artesanato, venda de coco, barraca na praia, entre outros. Os pescadores mais antigos informam que há só um pescador de 25 anos em Praia do Forte, os demais estão na faixa dos 40.

#### **d) Impactos Políticos nas Comunidades**

A questão da participação política da comunidade parece estar apresentando avanços apesar de alguns problemas ainda persistirem. Nesse quesito, a pesquisadora pode verificar, através do processo de licenciamento dos novos empreendimentos na região – Iberostar e Reserva Imbassaí – que os moradores estão mais interessados em participar, embora esta participação ainda tenha resultado em poucos casos de influência efetiva nas decisões.

Note que para uma população acostumada a se submeter aos mandos e desmandos das autoridades públicas – veja notícia sobre supressão do transporte escolar e fechamento dos postos de saúde pela Prefeita Márcia Carneiro Dias assim que perdeu as eleições para a oposição (anexo 21) – estes avanços são significativos. Eber Garrido Fogos lembra que:

*“A Prefeita Márcia Carneiro Dias fazia poucas audiências. Quando estas aconteciam, ela não ouvia os outros e até desacatava todo mundo, qualquer um que falasse ela interrompia e agredia. Na época não tinha prestação de contas, não tinha diálogo com líder comunitário”.*

A jovem Ana Glória menciona que nunca foi às reuniões comunitárias, pois “antes não me preocupava com isso”. Hoje, a moradora de Praia do Forte, alega estar mais interessada e procura sempre ter notícias do que foi discutido:

*“Vim a ter visão das coisas agora. Precisamos de um hospital, temos apenas um posto móvel de saúde desde dezembro de 2004. A idéia inicial era de que*

*ficassem apenas 3 meses, mas a comunidade fez passeata para reivindicar a continuidade, e conseguiu.”*

Esta visão é compartilhada pela colega de trabalho, Ana Glória de Jesus Santana:

*“A comunidade está mais esclarecida, exigindo mais, buscando mais. Antes a comunidade aceitava tudo”.*

Maria Clara, de Praia do Forte, também atribui grande importância às audiências, mas esta preocupação não se traduz em presença nas reuniões: “Nunca fui a nenhuma das reuniões comunitárias”.

A advogada paulista Maria de Fátima Cortez, que mora em Praia do Forte desde 1988, relata que compareceu à última audiência pública promovida pelo Iberostar, em dezembro de 2004. A advogada disse na reunião:

*“A comunidade expôs suas preocupações com: esgoto; reserva de empregos para a comunidade; escola de profissionalização e garantia de servidão de passagem”.*

Contudo, garante que as reuniões são apenas o cumprimento de uma formalidade:

*“Os empresários fingem que escutam a comunidade. Por outro lado, a comunidade quando não é ouvida não toma nenhuma providência, como um processo jurídico, por exemplo”.*

Esta posição é partilhada por outros membros da comunidade:

*“[Os empreendimentos] Chamam a comunidade para discussões, mas no final eles conseguem tudo o que querem, quem manda é quem tem dinheiro”.*

Edisar Ribeiro Pereira

*“Audiência pública é cumprir tabela”*

Tatiana Dengo

Ivo Costa de Oliveira, morador combativo de Imbassaí, acompanha de perto as audiências e atua de forma ativa junto ao ministério público, mas relata indignado:

*“Há dois anos, quando fui cobrar a promotora sobre as minhas demandas ambientais, esta afirmou: ‘Eu sei que vão acontecer muitos crimes ambientais no litoral da Bahia, mas eu não posso fazer nada porque é o Governo de Estado que quer que aconteça’.*

*“Como tudo aqui, quando diz que é ‘o governo’ ou ‘o prefeito’ quem quer, o povo acredita e aceita sem questionamento”.*

Ivo culpa a falta de educação e cultura dos habitantes da localidade que vê o Governo como “Seu senhor de vida, e de morte. As pessoas não têm costume de contestar”.

Eventos recentes confirmam as afirmações de Ivo, como é o caso do fechamento dos postos de saúde, pela prefeita derrotada nas urnas, nas localidades que compõem o município de Mata de São João. Nesse sentido, Cíntia Suzart Azeredo - enfermeira do posto de saúde de Imbassaí – quando indagada sobre a mudança no perfil de doenças e ocorrências antes e após 1998 (data de início de construção do Complexo) informou que não há registros no Posto, pois a antiga prefeita fechou, e desmontou, todos os postos após a derrota das urnas em 2004.

*“Quando chegamos aqui, não tinha nada, nem o prontuário dos pacientes estavam mais aqui. O posto estava ‘limpo’. Não havia medicamentos, mobília, equipamentos, nada! Encontramos apenas a cadeira do consultório odontológico. Foi preciso reequipar todo o posto, o que fez com que começássemos a funcionar apenas em fevereiro de 2005”*

Contudo, um caso que talvez simbolize um início de mudança de atitude da população está na recente requisição de uma comunidade que vive dentro da Reserva de Sapiiranga do status de comunidade quilombola. Esses moradores estavam sendo expulsos, pois para transformar a Reserva numa Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), é necessário que não haja habitantes na área. Se conseguirem realizar o seu pleito, os habitantes não poderão mais ser expulsos. Ironicamente, os líderes da comunidade foram alunos do PROES, curso promovido pelo mesmo proprietário da Reserva Sapiiranga.

#### **VI.2.4 – Conclusões da Segunda Dimensão da Pesquisa**

Na segunda dimensão da presente pesquisa apresentamos os esforços e investimentos que os diversos organismos do Governo do Estado da Bahia vêm fazendo para promover o turismo, bem como a forma como este tem se desenvolvido na região do litoral norte baiano. Esta contextualização inicial permitiu um melhor entendimento da realidade das comunidades, da inserção dos resorts e da atuação da esfera pública.

No perfil dos empreendimentos ficaram claras algumas características dos dois grupos de empreendimentos, suas propostas em relação à responsabilidade social corporativa e suas ações nas comunidades que são observados na Tabela 23, a seguir:

**Tabela 23 - Consolidação do Perfil dos Resorts e de suas Ações Junto à Comunidade**

	<b>Praia do Forte Ecoresort</b>	<b>Complexo Costa do Sauípe</b>		
		SuperClubs Breezes	Sofitel Accor Hotéis	Marriott
Tamanho	250 Uh's	324 Uh's	404 + 198 Uh's	256 + 237 Uh's
Ano da Inauguração	1985	2000	2001	2001
No. Funcionários	470	377	630	490
% de Funcionários Locais	64%	50-70%	36%	35-40%
Organização manifesta em seu discurso preocupações com a sustentabilidade	SIM	SIM	SIM	SIM
Natureza das ações empreendidas pelas empresas na inauguração	Ação nos três pilares da sustentabilidade	Esforço para contratação de locais	Alguns espaços para expor cultura local	Ações sociais na comunidade

Fonte: Elaboração própria

Como podemos notar, o resort de Praia do Forte foi inaugurado praticamente 15 anos antes do Complexo Costa do Sauípe, e ao contrário de seu predecessor, passou por uma série de expansões até atingir o atual número de unidades de habitação. Essa trajetória pode ter dado tempo para que os locais se desenvolvessem e se preparassem para compor a mão-de-obra do empreendimento. Contudo, desde a sua concepção, o Praia do Forte Ecoresort faz parte de um *plano geral* que possui ações de integração e preservação de direitos da comunidade. Já em Costa do Sauípe, apenas no Breezes vimos uma ação mais efetiva na contratação de funcionários locais desde a inauguração. Os demais têm buscado: (1) ceder espaço para locais exporem e venderem seus trabalhos (Sofitel), permitindo a valorização cultural e geração de renda, mas de maneira esporádica e (2) fazer ações sociais nas comunidades (Marriott). Ressalta-se que, em 2003, teve início um esforço conjunto das três cadeias hoteleiras e da Sauípe S.A. de buscar mudanças e benefícios mais efetivos para a população local. Apesar dessas iniciativas serem uma condição imposta durante o processo de licenciamento do Complexo, nota-se que a proposta de desenvolver cadeias produtivas possui uma natureza muito distinta – e avançada – daquilo que havia sido feito pelo empreendimento até então.

Por último foram observados os impactos percebidos nas comunidades. A presente pesquisa revelou que, apesar da proximidade dos dois grupos de resorts – Praia do Forte Ecoresort e Complexo Costa do Sauípe – as comunidades de impacto são relativamente distintas.

Enquanto a área impactada pelo Praia do Forte Ecoresort compreende, predominantemente, as comunidades de Praia do Forte, Açuzinho, Açu-da-Torre e Malhadas, o Complexo Costa do Sauípe impacta as demais localidades, já mencionadas nesse estudo, como: Diogo, Santo Antônio, Porto Sauípe, Vila Sauípe, Areal, Curralinho, Barro Branco e Imbassaí. Essa constatação permitiu que se identificasse com mais clareza a relação entre as ações existentes na região – inclusive a dos resorts – e as condições sociais nas comunidades.

#### **a) Impactos Econômicos**

Em relação aos aspectos econômicos, nota-se que o nível de inserção das populações locais – aqui utilizando a sua definição mais restrita: nascidos ou moradores da região há mais de 20 anos – como empregados dos resorts ainda é muito baixo, e, na maioria das vezes, limita-se a cargos mais baixos e com remuneração mais modesta. O Praia do Forte Ecoresort e o Breezes são os resorts que apresentam destaque na contratação de locais. É interessante notar que as grandes expectativas em relação à geração de emprego em Costa do Sauípe não se reproduzem em relação ao Praia do Forte Ecoresort. Não está claro se isso ocorre devido à diferença de tamanho dos dois empreendimentos, ou se devido às expectativas geradas pelas audiências públicas e reuniões do Costa do Sauípe com a comunidade.

A inserção da população local na cadeia produtiva dos resorts ainda é muito tímida em todos os empreendimentos estudados nessa parte da pesquisa. Com exceção do fornecedor de coco e de alguns produtos hortifrutigranjeiros, pouco se compra na região – inclusive no que diz respeito a pescados. Certamente, essa posição não é gerada por preconceito ou má vontade dos empreendimentos, mas por um conjunto de fatores - como escassez de oferta de produtos na região, falta de qualidade nos existentes, dificuldade em atender a padrões estabelecidos pelos resorts, falta de habilidade gerencial e de capital de giro.

O Praia do Forte Ecoresort, apesar de oferecer limitadas oportunidades de exposição e venda de produtos para os hóspedes dentro de suas instalações, está localizado ao lado da Vila e incentiva os hóspedes a visitar e interagir com a comunidade local. O Sofitel (de maneira mais esporádica) e o Breezes (de maneira mais sistemática) cedem espaço para a comunidade interagir com os turistas, demonstrar sua arte e cultura e vender seus produtos. Já o Marriott não apresenta ações nessa área. Vale lembrar que há uma loja de artesanato na Vila Nova da Praia – dentro do Complexo – que permite que as artesãs exponham e vendam seus produtos aos hóspedes.



Dentre as comunidades visitadas, Praia do Forte é, sem dúvida, a que apresenta maior desenvolvimento empresarial e benefício econômico. Vale lembrar que aqui os habitantes contam com um tipo de receita adicional: o aluguel de parte de suas residências para serem utilizadas como lojas e restaurantes para os turistas. Nas demais comunidades não se vêem indícios de prosperidade.

Apesar da proposta do Projeto Berimbau de atuar em várias cadeias produtivas, até o momento somente a do artesanato conseguiu ser instalada – provavelmente devido a esta cadeia ter sido trabalhada por outros atores desde o início da construção do Complexo. A cadeia de produtos agrícolas, que inclui a reciclagem de lixo orgânico ainda não funciona.

#### **b) Impactos Psicológicos**

Em todas as comunidades há um sentimento de exclusão e de problemas de auto-estima. Contudo, essa parece ser maior em relação ao Complexo Costa do Sauípe uma vez que o empreendimento é cercado, de difícil acesso e há pouca interação entre os nativos e os hóspedes. Mas esse sentimento não se limita ao Complexo. Os habitantes de Praia do Forte também manifestam sentimento de rejeição como demonstrado em alguns depoimentos.

Apesar da valorização do artesanato local, verificou-se que as comunidades estão deixando atividades tradicionais - como a pesca - abandonando a confecção de máscaras no carnaval e incorporando novos ritmos musicais em suas festas. Mas costumes como a festa de São João ainda são cultivados com animação por todos. A valorização do artesanato também traz impactos positivos sobre a população local que exibe com orgulho a sua produção, que está sendo vendida, inclusive, em algumas lojas de São Paulo.

#### **c) Impactos Sociais**

Os impactos sociais têm sido significativos. Por um lado, o desenvolvimento do turismo tem aumentado o interesse da população local em relação aos estudos, e novas oportunidades – como oferecimento do ensino médio em colégio de Entre Rios e Açuzinho, bem como o PROES, de Praia do Forte – têm surgido.

Apesar dos resorts não terem nenhuma ação voltada para a melhoria da saúde na região (além do plano de saúde privado oferecido para os funcionários), o treinamento que proporcionam aos funcionários, principalmente na área de alimentos, tem trazido melhorias para a saúde da região. A partir desses cursos, providências simples, mas que significam muito para a saúde,

passaram a ser tomadas. Como, por exemplo, lavar as mãos após o uso do sanitário, lavar e armazenar corretamente os alimentos e ingerir somente água filtrada ou fervida.

Houve poucas alterações na infra-estrutura das comunidades. A mais significativa foi a instalação de abastecimento de água e esgoto em Vila Sauípe e Porto Sauípe. Vale lembrar, ainda, que foram instalados telefones públicos em localidades que antes não contavam com nenhuma forma de comunicação externa.

Os crimes têm aumentado na região, sendo mais frequentes os roubos e arrombamentos de residências. Os assassinatos e casos de estupro são mais raros, mas aumentaram uma vez que esse tipo de crime inexistia na região.

A prostituição também aumentou muito com a chegada de imigrantes para trabalhar nas obras do Complexo. Essa tendência deverá se agravar com os dois novos empreendimentos – Iberostar e Reserva Imbassaí – e com a construção de condomínios pela CNO no Complexo Sauípe. O aumento de imigrantes – tanto para obras como para outras oportunidades de trabalho no local – também favorece o relacionamento destes com as nativas, resultando em aumento da gravidez na adolescência.

O turismo sexual, apesar de ser um assunto pouco falado nas comunidades, também é mencionado como uma realidade cada vez mais frequente. Contudo, as drogas são o maior perigo apontado pela população e profissionais de saúde. Na região, além da maconha têm sido encontrados cocaína e crack.

#### **d) Impactos Políticos**

A participação política, apesar das dificuldades e histórico de limitada participação da população, está aumentando. Certamente os resultados ainda são muito tímidos, mas alguns jovens têm declarado interesse em participar e há relato de que a comunidade, a despeito de suas limitações, já tem buscado defender algumas posições nas oportunidades que surgem. Um exemplo desta mudança de comportamento pode ser visto na comunidade quilombola instalada na Reserva de Sapiiranga.

Certamente o desenvolvimento do turismo no litoral norte da Bahia trouxe impactos para a população local e para a infra-estrutura da região, que analisaremos de uma forma mais completa tópico seguinte onde serão consideradas as duas dimensões da pesquisa.

### VI.3. – Conclusões da Pesquisa

O questionário e as entrevistas foram muito ricas e trouxeram um grande volume de informações sobre as práticas dos resorts e a forma como estas e outras ações desenvolvidas no local por outros atores, têm impactado as comunidades próximas dos resorts. Essas informações e as correspondentes conclusões parciais foram descritas nos itens VI.1 e VI.2. Nesse tópico, busca-se consolidar as informações, direcionando-as para os objetivos propostos para o presente trabalho.

O entendimento do conceito de turismo sustentável por parte dos resorts localizados na costa brasileira foi explorado, principalmente, na primeira dimensão da pesquisa que contou com um grupo de questões direcionadas para este assunto. Os resorts de praia demonstram uma certa familiaridade com o conceito de sustentabilidade e o conhecimento dos três vetores que o compõem – social, econômico e ambiental. Porém, poucos vêem a sustentabilidade como uma forma de desenvolvimento social, conforme defendido por alguns órgãos representantes da indústria hoteleira – como é o caso da WTO e da WTTC.

Ainda neste grupo de questões, identifica-se que, segundo a percepção dos respondentes, as práticas de sustentabilidade resultam em melhoria de imagem dos resorts, aumento da preservação ambiental e em melhores condições de vida para a comunidade local. Como restrições para a adoção desse princípio na gestão dos empreendimentos, os respondentes indicam o aumento de custos, a necessidade de dedicação de tempo e energia dos funcionários e a falta de informação ou apoio.

Um ponto significativo está relacionado ao reconhecimento, por 100% dos respondentes, da importância do envolvimento dos resorts com as comunidades. Contudo, é interessante notar que todos os respondentes vêem os resorts como um poderoso gerador de impactos positivos para a região em que estão instalados.

Na busca pelo entendimento de **como** o conceito de sustentabilidade se integra às práticas de gestão de alguns departamentos (como Recursos Humanos, Compras e Lazer, entre outros), identificou-se uma grande distância entre discurso e prática.

A inclusão de questões relativas à sustentabilidade nos princípios e valores dos resorts é freqüente. Da mesma forma, os entrevistados forneceram respostas que sinalizam a preocupação e a intenção de inserir esta questão nas práticas da empresa.

No entanto, na busca por evidências de que isso aconteça, os percentuais são modestos. Esse movimento fica claro na questão das compras. Apesar de grande parte dos resorts afirmarem que efetuam compras de fornecedores locais, nas entrevistas com os resorts do litoral norte da Bahia, constatou-se que estas compras são de um número muito limitado de produtos e fornecedores, não havendo qualquer iniciativa de desenvolvimento dos mesmos.

A distância entre discurso e prática fica ainda mais evidentes na segunda dimensão da pesquisa, onde se verifica que a intenção e o desejo de contribuir para o desenvolvimento local, contrastam com as práticas e ações diárias pressionadas por indicadores financeiros de desempenho. Nessa etapa encontramos honrosas exceções representadas pelo departamento de recursos humanos do Breezes e por grande parte da gestão do Praia do Forte Ecoresort.

O quadro muda para as questões relativas à ação social. As atividades assistencialistas e pontuais – externas à gestão dos empreendimentos - têm sido praticadas com maior frequência, mas sempre acompanhadas de pouco planejamento e/ou busca de sistematização.

Nas entrevistas e observações do local que buscavam verificar o impacto dos resorts na qualidade de vida da população, identificam-se ganhos, mas também severos prejuízos.

No âmbito econômico, encontramos fortes benefícios em Praia do Forte que possui uma estrutura econômica mais robusta. As demais localidades ainda recebem contribuições marginais provenientes da venda de artesanato ou de despesas (aluguel, refeições e outro tipo de venda) feitas por migrantes que trabalham nos resorts.

De forma geral, os impactos econômicos advindos do pagamento direto de salários parecem pouco representativos. Em Praia do Forte, esta representatividade é limitada devido a outras alternativas de geração de renda proporcionada pelo turismo. Nas demais localidades, este benefício econômico é restrito, pois o Complexo Sauípe gera poucos empregos para a região e, de maneira geral, em posições de menor remuneração. De posse dos salários, os habitantes locais encontram poucas alternativas para gastá-lo em sua própria comunidade, o que os leva a fazer suas compras em outros locais como Salvador, Lauro de Freitas ou Praia do Forte.

No campo psicológico, encontramos muitos problemas e dificuldades de aceitação dos resorts por parte dos nativos. Apesar de pouco aparentes, as reações existem. Uma delas é o abandono de algumas tradições populares.

No campo social já se identificam mudanças importantes como aumento do crime, prostituição, problemas na saúde e educação. Contudo estas dificilmente podem ser

atribuídas, exclusivamente, ao turismo, sendo também fruto do desenvolvimento econômico e do maior acesso aos meios de comunicação. Vale ressaltar que grande parte dessas questões têm origem na construção do empreendimento, que gera a migração de elevado número de trabalhadores para a região.

Os impactos políticos ainda são tímidos, mas tendem a ser positivos uma vez que a população local, mesmo que mediante muitas dificuldades, tem esboçado amadurecimento e maior participação. Certamente, o envolvimento e a participação efetiva só se darão com a elevação do nível educacional e com o surgimento de uma nova geração, criada dentro de uma realidade distinta daquela que impõem a submissão e a utilização dos habitantes em manobras políticas.

Num olhar panorâmico, identifica-se que das ações realizadas na dimensão social da sustentabilidade pelos resorts do litoral norte da Bahia, aquelas que têm maiores impactos são as de geração de renda e educação. Destaca-se aqui o ensino supletivo para as comunidades – oferecida pelo Praia do Forte Ecoresort, através da Fundação Garcia D’Ávila – e as ações do empresário Klaus Peters, em relação à Vila de Praia do Forte, garantindo a propriedade dos imóveis para a população local.

A formação de cadeia de artesanato pelo Projeto Berimbau (apesar deste ter apenas dado continuidade a um programa iniciado pelo IH no início das obras do Complexo) também pode ser considerado um exemplo de sucesso.

Os levantamentos assinalam a necessidade de apoio e parcerias na inserção do conceito de sustentabilidade na gestão dos resorts. As respostas ao questionário demonstram que apenas 29% dos resorts receberam alguma forma de incentivo para a realização desta inserção. Esta é uma questão que merece ser melhor investigada em pesquisas futuras, uma vez que se tem conhecimento de esforços do Governo Federal e de instituições como o IH para divulgar este conceito junto aos empresários do setor do turismo.

A análise exploratória dos casos permitiu a identificação de algumas variáveis que parecem ter grande relevância para a mitigação dos impactos negativos nas comunidades em que os resorts se instalam. Uma delas é o período de tempo entre o início da proposta de desenvolvimento de turismo na região e a efetiva implantação dos resorts. A instalação do Praia do Forte Ecoresort na comunidade data de 20 anos e se deu em etapas, o que se acredita

ter permitido um melhor desenvolvimento e adaptação dos habitantes da região a esta nova realidade do turismo. O artesanato também faz parte de uma iniciativa mais antiga, que foi empreendida pelo IH, desde 1998, época de início da construção do Complexo.

A integração dos resorts às comunidades também parece ser uma variável de destaque. A relação entre a Vila de Praia do Forte e o resort demonstra que esta integração pode trazer benefícios para a comunidade, tanto financeiros – uma vez que possibilita a venda de produtos e serviços para os hóspedes - como psicológicos, minimizando o sentimento de rejeição que foi identificado em algumas entrevistas.

Nota-se que a maior ‘autonomia’ econômica e o maior tempo de instalação do resort localizado em Praia do Forte permitiu um melhor desenvolvimento e adaptação dos habitantes da região a esta nova realidade. A experiência do Costa do Sauípe com a cadeia do artesanato também é uma lição importante de que o trabalho prévio e intenso (que se iniciou com o IH, em 1998) com a população local, pode gerar resultados importantes para o desenvolvimento das suas comunidades.

## VII – CONCLUSÃO

O conceito de turismo sustentável passou por uma série de transformações até chegar à proposta atual em que se crê que todo tipo de empreendimento pode ter como objetivo a sustentabilidade. Nesse trabalho procurou-se entender como um determinado segmento da indústria hoteleira – os resorts – tem enfrentado este desafio. A busca da sustentabilidade é tarefa árdua e longa para qualquer setor econômico, mas para os resorts - vistos, tradicionalmente, como uma forma de hospedagem insustentável do ponto de vista social - esta proposta parece ser ainda mais desafiadora.

Para entender a forma como os resorts vêm respondendo à nova proposta inclusiva do conceito de turismo sustentável, foi realizada pesquisa em duas dimensões. A primeira buscou fornecer um panorama geral sobre o entendimento do conceito de turismo sustentável por parte dos resorts de praia do Brasil. Explorou, ainda, as formas como este conceito vem sendo operacionalizado pelos resorts. A segunda dimensão da pesquisa buscou aprofundar essas questões num grupo de resorts localizados no litoral norte da Bahia – Praia do Forte Ecoresort e Complexo Costa do Sauípe – bem como verificar os impactos nas comunidades locais.

Uma primeira constatação foi o fato da pesquisa ter sido melhor recebida por resorts independentes ou pertencentes a cadeias hoteleiras nacionais. A razão para o baixo interesse e participação de resorts de cadeias hoteleiras internacionais é uma questão que deve ser analisada em pesquisas futuras.

Os resultados da pesquisa demonstram que os resorts têm uma boa noção do conceito de turismo sustentável, mas apresentam dificuldades na operacionalização do conceito. Além da falta de informação e apoio, sinalizada em algumas respostas, os resorts não possuem instrumentos gerenciais que incentivem a busca da sustentabilidade, apesar desta questão estar presente nas diretrizes estratégicas de todos eles.

Sendo assim, verificou-se uma grande distância entre o discurso e a prática das questões relativas à dimensão social da sustentabilidade. Percebe-se que os resorts, apesar de interessados em incluir as comunidades no empreendimento, praticam de maneira mais freqüente ações pontuais e assistencialistas que resultam em mudanças temporárias, ou pouco significativas - nas condições de bem-estar e desenvolvimento das comunidades.

Nos estudos de caso, identificou-se que o Praia do Forte Ecoresort apresenta resultados mais próximos daqueles desejados pelas as comunidades que contam com o turismo na busca pelo desenvolvimento. Apesar da iniciativa significativa do Complexo Costa do Sauípe em relação ao desenvolvimento do artesanato na região, até o momento, não podemos caracterizar as demais ações como bem sucedidas. Vale ressaltar que o porte do Complexo gera uma maior expectativa da população local que se mantém alheia às dificuldades operacionais inerentes a uma grande estrutura, composta de diferentes cadeias hoteleiras, com modelos de gestão próprio.

A descrição das iniciativas dos resorts e a verificação dos impactos percebidos pelas comunidades permitiram identificar algumas variáveis significativas para o grau de contribuição destes empreendimentos para o desenvolvimento social das comunidades, são elas:

- Tempo de adaptação – Buscar realizar o empreendimento em etapas, permitindo a inclusão e preparação paulatina da comunidade;
- Mobilização da comunidade – fazer trabalho de levantamento da realidade das comunidades a fim de prepará-las antecipadamente para o início das atividades do empreendimento;
- Integração do resort com a comunidade - Buscar inserir a comunidade, seja como mão-de-obra ou como fornecedor, no maior número possível de departamentos que compõem o resort (tais como, compras, recursos humanos, lazer e entretenimento);
- Interação hóspede-comunidade - Promover interações entre hóspedes e comunidade local, permitindo que a comunidade receba maiores benefícios econômicos e minimizando os impactos psicológicos;
- Diálogo - Manter diálogo com as representações das comunidades buscando sempre soluções conjuntas para os problemas e ações a serem desenvolvidos;
- Nível de desenvolvimento econômico local – Como os resorts dependem muito de atividades do setor secundário, quanto maior a economia da localidade maior será o aproveitamento dos benefícios econômicos na região.

Este trabalho não tem a pretensão de esgotar o assunto; pelo contrário, é apenas uma primeira abordagem que deverá servir como início para estudos mais específicos. Nesse sentido sugere-se que outros pesquisadores investiguem questões como:



- a) Identificação das dificuldades na difusão e implementação do conceito de sustentabilidade na indústria hoteleira;
- b) Comparação das conclusões deste trabalho com outros países em desenvolvimento que tenham adotado o modelo de resorts;
- c) Verificar a validade das variáveis identificadas neste estudo de caso em resorts do interior do Brasil;
- d) Explorar mais a relação entre as variáveis apontadas e o grau de sustentabilidade na dimensão social.

Se por um lado este estudo constata um envolvimento ainda baixo dos resorts com o efetivo desenvolvimento social das localidades em que se situam, por outro, sinaliza o interesse e a importância atribuídos a esse relacionamento. Espera-se que este estudo, conforme sua proposta, traga elementos que permitam diminuir as distâncias entre o querer e o fazer.

## REFERÊNCIAS

ABDOOL, A.; CAREY, B. *Making all-inclusives more inclusive: a research project on the economic impact of the all-inclusive hotel sector in Tobago*. Fevereiro, 2004. Disponível em: <[www.thetravelfoundation.org.uk](http://www.thetravelfoundation.org.uk)>. Acesso em: 11 Abr. 2005.

ABREU, D. *Os ilustres hóspedes verdes*. Salvador: Casa da Qualidade, 2001.

ADEODATO, S. Impasse no Paraíso. *Revista Horizonte Geográfico*. Audichomo Editora, ano18, n. 99, p.36-43, maio/junho 2005.

ALTMAN, B. W. Transformed Corporate Community Relations: A management tool for achieving corporate citizenship. *Business & Society Review*, v.102, n. 1, p.43-51, 1999.

AKIS, S.; PERITIANIS, N.; WARNER, J. Residents' attitude to tourism development: the case of Cyprus. *Tourism Management*, v. 17, n. 7, p.481-494, 1996.

ANDRADE, C.M.D.G. Investimentos em turismo In: *Tendências da Economia Baiana*. Salvador: SEPLANTEC, 2000 p.199-220 (série estudos estratégicos). Disponível em: <[www.seplantec.ba.gov.br](http://www.seplantec.ba.gov.br)>. Acesso em: 24 Jul. 2005.

ANDRADE, J.C.S. et al. Conflitos sócio-ambientais: análise da relação entre o Complexo Costa do Sauípe e atores locais. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS)*, 2002a

\_\_\_\_\_. Conflitos sócio-ambientais na área de influência do Complexo Costa do Sauípe: proposta de uma grade analítica. In: ENCONTRO DO CONSELHO LATINOAMERICANO DE ESCOLAS DE ADMINISTRAÇÃO (CLADEA), 2002b.

\_\_\_\_\_. Regulação de conflitos sócio-ambientais: efluentes do Complexo Costa de Sauípe-BA. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE (ENGEMA), 2003a

\_\_\_\_\_. Regulação de conflitos sócio-ambientais na área de proteção ambiental do litoral norte da Bahia: restrição ao acesso à matéria-prima para o artesanato local. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD), 2003b.

\_\_\_\_\_. Regulação de conflitos sócio-ambientais: o Programa Berimbau-BA. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), 2004.

ARAUJO, L.M.; BRAMWELL, B. Stakeholder assessment and collaborative tourism planning: the case of Brazil's costa dourada project. *Journal of Sustainable Tourism*, v.7, n.3e4, p.356-378, 1999.

\_\_\_\_\_. Partnership and regional tourism in Brazil. *Annals of Tourism Research*, v.29, n.4, p.1138-1164, 2002.

ASCHER, F. *Tourisme- sociétés transnationales et identités culturelles*. Unesco, 1984

ASHLEY, C. et al. *Pro-poor tourism strategies: making tourism work for the poor*. Abril, 2003. Disponível em: <[www.propoortourism.org.uk](http://www.propoortourism.org.uk)>. Acesso em: 10 mar. 2005.

ASHLEY, C.; HAYSON, G. From philanthropy to a different way of doing business: strategies and challenges in integrating pro-poor approaches into tourism business. Submission to ATLAS Africa Conference, 2004. Disponível em: <[www.propoortourism.org.uk](http://www.propoortourism.org.uk)> Acesso em: 10 mar. 2005.

ASHLEY, P. A. (Coord.). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002

AZIZ, H. Understanding attacks on tourists in Egypt. *Tourism Management*, v.16, n.2, p.91-95, 1995.

BAHL, M. (Org.). *Turismo com responsabilidade social*. São Paulo: Roca, 2004.

BARAN, P. A.; SWEEZY, P. M. *Capitalismo Monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

BARBIERI, J.C. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. São Paulo: Saraiva, 2004.

BARKER, J. The natural resort. *Successful Meetings*, v.39, n.1, p.32-34, 1990.

BELÉM, L. Prefeito derrotado, Manoelito Argolo é acusado de praticar atos de vandalismo e desafiar agentes da Polícia Federal. *A Tarde*. Salvador, 06 out. 2004. Disponível em: <[www.atarde.com.br](http://www.atarde.com.br)>. Acesso em: 20.01.2005.

BELÉM, L. Rio Sauípe sofre com esgotos do Complexo hoteleiro: a estação de tratamento de esgoto da Costa do Sauípe é alvo de reclamações da população local. *A Tarde*. Salvador, 16 ago. 2005. Disponível em: <[www.atarde.com.br](http://www.atarde.com.br)>. Acesso em: 16.08.2005.

BENI, M.C. O conceito de sustentabilidade na política de turismo e meio ambiente. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 33, n.4, p.53-55, 1998.

\_\_\_\_\_. *Análise estrutural do turismo*. 3ª edição. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

\_\_\_\_\_. *Globalização do Turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Aleph, 2004.

BERIMBAU, Projeto Berimbau. Disponível em: < <http://www.costadosauipe.com.br>>. Acesso em 12 jul. 2005.

BERRY, S.; LADKIN, A. Sustainable tourism: a regional perspective. *Tourism Management*, v.18, n.7, p.433-440, 1997.

BESCUIDES, A.; LEE, M.E.; McCORMICK, P.J. Residents' perceptions of the cultural benefits of tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 29, n.2, p.303-319, 2002.

BRASIL, S.A. O turismo que dá certo. *Host: hospitalidade e turismo sustentável*. Jobson Brasil, p.28-38, agosto/setembro 2004.

BRASIL, S. 1 Bilhão de Reais em dois anos. *Revista Veja*. Editora Abril. Edição 1897, Ano 38, n.12, p. 98-101, 25 mar. 2005.

BSH Travel Research. *Resorts no Brasil*. março/2004.

BSH Travel Research. *Perfil das redes hoteleiras no Brasil*. v. I e II. dezembro/2004.

BUTLER, R.W. Alternative tourism: Pious hope or Trojan Horse? *Journal of Travel Research*, v.28, n.3, p. 40-45, 1990.

\_\_\_\_\_. Tourism, environment, and sustainable development. *Environmental Conservation*, v. 18, n. 3, p. 201-209, 1991.

\_\_\_\_\_. Modelling tourism development: evolution, growth and decline. In: WAHAB, S.; PIGRAM, J.J (Eds.) *Tourism development and growth: The Challenge of Sustainability*. London: Routledge, p. 109-125, 1997.

CAFFYN, A.; JOBBINS, G. Governance capacity and stakeholder interactions in the development and management of coastal tourism: examples from Morocco and Tunisia. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 11, n.2 e 3, p. 224-245, 2003.

CAMPBELL, S. Green cities, growing cities, just cities? Urban planning and the contradictions of sustainable development. *Journal of the American Planning Association*, v. 62, n. 3, p. 296-312, 1996.

CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate social performance. *Academy of Management Review*, v .4, n. 4, p. 497-505, 1979.

CARROL, A.B.; BUCHHOLTZ, A.K. *Business and society: ethics and stakeholder management*. 4<sup>th</sup> edition. Cincinnati: South Western College Publishing, 2000.

CAZES, G.H. Alternative tourism: reflections on an ambiguous concept. In: SINGH, T.V. et al. (Eds.) *Towards Appropriate Tourism: The Case of Developing Countries*. Frankfurt: Peter Lang, 1989.

CCE. *Orientações de base para a sustentabilidade do turismo europeu*. Bruxelas, 2003, COM (2003)716 final. Disponível em: < [http://europa.eu.int/eur-lex/en/com/cnc/2003/com2003\\_0716en01.pdf](http://europa.eu.int/eur-lex/en/com/cnc/2003/com2003_0716en01.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2005.

CELB e TOI. *A practical guide to good practice: managing environmental and social issues in the accommodations sector*. Disponível em: <[www.thetravelfoundation.org.uk](http://www.thetravelfoundation.org.uk)> Acesso em: 12 Abr. 2005

CHON, K.; SPARROWE, R.T. *Hospitalidade: conceitos e aplicações*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

CLARKE, J. A framework of approaches to sustainable tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, v.5, n.3, p.224-233, 1997.

CMMAD. *Nosso Futuro Comum*. 2<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

COHEN, E. Rethinking the sociology of tourism. *Annals of Tourism Research*, v.6, n.1, p. 18-35, 1979.

\_\_\_\_\_. Authenticity, equity and sustainability in tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, v.10, n.4, p.267-276, 2002.

CONDER. *Programa de Desenvolvimento Sustentável para a APA Litoral Norte da Bahia*. Salvador, 2001.

COOPER, C.P. e OZDIL, I. From mass to 'responsible' tourism: the Turkish experience. *Tourism Management*, v. 13, n.4, p. 377-386, 1992.

COOPER, C. et al. Turismo, princípios e prática. 2ª. edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.

COUTO, R.C. *Os impactos causados pela hotelaria nas comunidades locais – estudo de caso: Complexo Costa do Sauípe*. 2003. 100f. Monografia (MBA em Turismo, Hotelaria e Entretenimento) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2003.

CRUZ, R.C.A. Políticas de turismo e construção do espaço turístico litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, A.I.G.(Org.) *Turismo: impactos sócio-ambientais*. São Paulo: Editora Hucitec, p. 263-272, 2001.

DANN, G.; NASH, D.; PEARCE, P. Methodology in tourism research. *Annals of Tourism Research*. v. 15, n. 1 , p.1-28, 1988.

DELOITTE & TOUCHE, IIED E ODI. *Sustainable Tourism and Poverty Elimination Study*. Abril, 1999. Disponível em: <[www.propoortourism.org.uk](http://www.propoortourism.org.uk)> Acesso em: 25 mar. 2005.

DENCKER, A.F.M. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, R. Turismo sustentável e meio ambiente. São Paulo: Atlas, 2003.

DYER, P.; ABERDEEN, L.; SCHULER, S. Tourism impacts on an Australian indigenous community: a Djabugay case study. *Tourism Management*, v.24, n.1, p.83-95, 2003.

EMBRATUR. Pesquisa Disponível em: <[www.embratur.gov.br](http://www.embratur.gov.br)>. Acesso em: 14 abr. 2003.

EMBRATUR. *Dados da Hotelaria - 2002*. Disponível em : <www.embratur.gov.br>. Acesso em: 14 jan. 2005.

EMBRATUR, *Estatísticas Básicas do Turismo-Brasil. abril/2005*. Disponível em : <www.embratur.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2005.

EMBRATUR, *Retratos de una caminata: PNMT 8 años*. Brasília: Embratur, 2002.

FAULKNER, B.; TIDESWELL, C. A framework for monitoring community impacts of tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 5, n.1, p.3-28, 1997.

FGV, *Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável: Pólo Salvador e Entorno*. Maio/2004.

FREDERICK, W.C. Moving to CSR: What to pack for the trip. *Business and Society*, Chicago, v.37, n. 1, p.40-59, 1998.

FREEMAN, R.E. *Strategic management: A stakeholder approach*. Boston: Pitman, 1984

FREITAG, T.G. Enclave tourism development: For whom the benefits roll? *Annals of Tourism Research*, v.21, n. 3, p.538-554, 1994.

FREITAS, Maria Ester. *Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma?*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

FITRI, E. Balinese call for review of tourism policy. *Jakarta Post* (Indonésia). 30 nov. 2002. Disponível em : <www.ebsco.com>. Acesso em: 20 jan. 2005.

GALBRAITH, J.K. *O novo estado industrial*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1969.

GARROD, B.; FYALL, A. Beyond the rhetoric of sustainable tourism? *Tourism Management*. v.19, n.3, p.199-212, 1998.

GAWORA, D. *Urucu: impactos sociais, ecológicos e econômicos do projeto de petróleo e gás "Urucu" no Estado do Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2003.

GOLDENSTEIN, G. T. Trabalho e dominação no capitalismo monopolista: um esboço de sistematização. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v.26, n. 4, p.5-17, 1986.

GÖSSLING, S. Human-environmental relations with tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 29, n.2, p.539-556, 2002.

GRAYSON, D.; HODGES, A. *Compromisso social e gestão empresarial*. São Paulo: Publifolha, 2002.

GREENWOOD, D. J. Culture by the pound: an anthropological perspective on tourism as cultural commoditization. In: SMITH, V.L. (Ed.). *Hosts and guests: the anthropology of tourism*. 2ª edição. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. p.171-185, 1989.

GRÜNEWALD, R.A. Tourism and cultural revival. *Annals of Tourism Research*, v. 29, n. 4, p. 1004-1021, 2002.

GUIA BRASIL. *Guia Quatro Rodas Brasil*. São Paulo: Ed. Abril, 2005.

HAGUETTE, T.M.F. Metodologias qualitativas na sociologia. . 4ª edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

HARDY, A.L.; BEETON, R.J.S. Sustainable tourism or maintainable tourism: managing resources for more than average outcomes. *Journal of Sustainable Tourism*, v.9, n.3, p.168-192, 2001.

HARDY, A.; BEETON, R.J.S.; PEARSON, L. Sustainable tourism: an overview of the concept and its position in relation to conceptualisations of tourism. *Journal of Sustainable Tourism*. v. 10, n.6, p.475-496, 2002.

HAYWOOD, K.M. Responsible and responsive tourism planning in the community. *Tourism Management*, v.9, n.2, p.105-118, 1988.

HOBSON, K.; ESSEX, S. Sustainable tourism: a view from accommodation businesses. *The Service Industries Journal*, v. 21, n.4, p. 133-146, 2001

HOROBIN, H.; LONG, J. Sustainable tourism: the role of the small firm. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*; Bradford, v. 8, n. 5, p.15-19, 1996.

HOROCHOWSKI, K.; MOISEY, R. N. Sustainable Tourism: The Effect of Local Participation in Honduran Ecotourism Development. In: McCOOL, S.F; MOISEY, R.N.. *Tourism, recreation, and sustainability: linking culture and the environment*. Wallingford: CAB International, 2001.



HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUNTER, C. Sustainable tourism as an adaptative paradigm. *Annals of Tourism Research*, v.24, n.4, p. 850-867, 1997.

ICT. *Cuestionario de Evaluación del Programa de Certificación para la Sostenibilidad Turística*. Disponível em:< <http://www.turismo-sostenible.co.cr/>>. Acesso em: 28 Abr.2005.

IH. *Norma nacional para meios de hospedagem: requisitos para a sustentabilidade*. (NIH-54: 2004). Disponível em:< <http://www.pcts.org.br/>>. Acesso em: 28 Abr.2005

IOANNIDES, D. A flawed implementation of sustainable tourism: the experience of Akamas, Cyprus. *Tourism Management*, v.16, n.8, p. 583-592, 1995.

\_\_\_\_\_. Sustainable development and the shifting attitudes of tourism stakeholders: toward a dynamic framework. In: McCOOL, S.F; MOISEY, R.N.. *Tourism, recreation, and sustainability: linking culture and the environment*. Wallingford: CAB International, 2001, p. 55-76.

ISSA, J.J.; JAYAWARDENA, C. The “all-inclusive” concept in the Caribbean. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, v.15, n.3, p.167-171, 2003.

ITC e BERIMBAU, *Censo demográfico de Costa do Sauípe*, 2004.

JAMAL, T.; GETZ, D. Community roundtables for tourism-related conflicts: the dialectics of consensus and process structures. *Journal of Sustainable Tourism*, v.7, n.3, p. 290-313, 1999.

JAMISON, D.J. Masks without meaning: notes on the processes of production, consumption, and exchange in the context of first world-third world tourism. *Journal of Macromarketing*, v.19, n. 1, p. 8-19, 1999.

JOHNSTON, M.E.; TWYNAM, G.D. Evaluating Achievement of Sustainable Tourism Principles: the WWF Arctic Tourism Guidelines Initiative. In: McCOOL, S.F; MOISEY, R.N.. *Tourism, recreation, and sustainability: linking culture and the environment*. Wallingford: CAB International, p. 257-270, 2001.

JOPPE, M. Sustainable community tourism development revisited. *Tourism Management*, v.17, n.7, p.475-479, 1996.

KOTLER, P.; HAIDER, D.H.; REIN, I.J. *Marketing places: attracting investments, industry, and tourism to cities, states, and nations*. New York: The Free Press, 1993.

LANFANT, M.; GRABURN, N.H.H. International tourism reconsidered: the principle of the alternative . In: SMITH, V.L.; EADINGTON, W.R. (Eds). *Tourism Alternatives: Potentials and Problems in the Development of Tourism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press and the International Academy for the Study of Tourism, 1992.

LEA, J. *Tourism and development in the third world*. London: Routledge, 1988.

LIU, Z. Sustainable tourism development: a critique. *Journal of Sustainable Tourism*, v.11, n.6, p.459-475, 2003.

LÜCK, M. Large-scale ecotourism: a contradiction in itself? *Current Issues in Tourism*, v.5, n. 3e4, p.361-370, 2001.

MACÊDO, M.A.A. *Identificação e análise de elementos da gestão ambiental em empreendimentos ecoturísticos hoteleiros*. 2003. 242f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gerenciamento e Tecnologias Ambientais no Processo Produtivo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MacLEOD, D. Turismo alternativo: uma análise comparativa do seu significado e do impacto por ele causado. In: THEOBALD, W.F. (Ed.). *Turismo Global*, São Paulo: Ed. SENAC, p. 165-180, 2001.

MALHORTA, N. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 3ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MASCARENHAS, O.A..J. Exonerating unethical marketing executive behaviors: A diagnostic framework. *Journal of Marketing*, v. 59 , p. 43-57, 1995.

McCOOL, S.F.; MOISEY, R.N. *Tourism, recreation, and sustainability: linking culture and the environment*. Wallingford: CAB International, 2001.

McKERCHER, B. The unrecognized threat to tourism : Can tourism survive 'sustainability'? *Tourism Management*, v.14, n.2, p.131-136, 1993.

MEADOWS, D.H., et al. *The limits to growth*. New York: Universe Books, 1972.

MENCK, A.C..M. *Effects of the firm's social involvement on Consumer Behaviour*.1998. 181f. Dissertação (Doutorado) Graduate School of the University of Florida, Florida, 1998.

MENDONÇA, L. *O desempenho do turismo baiano nos anos 90*. Série Estudos e Pesquisas, n. 57, 2001. Disponível em: <[www.sei.ba.gov/publicacoes](http://www.sei.ba.gov/publicacoes)> Acesso em: 23 maio 2005.

MITCHELL, R.E.; REID, D.G. Community integration: Island tourism in Peru. *Annals of Tourism Research*, v.28, n.1, p.113-139, 2001.

MOORE, S. e CARTER, B. Ecotourism in the 21st century. *Tourism Management*, v. 14, n.2, p. 123-130, 1993.

MOSCARDO, G., MORRISON, A.M., PEARCE, P.L. Specialist accommodation and ecologically-sustainable tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, v.4, n.1, p.29-52, 1996.

MORAES, V. *Uso e ocupação do solo urbano em Imbassaí, Litoral Norte-BA, 1993-2004*. 2004. Trabalho monográfico (Graduação em Urbanismo) - Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Salvador, 2004.

MOWFORTH, A.; MUNT, I. *Tourism and Sustainability: New Tourism in the Third World*. 2a edição. Londres: Routledge, 2003.

MURPHY, P.E. *Tourism: a community approach*. New York: Routledge, 1985.

OLIVEIRA, A.P. Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, F. Mata fica sem médicos. *A Tarde*. Salvador, 06 out. 2004. Disponível em: <[www.atarde.com.br](http://www.atarde.com.br)>. Acesso em: 20.01.2005.

OMT. *Guia do desenvolvimento do turismo sustentável*. São Paulo: Bookman, 2003.

OPPERMANN, M. Tourism space in developing countries. *Annals of Tourism Research*. v.20, n.3, p.535-556, 1993.

PEARCE, D.G. Alternative tourism: concepts, classifications and questions. In V.L. Smith and W.R. Eadington (Eds) *Tourism Alternatives: Potentials and Problems in the Development*

*of Tourism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press and the International Academy for the Study of Tourism, 1992.

PEARCE, P.L. A Relação entre residentes e turistas: literatura sobre pesquisas e diretrizes de gestão. In: THEOBALD, W. F. (Ed.). *Turismo Global*. São Paulo: Editora SENAC, p. 145-164, 2001.

PEARCE, D.G.; BUTLER, R. W. (Orgs.). *Desenvolvimento em turismo: temas contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2002.

POON, A. All-inclusive resorts, Economic Intelligence Unit, *Travel & Tourism Analyst*, 6 November, 1998.

PRAIA DO FORTE ECORESORT, Revista da Praia do Forte. Projeto especial da unidade de turismo e tecnologia da Editora Abril. São Paulo: Ed. Abril, 2003.

PROGRAMA BERIMBAU e SEBRAE/BA. Censo demográfico de Costa do Sauípe. Salvador, 2004.

RAMOS, C. Crianças andam uma hora para estudar. *A Tarde*. Salvador, 07 ago. 2005. Disponível em: <[www.atarde.com.br](http://www.atarde.com.br)>. Acesso em: 07.08.2005.

RETA ATLÂNTICO BRASIL e SEBRA/BA. Censo demográfico de Imbassaí e Barro Branco. Salvador, 2005.

REED, M.G. Power relations and community-based tourism planning. *Annals of Tourism Research*, v. 24, n. 3, p. 566-591, 1997.

RIBEIRO, M.A. Prostituição e turismo: o exemplo das ‘trabalhadoras do sexo’ na cidade do Rio de Janeiro. In: REJOWSKI, M.; COSTA, B.K. (Orgs.). *Turismo contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão*. São Paulo: Atlas, p.309-315, 2003.

RITCHIE, J.R.B. Crafting a destination vision: putting the concept of resident responsive tourism into practice. *Tourism Management*, v.14, n.5, p.379-389, 1993.

ROBINSON, M. Collaboration and cultural consent: refocusing sustainable tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 7, n. 3 & 4, p. 379-397, 1999.

ROBSON, J.; ROBSON, I. From shareholders to stakeholders: critical issues for tourism marketers. *Tourism Management*, v.17, n.7, p.533-540, 1996.

ROSA, S. E. S.; TAVARES, M. M. *A recente expansão dos resorts no Brasil*. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n.16, set./2002.

RUSCHMANN, D.; SOLHA, K.T. (Orgs.). *Turismo: uma visão empresarial*. Barueri, SP: Manole, 2004.

SCHEYVENS, R. Ecotourism and the empowerment of local communities. *Tourism Management*, v.29, n. 2, p. 245-249, 1999.

SEBRAE, Censo empresarial da Praia do Forte. Salvador: SEBRAE, 2004.

SEBRAE, Censo empresarial da Praia do Forte. Salvador: SEBRAE, 2001.

SEBRAE, Censo empresarial da Praia do Forte. Salvador: SEBRAE, 1996.

SELIN, S. Developing a typology of sustainable tourism partnerships . *Journal of Sustainable Tourism*, v.7, n.3, p. 260-273, 1999.

SELLTIZ, C. et al. *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. São Paulo: E.P.U., Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

SIMMONS, D.G. Community participation in tourism planning. *Tourism Management*, v.15, n.2, p.98-108. 1994.

SIMPSON, K. Strategic planning and community involvement as contributors to sustainable development. *Current Issues in Tourism*, v.4, n.1, p. 3-41, 2001.

SINDIGA, I. Alternative tourism and sustainable development in Kenya. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 7, n.2, 1999.

SMITH, C. The new corporate philanthropy. *Harvard Business Review*, p. 105-116, May-June, 1994.

SMITH, V.L. (Ed.). *Hosts and guests: the anthropology of tourism*. 2a. Edição. Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1989.

SMITH, V.L; EADINGTON, W.R. (Eds.). *Tourism Alternatives: Potentials and Problems in the Development of Tourism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press and the International Academy for the Study of Tourism, 1992.

STABLER, M.J.; GODALL, B. Environmental awareness, action, and performance in the Guernsey hospitality sector. *Tourism Management*, v.18, n. 1, p. 19-33, 1997.

SWARBROOKE, J. *Sustainable tourism management*. Wallingford: CAB International, 1999.

\_\_\_\_\_. *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. 3<sup>a</sup> edição. São Paulo: Aleph, 2000. 1 v.

\_\_\_\_\_. *Turismo sustentável: gestão e marketing*. 2<sup>a</sup> edição. São Paulo: Aleph, 2000. 4 v.

\_\_\_\_\_. *Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética*. 2<sup>a</sup> edição. São Paulo: Aleph, 2000. 5 v.

TC e WWF. *Beyond the Green Horizon*. London: Tourism Concern and World Wide Fund for Nature, 1992.

TELFER, D.J. e WALL, G. Linkages between tourism and food production. *Annals of Tourism Research*, v. 23, n. 3, p. 635-653, 1996.

THEOBALD, W. F. (ed.) *Turismo Global*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

TOSUN, C. Limits to community participation in the tourism development process in developing countries. *Tourism Management*, v.21, n.6, p.613-633, 2000.

TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais – pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1994.

TTF. *Suppliers self-check journal: good practice in the accommodation sector*. Disponível em <[www.thetravelfoundation.org.uk](http://www.thetravelfoundation.org.uk)> Acesso em 12 Abr. 2005.

VENTURA, V. N. *Turismo sustentável em áreas de proteção ambiental: A APA do Capivari-Monos*. 2002. 181f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

WAHAB, S.; PIGRAM, J.J.(Eds.). *Tourism, development and growth: the challenge of sustainability*. London: Routledge, 1997.

WALL, G. Rethinking impacts of tourism. In: COOPER, C.; WANHILL, S. (Eds.). *Tourism Development: Environmental and Community Issues*. Chichester: John Wiley, p.1-9, 1997.

WALPOLE, M.J.; GOODWIN, H.J. Local economic impacts of dragon tourism in Indonesia *Annals of Tourism Research*, v.27, n.3, p.559-576, 2000.

WHEELER, B. Tourism's troubled times: responsible tourism is not the answer. *Tourism Management*, v.12, n.2, p.91-96, 1991.

WITT, S.F. Tourism in Cyprus: balancing the benefits and costs. *Tourism Management*, v. 12, n.1, p. 37-45, 1991.

WOOD, D.J. *Business and Society*. Glenview, IL: Acott, Foresman (Harper Collins), 1990.

\_\_\_\_\_. Corporate Social Performance Revisited. *Academy of Management Review*. v..16, n..4, p. 691-718, 1991

WOOD, D.J.; JONES, R.E. Research in Corporate Social Performance. In: BURLINGAME, D.F.; YOUNG, D.R. *Corporate Philanthropy at the Crossroads*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1996.

WORLD BANK. World development indicators. 2003. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/data/wdi2003/>>. Acesso em: 17 maio 2005.

WTO *Tourism and poverty alleviation*. Madrid: WTO, 2002.

\_\_\_\_\_. *Tourism Highlights*, Madrid: WTO, 2003.

\_\_\_\_\_. *Tourism and poverty alleviation: Recommendations for action*. Madrid: WTO, 2004.

WTTC. Corporate social leadership in travel & tourism. Disponível em: <<http://www.wttc.org/publications.htm>>. Acesso em:15 Abr. 2003.

WWF, *Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*, 2003.

YÁZIGI, E. *Turismo: uma esperança condicional*. São Paulo: Plêiade, 1998.

YÁZIGI. Yázigi dictionary. London: Oxford University Press, 1973.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001. 2ª edição.

ZADEK, S. *The civil corporation: the new economy of corporate citizenship*. London: Earthscan Publications Ltd, 2001.

\_\_\_\_\_. The path to corporate responsibility. *Harvard Business Review*, p.125-132, dez. 2004.



## **ANEXOS**

### **ANEXO 1 – Relação de Certificações e Órgãos Reguladores de Questões Ambientais no Turismo**

#### **No Brasil**

##### **Não é melhor por cada um numa linha?**

Selo Verde para o Ecoturismo – Programa de Turismo e Meio Ambiente do WWF-Brasil; Programa de certificação do Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB); Certificação de Meios de Hospedagem – Programa Hóspedes da Natureza da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH); Certificação de meios de hospedagem e operadoras pela ISO 14001; Regulamentação do Ecoturismo pela Câmara Técnica Temporária de Ecoturismo do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA e Programa de Certificação de Turismo Sustentável (PCTS e IH)

#### **No exterior**

BenchmarkHotel; Big Volcano Ecotourism Resource Centre; Blue Flag; Certification in Sustainable Tourism Program (CST) Earth-Friendly and Environmental Travel Guides; Ecoclub; Ecotel; Ecotourism Society of Kenya (ESOK); Eldis: Tourism and Development Issues; Global Ecolabelling Network; Great Outdoor Recreation Pages (GORP) Green Globe Asia Pacific; Green Hotels Association; Green Leaf Eco-Rating Program; Hotel Environmental Programs; Institute for Policy Studies; International Hotels Environment Initiative; Kiskeya Alternative Destination; National Geographic Tourism Forum; Nature and Ecotourism Accreditation Programme (NEAP); Nature's Best; Planeta Ecotourism Certification Workshop; Responsible Travel; Smart Voyager; Sustainable Tourism Association of Canada (STAC); The International Ecotourism Society; The Natural Guide; UNEP United Nations Environment Programme / Tourism; Worldsurface.com

**ANEXO 2 - Trabalho realizado por KOURIS, M. (1989)<sup>45</sup> e mencionado em artigo de SMITH, V. (2001).**

Resultados obtidos através da realização de entrevistas feitas pelo autor, em Belize, com dezenas de mulheres pertencentes a dois grupos: (1) camareiras do único hotel padrão ocidental e (2) donas de pousadas.

Camareiras (+++)	Pousadas (---)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem horário fixo de trabalho – 40 horas semanais – licença para tratamento de saúde, licença-maternidade e férias remuneradas após 2 anos.</li> <li>• Uniformes fornecidos pelo empregador, portanto não têm gastos com roupa</li> <li>• Salários pagos diretamente a elas como renda pessoal para gastos próprios. (</li> <li>• As horas passadas em casa lhes pertencem e não sofrem invasão de privacidade</li> <li>• Gostam do trabalho, onde conhecem hóspedes simpáticos (que muitas vezes deixam gorjetas) e trabalham com produtos de limpeza de boa qualidade.</li> <li>• Colegas invejam emprego no hotel, onde um vestiário e copa comuns estimulam a socialização com outros funcionários e amplia rede de conhecimentos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jornada de trabalho interminável e isolamento em casa</li> <li>• Falta de privacidade.</li> <li>• Hóspedes desagradáveis ou exigentes</li> <li>• Frequentemente, os homens da família ficam com o \$ e gastam em cafés ou para tomar cerveja com colegas. As mulheres se sentem impotentes</li> </ul>

<sup>45</sup> KOURIS, M. Tourism and the family in a rural Cretan community. *Annals of tourism Research*, v.16, n. 3, p.318-332, 1989.

**ANEXO 3 - Resorts no Brasil - Oferta Futura**

<b>Resorts – Oferta Futura</b>	<b>UH</b>	<b>Previsão de Inauguração</b>	<b>Operadora Hoteleira</b>	<b>Estado</b>	<b>Região</b>	<b>Localização (Praia/Interior)</b>	<b>Situação</b>
Rio Quente Resorts (ampliação - 1a etapa)	200	2005	Independente	GO	CO	I	Implantação
Breezes Muro Alto	252	2005	SuperClubs	PE	NE	P	Implantação
Iberostar Bahia (1a. ETAPA)	500	2005	Iberostar	BA	NE	P	Planejamento
SuperClubs Breezes Cumbuco	150	2005	SuperClubs	CE	NE	P	Implantação
Bourbon Atibaia	180	2005	Bourbon	SP	SE	I	Implantação
Meliá Costa Bela	200	2005	Sol Meliá	RJ	SE	P	Implantação
Rio Quente Resorts (ampliação- 2a. Etapa)	200	2006	Independente	GO	CO	I	Planejamento
Vila Galé Marés	500	2006	Vila Galé	BA	NE	P	Planejamento
Bahia Plaza Resort Porto Busca-Vida	200	2006	Plaza	BA	NE	P	Implantação
Reta Atlântico Beach Resort	253	2006	Indefinida	BA	NE	P	Planejamento
Iberostar Bahia (2ª etapa)	450	2006	Iberostar	BA	NE	P	Intenção
Iberostar Bahia (3ª etapa)	450	2007	Iberostar	BA	NE	P	Intenção
Rio Quente Resorts (ampliação- 3ª etapa)	400	2007	Independente	GO	CO	I	Intenção
Reta Atlântico All inclusive	338	2007	Indefinida	BA	NE	P	Planejamento
Praia Bela Beach Resort (8 hotéis)	800	2007	Indefinida	CE	NE	P	Planejamento
Hyatt Resorts	500	2007	Hyatt	AL	NE	P	Intenção
Hilton Amazon Eco Lodge	196	2007	Hilton	AM	N	I	Planejamento
<b>Total (em Unidades de Habitação)</b>	<b>5.769</b>						

Fonte: BSH Travel Research. Resorts no Brasil. Março, 2004

**ANEXO 4 - Chegada de turistas no Brasil 1994-2003**

<b>Ano</b>	<b>No Brasil (milhões)</b>	<b>Variação (%)</b>
1994	1,9	-
1995	2,0	7,5
1996	2,7	33,9
1997	2,8	6,9
1998	4,8	69,1
1999	5,1	6,0
2000	5,3	4,0
2001	4,8	(10,2)
2002	3,8	(20,7)
2003	4,1	8,1

Fonte: EMBRATUR, *Estatísticas Básicas do Turismo-Brasil*. Abri/2005. p.6

## ANEXO 5 – Questionário

**ASPECTOS SOCIAIS DO TURISMO SUSTENTÁVEL**

Entendemos por turismo sustentável como aquele que atende a critérios **econômicos**, **ambientais** e **sociais**.

Os estudos sobre os aspectos **econômicos** e **ambientais** estão bem desenvolvidos, enquanto os **sociais** carecem de um maior entendimento. O presente trabalho tem como objetivo estudar os aspectos sociais do turismo e a inclusão destes na gestão dos resorts.

RESORT:	
NOME :	
CARGO:	DATA
E-MAIL:	TEL: (    )

**1. O resort faz parte de alguma cadeia hoteleira ou é independente?**

Independente ☐ Faz parte de cadeia hoteleira ☐ Qual? \_\_\_\_\_

**2. Caso o resort faça parte de uma cadeia hoteleira, qual a origem do capital?**

Brasil ☐ Exterior ☐ Especificar \_\_\_\_\_

**3. O Hotel oferece INCLUSO na diária:**

Todas as refeições ☐ Café e Jantar ☐ Nenhuma refeição ☐ Outros \_\_\_\_\_

**4. Qual é a permanência média dos hóspedes em seu hotel ?**

Até 2 dias ☐ 3 a 5 dias ☐ 5 a 7 dias ☐ mais de 7 dias ☐

**5. Qual é o SEU entendimento do termo “turismo sustentável”?**


---



---



---

**6. Você tem sido encorajado por órgãos/autoridades para adotar formas de gerenciamento sustentável em seu hotel?**

Sim ☐ Não ☐

**Se sim, qual(is) órgão(s)?**

---



---

**7. Na sua opinião, se um hotel adotar política de sustentabilidade, esta irá RESULTAR em:**

	Certamente	Talvez	É indiferente	Provavelmente Não	Certamente Não	Não tenho certeza
7.1 Melhoria da imagem do hotel	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.2 Diminuição dos custos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.3 Atração de outros tipos de hóspedes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.4 Aumento da preservação ambiental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.5 Melhores condições de vida para a comunidade local	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**8. Na sua opinião, que DIFICULDADES os gestores de um hotel podem enfrentar na implementação de uma política de sustentabilidade?**

	Certamente	Talvez	É indiferente	Provavelmente Não	Certamente Não	Não tenho certeza
8.1 Aumento de custos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.2 Tempo e energia envolvidos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.3 Resistência dos hóspedes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.4 Questionamento por parte dos investidores (do hotel)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.5 Divergir dos padrões da cadeia hoteleira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.6 Falta de Informação ou apoio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.7 Dificuldade de medição dos resultados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.8 Falta de interesse dos gestores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**9. Na sua opinião, qual é a IMPORTÂNCIA que o ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE tem para um hotel?**

Muito Importante	Importante	De alguma importância	De nenhuma importância	Não tenho certeza
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**10. Na sua opinião, que TIPO DE IMPACTO o hotel tem sobre A COMUNIDADE?**

Grande, Negativo	Médio, Negativo	Pequeno, Negativo	Nenhum Impacto	Pequeno, Positivo	Médio, Positivo	Grande, Positivo	Não sei
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**11. SEU HOTEL ADOTA alguma das iniciativas listadas abaixo:**

<b>Bloco I</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
I.1 Emprega pessoal da comunidade local? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
I.1.1. Se sim, qual o percentual aproximado de funcionários da localidade em relação ao total de funcionários? .....	<input type="text"/> %	
I.2 Tem contratos de trabalho formal com seus empregados? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
I.3 Proporciona salário que corresponde, no mínimo, à média de salários praticados na região? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
I.4 As horas de trabalho, períodos de descanso e remuneração estão de acordo com a legislação trabalhista (e acordos coletivos quando estes existirem)? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
I.5 Na alta temporada contrata temporários? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
I.5.1 Se sim, qual o percentual aproximado de temporários em relação ao número total de funcionários, na alta temporada? .....	<input type="text"/> %	
I.6 Terceiriza os serviços de limpeza e segurança? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
I.6.1 Se terceiriza, qual o percentual aproximado de pessoal terceirizado em relação ao total de funcionários? .....	<input type="text"/> %	
I.6.2 Se terceiriza, verifica se as empresas terceirizadas obedecem aos mesmos critérios de seleção de pessoal na comunidade local? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
I.7 Assegura igualdade de oportunidades para empregados de minorias (gênero, cultura, etnicidade e idade)? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
I.8 Desenvolve programas de treinamento (formação básica e outros cursos) para possibilitar que funcionários originários da comunidade local possam ocupar cargos administrativos e de gerência? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
I.8.1 Qual o percentual aproximado de funcionários da localidade em cargos administrativos e de gerência em relação ao total de funcionários nestes níveis? ..	<input type="text"/> %	
I.9 Oferece ou apoia a realização de cursos de capacitação para preparar os moradores da comunidade para ocupar postos de trabalho no hotel? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
I.10 Proporciona aulas de línguas (inglês, espanhol, etc.) para funcionários? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<b>Bloco II</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
II.1 Possui política de compras que utiliza critérios ambientais e sociais? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
II.2 Informa de maneira clara os critérios de compra para os fornecedores? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
II.3 Compra produtos ou serviços produzidos localmente? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
II.4 Possui condições especiais para fornecedores locais (particularmente na questão de prazo de pagamento)? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
II.5 Contata cooperativas de produtores, associação de pescadores e outros para serem fornecedores? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
II.6 Mobiliza outros empresários do ramo hoteleiro para buscar fornecedores na região? ...	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<b>Bloco III</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
III.1 Informa aos hóspedes sobre as iniciativas sócio-culturais que estão sendo feitas na região? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
III.2 Oferece informações aos hóspedes sobre questões culturais, religiosas do local onde está o hotel? (instruindo como demonstrar respeito pelos costumes e cultura local) .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
III.3 Apoia projetos de bem-estar da comunidade realizados por parceiros (ONG's, empresas e governo)? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
III.4 Dá suporte à comunidade local através da doação de produtos excedentes ou sem uso? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
III.5 Encoraja seus empregados a serem voluntários na comunidade local? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
III.6 Facilita transporte terrestre ou marítimo a pessoas da comunidade (com frequência ou em casos de emergência)? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
III.7 Os serviços básicos (água, luz, etc.) do hotel estão comprometendo o atendimento das necessidades das comunidades vizinhas? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
III.8 Possui formas (código de conduta, procedimentos, etc.) para combater o turismo sexual? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
III.9 Possui atrações, nas dependências do hotel, que promovem a cultura local? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
III.10 A oferta de trabalho está gerando situações indesejáveis na comunidade? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Especifique: _____		



**Bloco IV****Sim Não**

<b>IV.1</b> Vende, no hotel, artesanatos e produtos característicos da região, produzidos por pessoas ou empresas locais? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>IV.2</b> Utiliza na decoração do hotel ou dos quartos artesanatos ou outras manifestações artísticas produzidas no local e/ou regionalmente? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>IV.3</b> Ajuda a desenvolver e/ou apoia desenvolvimento de negócios locais complementares ao turismo (transporte, tours, restaurantes, lojas, passeios)? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>IV.4</b> Capacita os residentes locais para desenvolver negócios que venham fornecer produtos ou serviços ao hotel (agricultura, pesca, serviços de reparos, etc.)? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>IV.5</b> Possui programa que facilite o acesso ao crédito para a população local (buscando agência financiadora como Banco do Nordeste, BNDES, Fornecedores de micro-crédito ou concedendo empréstimos a funcionários)? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>IV.6</b> Oferece aos hóspedes oportunidade e transporte para realizarem visitas às comunidades vizinhas? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>IV.7</b> Orienta e incentiva os hóspedes a visitar localidades e atrações culturais da região? ..	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Bloco V****Sim Não**

<b>V.1</b> Acompanha indicadores de bem estar das comunidades vizinhas (tais como, saúde, educação, criminalidade, prostituição, drogas, etc.)? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>V.2</b> Consulta a população local sobre adequação/mudança de procedimentos ou planejamento do hotel? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>V.3</b> Informa à comunidade sobre as ações e decisões geradas por suas sugestões? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>V.4</b> Facilita o uso de suas instalações para reuniões e encontros para tratar de assuntos relevantes da comunidade? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>V.5</b> Utiliza suas influências e conhecimentos para apoiar a solução de problemas de infraestrutura da comunidade? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>V.6</b> Participa de associações e de comitês que trabalhem em prol de melhorias da localidade? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>V.7</b> O hotel apoia e participa de programas do governo (campanhas de vacinação, prevenção de doenças, primeiro emprego, etc.)? .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<b>Bloco VI</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
<b>VI.1</b> Possui uma política de sustentabilidade? ( Se NÃO, ir para a questão 12). . . . .	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>VI.2</b> Todos os funcionários conhecem a política de sustentabilidade da empresa? . . . . .	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>VI.3</b> Possui manuais com os objetivos do programa de sustentabilidade? . . . . .	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>VI.4</b> Faz registro sistemático dos avanços no cumprimento dos objetivos propostos no programa de sustentabilidade? . . . . .	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>VI.5</b> São feitas reuniões periódicas com os funcionários onde se discute o programa de à sustentabilidade? . . . . .	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>VI.6</b> Possui formas de motivação e reconhecimento de contribuições para o programa de sustentabilidade feitas por funcionários? . . . . .	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>VI.7</b> Informa aos hóspedes sobre a política de sustentabilidade do hotel? . . . . .	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

#### 12. Comentários adicionais?

---



---



---



---



---

**Muito Obrigada!**

**ANEXO 6 - Lista de Resorts - Comparação entre diferentes fontes**

<b>RESORT</b>	<b>ABR</b>	<b>Guia 4 Rodas</b>	<b>BSH</b>	<b>BNDES</b>
Aguativa Resort	S		S	
Arraial d'Ajuda Eco Resort	S		S	
Beach Park Suites Resort	S	S	S	
Blue Tree Park - Angra dos Reis	S	S	S	S
Blue Tree Park - Cabo de Sto Agostinho	S	S	S	S
Blue Tree Park - Mogi das Cruzes	S		S	
Boa Vista Resort & Conference Centre	S	S	S	
Bourbon Atibaia Resort & Convention Center	S		S	S
Bourbon Resort & Convention	S	S	S	
Cana Brava Resort		S	S	S
Casa Grande Hotel Resort e Spa	S			
Catussaba Hotel	S			
Club Mediterranée - Rio das Pedras		S	S	S
Club Mediterranée - Itaparica		S	S	S
Club Mediterranée-Trancoso		S	S	
Costa Brasilis Resort	S			
Costão do Santinho Resort	S	S	S	S
Fazenda Dona Carolina		S		
Grande Hotel Campos de Jordão		S	S	
Grande Hotel São Pedro		S	S	
Hotel do Frade & Golf Resort	S	S	S	S
Hotel Oásis Praia das Fontes			S	
Jatiúca Resort	S		S	
Mabu Thermas e Resort		S	S	S
Marriott Resort & Spa (CS)		S	S	S
Nannai Beach Resort	S		S	
Plaza Itapema Resort	S	S	S	S
Portobello Resort Safari	S	S	S	S
Porto Real Resort		S		
Praia do Forte Eco Resort	S	S	S	S
Quality Resort Lins		S	S	
Renaissance Resort (CS)	S	S	S	S
Resort Plaza Caldas da Imperatriz	S	S	S	S
Rio Quente Resorts Hotel Turismo	S	S	S	S
Salinas do Maragogi	S	S	S	S
Serrano		S		
Sofitel Costa do Sauípe (CS)	S	S	S	S
Sofitel Suites & Resort (CS)	S	S	S	S
Summerville Beach Resort	S	S	S	S
SuperClub Breezes (CS)	S	S	S	S
Termas de Jurema Resort			S	
The Royal Palm Plaza	S	S	S	
Transamérica Ilha de Comandatuba	S	S	S	S

<b>RESORT</b>	<b>ABR</b>	<b>Guia 4 Rodas</b>	<b>BSH</b>	<b>BNDES</b>
Tropical Araxá Spa & Resort Experience			S	
Tropical Cataratas Ecoresort & Experience			S	
Tropical Experience Manaus	S	S	S	S
Ventaclub Pratagy			S	
Ventaclub Serrambi			S	
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>33</b>	<b>42</b>	<b>24</b>

Fontes: Associação Brasileira de Resorts (ABR)<sup>46</sup>; Guia Quatro Rodas Brasil (2005); BSH Travel Research. Resorts no Brasil (2004) e Publicação setorial do BNDES :A recente expansão dos resorts no Brasil (2002).

---

<sup>46</sup> Disponível no site <[www.resortsbrasil.br](http://www.resortsbrasil.br)>. Acesso em 22 mar. 2005

## ANEXO 7 - Lista de Resorts de Praia

	<b>Resort</b>	<b>Localização</b>	<b>UH's</b>
<b>1</b>	Arraial d'Ajuda Eco Resort	Arraial d'Ajuda – BA	169
<b>2</b>	Beach Park Suíte Resort	Aquiraz - CE	171
<b>3</b>	Blue Tree Park Angra dos Reis	Angra dos Reis – RJ	319
<b>4</b>	Blue Tree Park Cabo	Cabo de Santo Agostinho - PE	298
<b>5</b>	Boa Vista Resort & Conference Center	Camocim – CE	123
<b>6</b>	Cana Brava Resort	Ilhéus – BA	150
<b>7</b>	Club Mediterranée – Rio das Pedras	Mangaratiba – RJ	324
<b>8</b>	Club Mediterranée – Trancoso	Trancoso - BA	250
<b>9</b>	Club Mediterranée Itaparica	Itaparica - BA	330
<b>10</b>	Costão do Santinho Resort	Florianópolis – SC	695
<b>11</b>	Hotel do Frade & Golf Resort	Angra dos Reis - RJ	162
<b>12</b>	Hotel Oásis Praia das Fontes	Beberibe – CE	253
<b>13</b>	Jatiúca Resort	Maceió - AL	96
<b>14</b>	Marriott Resort & Spa (CS)	Costa do Sauípe – BA	256
<b>15</b>	Nannai Beach Resort	Porto de Galinhas – PE	88
<b>16</b>	Plaza Itapema Resort	Itapema - SC	156
<b>17</b>	Portobello Resort Safári	Mangaratiba – RJ	144
<b>18</b>	Praia do Forte Eco Resort	Praia do Forte – BA	250
<b>19</b>	Renaissance Resort (CS)	Costa do Sauípe – BA	237
<b>20</b>	Salinas do Maragogi	Maragogi - AL	205
<b>21</b>	Sofitel Costa do Sauípe (CS)	Costa do Sauípe – BA	404
<b>22</b>	Sofitel Suítes & Resort (CS)	Costa do Sauípe – BA	198
<b>23</b>	Summerville Beach Resort	Porto de Galinhas – PE	202
<b>24</b>	SuperClubs Breezes (CS)	Costa do Sauípe – BA	324
<b>25</b>	Transamérica Comandatuba	Ilha de Comandatuba – BA	259
<b>26</b>	Ventaclub Pratagy	Maceió – AL	162
<b>27</b>	Ventaclub Serrambi	Porto de Galinhas - PE	94
	<b>Total (em Unidades de Habitação)</b>		<b>6.319</b>

Fonte: BSH Travel Research. Resorts no Brasil. Março, 2004

## ANEXO 8 - Levantamento de Ações Relatadas no Guia de Boa Cidadania Corporativa (2000-2004)

Empresa	Projeto	Valor (reais/ano)	Características
<b>2000</b>			<b>Nesta edição foram apresentadas quase 1000 ações</b>
Accor Brasil*	Apoio a meninos e meninas de rua, São Paulo (SP) COMUNIDADE	7200	Apoio à Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo, que dá assistência a meninos e meninas de rua da região da Praça da Sé, no centro da cidade. O projeto visa melhorar a alimentação e a educação das crianças e incentivar sua participação em atividades culturais. (pg 62)
Accor Brasil*	Prêmio Bem Eficiente, São Paulo (SP) COMUNIDADE	50000	Patrocínio do Prêmio Bem Eficiente, projeto desenvolvido pela consultoria Stephen Kanitz Associados. O prêmio, em dinheiro, é entregue às 50 melhores entidades beneficentes do Brasil (pg 62)
Accor Brasil	Ecologia MEIO AMBIENTE	50000	Valoriza a preservação ambiental, com a utilização racional de detergentes e outros produtos de limpeza, tratamento de resíduos e coleta seletiva de lixo nos hotéis e flats administrados pelo grupo. Os hóspedes também são orientados a evitar excessos no uso de toalhas, para não desperdiçar água nem aumentar o consumo de detergentes. (pg96)
<b>2001</b>			<b>245 empresas + de 1000 projetos sociais</b>
<b>Nenhuma menção a grupos hoteleiros</b>			
<b>2002</b>			<b>275 empresas 1100 projetos sociais</b>
Renaissance &Marriott Hotels Brasil	Escola Professor Luiz Gonzaga Lemos Neto, em Sauípe (BA) COMUNIDADE	-	Cerca de 60 funcionários do Renaissance Costa do Sauípe e Costa do Sauípe Marriott Resort & Spa dedicaram um dia para recuperar e equipar uma escola pública que atende a comunidade de Sauípe, complexo hoteleiro no litoral da Bahia. Fornecedores da empresa apoiaram a iniciativa. (Pg97)
Praia do Forte EcoResort-Fundação Garcia D'Avila	PROES, em Mata de São João (BA) EDUCAÇÃO	184100	Programa de ensino supletivo a adultos que já formou 136 alunos no ensino médio e tem atualmente cerca de 220 participantes. A empresa optou por investir pesadamente em educação na região em vista do aumento do número de turistas. (pg127)
Praia do Forte EcoResort/Fundação Garcia D'Avila	Semente, em Mata de São João (BA) EDUCAÇÃO	49200	Reforço para crianças de 8 a 12 anos de uma escola municipal, procurando solucionar problemas de aprendizado (pg 127)
Renaissance &Marriott Hotels Brasil	Espírito de Servir nossa Comunidade, em São Paulo (SP) SAÚDE	72000	Trabalhando em caráter voluntário, funcionários do Renaissance São Paulo Hotel promovem, com apoio da empresa, um evento anual (Hope Night at Renaissance) cuja renda é destinada à Casa Hope, instituição de apoio a crianças com câncer. No ano passado foram levantados 131.000 reais. (pg 141)

Hotelaria Accor Brasil	Projeto Ecologia – Carta Ambiental Accor Hotel, nas capitais dos estados MEIO AMBIENTE	67300	Coleta seletiva de lixo em todos os hotéis da rede Accor. A implantação do programa envolveu um trabalho de conscientização de funcionários, hóspedes, fornecedores e comunidade do entorno por meio de palestras e atividades de educação ambiental (pg 156)
Praia do Forte EcoResort/Fundação Garcia D'Avila	Reserva de Saratinga, em São João da Mata (BA) MEIO AMBIENTE	70100	Preservação da reserva de Saratinga, com 600 hectares de mata atlântica, considerada Zona de Preservação Rigorosa. A área abriga 28 casas de nativos, que participam de projetos de preservação ambiental e valorização das culturas tradicionais. A reserva tem restingas e manguezais, habitats de espécies ameaçadas de extinção, como mico-estrela-de-tufos-brancos, quati, paca, tiê-sangue, sanhaço-azul, calangulho e sapo-boi. (pg 160)
Praia do Forte EcoResort/Fundação Garcia D'Avila	Parque Castelo Garcia D'Avila, em Mata de São João (BA) CULTURA	171600	Preservação e manutenção da área onde está o Castelo da Torre de Garcia D'Avila, construído em 1551, no início da colonização, e peça importante do patrimônio histórico nacional. (pg 173)
<b>2003</b>			<b>245 empresas 749 projetos (1200 inscritos)</b>
Pojuca/Praia do Forte Ecoresort	Programa de Ensino Supletivo (PROES), para jovens e adultos, na Praia do Forte (BA)	205000	Oferece ensino formal a jovens e adultos da comunidade. O curso é ministrado por voluntários da Fundação Garcia D'Avila e também visa à formação de mão-de-obra qualificada. Em média, são atendidos anualmente 473 jovens. (pg. 92)
Hotelaria Accor	Oficinas de Hotelaria, em São Paulo (SP) Red Desemprego	12000	Capacita profissionalmente jovens de 16 a 21 anos, por meio de aprendizado teórico e prático, para facilitar sua inserção no mercado hoteleiro. Dos 25 participantes treinados a cada semestre, 25% são admitidos para trabalhar no grupo e o restante é indicado para outras empresas. (pg144)
<b>2004</b>			<b>800 ações</b>
Praia do Forte Ecoresort	Programa de Ensino Supletivo na Praia do Forte (BA) EDUCAÇÃO	312000	Em parceria com a Fundação Garcia D'Avila, o projeto visa erradicar o analfabetismo na região e ampliar a escolaridade da comunidade da Praia do Forte e entorno, que trabalha especialmente no setor turístico. Criado em 1994 e aberto a toda a comunidade no ano de 2000, o projeto já formou perto de 500 alunos no ensino médio. (pg 79)
Accor Hotéis	Oficinas de Hotelaria, em São Paulo (SP) GERAÇÃO DE RENDA	51000	Com apoio de funcionários voluntários e utilizando a infra-estrutura de sua rede hoteleira, promove a capacitação prática e teórica de jovens, de 15 a 17 anos com renda familiar até quatro salários mínimos. Desde 2002, mais de 90 jovens receberam treinamento. (Pg. 143)

Fontes:

Guia de Boa Cidadania Corporativa 2000. Suplemento: Exame v. 34  
 Guia de Boa Cidadania Corporativa 2001. Suplemento: Exame v. 35  
 Guia de Boa Cidadania Corporativa 2002. Suplemento: Exame v. 36  
 Guia de Boa Cidadania Corporativa 2003. Suplemento: Exame v. 37  
 Guia de Boa Cidadania Corporativa 2004. Suplemento: Exame v. 38

\* Não há indicações de envolvimento do setor hoteleiro do grupo nestas ações

## ANEXO 9 - Acompanhamento de Dados de Envio e Recebimento dos Questionários

	<b>Resort</b>	<b>Correio</b>	<b>e-mail</b>	<b>Recebimento/Observações</b>
<b>1</b>	Arraial d'Ajuda Eco Resort	19/05	27/05	Recebido por e-mail 22/06
<b>2</b>	Beach Park Suíte Resort	19/05	27/05	Recebido por e-mail 27/05
<b>3</b>	Blue Tree Park Angra dos Reis	19/05	27/05	Estão passando por período de muitas reuniões, estão sem tempo para responder
<b>4</b>	Blue Tree Park Cabo de Santo Agostinho	19/05	27/05	Recebido por e-mail 01/07
<b>5</b>	Boa Vista Resort & Conference Center	19/05	e-mail errado	Recebido em 20/06 por correio
<b>6</b>	Cana Brava Resort	19/05	27/05	Recebido por e-mail 04/07
<b>7</b>	Club Mediterranée – Rio das Pedras	19/05	27/05	Está em reformas, receberam fax, mas o gerente geral está fora
<b>8</b>	Club Mediterranée – Trancoso	16/05 Em mãos	17/05	O resort está lotado, não tiveram tempo de responder
<b>9</b>	Club Mediterranée - Itaparica	19/05	27/05	Gerente geral está viajando, não respondeu
<b>10</b>	Costão do Santinho Resort	19/05	27/05	Recebido - correio em 31/05
<b>11</b>	Hotel do Frade & Golf Resort	19/05	27/05	Questionário reenviado, gerente não respondeu
<b>12</b>	Hotel Oásis Praia das Fontes	19/05	27/05	Recebido por e-mail 08/06
<b>13</b>	Jatiúca Resort	19/05	27/05	Recebido - correio em 31/05
<b>14</b>	Marriott Resort & Spa (CS) e	19/05	19/05	Recebido por e-mail 13/06
<b>15</b>	Renaissance Hotel			
<b>16</b>	Nannai Beach Resort	19/05	27/05	Não respondem solicitações individuais, enviaram arquivo com dados sobre o resort
<b>17</b>	Plaza Itapema Resort	19/05	27/05	Não vão responder, estão muito ocupados
<b>18</b>	Portobello Resort Safári	19/05	27/05	Gerente geral está muito ocupado e não poderá responder o e-mail
<b>19</b>	Praia do Forte Eco Resort	19/05	16/05	Recebido em 17/06 pelo correio
<b>20</b>	Salinas do Maragogi	19/05	27/05	Gerente Geral não está, disse que retornaria



	<b>Resort</b>	<b>Correio</b>	<b>e-mail</b>	<b>Observações</b>
<b>21</b> <b>22</b>	Sofitel Costa do Sauípe e Sofitel Conventions & Resort	19/05	16/05	Mudança de gerente geral neste período, não foi possível responder
<b>23</b>	Summerville Beach Resort	19/05	27/05	Recebido por e-mail 03/06
<b>24</b>	SuperClubs Breezes (CS)	19/05	19/05	Recebido – correio 02/06
<b>25</b>	Transamérica Comandatuba	19/05	27/05	Recebido por e-mail 17/06l
<b>26</b>	Ventaclub Pratagy	19/05	27/05	Hotel em reforma, gerente geral está de férias
<b>27</b>	Ventaclub Serrambi	19/05	27/05	Gerente geral está viajando, não há outra pessoa autorizada a responder o questionário

## ANEXO 10 - Tabulação das Respostas Abertas do Questionário

	Resort	Definição Turismo sustentável (Questão 3)	Comentários (questão 12)
1	Arraial d'Ajuda Eco Resort	<u>Desenvolvimento turístico</u> aliado à conservação do <u>meio ambiente</u> e a participação da <u>comunidade local</u> , para que não haja esgotamento dos recursos naturais e descaracterização social.	Mais informações, permaneço à disposição.
2	Beach Park Suíte Resort	Turismo feito de forma responsável, sem degradação do meio ambiente e com <u>preocupação quanto ao impacto do mesmo no meio ambiente e comunidade</u> onde está inserido, garantindo um <u>futuro promissor</u> para todos os envolvidos.	Gostaríamos de poder contribuir mais se a prefeitura mostrasse também algum tipo de interesse, o que infelizmente não acontece.
3	Blue Tree Park Cabo de Santo Agostinho	É algo bastante complexo que envolve diversos vetores, mas, superficialmente falando, seria uma interação entre a responsabilidade com o <u>meio ambiente e com a qualidade de vida</u> da comunidade junto à criação de oportunidades profissionais e <u>desenvolvimento social</u> como um todo.	
4	Boa Vista Resort & Conference Center	Turismo que respeita a natureza, os nativos e valorize o contexto em todas suas manifestações	
5	Cana Brava Resort	É um turismo voltado à proteção a natureza, conscientizando os hóspedes como preservar a natureza.	
6	Costão do Santinho Resort	Não respondeu esta questão	
7	Hotel Oásis Praia das Fontes	Seria o turismo de uma forma sistêmica, ou seja, sem agredir o meio ambiente, envolvendo a comunidade local do ponto de vista econômico e social.	
8	Jatiúca Resort	Não respondeu esta questão	
9 10	Marriott Resort & Spa (CS) Renaissance	Turismo sustentável é o que permite crescimento e lucratividade para o negócio, não apenas preservando o ambiente e população ao redor, como também permitindo que a população seja beneficiada em sua economia, cultura, educação e bem-estar. O turismo sustentável deve representar crescimento para todos os envolvidos, sem prejuízo para nenhuma das partes.	

<b>11</b>	Praia do Forte Eco Resort	Desenvolvimento das atividades turísticas levando em consideração o equilíbrio entre o meio ambiente, a economia e o ser humano.	Não possuímos a política de sustentabilidade formalmente, mas já trabalhamos e queremos avançar ainda mais pois julgamos necessário para o verdadeiro desenvolvimento do Brasil
<b>12</b>	Summerville Beach Resort	Turismo sustentável é um conceito que procura conciliar os objectivos económicos do desenvolvimento turístico com a manutenção da base de recursos indispensável à sua existência. (Trecho retirado da internet).	
<b>13</b>	SuperClubs Breezes (CS)	Não respondeu esta questão	
<b>14</b>	Transamérica Comandatuba	Não respondeu esta questão	

## ANEXO 11 - Unidades de Conservação

**Unidades de conservação (UC)** são espaços territoriais, legalmente instituídos pelo Poder Público, que apresentam características naturais relevantes e objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção.(SEIA, 2005).

As Unidades de Conservação podem ser instituídas nas esferas federal, estadual e municipal. Dependendo do objetivo de sua criação, as Unidades de Conservação podem ser de dois tipos<sup>47</sup>:

A. **Unidades de Proteção Integral** - têm como objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Incluem as seguintes categorias de UCs:

**I – Estação ecológica:** tem como objetivos a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. É de posse e domínio público e as visitas públicas só são possíveis quando houver objetivo educacional. São permitidas alterações dos ecossistemas, no caso de pesquisas científicas, em área de, no máximo, 3% da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares.

**II - Reserva biológica:** tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais. É de posse e domínio público e as visitas públicas estão proibidas, exceto aquelas com objetivo educacional, respeitado o regulamento específico da Reserva.

**III – Parque nacional:** tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. É de posse e domínio público. A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento. As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

**IV - Monumento natural:** tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. Pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. É permitida

---

<sup>47</sup> Os tipos de unidades de conservação são definidas pela Lei no. 9.985, de 18 de julho de 2000. Publicada no Diário Oficial da União, em 19 de julho de 2000.

a visitação pública, que estará sujeita às condições e restrições estabelecidas pelas normas que regem a unidade de conservação.

**V - Refúgio da vida silvestre:** tem como objetivo principal proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Pode ser constituído por áreas particulares, desde que haja compatibilidade dos objetivos da unidade com os dos proprietários. É permitida a visitação pública, que estará sujeita às condições e restrições estabelecidas pelas normas que regem a unidade de conservação.

**B. Unidades de Uso Sustentável** - têm como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Incluem as seguintes categorias de UCs:

**I – Área de proteção ambiental:** é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Pode ser constituída por terras públicas e privadas. Propriedades privadas podem ser estabelecidas de acordo com normas e restrições que respeitem a integridade da área. Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer condições para pesquisa e visitação pelo público. Essas áreas deverão ter um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído pelos representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente.

**II - Área de relevante interesse ecológico:** é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza. Podem ser terras públicas e privadas.

**III – Floresta nacional:** é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. É de posse e domínio público. Nas florestas nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação. A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração. A unidade desta categoria, quando criada pelo Estado ou Município, será denominada, respectivamente, Floresta Estadual ou Floresta Municipal.

**IV – Reserva extrativista:** constitui-se numa unidade de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais. A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área. Nestas unidades estão proibidas a exploração de seus recursos minerais e a caça amadorística ou profissional. E a exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva.

**V – Reserva de fauna:** é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos. É de posse e domínio público. A visitação pública pode ser permitida, desde que compatível com o manejo e de acordo com as normas estabelecidas. É proibido o exercício da caça amadorística ou profissional.

**VI – Reserva de desenvolvimento sustentável:** é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. É de domínio público. São permitidas as visitas públicas, desde que compatíveis com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área. Nestas áreas é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição de cobertura vegetal por espécies cultiváveis.

**VII – Reserva particular do patrimônio natural:** é uma área privada, de caráter perpétuo, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. Nestas áreas é permitida a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos ou educacionais.

## ANEXO 12 - Relação de APAS Estaduais da Bahia

Nome	Instrumento de criação	Instrumento de alteração	Municípios	Área/ha	Zoneamento Ecológico-Econômico	Alteração do ZEE
Mangue Seco	<u>Decreto nº 605 de 06.11.91</u>		Jandaíra	3.395	<u>Resolução CEPRAM nº 983 de 23/09/94</u>	
Litoral Norte	<u>Decreto nº 1.046 de 17.03.92</u>		Jandaíra, Esplanada, Conde, Entre Rios e Mata de São João	142.000	<u>Resolução CEPRAM nº 1.040 de 21/02/95</u>	<u>Resolução CEPRAM nº 3060 de 22/11/02</u>
Lagoa Guarajuba	<u>Resolução CEPRAM nº 387 de 27.02.91</u>		Camaçari	230	<u>Resolução CEPRAM nº 388 de 12/03/91</u>	
Rio Capivara	<u>Decreto nº 2.219 de 14.06.93</u>		Camaçari, Região Metropolitana de Salvador	1.800	<u>Resolução CEPRAM nº 2872 de 21/09/2001</u>	
Joanes – Ipitanga	<u>Decreto nº 7.596 de 05.06.99</u>		Camaçari, Simões Filho, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Candeias, São Sebastião do Passé, Salvador e Dias D'Ávila	64.463	<u>Resolução CEPRAM nº 2.974 de 24/05/02</u>	
Lagoas e Dunas do Abaeté	<u>Decreto nº 351 de 22.09.87</u>	<u>Decreto nº 2.540 de 18.10.93</u>	Salvador	1.800	<u>Resolução CEPRAM nº 1.660 de 22/05/98</u>	
Plataforma Continental do Litoral Norte	<u>Decreto Estadual nº 8.553 de 05.06.03</u>		Águas da Plataforma Continental em frente aos Município de Salvador até o Município de Jandaíra	362.266		
Lago de Pedra do Cavalo	<u>Decreto nº 6.548 de 18.07.97</u>	<u>Decreto nº 7.575 de 19.05.99</u>	Conceição de Feira, Cachoeira, Antônio Cardoso, Santo Estevão, Governador Mangabeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Feira de Santana, Muritiba, São Felix, São Gonçalo dos Campos e Cabaceiras do Paraguaçu.	30.156	<u>Resolução CEPRAM nº 2.023 de 20/08/99</u>	
Baía de Todos os Santos	<u>Decreto nº 7.595 de 05.06.99</u>		São Francisco do Conde, Santo Amaro, Madre de Deus, Salvador, Itaparica, Salinas das Margaridas, Vera Cruz, Jaguaripe, Saubara, Maragogipe, Cachoeira, Candeias, Simões Filho	80.000	<u>Resolução CEPRAM nº 2.027 de 20/08/99</u>	
Bacia do Cobre / São Bartolomeu	<u>Decreto nº 7.970 de 05.06.01</u>		Salvador e Simões Filho	1.134		
Guaibim	<u>Decreto nº 1.164 de 11.05.92</u>		Valença	2.000	<u>Resolução CEPRAM nº 759 de 18/05/93</u>	
Tinharé/Boipeba	<u>Decreto nº 1.240 de 05.06.92</u>		Cairú	43.300	<u>Resolução CEPRAM nº 1.692 de 19/06/98</u>	
Pratigi	<u>Decreto nº 7.272 de 02.04.98</u>	<u>Decreto nº 8.036 de 20.09.01</u>	Ituberá, Igrapiúna, Nilo Peçanha, Pirai do Norte e Ibirapitanga	85.686	<u>Resolução CEPRAM nº 2.533 de 24/11/2000</u>	
Costa de Itacaré/ Serra Grande	<u>Decreto nº 2.186 de 07.06.93</u>		Itacaré e Uruçuca	14.925	<u>Resolução CEPRAM nº 1.334 de 19/12/96</u>	
Lagoa Encantada e Rio Almada	<u>Decreto nº 2.217 de 14.06.93</u>	<u>Decreto nº 8.650 de 22.09.03</u>	Ilhéus	11.800	<u>Resolução CEPRAM nº 1.802 de 23/10/98</u>	<u>Resolução CEPRAM nº 2.989 de 19/07/02</u>
Santo Antônio	<u>Decreto nº de 3.413 de 31.08.94</u>		Santa Cruz de Cabrália e Belmonte	23.000	<u>Resolução CEPRAM nº 1.318 de 19/12/96</u>	<u>Resolução CEPRAM nº 1.777 de 18/09/98</u>

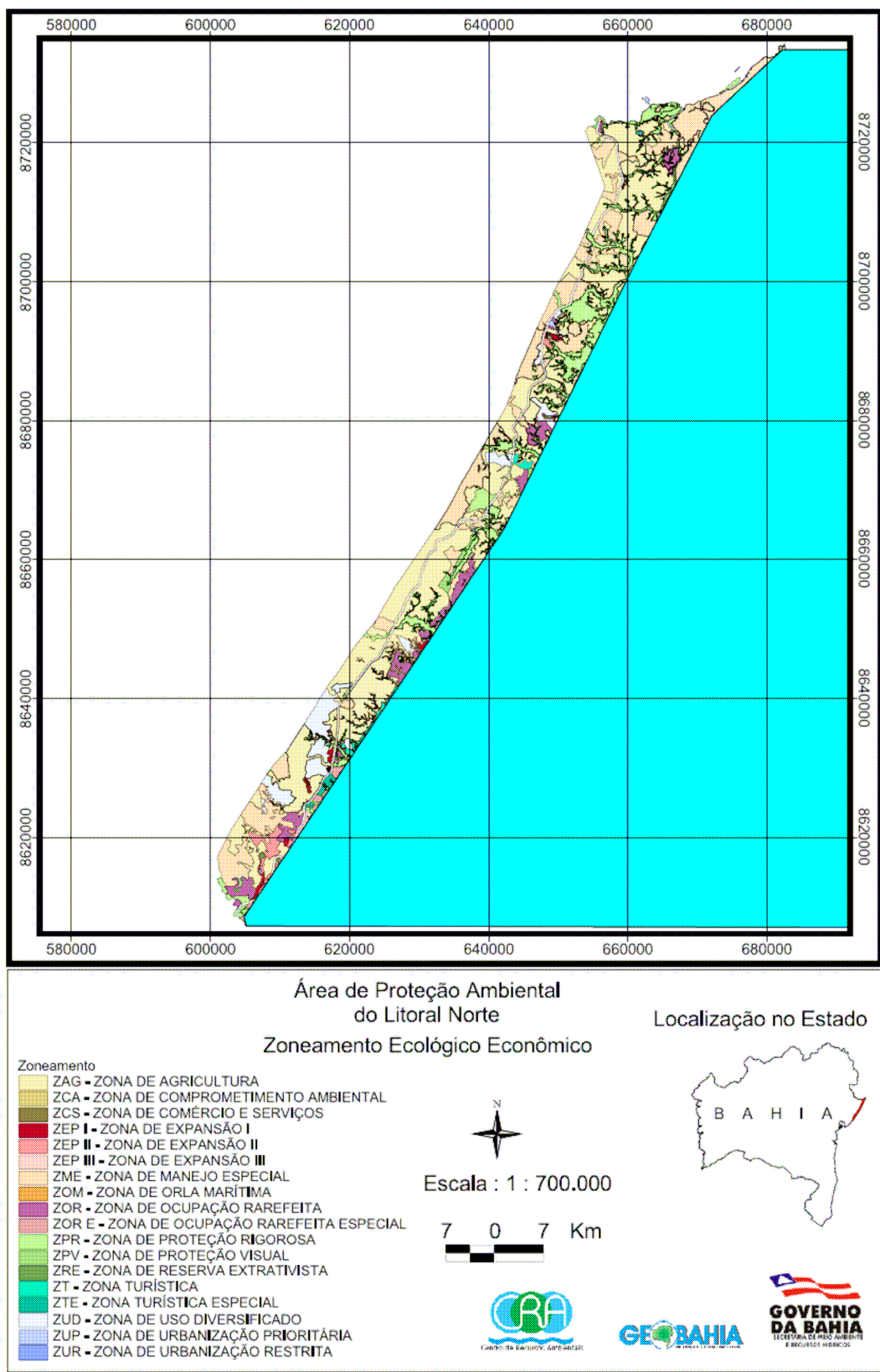
Nome	Instrumento de criação	Instrumento de alteração	Municípios	Área/ha	Zoneamento Ecológico-Econômico	Alteração do ZEE
Coroa Vermelha	<u>Decreto nº 2.184 de 07.06.93</u>		Porto Seguro	31.900	<u>Resolução CEPRAM nº 2.532 de 24/11/2000</u>	
Caraíva/Trancoso	<u>Decreto nº 2.215 de 14.06.93</u>		Caravelas e Alcobaça	34.600		
Baía de Camamu	<u>Decreto nº 8.175 de 27.02.02</u>		Camamu, Marau e Itacaré	118.000		
Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	<u>Decreto Estadual nº 8.552 de 05.06.03</u>		Ubaíra, Jiquiriça, Teolândia, Wenceslau Guimarães, Nilo Peçanha, Taperoá, Cairú e Valença	230.296		
Serra do Barbado	<u>Decreto nº 2.183 de 07.06.93</u>		Abaíra, Piatã, Rio de Contas, Rio do Pires e Érico Cardoso, Jussiapé	63.652	<u>Resolução CEPRAM nº 2.945 de 22/02/2002</u>	
Marimbus/Iraquara	<u>Decreto nº 2.216 de 14.06.93</u>		Abaíra, Piatã, Rio de Contas, Rio do Pires e Érico Cardoso, Jussiapé	63.652	<u>Resolução CEPRAM nº 2.945 de 22/02/2002</u>	
Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho	<u>Decreto nº 32.487 de 13.11.85</u>		Morro do Chapéu, São Gabriel e João Dourado	11.900	<u>Resolução CEPRAM nº 3047 de 18/10/02</u>	
Bacia do Rio de Janeiro	<u>Decreto nº 2.185 de 07.06.93</u>	<u>Decreto 7.971 de 05.06.01</u>	Barreiras e Luis Eduardo Magalhães	351.300	<u>Resolução CEPRAM nº 2.030 de 20/08/99</u>	
Lagoa Itaparica	<u>Decreto nº 6.546 de 18.07.97</u>		Xique-Xique e Gentio do Ouro	78.450		
Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco	<u>Decreto nº 6.547 de 18.07.97</u>		Barra, Xique-Xique, e Pilão Arcado	1.085.000	<u>Resolução CEPRAM nº 2.026 de 20/08/99</u>	
Serra Branca / Raso da Catarina	<u>Decreto nº 7.972 de 05.06.01</u>		Jeremoabo	67.234		

Responsável: SEMARH/DUC e CRA

Disponível em <<http://www.seia.ba.gov.br>>



## ANEXO 13 - MAPA APA-LN



## ANEXO 14 - Mapa com Localização das Comunidades



**FONTES:** Cartas IBGE / SUDENE 1:100 000, 1976  
 Cartas Náuticas - Marinha do Brasil, 1: 65 000, 1962  
 Levantamento dos Atrativos Ecoturísticos através de GPS, 2001  
 Base de Vegetação DDF, 1: 100 000, 1997



**ANEXO 15 - Informações sobre o EIA e o RIMA**

Em sua obra, BARBIERI (2004) trata da questão da gestão ambiental empresarial de maneira bem ampla, trazendo diversos instrumentos que colaboram para esse objetivo. Destacamos, de seu livro, as principais considerações sobre o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), instrumento que vem sendo utilizado pelo governo como forma de controle dos empreendimentos que estão sendo instalados na APA-LN.

O EIA é um instrumento de gestão aplicável a projetos de empreendimentos e atividades. Tem como objetivo identificar e avaliar previamente os impactos negativos de um projeto sobre o ambiente físico, biótico e social, possibilitando a identificação de meios e alternativas para evitá-los antes de implementar o projeto. Segundo a resolução No. 1 de 1986 do CONAMA, que estabeleceu os critérios básicos e as diretrizes para o uso e a implementação do EIA, impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam;

- a. A saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b. As atividades sociais e econômicas;
- c. A biota;
- d. As condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- e. A qualidade dos recursos ambientais.

A referida resolução, em seu artigo 2º, dispõem que o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente dependerá da elaboração de um EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente e do Ibama.

O EIA pode ser realizado em qualquer momento do ciclo de vida do empreendimento – planejamento, desenvolvimento, implementação e operação – contudo, como a incorporação dos custos se dá ao longo do tempo, quanto mais etapas do projeto forem concluídas, mais custoso se torna a realização de modificações no projeto original, o que reduz as oportunidades de que estas sejam realizadas. Sendo assim, o EIA deve, preferencialmente, ser implantado no planejamento do empreendimento e acompanhá-lo em todas as etapas, uma vez que os seus componentes e ambiente se alteram com o passar do tempo.

BARBIERI aponta uma lei americana, de 1969, como a primeira a estabelecer a obrigatoriedade do EIA como instrumento de política pública. A disseminação desta prática em países em desenvolvimento se deu através do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e de instituições de financiamento internacional (como Bird, BID e outros) que passaram a exigir o EIA para a concessão de empréstimos. No Brasil, a aprovação do EIA pelo órgão governamental competente é condição necessária para a continuidade do processo de licenciamento do empreendimento ou da atividade proposta.

A Lei 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, estabeleceu entre os instrumentos de política pública, o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras. Sendo assim, o licenciamento ambiental é uma autorização, conferida pelo Poder Público, que tem caráter temporário. A Resolução Conama 237 de 19 de dezembro de 1997 define licenciamento ambiental como um procedimento administrativo pelo qual o órgão

ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos considerados potencialmente poluidores. Contudo, nem toda atividade ou empreendimento está sujeito ao licenciamento ambiental. A Resolução Conama 237/1997 apresenta, em seu anexo I, uma relação de atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, onde encontramos “complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromos” (BARBIERI, 2004, p.320)

Pelo decreto 88.351/1983, que regulamentava a Lei 6.938/1981 até junho de 1990, o EIA tornou-se parte integrante do processo de licenciamento de atividades. A nova regulamentação estabelecida pelo Decreto 99.274/1990 manteve essa exigência, determinando que o Poder Público expedirá as seguintes modalidades de licença ambiental:

- a. Licença prévia (ou de localização), para fase preliminar de planejamento da atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais e federais de uso do solo;
- b. Licença de instalação, autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do projeto executivo aprovado;
- c. Licença de operação, autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle da poluição, de acordo com o previsto na licença prévia e de instalação.<sup>48</sup>

Quanto ao procedimento de licenciamento, as seguintes etapas devem ser consideradas:

- a. Definição pelo órgão ambiental competente, integrante do Sisnama, com participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença requerida;
- b. Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos pertinentes e devida publicidade;
- c. Análise pelo órgão ambiental competente dos documentos apresentados e realização de visitas técnicas, quando necessárias;
- d. Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso as complementações não tenham sido satisfatórias;
- e. Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;
- f. Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental, decorrente de audiências públicas, quando couber;
- g. Emissão de parecer técnico conclusivo e, se for necessário, de parecer jurídico;
- h. Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando a devida publicidade.

A referida Resolução ainda abre a possibilidade de se estabelecerem procedimentos simplificados para empreendimentos e atividades de pequeno porte. O órgão ambiental tem prazo de seis meses para a análise, contados a partir do ato de protocolar o requerimento, até seu deferimento ou indeferimento. Esse prazo sobe para 12 meses nos casos em que for exigido EIA ou audiência pública.

---

<sup>48</sup> Decreto 99.274 de 06 de junho de 1990, que regulamenta a lei 6.902/81 e 6.938/81 que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

Todas as licenças ambientais são válidas por tempo determinado. A resolução Conama 237/1997 estabelece para cada tipo de licença um prazo de validade mínimo e máximo e prorrogações, que não podem ultrapassar o prazo máximo estabelecido para a modalidade de licença.

O órgão ambiental que expediu a licença poderá modificar suas condições, suspender ou cancelar uma licença em vigor diante das seguintes situações: (a) violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; (b) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença; e (c) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

A Resolução 01/1986 do Conama diferencia o EIA do RIMA. O EIA é um estudo mais amplo, envolvendo identificação e classificação de impactos, predição de efeitos, pesquisa de campo, análises laboratoriais, valorização monetária dos recursos ambientais, etc. Já o RIMA deve expressar todos esses trabalhos de maneira conclusiva, trazendo uma avaliação valorativa que identifique se o projeto é ou não nocivo ao meio ambiente e em que grau. Este relatório também deve incluir medidas mitigadoras dos impactos negativos, programas de acompanhamento e monitoramento dos impactos e recomendações quanto às alternativas mais favoráveis.

Uma característica fundamental do EIA/RIMA é a sua publicidade. Os procedimentos para torná-los públicos envolvem:

- a. acesso às cópias do RIMA;
- b. divulgação da existência desse material;
- c. estabelecimento de uma fase de comentários a serem feitos por órgãos públicos e demais interessados;
- d. realização de audiências públicas para discussão do RIMA.

Para assegurar a publicidade não basta tornar a documentação acessível. O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada à sua compreensão. As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, quadros, cartas, gráficos e demais técnicas de comunicação visual para que se entendam as vantagens e desvantagens do projeto.



## ANEXO 16 - Carta Ambiental Grupo Accor

## Carta Ambiental da Accor Hotels

## Accor Hotel's Environmental Letter

Esta Unidade preocupa-se com o Meio Ambiente e pratica as seguintes medidas:

Our hotel is committed to the Environment and practices the following actions:



### Gestão dos Resíduos e Reciclagem - Waste Management and Recycling

- 1 - Organizamos a coleta seletiva de papéis, jornais e revistas, para a respectiva reciclagem.  
We select papers, newspapers and magazines for recycling. ☐
- 2 - Organizamos a coleta seletiva de papelão, para a respectiva reciclagem.  
We select cardboard for recycling. ☐
- 3 - Organizamos a coleta seletiva de vidro, para a respectiva reciclagem.  
We select glass for recycling. ☐
- 4 - Organizamos a coleta seletiva de cartuchos de tinta das impressoras e das fotocopiadoras, para a respectiva reciclagem.  
We select printers and ink photocopier cartridges for recycling. ☐
- 5 - Organizamos a coleta seletiva dos óleos de fritura usados, para a respectiva reciclagem.  
We select cooking oils for recycling. ☐
- 6 - Organizamos a coleta seletiva de latas de alumínio, pilhas e baterias para a respectiva reciclagem.  
We select aluminum cans and batteries for recycling. ☐
- 7 - Priorizamos a utilização de papel reciclado.  
We use recycled paper as a priority. ☐



### Controles Técnicos - Technical Controls

- 8 - Realizamos um auto-controle do consumo de energia.  
We control our own energy consumption. ☐
- 9 - Realizamos um auto-controle do consumo de água.  
We control our own water consumption. ☐



### Arquitetura e Paisagem - Architecture and Landscape

- 10 - Respeitamos a Carta Estética do Grupo Accor referente à sinalização interna e externa da unidade.  
We comply with Accor's Visual Letter regarding internal and external signs of each unit. ☐
- 11 - Mantemos em boas condições e valorizamos os espaços verdes de nossa unidade.  
We maintain and value our hotel's green areas. ☐
- 12 - Plantamos pelo menos uma árvore, anualmente, nas imediações da unidade.  
We plant at least one tree per year around our hotel. ☐



### Sensibilização e Formação - Awareness and Training

- 13 - Todos os nossos colaboradores participam, pelo menos uma vez por ano, de uma reunião de sensibilização sobre nossa política de proteção ambiental.  
All staff participates at least once a year of a meeting regarding our environment friendly policy. ☐
- 14 - Somos sócios de uma associação ou coletividade, no âmbito de uma ação em prol do meio ambiente.  
We belong to an association or local authority regarding environmental protection. ☐
- 15 - Informamos aos nossos clientes sobre as medidas implantadas em nossa unidade na defesa do meio ambiente.  
We inform our guests the actions regarding the environmental issues which are introduced in our units. ☐



## ANEXO 17 - Restrições Urbanísticas de Praia do Forte

Foi desenvolvido pelo arquiteto Wilson Reis Netto um Plano Urbanístico para este Loteamento, visando harmonizar a ocupação humana com a paisagem local, preservando as áreas verdes existentes. Cada lote tem como limite frontal Espaços Verdes Públicos (Alamedas) e que também são, na maioria dos casos, acessos à praia. Assim, os carros são deixados na rua e o caminho é feito a pé, preservando também a paisagem da praia. Juntamente com o Plano Urbanístico foram criadas as Restrições Urbanísticas, que são um conjunto de normas que fazem parte do contrato de compra e venda e que visam preservar as características da arquitetura regional.

### CLÁUSULA VIII

1. Não poderá haver desmembramento dos lotes;
2. Não poderá haver movimento de terra;
3. Barracão de obra deve ser construído dentro e ao fundo do lote;
4. Para cada coqueiro retirado deve-se plantar 4:
  - Cada 50 m<sup>2</sup> de área construída deve-se plantar 4;
5. Plano para construção de valetas e águas pluviais deve ser aprovado pela FGD;
6. Os Letreiros dos estabelecimentos devem ser previamente aprovados;
7. A taxa de impermeabilização é de 60%;
8. Todos os projetos necessitam de aprovação da FGD;
9. Lotes inferiores a 1.000m<sup>2</sup> só podem conter 1 edificação e devem ser uniresidenciais;
10. A Fachada Principal deve estar voltada para a Alameda ou Frente do lote:
  - Garagem ou Construções Secundárias devem estar integradas à construção;
  - Principal, sob o mesmo telhado;
  - Telhado deve possuir pelo menos 2 águas;
  - Beiral deve ter no mínimo 60cm;
  - Afastamento mínimo de 1,50m de 1 dos lados;
11. Não poderão ser construídos Muros - só cercas vivas, vigas de madeira ou bambu, com altura máxima de 1,60m depois de construída a residência;
12. Comprador tem que fazer por sua conta obras exigidas pelos poderes públicos;
13. Identificação das lojas e residências tem que ser aprovada pela FGD;
14. Antenas devem localizar-se no último terço ao fundo do lote, com altura máxima de 1,00m do telhado;
15. Rede elétrica interna deve ser subterrânea:
  - Caixa d'água deve localizar-se sob o telhado;
  - Esgoto - 0,60m acima?? da guia à frente do imóvel;
16. A criação de animais deve respeitar o volume e condições de higiene;
17. FGD limpa os coqueiros até o habite-se (serviço cobrado);
18. São proibidos barracas, vendedores ambulantes e camping;
19. Os aparelhos acústicos - só são permitidos se não incomodarem;
20. É Proibido jogar lixo, danificar plantas e danificar a sinalização;



21. Início de atividade comercial depende de aprovação da FGD;
22. A Anexação de lotes depende da aprovação da FGD;
23. O imóvel deve ser mantido em bom estado e sem poças.

#### MATERIAIS:

1. A cobertura deve ser de telha colonial de barro ou palha;
2. As paredes devem ser de alvenaria. Colunas, de alvenaria ou madeira;
3. Estruturas / Esquadrias / Colunas / Vigas / Tesouras devem ser de madeira rústica e cor natural;
4. Portas e janelas devem ser de cores integradas;
5. Pisos - cerâmica rústica / pedras / tijolos / tábuas polidas / cimento.

#### FICAM VEDADOS:

1. Revestimentos de fachadas - cerâmica / lambris de madeira ou alumínio / mármore / fórmica / azulejo / argamassa plástica;
2. Formas compostas, complicadas e bizarras;
3. Letreiros luminosos, anúncios e lâmpadas que ofusquem;
4. Casas pré-fabricadas;
5. Fachada com tijolos aparentes.

O departamento de Arquitetura e Urbanismo é o responsável pela orientação, aprovação e fiscalização dos projetos construídos baseando-se nas restrições e também por melhorias no loteamento como:

- Limpeza e paisagismo das Alamedas e Praças.
- Sinalização.
- Cadastro das contribuições do Loteamento.
- Construção de pontos de coleta de lixo seletivo
- Criação de equipamentos urbanos.
- Conscientização dos moradores sobre temas importantes como lixo reciclável, o uso de motocicletas na praia, a importância da aprovação prévia dos projetos, etc...
- Apoio à urbanização da Vila dos Pescadores, etc.

## ANEXO 18 - Projeto do Esgotamento Sanitário do Complexo Costa do Sauípe

Em 1995, o empreendimento Projeto Costa do Sauípe, para obtenção das licenças ambientais pelo CEPRAM, foi alvo de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), realizados pela Empresa de Consultoria e Planejamento Ambiental (ECOPLAM). O projeto do empreendimento, alvo do EIA/RIMA, contemplava, sob a responsabilidade da Construtora Norberto Odebrecht (CNO), a construção de Estações de Tratamento de Água e de Efluentes - as quais foram licenciadas junto com o empreendimento Complexo Sauípe, conforme condicionantes V, VI e XVI da sua Licença de Implantação (Resolução CEPRAM n. 1326 de 19 de dezembro de 1996). A opção adotada pela CNO previa que a água fosse tratada de forma a permitir sua reutilização, segundo a Solicitação de Alvará do Complexo Sauípe para a Prefeitura de Mata de São João:

*“...a boa qualidade do efluente possibilitaria sua utilização como água de irrigação, em particular nos campos de golfe. A demanda de água para irrigação representa uma fração significativa da demanda de água para os hotéis. Deste modo, o reuso do efluente não somente é uma opção ambientalmente correta, mas também representa uma medida de contenção de custos operacionais”* (SÁ e MOTA, 1996, p.60 em ANDRADE et al. 2004).

Contudo, em 1997, num contexto de acirrada disputa regional por investimentos, foi modificada a concepção original do Projeto de Esgotamento Sanitário de Costa do Sauípe, mediante uma negociação de interesses entre o Governo do Estado da Bahia e a CNO. O Governo, além de dotar o empreendimento de diversas outras obras de infraestrutura, resolveu também passar a assumir, através da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), a implantação de toda infraestrutura de saneamento necessária ao funcionamento do Complexo Sauípe. Mudou-se a responsabilidade (de CNO para a EMBASA) e a concepção do projeto<sup>49</sup>. Assim, a CNO (empreendedor privado) desonerou-se do custo da internalização de uma externalidade negativa causada pelo seu empreendimento (geração de esgotos sanitários). Já o Governo do Estado da Bahia, através da EMBASA, responsabilizou-se pelo custo social, repassado pelo empreendimento privado, desembolsando o equivalente a R\$ 11,8 milhões para a implantação dos projetos de tratamento de água e de efluentes do Complexo Sauípe (MP, 1999a). Segundo PEIXOTO (2003), visando a obtenção de financiamento do PRODETUR-BA, através do BN e do BID, para a referida obra, a nova concepção do projeto realizado pela EMBASA incorporou também o atendimento a 04 (quatro) pequenas localidades vizinhas ao Complexo Sauípe (Vila Sauípe, Porto Sauípe, Canoas e Curralinho), com a centralização do tratamento a oeste da Linha Verde, nas proximidades de Vila Sauípe.

Fonte: ANDRADE, 2004.

---

<sup>49</sup> A proposta da EMBASA não tinha os padrões elevados planejados pela CNO, sendo assim a concepção do projeto mudou de descentralizado e eco-eficiente para centralizado e “final de tubo”.

**ANEXO 19 - Resumo das Condições de Infra-Estrutura das Localidades que Compõem a Comunidade de Impacto**

<b>Localidade</b>	<b>Esgoto</b>	<b>Água</b>	<b>Posto de Saúde</b>	<b>Telefone</b>	<b>Luz</b>	<b>Escola</b>	<b>Principais Problemas Indicados pelos Moradores Entrevistados</b>
Barro Branco	Não	Não	Não	Sim	Sim	Até 4ª Série do Ensino Fundamental	Posto de Saúde deveria ser 24 horas. Falta de locais de lazer
Imbassaí	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Até 4ª Série do Ensino Fundamental	
Porto Sauípe	Rede		Sim	Sim	Sim	Até 8ª Série do Ensino Fundamental	Alto índice de desemprego, consumo e venda de droga e pequenos furtos.
Vila Sauípe	Rede		Sim	Sim	Sim	Até 4ª Série do Ensino Fundamental	Recebe poluição nos rios através do esgoto da lavanderia que atende o Complexo e esgoto do próprio Costa do Sauípe.
Santo Antônio	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não tem escola (mais próxima em Diogo) ou transporte escolar. Não há Posto de Saúde, estrada de difícil acesso.
Açuzinho	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Ensino Fundamental e Médio (5º a 2ºcolegial)	Posto 24 horas e melhorias na qualidade do ensino e cursos noturnos. Grande número de migrantes
Açu-da-Torre	Não	Não	Não	Sim	Sim	Até 4ª Série do Ensino Fundamental	
Malhadas	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Até 4ª Série do Ensino Fundamental	
Praia do Forte	Rede	Sim	Sim	Sim	Sim	Até 4ª Série do Ensino Fundamental e Ensino Supletivo (PROES) 5ª. Ao 2ª Ano	Posto de Saúde precário
Diogo	Não	Não	Não	Público	Sim	Até 4ª. Série do Ensino Fundamental	
Areal	Não	Não	Não	Público	Sim	Até 4ª Série do Ensino Fundamental	
Curralinho	Não	Não	Não	Público	Sim	Até 4ª Série do Ensino Fundamental	

Obs. Não há correio em nenhuma das localidades, funciona de maneira precária apenas em Praia do Forte. Postos de Atendimento Bancário também só são encontrados em Praia do Forte e no Complexo Costa do Sauípe.

**ANEXO 20 - Canção composta por nativo de Malhadas**

Uns progresso tão besta, né mãe?  
Uns progresso tão besta mamãe!

O progresso engoliu nós  
A violência aumentou  
E o povo aqui desta terra  
Pra trás a gente ficou

E os grandes, os mais grandes  
Eles não ligam para ninguém  
Quando ouvem falar de assalto  
Diz que estão certos também

Tomara que isso já se acabe  
E se isso acabar vou erguer as mãos para o céu  
E pra Deus eu vou rezar.”

**João Rodrigues dos Santos**

**ANEXO 21 - Artigos de Jornal sobre Política nas Comunidades Mata de São João e Entre Rios****Mata fica sem médicos****FLÁVIO OLIVEIRA**

Depois de uma eleição tranqüila no último domingo, com direito a reforço de guarnições da Polícia Militar (PM) e de homens da Polícia Federal (PF), o município de Mata de São João amanheceu ontem sob forte “ressaca pós-eleição”. Derrotada nas urnas, a prefeita Márcia Dias (PFL) deixou crianças sem aulas ao suspender o serviço de transporte escolar. A população também foi retaliada na área da Saúde. A demissão de prestadores de serviço provocou o fechamento de todos os postos médicos e o funcionamento exclusivo da Emergência no hospital municipal.

A falta de atendimento médico fez com que o pintor Hozenilton dos Santos Bulcão, 30 anos, entregasse o filho, Marcos Vinícius, de um ano e quatro meses, à própria sorte. O pintor esperou dar 8 horas da manhã para levar o filho ao médico. Marcos Vinícius tinha falta de ar.

“Primeiro, fui ao hospital, onde não tinha atendimento. Depois, vim para o Posto de Saúde da Avenida Alfredo Garcês, que estava fechado. Aí, fui para o posto da Assistência Social (prédio da secretaria de mesmo nome), que também tava fechado”, contou. “Sem atendimento em nenhum lugar, voltei para casa e dei medicação caseira”, completou. Felizmente, seu filho estava bem durante a tarde.

Hozenilton Bulcão não foi a única vítima da vingança de Márcia Dias. “Ontem (segunda), à tarde, fomos surpreendidos com uma ordem da prefeita para fechar o hospital e todos os postos da Saúde”, disse a dona-de-casa Ana Maria Nunes, 54 anos, vizinha do Pasto da Alfredo Garcês. “Hoje, vi muita gente vindo buscar remédios dando com a porta fechada e voltando com as mãos vazias”, relatou.

Na tarde de ontem, o aposentado, Godofredo Pires Santana, foi ao Hospital buscar um clínico-geral para enfrentar uma inflamação nas amígdalas. Não foi atendido. “Ouvi falar das demissões, mas vim mesmo assim. Nunca vi esse hospital (Municipal) tão vazio”, falou. “Só tá funcionando a Emergência”, disse Simone Jesus de Oliveira, 17 anos, que levou a filha, Karine, de um ano, para ser atendida ali naquela mesma tarde.

**Escola fecha e deixa crianças nas ruas**

Ontem pela manhã, nenhuma escola municipal abriu em Mata de São João. Professores que moram em Salvador ou outros municípios não puderam comparecer às escolas devido à paralisação do transporte escolar. À tarde, dois dos oito ônibus voltaram a circular, mas as salas de aula continuaram vazias. “Na minha escola (Monsenhor Barbosa), só havia quatro alunos por sala”, contou Judson Carlos Santos, 13 anos, que cursa a aceleração de 5ª e 6ª séries. “Os alunos da zona rural não vieram”, explicou.

Às 15 horas, Judson e outras crianças estavam brincando nas ruas de Mata de São João. A brincadeira era de polícia e ladrão. “Vou ser delegado”, gritou Carlos Henrique Santos, 10 anos, aluno da 4ª série do Rolemberg Costa. Na frente de outra escola municipal, a Rosa Maria Tavares, que funcionou só com duas salas, e ainda assim só pela tarde, o motorista

Renato Anjos, 44 anos, disse: “Só ficaram os dois professores que têm carteira assinada. Quem não tinha foi demitido ontem (segunda)”.

As novas medidas de Márcia Dias provocaram manifestações de estudantes e prestadores de serviço do Hospital Municipal de Mata de São João, provocando uma reunião entre o Ministério Público Estadual e representantes da prefeitura. O encontro aconteceu às 10 horas, no fórum do município.

Segundo a promotora Sumaya Queiroz e o vereador Fernando Martins Filho (PP), que faz oposição à prefeita, a secretária de Educação, Karine Dalva, disse que os ônibus escolares pararam por causa da falta de combustível no posto localizado na sede do município. “Eles não rodaram por ordem da prefeita”, rebateu o vereador.

PROCESSOS – A prefeita e seu marido, Jorge Dias, que é secretário municipal, o secretário da Saúde, a secretária de Educação, e a diretora do Hospital Municipal de Mata de São João, Engrácia Figueiredo, foram procurados pela reportagem. A prefeitura e a Secretaria de Saúde estavam fechadas.

O celular de Dias estava desligado e ele não respondeu à mensagem até o fechamento da edição. A secretária de Educação estava reunida com a prefeita na residência desta no condomínio Villas do Atlântico, em Lauro de Freitas, e disse que não poderia dar entrevistas. A diretora do hospital também avisou por uma secretária que só se pronunciaria hoje.

Márcia Dias é réu em vários processos criminais e de improbidade administrativa movidos pelo MPE e já foi duas vezes afastada do cargo. Uma das ações diz respeito ao posto de combustíveis – de propriedade de seus filhos e do atual marido – que é o único fornecedor da prefeitura. Outra acusação é sobre a quantidade elevada de veículos locados pelo município. Márcia Dias está à frente da prefeitura há oito anos. Seu ex-marido, Antonio Ramayana, foi prefeito por seis anos, entre 1992-1996 e 1986 e 1988. Márcia e Ramayana se divorciaram às vésperas das eleições de 1996. Este ano, impedida pela legislação eleitoral de disputar um terceiro mandato, apoiou Josué Oliveira (PSL). A disputa foi ganha por João Gualberto (PP), que contou com o apoio do governador Paulo Souto (PFL). Márcia Dias – e seu candidato – se dizia apoiada pelo senador pefelista Antonio Carlos Magalhães (F. O.).

**Fonte: Jornal A Tarde, 06 de Outubro de 2004.**

## **Promotor ameaçado em Entre Rios**

### **Prefeito derrotado, Manoelito Argolo é acusado de praticar atos de vandalismo e desafiar agentes da Polícia Federal**

#### **Letícia Belém**

**Entre Rios** - Homens armados e carros da família de Manoelito Argolo, prefeito do município de Entre Rios, a 140 km de Salvador, estão de tocaia na porta da residência do promotor de Justiça Everardo Yunes Pinheiro, com o aviso de que ele não permanecerá vivo por muito tempo. O promotor teve que deixar a cidade acompanhado de um comboio do Batalhão de Choque da Polícia Militar até Salvador e, segundo determinação do procurador-geral da MP, Achilles Siquara, só voltará à comarca com uma escolta da PM, que permanecerá 24 horas para dar segurança estratégica.

O Ministério Público (MP) só conseguiu fiscalizar a legislação eleitoral para manter a lisura das eleições em Entre Rios com o apoio de uma força-tarefa da Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Detran, Batalhão de Choque da Polícia Militar (PM) de Salvador, Interpol e polícias locais. Os crimes eleitorais foram inúmeros e ousados, fazendo o pequeno município de Entre Rios lembrar os tempos do coronelismo, onde o chefe do executivo se sente dono da cidade.

Segundo a PF, no final da tarde de sábado, Manoelito derrubou três pontos estratégicos de retransmissores de energia, com tiros e derrubada de árvores, deixando sem luz as cidades de Entre Rios, Aporá e Acajutiba. A Coelba foi acionada pelo MP, que fez uma perícia constatando “ato de vandalismo com objetivo determinado”. Com as luzes apagadas, outdoors sem autorização do TRE foram espalhados pela cidade com propaganda ilegal, e todos foram retirados por determinação do MP. A energia foi reestabelecida cinco horas depois, quando o deputado federal Walter Pinheiro (PT) pediu providências à direção da Coelba, que enviou helicópteros com técnicos da empresa e funcionários do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) com 70 baterias para que as urnas eletrônicas pudessem funcionar no domingo.

CRIMES – Barreiras da PRF nas entradas da cidade flagraram nove ônibus transportando, na madrugada de domingo, 450 eleitores humildes de Paripe, subúrbio da capital, e de outras cidades, para votar em Entre Rios. Com o reforço da PM, o MP apreendeu todos os veículos e títulos das pessoas, que foram liberadas. Também na madrugada de domingo, cinco carros de passeio da família Argolo com armamento pesado distribuía dinheiro no subúrbio para comprar votos, além da distribuição de cestas básicas.

A PF fechou as saídas da cidade, mas não conseguiu dar voz de prisão. Peritos do Detran apreenderam sete carros de som irregulares de todos os partidos. O vereador Paulo Pajé sofreu um atentado, tendo seu carro metralhado na entrada da cidade.

No dia do pleito, homens armados foram contratados para ficar na porta das seções eleitorais e inibir os eleitores. Manoelito e seu filho, deputado Luiz Argolo, invadiram todas as seções eleitorais, desafiando os fiscais e infringindo a legislação, dizendo que autoridades podem entrar e têm o direito de ir e vir. O promotor de Justiça teve que intervir com o apoio da Polícia de Choque e determinou a revista e a saída dos seguranças particulares do deputado da porta das seções.

O Tribunal de Justiça da Bahia confirmou a decisão da juíza Isabela Kruschewski, que concedeu em decisão liminar a indisponibilidade de todos os bens de Manoelito Argolo, acatando ação civil pública do promotor Yunes, negando recurso de Manoelito. Todos os cartórios de imóveis da Bahia foram notificados da decisão, que foi publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário na sexta-feira última.

**“Ele não é dono da cidade como pensa”**

A situação de violência em Entre Rios foi registrada em ata e encaminhada ao TRE no relatório da PM, sugerindo com urgência o reforço do Serviço de Inteligência da PM, naquela cidade. Ausente da comarca, o promotor Yunes avalia que foi o resultado de uma situação desesperadora, onde pela primeira vez o Ministério Público, com o apoio da Justiça Eleitoral e das polícias conseguiu colocar Manoelito no seu “devido lugar”.

“Ele descobriu que é apenas o prefeito e não o dono da cidade e o coronel que manda em tudo como sempre acreditou nos últimos anos. Ele quer destruir quem ele acredita que contribuiu para a queda dele”, afirmou. Argolo teve 5.672 votos, ou 31,15%, perdendo para o candidato do PT, Ranulfo Sousa, com 10.821 votos, ou 59,43% dos votos. Benjamim Mendes (PPS) teve 1.572 votos, ou 8,63% e Armandinho (PMDB) obteve 144 votos, ou 0,79%.

ABANDONO – Ranulfo é uma pessoa simples do povo, um professor municipal com um salário de R\$ 280,00, que fez uma campanha com poucos recursos, se fizer a comparação com os megashows de Zezé de Camargo e Daniel que Argolo promoveu na campanha.

“A cidade está abandonada, sem atendimento nos hospitais, nem investimento no social e na educação, além do índice de violência muito alto. O povo se revoltou”, avalia Ranulfo, que precisou de escolta policial no dia das eleições. Ele registrou as ameaças de morte na delegacia de Alagoinhas.

O prefeito Manoelito Argolo foi procurado e não foi localizado pela equipe de reportagem.

**Fonte: Jornal A Tarde, 06 de Outubro de 2004.**